

MEDICINA·NA·BEIRA·INTERIOR DA·PRÉ-HISTÓRIA·AO·SÉCULO·XXI



MEDICINA NA BEIRA INTERIOR
DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI



CADERNOS DE CULTURA
PUBLICAÇÃO NÃO PERIÓDICA

Director:

António Lourenço Marques

Coordenadora:

Maria Adelaide Neto Salvado

N.º 19 - Novembro de 2005

Secretariado:

Quinta Dr. Beirão, 27 - 2.º E
6000-140 Castelo Branco – Portugal
Telef. 272 342 042

Capa:

Miniatura que ilustra uma operação aos olhos num
manuscrito cirúrgico da escola de Salerno (séc. XI).

Composição, Impressão e Acabamento:

SEMEDO - Soc. Tipográfica, Lda.
Apartado 18 | 6000-909 Castelo Branco
Telef. 272 324 243 | Fax 272 325400
e-mail: semedo.lida@netvisao.pt
www.semedo.pt

Os textos assinados são, na forma e no conteúdo,
da inteira responsabilidade dos respectivos autores
e não devem ultrapassar 2.500 palavras, incluindo a
bibliografia e os anexos.

A Medicina e os Sentidos	3
Amato Lusitano (1511-1568). Tensões e diferenças na Europa do século XVI Alfredo Rasteiro	6
Pesos e Medidas na Obra de Amato Lusitano: Dos Saberes e das Certezas da Época Maria de Fátima Paixão - Fátima Regina Jorge - Ana Isabel Flório	17
O «mau olhado» em dois tratados de médicos portugueses contemporâneos de Amato Lusitano Maria Adelaide Neto Salvado	25
Amato Lusitano e a doença de D. Sebastião Manuel Costa Alves	36
Descubrimiento de Amato Lusitano Alfredo Pérez Alencart	40
Médicas na Antiguidade Clássica - um rosto reencontrado Maria do Sameiro Barroso	42
Trotula: uma visão medieval das ciências médicas em torno da mulher Rita Diana de Sá Lobato Moreira	56
A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e a sua contribuição no progresso de todas as partes da ciência de curar Fanny Andrée Font Xavier da Cunha	60
Médicos Cristãos - Novos, no século XVII - Olhares Maria Antonieta Garcia	64
Ribeiro Sanches -Tal como Amato um Médico do Mundo João Nabais	69
A bela idade da primeira Farmacopeia Portuguesa: 300 anos João Rui Pita - Ana Leonor Pereira	74
Evocação/Memória de alguns Médicos Notáveis da Beira Interior - Concelho do Fundão (IV) Joaquim Candeias da Silva	83
Religiosidade e Crenças nos Serranos da Gardunha - Cuidados com o Corpo, nos séculos XIX e XX Albano Mendes de Matos	89
A defesa do corpo ou o corpo em defesa: uma visão sobre o corpo humano na ruralidade e na globalidade António Maria Romeiro Carvalho	96
Petrus Salaciensis (1502 -1578) de Crepusculis - as variações das auroras e dos ocasos Maria José Leal	101
A Transumância dos Gados Serranos em Portugal: Escorço Histórico e Epidemiológico J. A. David de Morais	108
“A propósito de uma inscrição romana do Souto da Casa (Concelho do Fundão): Evergetismo e águas termais” Pedro Miguel Neto Salvado	118
O Corpo Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata	124

A Medicina e os Sentidos

Iniciado há dezassete anos, este caminho (não concluído), que dá pelo nome de Jornadas de Estudo “Medicina na Beira Interior - da pré-história ao século XXI”, tem como sentido materializar um contributo cultural capaz de enriquecer o conhecimento do Homem da nossa região. Perante uma realidade valiosa de testemunhos do passado existentes na Beira Interior incluídos no âmbito que se pode designar de medicina, tem-se apelado aos estudiosos das diferentes disciplinas do saber para colaborarem no aprofundamento dos conhecimentos que ajudem a assinalar e a compreender uma identidade própria do homem deste espaço. E o certo é que, todos estes anos volvidos, se mantém o espírito inicial, sempre renovado na realização anual das Jornadas.

Querer conhecer mais é naturalmente um estímulo suficiente para alimentar tal persistência. Acresce que o modelo da interdisciplinaridade, sempre defendido para o funcionamento destas reuniões, tem, do nosso ponto de vista, a maior justificação. É um dado adquirido que o conhecimento do Homem (e também das restantes realidades do universo) pressupõe uma abordagem global. O “todo”, ou seja, cada um dos seres ou a sua totalidade, não é o produto de uma simples soma aritmética dos elementos que o constituem. O “todo” tem existência só justificada pela união das suas partes. Isoladas, as parcelas perdem as relações e interações que forçosamente estabelecem quando unidas, produzindo a “verdadeira” realidade. Isto tem repercussão nas próprias disciplinas de estudo, e o paradigma emergente sobre a formação do conhecimento chama a atenção para a necessidade de se respeitar a “interacção entre os objectos de estudo das diferentes disciplinas e procurar a integração dos seus aportes respectivos num todo coerente e lógico”.

E, nesta saga da produção do conhecimento, também é elementar dizer-se que este não é possível sem, em primeiro lugar, as representações da realidade serem apreendidas através desses detectores fantásticos que são os órgãos dos sentidos. Kant (1724-1804), na sua complexa produção filosófica, afirmou-o, no entanto, com a maior simplicidade. “Todo o nosso conhecimento começa pela experiência; efectivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em acção a nossa capacidade de conhecer senão os objectos que afectam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento”. Os estímulos físicos partem pois da realidade, produzem as diversas sensações - visual, auditiva, olfactiva, etc. - criando um fluxo de informação num vaivém em direcção aos centros cerebrais, que, segundo os estudos recentes da transmissão neurocerebral, pode ir de cem até mil vezes, de forma a possibilitar a integração de outros elementos do mundo interno pessoal já adquirido-valores, crenças, ideais, receios, etc., - até se obter um sentido ou significado para essa realidade. Sendo assim, parece-nos que se justifica plenamente o lugar dos sentidos no tema que as Jornadas deste ano irão desenvolver. E, procurando manter a abrangência característica das temáticas anuais, acrescentamos ainda que o estudo contemplará certamente os sentidos “em todos os sentidos”.

Este número XIX dos Cadernos de Cultura inclui, por seu lado, as comunicações apresentadas, no ano passado, à volta do tema dos múltiplos saberes (certezas, técnicas, crenças e imaginários) sobre a defesa do corpo com referências a Amato Lusitano e à Beira Interior. É mais um conjunto de abordagens multidisciplinares que ajudam a concretizar o objectivo central atrás enunciado.

A direcção

XVI Jornadas de Estudo

“MEDICINA NA BEIRA INTERIOR DA PRÉ-HISTÓRIA AO SÉCULO XXI”

AUDITÓRIO DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

CASTELO BRANCO

12 e 13 de Novembro de 2004



Mesa de abertura das XVI Jornadas. Da esquerda para a direita: Prof. Doutor António Delgado, Dr.^a Ana Maria Malva (vice-presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco), Eng. Arnaldo Bráz (em representação do presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco), Dr. Luís Lourenço (Presidente da Associação Portuguesa de Escritores e Artistas Médicos). Lendo as palavras introdutórias o Dr. António Salvado, da organização.

Dia 12 -18.30h.**Sessão de Abertura:***Conferência inaugural:*

“As ideias de Arte, Urbanismo, Espaço Público e Saúde Pública em Ribeiro Sanches”. - Prof. Doutor Antonio Delgado - Universidade da Beira Interior.

Inauguração da exposição:

“Variações sobre o Corpo” - arte de Ribeiro Farinha.

Apresentação do n.º 18 dos Cadernos de Cultura “Medicina na Beira Interior - da pré-história ao séc. XXI”.

Dia 13 - 9.30h.

Início dos trabalhos com apresentação das seguintes comunicações:

“Amato Lusitano (1511-1568. Tensões e diferenças na Europa do século XVI”. - Prof. Doutor Alfredo Rasteiro.

“Pesos e Medidas na Obra de Amato Lusitano: Dos Saberes e Certezas da Época”. - Doutora Maria de Fátima Paixão, Dr.^a Fátima Regina Jorge e Ana Isabel Flório.

“O mau olhar em dois tratados de médicos portugueses contemporâneos de Amato Lusitano” - Dr.^a Maria Adelaide Neto Salvado.

“D. Sebastião e Amato Lusitano” - Dr. Manuel Costa Alves.

“O corpo e o espírito - Ainda a propósito da XLII Cura da Sexta Centúria de Amato Lusitano” - Dr. António Lourenço Marques.

“Descobrimientos de Amato Lusitano” - Prof. Doutor Alfredo Pérez Alencart.

“Medicina ‘Escola de Políticos’. António José de Almeida, um médico republicano”. - Prof. Doutor Luís Reis Torgal.

“Medicina na Antiguidade Clássica - Um rosto reencontrado”. - Dr.^a Maria do Sameiro Barroso.

“Trotula: Uma visão medieval das ciências médicas em torno da mulher”. - Dr.^a Rita Diana de Sá Lobato Moreira.

“A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e sua contribuição no progresso de todas as partes da ciência de curar” (Item 4) - Dr.^a Fanny A. F. Xavier da Cunha.

“Médicos Portugueses Cristãos Novos no Século XVII - Olhares”. - Prof.^a Doutora Maria Antonieta Garcia.

“Ribeiro Sanches - tal como Amato um Médico do Mundo”. - Dr. João Nabais.

“Medicina pessimismo e degenerescência nos finais do século XIX”. - Dr. José Morgado Pereira.

“Medicina e psicanálise: fontes portuguesas”. - Prof.^a

Doutora Ana Leonor Pereira; Prof. Doutor João Rui Pita.

“Subsídios para a História da Saúde em Macau, entre finais do século XIX e princípios do século XX”. - Arquitecto José Afonso.

“A bela idade da farmacologia portuguesa: 300 anos”. - Prof. Doutor João Rui Pita; Prof.^a Doutora Ana Leonor Pereira.

“O plano geral de estudos setembrista - reforma e reacções. O caso das Escola Médico-Cirúrgicas”. - Dr. Yann Loïc Araújo.

“Religiosidade, Crenças e Superstições nos Serranos da Gardunha - Cuidados com o Corpo nos séculos XIX e XX”. - Dr. Albano Mendes de Matos.

“A Defesa do Corpo ou o Corpo em Defesa: Uma Visão sobre o Corpo Humano na Ruralidade e na Globalidade” - Dr. António Maria Romeiro Carvalho.

“Petrus Salaciensis: De crepusculis - as variações das auroras e dos ocasos” - Dr.^a Maria José Leal.

“A Transumância dos Gados Serranos: Esforço Histórico e Epidemiológico”. - Prof. Doutor J. A. David Morais.

“A propósito de uma inscrição romana do Souto da Casa: Evergetismo e águas termais” - Dr. Pedro Salvado.

“O Corpo” - Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata



Hipócrates numa pintura do séc. XVIII.
(Museu Nacional Kaufbeuren, Alemanha)

AMATO LUSITANO (1511-1568). TENSÕES E DIFERENÇAS NA EUROPA DO SÉCULO XVI

Alfredo Rasteiro*



Amato Lusitano - Desenho de Alfredo Rasteiro

1 - No dia 9 de Setembro de 2004, em Lisboa, nas celebrações do centenário da Sinagoga Portas da Esperança (Shaaré Tikvá), após cerimónia, assistida por maometanos e cristãos, na presença do Presidente da República de Portugal, o grande Rabi Sefardim de Israel, Senhor Shlomo Moshé Amar, membro do partido religioso ortodoxo Shas, Judeu de Marrocos nascido em 1948, anunciou ter decidido «*criar uma comissão para estudar se os marranos portugueses são, ou não, autênticos judeus*» (Público, 10 de Setembro de 2004, página 30).

Num Universo em que «*o Judeu é o filho da judia criado e educado como judeu*», depois das confusões que atravessaram as primeiras Dinastias, que culminaram em fogueiras, - entre 1492 e 1774, entre a expulsão decretada pelos reis católicos e o Regimento português que deveria encerrar o assunto, - temo que esta nova «*comissão*» reactive metodologias abomináveis, próprias de políticas fundamentalistas e de religiões sectárias. Sei que em Portugal, infelizmente, proliferam políticos trampoleneiros que se comportam como os familiares do santo ofício, que utilizam linguagem xenófoba e rotulam, quem lhes não agrada, de «*cristãos novos*» e de «*mouros*».

A Genética das Populações, o ADN mitocondrial e o estudo do Cromosoma Y podem ajudar a arrumar, e a apaziguar, o sôtão dos nossos mitos judaico-cristãos de estimação, mas é necessário que, para isso, existam garantias, prévias, da idoneidade dos laboratórios de referência e dos cientistas envolvidos, seguindo-se a publicação, atempada, de todos os resultados. Numa Humanidade que é una, o ADN do cromosoma Y mostrará, ou não, aproximações entre Judeus e Palestinos, a recordar nestes dias 12 e 13 de Novembro de 2004 em que foi a sepultar Abu Ammar, Yasser Arafat, Mohammed Abdel Rahman Abdel Raouf Arafat al-Qudua al-Husseini (1929-2004), Pai da Palestina. Esta aproximação, a existir, indicará, ou não, a existência de um antepassado comum, anterior ao Patriarca Abraão, enquanto que o ADN mitocondrial pode mostrar, ou não, graus de afastamento entre mães guerreiras radicadas nos colonatos da Terra prometida e as Senhoras de Belmonte que terão, ou não, algum parentesco com as mulheres da Ibéria, mães dos Lusitanos.

Quaisquer que venham a ser as conclusões a que chegue «*uma comissão para estudar se os marranos portugueses são, ou não, autênticos judeus*», tal

comissão irá mexer em feridas reabertas no século XX em Antuérpia, Bordéus, Salonica, e outros locais, nos tempos de Hitler e de Salazar. Porém, creio que a Cidade de Castelo Branco continuará a honrar a Memória de Amato Lusitano e que, um dia, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa, lhe devolverá assentos provenientes da freguesia de Santa Maria de Castelo Branco onde consta que - «Aos 13 dias do mês de Junho de 1567, faleceu a mãe de Filipe Rodrigues mercador. Não fez testamento e jaz enterrada dentro da igreja. Comprou cova e deram a prenda ao P. Baltazar Gonçalves» - singelo registo relativo à mãe, e a um dos irmãos, do doutor João Rodrigues, divulgado pelo Senhor Engenheiro Manuel da Silva Castelo Branco em «O Amor e a Morte... nos antigos registos paroquiais albicastrenses», Cadernos de Cultura. Castelo Branco, 7, 1993, p. 7.

E, ao recordar «estórias» de «assentos», não me parece excessivo voltar a Teresa Santander Rodriguez e ao seu levantamento dos «Escolares Médicos em Salamanca (siglo XVI), Salamanca, 1984, páginas 324-325, onde deparamos com «Juan(s) Rodriguez» desde o registo com o número 2714 até ao número 2733, inclusive. Merecem especial atenção os dois primeiros:

«**2714. Rodríguez, Juan. Probó: 18-III-1532 cuatro cursos en Medicina de los años 1528-31 con Luis Nunes y Francisco Díez estudiantes médicos. Item probó diez lecciones (Lib. 542 f. 88). Grado de Bachiller en Medicina: 19-III-1532 con el Dr. Augustín Lopez «presentibus ibidem Antonio Scudero e Ludovico de Dueñas scholaribus et allis et Fran. co Cornejo... not. o presentibus testibus Ludovico Nunez... (Lib. 542 f. 89).**

2715. Rodríguez, Juan. Probó: cuatro cursos en Medicina hechos en la Universidad de Alcalá y diez lecciones (Lib. 548 ff. 117v-118). Grado de Bachiller en Medicina: 16-III-1535 con el Dr. Gonzalo Fernandez (Lib. 548 f. 118)».

Baseando-se no testemunho presencial do doutor Luis Nunes (*testibus Ludovico Nunez*), a Professora Teresa Santander crê que Amato Lusitano obteve o bacharelato em 19 de Março de 1532, contra a opinião de Verissimo Serrão, que situa João Rodrigues de Castelo Branco no registo seguinte, por referir Alcalá. Quanto a Luis Nunes, natural de Santarém, «Bachiller artista» em 13-IV-1532, surge com o número 2210: «Probó cuatro cursos de Medicina de los años 1528-31 y diez lecciones (Lib. 543 f. 4v)», ideia posta em dúvida na nota 75, página 64 da «Introduccion», por não poder «probarlo documentalmente por haber perdido esos folios el libro 543 (del) Archivo», ainda que conclua: «Finalmente réstame destacar como una de las aportaciones importantes y de primera mano que puede proporcionar este trabajo a la Historia de la Medicina peninsular (443 páginas), el fijar, creo que al fin, definitivamente, los años que estudió en Sala-

manca João Rodrigues de Castelo Branco «Amato Lusitano», y la fecha en que obtuvo el grado de bachiller en Medicina, hasta ahora objeto de conjeturas» (Obra citada, p. 64).

Registo o muito que devemos a Salamanca, e ao Senhor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, desde sempre incansável, na procura e na identificação de escolares e professores portugueses, em Universidades estrangeiras, começando, naturalmente, pela de Salamanca, onde podemos contar com as informações recolhidas pela Professora Teresa Santander, nomeadamente aquelas que são relativas a naturais de Castelo Branco, por exemplo a propósito de Felipe Rodrigues, sobrinho de Amato, bacharel artista matriculado em Medicina em 1585-86, 1586-87, 1586-87, 1587-88 e 1588-89 (Lib. 300 f.145, 301 f.137v e f.140v, 302 f.127 e 303 f.131) ou António de Amatos (?), matriculado em Medicina em 1571-72.

Debates relativos a estes temas continuarão a existir e, quanto a «Comissões» nomeadas, é necessário que alguma coisa mude, para que tudo fique na mesma, como sabia Giuseppe Tomasi (1896-1957), príncipe di Lampedusa («Il Gattopardo», 1958).

No caso concreto dos Sefardis portugueses, ninguém nos impede de continuarmos a saber que o Dr. João Rodrigues, de Castelo Branco e o Amato Lusitano foram o mesmo Homem, oriundo de uma Família radicada em Castelo Branco, irmão do mercador Filipe Rodrigues, do Licenciado Pedro Brandão, jurista, e de Catarina Aires. Catarina, Aires pelo casamento com o cirurgião boticário António Aires, foi mãe de Filipe Rodrigues, escolar em Salamanca e célebre, na diáspora, como Filipe Montalto. Devemos ao Senhor Engenheiro Castelo Branco, Obra citada, a descoberta do registo do baptismo do doutor Filipe Rodrigues, sobrinho neto de Amato Lusitano, baptizado no dia 4 de Outubro de 1567 na mesma igreja em que, quatro meses antes, em 13 de Junho de 1567 foram a enterrar os despojos mortais de sua avó materna, mãe de Amato Lusitano. João Rodrigues, de Castelo Branco, atingirá o fim dos seus dias no início de 1568, em 21 de Janeiro, em Salonica.

No século XX o mito dos Lusitanos renasceu com José Leite de Vasconcellos (1858-1941) em «As Religiões da Lusitânia», Lisboa, 1913 e, em 2004, «As Religiões da Lusitânia» foram o tema de uma grande exposição no Museu Nacional de Arqueologia, em Belém, com destaque para Endovélico, divindade do século I que atraía multidões ao Alentejo, com lápides votivas, quase uma centena, no cabeço de São Miguel da Mota, Terena, como se fosse o próprio Asclépio, enquanto Esculápio, filho de Apolo, recebia tributos em Lisboa, Santiago de Cacém e Braga, Serapis era venerado em Beja e Panóias, o Imperador era honrado em Évora e as deusas mães recebiam oferendas em Lisboa, Beja, Chaves e Marco de Canaveses. A padroeira de Barrancos, cristianizada,

continua a ter touros de morte, no adro da igreja.

A expressão «Lusitano» é mal compreendida. Em 10 de Outubro de 2004 o jornal PÚBLICO tinha uma página (9) com o santuário de Fátima e as legendas: «Lusitanea./ Aqui, você vai encontrar-se/ mesmo que não ande perdido», «Nasceu a Lusitanea. Uma antiga região,...» blá, blá, ... www.lusitanea.com ... «Renda-se à Lusitanea. Centro de Portugal», Rua Bernardim Ribeiro, 80, 3000 Coimbra, possivelmente os mesmos que deixaram passar uma auto-estrada por cima de Santa Olaia, entre Coimbra e Figueira da Foz, gente que nunca esteve em Mérida, que desconhece o significado dos templos ditos de Diana, de Évora e de Mérida e não vê diferenças entre o Museu monográfico de Conimbriga e o «Museo Nacional de Arte Romano» de Emerita Augusta, nem os viu.

Parafraseando a Dra. Edite Estrela, consultada a propósito de olho e visão (A Capital, 25 de Agosto de 1986, p. 4), quer-me parecer que Lusitano e Português «são e não são a mesma coisa, não têm qualquer relação etimológica, são dois significantes e dois significados. São dois lexemas ligados a campos lexicais afins, podendo mesmo pertencer ao mesmo campo lexical», o que mostra o valor da Semântica e a minha «maciça e indesbastável ignorância», maior que a do Eça (1845-1900) em relação a Sírio, ou Aldebarã. Como se isto não bastasse, João Rodrigo, de Castelo Branco fala-nos de «Lusitani nostri» e de «nostri Portugalenses», o que poderá conduzir-nos a uma voz de Itália, Luciana Stegagno Picchio, e às considerações que faz a propósito de Peregrinação (1614), Obra póstuma de Fernão Mendes Pinto, quando nos lembra os «Lusíadas de letra grande», e os «portugueses de letra pequena» («Mar Aberto. Viagens dos portugueses», Caminho, 1999). A professora Luciana Stegagno Picchio diz-nos que «As duas linhas não se tocam. Os Lusíadas constituem uma estilizada hipóstase colectiva do heróico em formas portuguesas. Pertencem às espécies das abstrações de que se estrutura a mitologia de um povo. Os

portugueses, pelo contrário, são uma complexa realidade humana e deles se tecem a história e as crónicas nacionais». Na verdade, a Professora italiana, estudiosa de coisas portuguesas e brasileiras, recorda-nos, apenas, que «**Toda a história é remorso**», verso de Carlos Drummond de Andrade, *Estampas de Minas* (p. 17).

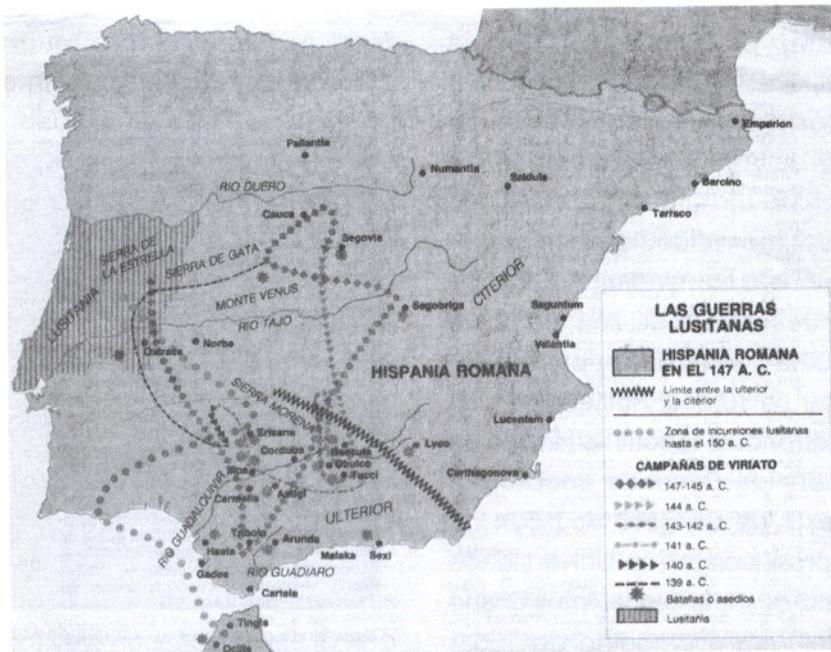
O vocábulo «Lusitano» andou esquecido por muitos séculos, até que o comandante D. Garcia de Menezes, Bispo de Évora, o utilizou em 31 de Agosto de 1481, numa saudação ao papa Sisto IV, antes de enfrentar os Turcos. Posteriormente, o termo Lusitano destronou o topónimo Hispânico e o Humanista André de Resende adoptou-o, como epónimo, em 1 de Outubro de 1534 na «Oratio pro rostris pronunciata» na Universidade de Lisboa, omitindo-o, mais tarde,

na «Oratio habita Conimbricae», em 4 de Julho de 1551.

Depois disso o epónimo «Lusitano» quase deixou de usar-se na terra portuguesa, ao contrário daquilo que se viu por toda a Europa depois de 1549, após a publicação das primeiras «Centúrias».

Longe de comunidades que, apressadamente, chamam nomes

àqueles que invejam, - «marranos», «safardanas», «sacanas», - Amato utilizou a expressão «Lusitanos» para designar os Sefardins da Lusitânia, sabendo que a Lusitânia era a Hispânia ulterior romana onde se situavam Emerita Augusta, Pax Iulia, Callabis, Salmantica, convicto de que tudo isto era terra de Sefarad, como pode deduzir-se da dedicatória, «**Àcerca da Matéria médica**», oferecida ao Senado de Ragusa: «...**No século XVI as poderosíssimas naves da Lusitânia causam a admiração do mundo, singram para Ocidente, dominam a navegação nos mares da Índia e permitem que, na sua esteira, se possa ir a qualquer lado e se façam negócios...**» «...nuperingentes naues vestrae ad Occidentalem, admirande cuiusdam magnitudinis Lusitanis, quibus amplissimis mos est vti in Indiae praesertim navigatione, sunt visar: vt nullus sitam terrae angulus, vbi praeclariciues Rhachusini non





Páginas da edição renascentista da *Materia Médica* de Dioscórides comentada por Amato Lusitano.

diuersentur, magna & ampla negotia tractantes: quoru egregiae virtutes aliquibus imitationi, omnibus certa sunt admirationi. ...» (In Dioscoridis Anazarbei De Medica Materia Libros Quinque, Amatin Lvsitani, Apud Viduam Balthazaris Arnoleti, Lyon, 1558).

2. Uma questão interessante, na Obra de Amato, é relativa às diferenças entre edições, da «Materia médica», em vida do Autor. Infelizmente não existem traduções portuguesas destas Obras e ninguém comparou a edição de Veneza com as edições de Lyon, a começar pela portada. Na edição princeps, o «In Dioscoridis Anazarbei de Medica Materia Libros Quinque enarrationes Eruditissimae», **Veneza, 1553** «Cum Priuilegio Illustriss. Senatus Veneti ad decennium» contém título, nome do Autor e indicação da tipografia. Por seu lado, a edição **Arnoleti, Lyon, 1558** mais cuidada, além de título, impressor e nome do Autor, «Amati Lvsitani Doctoris Medici Philosophi Celeberrimi», acrescenta a indicação: «Accesserunt huic operi praeter Correctiones Lemmatum, etiam Adnotationes R. Constantins, **Necnon simplicium picture ex Leonharto Fuchsio iacobo Dalecham-pio**, atque alijs».

Em poucas palavras, não sei se de Viduam Balthazaris Arnoleti, ou do próprio Amato Lusitano, registam-se os nomes do revisor das provas desta edição, R. Constantins, que não identifiquei, e a autoria das gravuras, quase todas elaboradas a partir do livro de Fuchs. São figuras que encantam qualquer um, ainda que contenham erros. Não sei se alguns erros são intencionais e não sei se Fuchs, mais tarde, mandou corrigir alguns, ou acrescentou outros, quando elaborou o «Codex Vindobonensis Palatinus», 1500 ilustrações que permanecem inéditas, que não conheço. Porém, daquilo que julgo saber do desenho, gravura, e posterior colorido, o livro de Fuchs é admirável, a começar pelo retrato do Autor no início, como era no ano de XLII (1542), antes da dedicatória à rainha da Hungria e do beneplácito de Carlos V, até aos três senhores da última página, depois da gravura C (100) que faltou no capítulo LXIII (64), «Von

Trauhentraut», num total de 515 representações de plantas com interesse medicinal. Na última página, a homenagem aos colaboradores Artistas: Pintores Albrecht Meyer, a desenhar e Heinrich Fullmaurer, a transpôr o desenho, e Gravador, orgulhoso dos resultados, trinômico: Veyt Rudolff Speckle. O livro de Amato não reproduz todas as gravuras do livro de Fuchs e contém outras que poderão estar, ou não, relacionadas com Dalechamps. Por exemplo, a propósito do Trigo (De Tritico, Von Weitzen), Amato utiliza a gravura CCCLXIX (369), «Weissen» para «Trimestre», não utiliza a gravura 370, «Welscher weissen» e introduz uma gravura, aparentemente nova, para «Triticum».

D. Leonhart Fuchsio fecit altero in x. l. i. Jaz.



Leonhart Fuchs

Não sei se Leonhart Fuchs (1501-1561), professor em Tubingen, manteve contactos com a Universidade de Ferrara, fundada em 1392, onde se laurearam pessoas famosas como Nicholas Copernicus (1473-1543), em Direito canónico e Paracelso, Theophrastus Bombastus von Hohenheim (1493-1541), em Medicina, mas sei que Friderich (1532-1604), filho de Fuchs, estudou na Itália (Klaus Dobat: Leonhart Fuchs, in The New Herbal of 1543, Taschen, 2001, página 20). Friderich pode ter-se cruzado com Amato, em Ferrara, em 1547-49, e pode ter contribuído com a sua presença, ou não, para uma alusão de Amato a comentários que Leonhart Fuchs fez à Obra de Galeno, a propósito do braço a sangrar em casos de pleurisia, na Primeira Centúria, Memória LII, 1549 e na Quinta Centúria, Memória LXX, 1560.

O nome do professor de Tubingen, comentador de Galeno, tornara-se conhecido em toda a Europa depois

da publicação do Livro «De Historia stirpium», Bale, 1542 posteriormente traduzido em alemão («New Kreuterbuch», Basell, 1543), com edições em francês (1545) e espanhol (1547). O «Novo Herbário» de 1543 foi reeditado por Taschen, em 2001.

A referência conjunta «Leonharto Fuchsio Iacobo Dalechampio» parece injusta e desproporcionada. As gravuras do livro de Fuchs são admiráveis e Dalechamps era, na época, um desconhecido. Dalechamps, natural de Bayeux, iniciara estudos de Medicina em 1 de Dezembro de 1545, em Montpellier. Concluiu estudos em 1547 e estabeleceu-se, para o resto da vida, em Lyon, em 1552.

Em 1558 Jacques Dalechamps (1513-1588) era um médico de quarenta e cinco anos, com meia dúzia de anos de actividade, em Lyon, onde irá tornar-se um dos mais afamados Botânicos franceses do século XVI, autor de uma «Historia generalis plantarum», Lyon, 1586-1587 com uma edição póstuma, francesa, 1616. Não sei se a sua associação à Obra de Amato partiu de iniciativa, aparentemente premonitória, do Editor, ou do Autor.

A propósito, convirá referir que, após a saída de Jacques Dalechamps, de Montpellier, Charles de l'Escluse (1526-1609), natural de Arras, depois de passar por Lovaina (1546), Marburgo (1549), e de ter concluído, em 1550, o Curso de Direito, na Universidade de Witemberg, inscreveu-se em 13 de Outubro de 1551 na «Universidade» (sic) de Medicina de Montpellier e, enquanto estudante, até 1554, secretariou, e foi tradutor, de Guillaume Rondelet (1507-1566) que retomara, nesse ano, as funções de professor, em 24 de Junho de 1551, depois de ter percorrido a Itália, e de se ter demorado em Veneza (Louis Dulieu: La Medicine à Montpellier du XII au XX siècle, Hervas, 1990, página 89). Mais tarde, em 1564, Clvsius esteve em Portugal a acompanhar o seu aluno Jacobo Fugger, herdeiro dos Fugger, teve conhecimento dos «Coloquios», Goa, 1563, adquiriu um exemplar, e traduziu-o (Antverpiae, 1567). Posteriormente, traduziu Nicolau Monardes (1574) e Cristovão da Costa (1582). Isolados, e em conjunto (Francfort, 1593, Leida, 1605) com a Obra de Garcia d'Orta.

3. As efígies de Fuchs, Amato e Dalechamps figuram na portada, célebre, da «Historia Plantarum Universalis», 1650 de Johanne Bauhino que mostra, em dois medalhões, seis personalidades conhecidas pelos seus estudos de Materia Médica, no século XVI. No medalhão situado à esquerda do Leitor, *Dissentimus*, Mattioli, Guilandinus e Amatus Lusitanus. No lado oposto, *Facile est inventis adderis*, Fuchsius, Gesnerus e Dalechampus. Tal como um objecto para a sua imagem, num espelho plano, as legendas deveriam respeitar a sequência: Leonhart Fuchs, Conrad Gesner, Jacques Dalechamps, Pietro Andrea Mattioli, Guilandino, Amato Lusitano.



Historia Plantarum.



Historia Plantarum. Im. Especular.

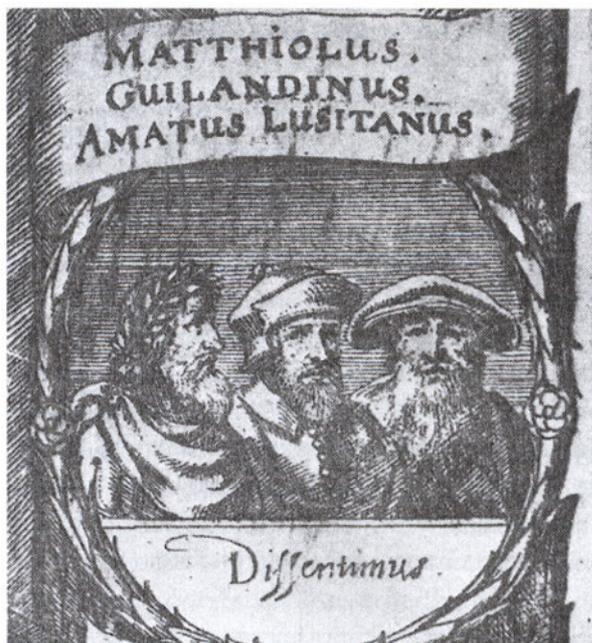
A identificação de Leonhart Fuchs é muito fácil, a sua figura corresponde à do retrato gravado no New Kreuterbuch, 1543 e situa-se do lado direito do leitor, do lado de fora da efígie de Conrad Gesner (1516-1565), patrono de «Gesnerus. Swiss Journal of the History of Medicine and Sciences». O retrato de Dalechamps é menos conhecido.

Para o outro medalhão, a identificação das figuras é muito mais difícil. Não existe correspondência entre qualquer das imagens e os retratos conhecidos de Mattioli.



Mattioli

A figura que olha, de frente, o Leitor, lembra o apanhador de Víboras de Andres Laguna (Materia Medica, Lib. II, p. 132) e poderia corresponder a Amato, enquanto que a figura colocada de perfil, por pose, e por expressão, faz lembrar Mattioli. Maximiano Lemos identificou esta figura como Amato e divulgou-a, a partir



Dissentimus.

de uma gravura alemã, tardia, com a legenda: «AMATUS LUSITANUS. Ein Artz von Castelblanco einer stadt in Portugall geburtig, hies eigentlich Johannes Rodriguez de Castelblanco, lebte in der Mitte des 16 Jahrhunderts, und bekañte sich zu Thessalonich zur Judischen Religion.» («Amato Lusitano. A sua vida e a sua obra», Porto, 1907) e o comentário: «(O original d'este retrato pertenceu ao Ex.mo Snr. Anibal Fernandes Thomaz)».

Não sabemos que tipo de relacionamento existiu entre Dalechamps e Amato. Dado que quase todas as gravuras da «Matéria Médica» da edição de Lyon, 1558 foram trabalhadas a partir de desenhos do livro de Fuchs, o relevo que é dado ao nome de Dalechamps, ao lado de Fuchs, parece-nos desproporcionado, ainda que tal associação possa sugerir ideia de pertença ao esboço de uma Família científica, da

mesma forma que encontraremos outras, por exemplo no livro «Acerca de la Materia Medicinal», de Andres Laguna, quando, no posfácio, «Al benigno Lector», Laguna recorda a colaboração de Luís Nunes, médico da rainha de França, do boticário português «Simon de Sousa», que não identifiquei e a amizade, e os

desenhos, de Pietro Andrea Mattioli (1501-1577), ou quando Christoual Acosta, na portada do «Tractado Delas Drogas», Bvrgos; 1578 se refere aos «Coloquios», Goa, 1563 e ao «mucho de lo que escriuió el Doctor Garcia de Orta».

Curiosamente, Andre Laguna estava ligado à corte de Madrid e ao português Rui Gomes da Silva que actuou em Madrid, Lisboa, Nápoles, Londres e Antuérpia. Rui Gomes da Silva, príncipe de Melito, foi sogro do Medina Sidónia da Invencível Armada (1588) e pai, entre outros, de Diogo da Silva, duque de Salinas, duque de Francavilla, vice-rei de Portugal entre 1606 e 1621. Gomes da Silva era casado com a princesa de Éboli, provável parente de Luis de la Cerda, autor do soneto, e provavelmente da Ode, que figuram no Livro de Laguna e que podem ter inspirado os versos de Camões impressos no livro de Orta onde, ao contrário do que sucede no livro de Laguna, o soneto não leva assinatura. Ana de Mendoza y Cerda era neta de uma dama portuguesa, que acompanhou a infanta Dona Joana casada com Enrique IV, e do cardeal arcebispo de Toledo Pedro Gonzales de Mendoza, filho do Marquês de Santillana.

Princesa de Melito da parte do pai, princesa de Éboli pelo casamento, Ana de Mendoza será bisavó de D. Luisa de Gusmão; oportuna injeção de sangue quente na Casa de Bragança, rainha de Portugal entre 1656 e Dezembro de 1662, entre o falecimento de D. João IV e a golpada heróica do conde de Castelo Melhor.

4 . Amato Lusitano escreveu em Latim e a sua produção literária tem sido descurada. As anotações à «Matéria Médica» não estão traduzidas e não foram comentadas. Quanto às «Centúrias», o trabalho de

Firmino Crespo foi feito a partir de uma edição muito póstuma, de 1620 (Burdigalae, Ex Typographia Gilberti Vernoy - MDCXX), e necessita revisão. O insubstituível trabalho do Professor Firmino Crespo, os quatro volumes que encerram as



Laguna. Apanhador de Víboras.

sete «Centúrias de Curas Medicinai», 1980 publicadas sob os auspícios da Universidade Nova de Lisboa, preencheram uma lacuna, foram um excelente serviço prestado à Cultura portuguesa, mas têm defeitos, que urge extirpar. A atitude do Professor Crespo, perante o «Amati lusiurandum», justifica esta

afirmação.

Pertence ao grupo dos admiradores de Amato que consideram o «Amati iusurandum» a sua principal obra. Mais do que simples rol de intenções, este «exame de consciência» surge, na obra de Amato, como uma exposição de tudo aquilo que fez ao longo da vida, como que um Testamento e uma Exortação aos vindouros. A sua forma definitiva está datada de 1559, foi escrita em Tessalónica e encontra-se publicada como «Posfácio», na «Sétima Centúria», 1561.

Firmino Crespo partiu uma edição «adaptada», de 1620 e reproduziu uma versão póstuma, amputada, do «Iusurandum». Não o traduziu. No «Posfácio» publicado, em 1620 o «Iusurandum» começa por uma invocação, que foi branqueada. Não sabemos se o processo de branqueamento ficou por aqui ou se atingiu toda a obra.

Vejam os Juramentos, numa versão publicada em vida do Autor, «Venetiis, Apud Vicentium Valgrismum, 1566»: «IURO Deum immortalem & sanctissima eius **decem oracula**, que liberato ab **egyptiaca servitute** populo, **Mose** interprete, in monte Sinare data sunt, me nihil prius aut antiquius in ijs meis curationibus duxisse quam ut illibata rerum fides posteris traderetur, nihil finxisse, nihil addidisse, aut commutasse ornamenti gratia: id tamen vnum semper studuisse, vt vtilitas ad mortales promaneret, neminem laudasse, aut vituperio affecisse vt privatis affectibus indulgerem, nisi id veritatis studium exposceret: si fallo, Deum & Raphaellem...»

Os responsáveis pela versão das «Sete Centenas de Memórias Médicas» publicadas em 1620 (Burdigalae, Ex Typographia Gilberti Vernoy) retiraram, da parte inicial do «Juramento», a referência aos **Dez Mandamentos**, a mediação de **Moisés**, e os lamentos dos «**schiavi ebrei**» que, entre muitos outros, sensibilizaram o Autor da ópera «Nabucco», Giuseppe Verdi (1813-1901). A versão cristianizada, de 1620, não contém estas referências: «IVRO Deu immortale, me nihil prius aut antiquius in ijs meis curationibus duxisse, quã vt illibata rerum fides posteris traderetur - nihil finxisse nihil addidisse, aut cominutasse ornamenti gratia: id tamen vnum semper studuisse, vt vtilitas ad mortales promaneret: neminem laudasse, aut vituperio affecisse vt privatis affectibus indulgentem, nisi id veritatis studium exposceret. Si fallo, Deum & Raphaellem ...»

Alberto da Rocha Brito traduziu o «Juramento de Amato Lusitano» em 1937 (Coimbra Médica, 1937, 4, 1, 33-33). Seguiram-se versões de Caria Mendes, e de Miller Guerra, cotadas por F.A. Gonçalves Ferreira em «História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal», F.C. Gulbenkian, 1990, 161-163). Todos estes Autores seguiram a versão original do «Iusurandum», ignoraram o branqueamento de 1620, respeitaram o nome libertador de **Moisés**, o sofrimento

dos **escravos hebreus** submetidos à servidão egípcia, e a protecção sagrada dos **Dez Mandamentos**.

5. Amato Lusitano não conseguiu libertar-se de alguma Farmacopeia que já era obsoleta no tempo de Plínio o Velho, Caius Plinius Secundus (23-79) e alinhou na Reacção Hipocrática do século XVI. Antecipou-se à Revolução Fisiológica do século XVII e pertenceu ao restrito grupo de descobridores de válvulas venosas, que as descobriram e lhes atribuíram importância. Amato encontrou «*ostiola sive opercula*» na Veia sem par (Azigos), junto à veia Cava, e registou a sua existência na Memória LII da «Primeira Centúria», Ancona 1549 e na Memoria LXX da Quinta Centúria, Salonica, 1561.

Na época, pensava-se que o sangue descia pela Veia sem par e Amato escreveu, em latim, «*qualquer coisa*» como: «... a Veia sem par (Azigos) não reenvia à veia Cava o sangue que dela recebe, até porque possui uns ostíolos que se fecham e não deixam o sangue voltar para trás».

Amato, ao descobrir um «opérculo», entre a Veia sem par e a Cava, implicou-o no impedimento do regresso do sangue à veia Cava, de onde se pensava, desde Galeno, que o sangue vinha. Se Amato tivesse visto o sangue a fluir, da Azigos para a Cava, teria compreendido a função da válvula.

Numa época em que ilustres Anatómicos nada sabiam do verdadeiro movimento do sangue, e da função das válvulas, Bartolomeu Eustáquio (Opuscula anatomica, 1564) considerou risível a descoberta de Amato e Francisco Valles (Controversiarum medicarum, 1583) não a levou a sério.

A visão distorcida e sectária chegou aos livros de História e passou a autores como Pedro Laín Entralgo, que opina: «Giambattista Cannano (1515-1579) - um ano antes que el português Amato Lusitano (1510-1566), pero describiéndolas bastante peor que éste - descubrió las válvulas venosas.» (Historia de la medicina, 1978, Masson, reimpressão, 1997, p. 262). Outros, como a tradutora M.A. Teresa Louro Perez, em A. Rupert Hall «A Revolução na Ciência. 1500-1750», Edições 70, 1988, página 222 diz-nos que: «*Entretanto, as estruturas das veias, mais tarde conhecidas como válvulas, já tinham sido observadas por Estienne e, a partir de cerca de 1545, foram estudadas por uma série de anatomistas, como Amatus Lusitanus (1511-1568) que dissecou doze corpos de homens e animais em Ferrara em 1547, a partir do que desenvolveu uma teoria completamente falsa da acção delas*», apreciação muito injusta, uma vez que a descoberta de uma estrutura nova não implica, necessariamente, a compreensão do seu funcionamento.

Meio século depois da passagem de Amato por Ferrara, Girolamo Fabrizi Acquapendente (1537-1619) publicou um livro sobre as válvulas das veias, não entendeu o seu funcionamento e todos lhe estão gratos

(De Venarum Ostioliis, Padova, 1603). **Oitenta anos depois** de Amato ter encontrado ostíolos, ou opérculos, na Ázigos, a comunidade médica europeia começou a perceber, finalmente, para que serviam as válvulas das veias.

Até ao século XVII coração, artérias, e veias, eram como que um «*sistema de rega*» que fornecia sangue, de forma continuada, a todo o corpo; porém, antes de William Harvey (1578-1657), ninguém se preocupava com a quantidade brutal de «alimentos» necessários ao funcionamento de um tal «sistema».

Em 1628 Harvey valorizou a presença das válvulas venosas, mediu a capacidade do coração, multiplicou o valor encontrado pelo número de batimentos cardíacos e, tendo encontrado um valor muito elevado, concluiu que o sangue não podia perder-se na «carne», teria que circular.

Se o Coração injectar nas Artérias, em cada pulsação, uma dracma de sangue, sendo quatro mil as pulsações numa hora, em cada hora injectará mais de trinta libras, e em cada dia mais de setecentas e vinte... (W. Harvey: «*Exercitatio anatomica de motu cordis et sanguinis in animalibus*», Frankfurt, 1628).

Por comodidade, façamos as contas em unidades de volume, no nosso sistema decimal: - Se um coração se contrai 65 vezes por minuto, se o ventrículo esquerdo injecta, na Aorta, em cada batimento, 90 centímetros cúbicos de sangue, ao fim de um minuto passaram pelo coração 6 litros de sangue, 350 litros numa hora, oito mil e quatrocentos litros nas 24 horas!...

A Medicina Hipocrático-galénica, habituada a sangrias, não pensou neste assunto até ao século XVII. Árabes e judeus, habituados a sangrarem os animais que consumiam, não pensaram nisto.

E a Humanidade, habituada a gestos ferozes, e a requintes de malvadez, desde há 200000 mil anos, ainda não aprendeu a identificar, e a impedir, a emergência de energúmenos capazes de sangrarem os seus opositores, desde os faquistas isolados que actuam à porta de discotecas até aos bandos organizados que geram o fundamentalismo na católica Irlanda, no mundo judaico, entre Iraquianos...

Já houve quem reutilizasse sangue cadavérico, em hemoterapia, sabendo que existem cerca de cinco litros de sangue num homem adulto, doze vezes menos do que o peso do corpo.

Na História da Biologia existem dois períodos perfeitamente demarcados: antes de 1628 e depois de 1628, antes da Revolução científica do século XVII e depois de Harvey.

Mirko D. Grmek, num interessante estudo sobre os primórdios da experimentação biológica na história da civilização ocidental, «*Le chaudron de Médée*», Institut Synthélabo, 1997, p. 170, recorda-nos que «*Les anciens savants faisaient des expériences biologiques ou médicales pour réfuter l'opinion des adversaires*

ou, à la rigueur, pour corroborer des explications personnelles préconçues et pratiquement jamais pour décider entre des théories jugées au départ comme à peu près également valables.»

No tempo de Amato, para o tratamento de uma pleurite, discutia-se se a sangria deveria continuar a ser, como ensinara Galeno, do mesmo lado da lesão, como queria Pierre Brissot (1478-1522), ou se deveria fazer-se como propunha Adreas Vesal (1514-1564), na veia axilar, basilíca, ou jecorária, sempre do lado direito, do mesmo lado da veia ázigos. Da mesma opinião era o luterano Leonhart Fuchs (1501-1566) que em 1538, em colaboração com Joachim Camerarius, publicara cinco volumes de comentários às Obras de Galeno (130-200) onde propunha sangria do lado direito nas pleurites do lado direito e sangria no lado esquerdo se a dor atacasse as três primeiras costelas do lado esquerdo, devendo sangrar-se o braço direito nos restantes casos. No campo oposto situava-se um antigo mestre de Vesálio, Jacques Dubois, Sylvius (1478-1553), de Paris, que encontrara «*membranas*» na embocadura de algumas veias, entre elas a ázigos, de que dará conhecimento na publicação póstuma «*In Hippocratis et Galeni physiologiae partem anatomicam Isagoge*», 1555 e que passou ao ataque: «*Vesalium non esse sed Vesanum*» (A. Tavares de Sousa: *Curso de História da Medicina*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., 1996, p. 292).

No auge da discussão Amato fez uma descoberta, utilizou essa novidade e concluiu, sem contemplanções: «*Vesalij & Fuchsij ratiocinationem, cassam & uanam esse*». Isto é: «o raciocínio de Vesalio e de Fuchs é inútil e vão» (Primeira Centúria, Memória LII, 1549, Quinta Centúria, Memória LXX, 1560). Amato Lusitano descobriu estruturas que, aparentemente, nunca tinham sido reveladas. Para as estudar planeou, e levou a cabo, duas séries de experiências, em doze corpos humanos, e de animais. Estas experiências, qualitativas, confirmaram a sua descoberta e justificavam, no seu modo de ver, perante a ciência da época, «Porque razão, na pleurite, se deve sangrar a veia axilar do mesmo braço onde está a dor»

Em 1547-49 era prematuro que alguém pudesse compreender a importância das estruturas encontradas, era cedo para que Amato pudesse perceber o mecanismo do funcionamento dos «*ostiola sive opercula*» da veia sem par (Azigos), ainda que em 1560 voltasse a escrever sobre «os prolongamentos da veia ázigos, e ramificações da veia cava, no interior do torax», na «*Curatio septuagesima, in qua docetur quòd propagines uenae aiugos, idest, uenae paris exptis, coniunguntur ramulis uenae cauae, thoracis internas partes nutrientibus*» (Centúria quinquagesima).

No século XVI, como ainda hoje, religião, crenças e fundamentalismo destruíam o mundo. O Judaico-cristão João Rodrigues sentia dificuldades de relacionamento com o luterano Leonhart Fuchs e, nos

Comentários à Matéria Médica, «In Dioscoridis Anazarbei», critica a «fuchsius caninam suam maledicention» (De Mele, Lib. II) e aponta erros: «Fuchsius errat» (De Prvnis), «Fuchs errat» (De Aphace, De Pulegio, De Melanthio).

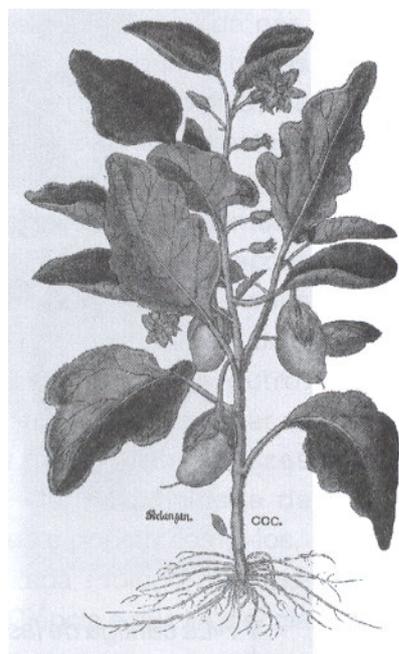
Seria curioso saber-se se, no decurso da sua viagem por Itália, Friderich, filho do professor Leonhart Fuchs, de Tubingen, assistiu, ou não, a alguma demonstração de Giovanni Baptista Canano (1515-1579) e se ouviu, ou não, alguma lição erudita de Amato Lusitano.

6. Em recente passagem por Córdoba, pátria de Averróis (1126-1198), e de Maimónides (1135-1204), deparei com o interessante livrinho de Elena Romero: «Coplas Sefardies», «Ediciones el Almendro», Córdoba, 1988 que poderá conter, ou não, uma discreta referência à Família de Amato Lusitano.

Está esta referência no Capítulo 20: «*Los guisados de las berenjenas*», 36 quadras de um Autor anónimo da diáspora, recolhidas no século XVIII, agrupadas em «*La cantiga de las merenjenas*» que lembra a Elegia VII de Luís de Camões. A Quadra nona (página 160) celebra o guisado de «*Beringelas*» da «señora Amada».

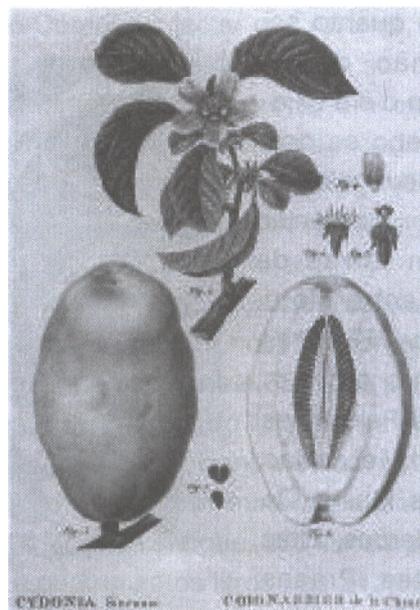
Tanto quanto sei, Amato não deixou descendência. Desconheço se gostava de Beringelas.

Porém, no século XVIII, em terras da Turquia, entre Morenas, Lenas, Eliazares, Merimeches, Salomões, Palestrinas, Matas, Mercadas, Contentes, Masas, Dasas, Calderóns, Zitas, Abudientes, Prasas, Pinhás e Maquedos, uma respeitável tia, perita na sertã, vendedora de pêssegos, de seu nome Señora (?), da família **Amada**, confeccionava saborosas beringelas,



com nozes: «*La novena las hacía la tía señora Amada, la que vende softilís, prima hermana de Saranda: rosadas en la sartén, asentadas con no-gada y es comida sabrosa y mucho más estimada.*» A propósito de **Beringela**, importa referir que figura no Capítulo CCII (202) do «Novo Herbário», 1543 de Leonhart Fuchs, gravura CCC (300), «Melanzan», «Melanzana», «Mala insana», «**Poma amoris**», flores roxas e frutos verdes.

Assinale-se o parentesco existente entre Beringela,



Solanum melongena L. originária da Turquia e *Solanum lycopersicum* L., originário do México, descrito por Mattioli como «mala aurea», «pomodoro», **Tomate**, capítulo dos «Commentarii in sex libros Pedacii Dioscoridis», 1544 de Mattioli em que este Autor se adiantou a Fuchs que, por seu lado, dedicou a sua atenção a *Capsicum annum* L. designando-o, enganosamente, «*Piper Hispanum/ Piper Indianum/ and Piper Calecuticum*», que Amato Lusitano não refere. A Família Solanacea é vasta. Amato Lusitano refere cultivo de Batata, *Solanum tuberosum* L., na Ilha da Madeira.

7. «*La cantiga de las merenjenas*» reconduziu-me à Elegia VII de Luís de Camões (1524-1580), interessantíssima descrição de 35 plantas que figuravam nos livros de «Materia Medica», no século XVI. Uma referência a algumas, a começar na «cecem», «*Cebola çucem*», a «*Açucena*» dos Castelhanos:



«...As ervas que de aqui irey tomando,
Saõ a pura cecem, que he saudade,
Cravos, medo de ver qual de amor ando.
E, de ter perdida a liberdade;
Tomarey madresilva entendimento;
Legaçõ tomarey, porque he verdade,
Marmeleyro me dá arrependimento:
Por a salva, que he gosto, tomarey,
Coentro oposito ao meu contentamento....».



Amato conhecia o termo *Legaçõ* e utilizou-o, a propósito da *Sarsaparilha*.

Manuel de Faria e Sousa (1590-1649), estudioso de Camões, diz que «*No hallo la significacion de la Zarça (esso es legação) en los Escritores que e visto deste argumento: sé que esta suerte de zarça es como la madre selva, en lo de buscar arrimo para elevarse; y juntarás agora el P.(oeta) por testimonio de su verdad en sus memorias, à que se les acerca; y desto puede ser las diesse el Portugués el nombre de Legação, que vale cosa que liga. Quatro suertes ay de mata, que el Latino llama Smilax: y esta de que trata el P.(oeta) es la llamada Yedra espinosa, que lleva flores blancas de gratissimo olor, y por más oposiciones que tenga siempre se levanta, y vive...*» (Comentários eruditos às «Rimas varias de Luis de Camoens», 1689).

«*Legação*» tomarei, porque é verdade», «*Marmeleyro*» do arrependimento, «salva» e «coentro», «estória» de um «*Membrillo*», «*por ser pomo dedicado à Venus*», assunto de Matéria Médica que Camões pode ter estudado com Luís Nunes (1510-1570), professor em Coimbra entre 1540 e 1544, e que pode ter discutido com Garcia d'Orta nas suas passagens por Goa, entre 1553 e 1569.

Garcia d'Orta (1500-1568) possuiu Obras de Amato Lusitano, de Andre Laguna, e de muitos outros, que tiveram influência no Soneto à maneira de Camões, e na Ode, impressos nos «Colóquios» de Garcia d'Orta, vistos pelo inquisidor naquelas partes, «*Im presso em Goa, por loannes de endem as x. dias de Abril de 1563. annos*».

O Soneto de Don Lvis de La Cerda em louvor de Laguna e a Ode ao Conde de Redondo, de «Luis de camões», em louvor de Orta, influenciaram o Soneto de Don Pedro Manrique em louvor do «docto Acosta», Christoual Acosta (1535-1596), no «Tractado de las Drogas», Burgos, 1578.

Os versos que Diogo Pires (1517-1597), Flauii Iacobi Eborensis, dedicou ao médico João Rodrigues, a Elegia na partida para Lovaina, e o Epitáfio, não figuram nos livros publicados por Amato Lusitano.

Em jeito de conclusão: Temos connosco, nestas XVI Jornadas, o Senhor Doutor Luís Reis Torgal, Ilustre Professor Catedrático de História das Ideias, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com uma comunicação sobre «António José de Almeida, um médico republicano». A associação de António José de Almeida (1866-1929), um dos «fundadores» da República e João Rodrigues, um dos «fundadores» da Medicina, oferece motivo adequado para que Castelo Branco dê início, em 2010, no decurso das Comemorações do Centenário da primeira República, às celebrações do Quinto Centenário do nascimento, em data incerta, do albicastrense João Rodrigues,

bacharel em Medicina por Salamanca, europeu do século XVI, cidadão do Mundo.

Da vida, da obra, e do tempo em que viveu João Rodrigues, apenas não estou interessado em saber se «*os marranos portugueses são, ou não, autênticos judeus*». Quanto ao resto, tudo me interessa: os marranos, os portugueses, os judeus, e por aí fora, incluindo naturais de «lugares de que Ptolomeu não houve notícia». Há estudiosos marrões e há Marrão apelido, 74 na lista telefónica nacional de 2004, parte deles em Seia, casa de solar e turismo de Habitação em Trás os Montes. Faço votos para que a nova questão judaica não reacenda ódios, entre o Norte e o Sul, entre as Gentes do interior e os Povos do litoral, para que o longo e doloroso processo da identidade nacional prossiga e que, diariamente, se consolide, sem incidentes, sem acidentes. Que o grande Mestre Sefardim de Israel, Senhor Shlomo Moshé Amar, membro do partido religioso ortodoxo Shas venha a Portugal sempre que quiser e que, cá e lá, todos aprendam a respeitar as Vidas, e as Crenças, de cada um.

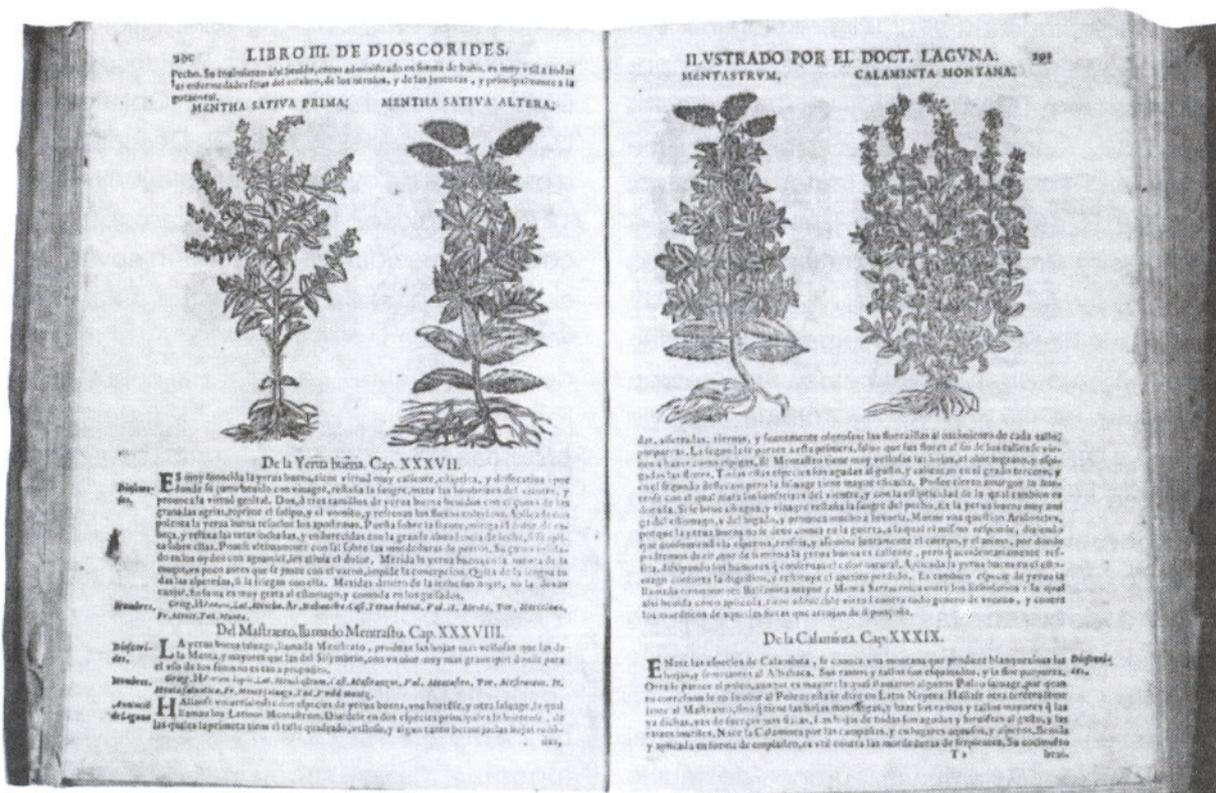
A presença do Doutor Luís Reis Torgal é incentivo para que aumentemos o grau de exigência em relação aos temas de que nos ocupamos e, ao mesmo tempo, motiva-nos a recordar o seu antecessor Professor J.S. Silva Dias e o seu interesse pela Obra de Amato Lusitano, comentada em «Os Descobrimientos e a problemática cultural do século XVI», Presença, 1973, 3ª edição, 1988 vasto campo repleto de coisas esquecidas que se tornam novas, quando as recordamos, de mistura com uma, ou outra, «casca de banana» que alguém, antes de nós, deixou pelo caminho. Para descobrir as coisas tornadas novas, e para erradicar o lixo, as próximas Jornadas de Castelo Branco contam, como sempre contaram, desde as Primeiras Jornadas, com a Universidade de Coimbra. Esperamos coisas novas, novas interpretações e revisões críticas. Sabemos que, nos seus limites, «**Toda a história** (ou) **é remorso**», ou é «propaganda». Entre um extremo e outro, buscamos a Verdade, procuramos acertar e, algumas vezes, acertamos, outras vezes erramos. Todos. Alguns têm a felicidade de descobrir os próprios erros e podem corrigi-los.

J.S.Silva Dias (Obra citada, Prólogo), recorda-nos que a História é uma Ciência e que «*A ciência é um longo errar e aprender*», sujeito a «*rectificações*», por mais «*amorosamente*» que a tratemos. Duas frases: «*Por cerca de 1519, («o francês Pierre Brissot, 1478-1522») dirigiu-se a Portugal, impellido pelo desejo de estudar as plantas medicinais e de passar ao Oriente. Em Évora, onde Amato Lusitano o conheceu, polemizou com o médico real, afecto ao arabismo*» (J.S.Silva Dias, Obra citada, p. 45). A primeira frase passa por certa, errou a segunda. Em 1519 o «médico real, afecto ao arabismo» chamava-se Dionísio. Amato Lusitano era uma criança de 8 ou 9 anos que vivia em Castelo Branco. Mais tarde, em **Antuérpia**, *circa*

1536 o Lusitano conhecerá «Dionísio (que) é aquêl afamado médico contra quem o francês Brissot, ... publicou a doutíssima «Apologia sôbre a pleurite»

(«Primeira Centúria». II Memória, 1549).

* Faculdade de Medicina de Coimbra.



Páginas da edição renascentista da Matéria Médica de Dioscórides comentada por Andrés Laguna.

PESOS E MEDIDAS NA OBRA DE AMATO LUSITANO: DOS SABERES E DAS CERTEZAS DA ÉPOCA

Maria de Fátima Paixão*, Fátima Regina Jorge** e Ana Isabel Flórido***

O albicastrense Amato Lusitano viveu entre 1511 e 1568. Como estávamos, então, em Portugal e na Europa, no que respeitava ao uso de unidades de medida, ou seja, ao rigor, certezas e técnicas das medições que se efectuavam e se exigiam e como é que tal aspecto se traduz na obra de Amato Lusitano?

Facilmente se compreende que a necessidade de pesar e medir¹ de forma cada vez mais precisa surgiu, de facto, nesse tempo histórico do Renascimento, com as grandes navegações e com o desenvolvimento da ciência experimental.

grande desenvolvimento no renascimento e, ao mesmo tempo, há que clarificar que ela fazia parte do currículo de Medicina. Recorda Marques de Almeida (1997, p. 90) que “Durante o século XVI o ensino da Matemática confunde-se com o magistério da Medicina (...). Aliás, sabe-se que Pedro Nunes fez estudos médicos em Lisboa”². Portanto, o século XVI continuou a ser, afinal, um século de aprofundamento interdisciplinar de saberes mas agora de procura e de uso mais generalizado do rigor científico pela via da importância das Matemáticas e das Ciências Experimentais.



FOTO 1 - Ilustrações dos Padrões de Peso Manuelinos (Anuário de Pesos e Medidas, nº 1, 1940).

A proximidade entre a Farmácia e a Medicina era grande. Pita (2000), na sua História da Farmácia, refere-se a Amato Lusitano como uma figura importante para a Farmácia portuguesa. Também a proximidade entre a Matemática e a Medicina o era. A Matemática é uma das matérias que sofreu um

Pesar e medir são operações muito antigas, tão antigas como a existência de trocas materiais entre os humanos. As primeiras unidades de medida baseavam-se, certamente, na comparação com objectos naturais e na utilização de algumas dimensões do corpo humano como padrão.

Conhecem-se unidades da grandeza massa que vêm dos árabes, como o arrátel (495g), a arroba (32 arráteis) e o quintal (4 arrobas); e unidades de capacidade como o alqueire e o almude. Unidades da grandeza comprimento, como a milha, provêm dos romanos, tal como o cúbito ou o módio (popular: moio) e a onça, como unidades de massa. Os egípcios e os hebreus usavam a braça, o palmo e o dedo. Os gregos introduziram o pé, a polegada e a dracma.

Em Portugal, como nos outros países, passaram-se muitos séculos sem que houvesse unidades de peso e medida uniformes que pudessem servir de padrão. As unidades variavam de um lugar para outro, ocorriam unidades diferentes e com diferentes designações, unidades diferentes com o mesmo nome e medidas cujo valor varia conforme a natureza do que se está a medir (Libra do linho e Libra da botica, por exemplo).

Em Portugal, a primeira tentativa de uniformização de padrões parece ter ocorrido, em 1352, no reinado de D. Afonso IV, mas cingiu-se apenas às medidas de comprimento. A determinação régia de tomar a Alna³ de Lisboa, de que então se serviam os mercadores desta cidade, terá sido bem aceite pelos povos, pois que surgem representações da unidade de comprimento em vigor, imposta pelo senhor, nas paredes de castelos e igrejas.

Seguem-se outras tentativas para a regulação das unidades de massa e de capacidade, como as de D. Pedro I (1361), D. Fernando, D. Afonso V e D. João II, nem sempre bem sucedidas.

D. Afonso V, nas Cortes de Coimbra de 1446, prepara o terreno para a difícil tarefa, determinando que o Corregedor da Corte se faça acompanhar de um burro transportando os pesos e medidas legais: “quando el Rey fizer mudança de hum lugar përa outro, haja o Corregedor da Corte hi ‘a besta de albarda përa trazer os pezos e medidas que ordenados som que com sigo haja de trazer” (citado por Mendo Trigo, 1815). Porém, as queixas dos povos das Beiras, pelos quais se tinha inciado o processo, levam D. Afonso V a alterar então o plano inicial e as Ordenações Afonsinas de 1455 mandam aferir regionalmente os pesos e medidas. Mas o certo é que o povo não terá, acatado estas determinações e as queixas e o desagrado popular com as medidas impostas pelas ordenações afonsinas continuam a manifestar-se no reinado de D. João II (Mendo Trigo, 1815; Pinto, 1983).

A adopção das unidades baseadas no “Marco de Colónia”, padrão de massa já de uso bastante generalizado na Europa, é decidida em 1488, no Reinado de D. João II e é sintomática da importância e do aumento crescente das trocas comerciais e da necessidade de internacionalização dos Pesos e das Medidas.

Nas Ordenações Manuelinas (1499), portanto na

transição para o século de Amato Lusitano, procurou-se clarificar os sistemas de unidades e definiram-se múltiplos e submúltiplos das unidades principais⁴. A lei promulgada por D. Manuel I manda que “*todas as varas, côvados, pesos e medidas sejam do mesmo tamanho das da Cidade de Lisboa*” (Mendo Trigo, 1815, p. 365).



Ilustração dos Padrões de Peso Manuelinos (Anuário de Pesos e Medidas, nº 1, 1940).

Sabemos, contudo, que para além das determinações régias, D. Manuel I apenas mandou fabricar e distribuir padrões para o Peso. Nas medições de capacidade persistiram as unidades tradicionais, por vezes específicas de determinados lugares, em paralelo com as novas unidades.

D. Sebastião reforça as Ordenações de D. Manuel I determinando *cortar de huma vez pela raiz os abusos de medidas que ainda eftavão subsiftindo a pezar das providencias de seu illuftre Bisavô* (Mendo Trigo, 1815, p. 368), promulgando a Carta de Lei de Almeirim em 1575. Utilizou o mesmo processo de distribuição de padrões reais pelos concelhos como fizera D. Manuel I, mas agora abrangendo igualmente as unidades de capacidade de líquidos e secos⁵.

Mendo Trigo afirma que a base que se adoptou para os pesos de D. Manuel não pode ter sido a do marco de Colónia (de 0,2338 kg, que fora adoptado por D. João II). Diz Mendo Trigo: *Examinando porém os pesos das outras Nações Europeas, conheceremos logo que o da Hespanha é quasi idêntico com o noffo, quer no seu valor, quer nas suas divisões⁶ e, por conseguinte não nos refta a menor dúvida de que alli fôffemos buscar o noffo actual Padrão* (1815, p. 367).

Portanto, se alguma influência de unidades de pesos e medidas portuguesas ou castelhanas podemos

esperar encontrar na obra de Amato Lusitano referem-se, por certo, às da Reforma de D. Manuel I que, aliás, apenas no que diz respeito aos pesos, persistiram até 1815, ano da adopção do sistema métrico em Portugal.

Também a grandeza **tempo** e a sua medição tem uma história de muitos milhares de anos. Desde a antiguidade que foram encontradas dificuldades para a criação de um calendário, pois o ano não é um múltiplo exacto da duração do dia ou da duração do mês.

O ano de 12 meses foi introduzido no calendário por Júlio César. Depois de acertos sucessivos, Gregório XII introduziu um novo calendário em 1582. Este trabalho matemático e astronómico de grande envergadura e minúcia foi coordenado por Clavius e sugestões terão sido pedidas a Pedro Nunes. Importante para o trabalho que aqui apresentamos é que o **tempo** é, também, uma grandeza em fase de precisão por altura do renascimento.⁷ Contudo, o relógio de pêndulo que permite uma contagem e divisão da hora de forma mais precisa e directa, só foi inventado no século XVII pelo holandês Huygens que o apresentou em 1657.

Escreve Marques de Almeida (1994): *Para o homem do renascimento e do barroco o tempo é vita brevis. O grande desafio é medi-lo. Seja por meio do sol, de areia, de água, dos movimentos uniformes do pêndulo, ou dos movimentos aparentes das estrelas, e enquadrá-lo no calendário, determinando os dias festivos que tanta importância tinham na prática social.*

Sabemos que Amato Lusitano nasce em Castelo Branco em 1511, em 1525 (ou 1526) vai para Salamanca onde conclui o curso de Medicina regressando à Pátria em 1529 (prefácio da Primeira Centúria, ed. 1946). A partir de 1534 viaja pela Europa estabelecendo contacto estreito com grandes centros do saber renascentista.

Sabemos também que o plano de estudos de Medicina, em Salamanca, por essa altura, integrava o conhecimento das línguas latina, grega e hebraica. Como aponta Andrade de Gouveia (1986) “Amato Lusitano reconhecia o valor e autoridade dos clássicos Gregos, Latinos e Árabes, mas sempre que verificava imperfeição, não se coíbia de afirmar divergências e de emendar Dioscórides, Plínio, Galeno, Avicena”.

Analisámos integralmente a Primeira Centúria de Amato Lusitano (tradução de Firmino Crespo e Lopes Dias. 1946) e encontrámos referências às seguintes grandezas: comprimento, massa (designada, ao tempo, como peso e ainda actualmente muito confundida com tal grandeza), volume (capacidade de sólidos e líquidos) e tempo.

No que diz respeito, agora, à identificação das unidades usadas por Amato Lusitano na sua Primeira Centúria, encontrámos uma enorme dispersão, num total de vinte e uma unidades de medida diferentes.

Contámos unidades de massa e seus submúltiplos, num total de oito, unidades de capacidade e seus submúltiplos, num total de nove (incluindo nestas a bexiga que se refere à vasilha/contentor mas identificada com uma certa quantidade que lhe corresponde), três de comprimento (sendo que uma delas, o bastão, é por comparação com um objecto conhecido) e seis de tempo.

Portanto, as unidades expressas/ encontradas, usadas para medir as grandezas referidas, tal como era nossa previsão, *dado o tempo a que já aludimos, a extensa cultura clássica e árabe de Amato Lusitano e o currículo de Medicina de Salamanca e as suas características de viajante*, teriam que ser, necessariamente, muito diversas (e não se cingiriam, pois, às portuguesas e castelhanas).

Mas, dessa análise da Primeira Centúria, no que respeita às unidades de massa utilizadas por ele na descrição de tratamentos e procedimentos, conclui-se da utilização de unidades com designações iguais às utilizadas em Portugal, bem como da utilização de outras unidades de uso comum na farmácia e na medicina. Dado que os pesos portugueses ter-se-ão uniformizado a partir das Ordenações Manuelinas e seguiram, tanto quanto se crê, o sistema correspondente de Castela e ainda o facto de os padrões terem sido mandados construir na Flandres, optámos por tomar a Libra em Amato Lusitano equivalente à Libra (de botica) portuguesa que se dividia em 12 onças (Fradesso da Silveira, 1856).

Quadro I – Pesos na Primeira Centúria de Amato Lusitano e respectiva conversão para o Sistema SI

Unidade principal de massa: Libra (de botica) = 343,5 g		
Submúltiplos		
Meia-libra	= ½ libra	= 171,65 g
Onça	= 1/12 libra	= 28,625 g
Meia-onça	= ½ onça	= 14,3125 g
Dracma	= 1/8 onça	= 3,578125 g
Meia-dracma	= 1/16 onça	= 1,7890625 g
Escrópulo	= 1/3 dracma = = 1/24 onça	= 1,192708 g

A importância dada à pesagem, por Amato Lusitano, é relevante e mostra que as balanças eram encaradas como instrumentos de muita precisão, em particular quando usadas na farmácia. Amato Lusitano defende, nomeadamente, que até “Os xaropes (na minha opinião) devem ser pesados em balanças, como se faz na Itália, e não medidos, como costuma fazer-se na Espanha, não sem perigo de errar” (Cura XI, p 90. Ed. 1980).

Aliás, Amato Lusitano recorre mais a unidades de massa para **medir líquidos**, do que a unidades de capacidade, supostamente adequando-se ao novo saber (Itália) e práticas dos grandes centros do renascimento e ultrapassando a sua formação em Salamanca.

Quadro II – Unidades de Medida de Capacidade para Líquidos na Primeira Centúria de Amato Lusitano e respectiva conversão para o Sistema SI

Unidades de medida de capacidade para líquidos		
Côngio = 3,25 l e Sextário = 1/6 côngio		
Cótula, Cótula ou Hemina	= 1/2 sextário	= 270,833 ml
Meia-Hemina	= 1/2 hemina	= 135,417 ml
Acetábulo	= 1/4 cótila	= 67,708 ml
Ciato	= 1/6 cótila	= 45,139 ml
Onça (líquida)	Entre 1/10 e 1/9 da cótila	Entre 27,083 ml e 30,092 ml

Nos Comentários à Cura XI, Amato Lusitano apresenta-nos a maioria das medidas de **capacidade** que usa na Centúria, bem como a definição das mesmas com base no livro VI de Galeno: “*A hemina que todas as pessoas sensatas chamam cótila, é uma medida que contém quatro acetábulos, seis cíatos ou, para não nos alongarmos, nove onças, o máximo dez, como se deduz de Galeno, no livro VI*” (p. 64). Além das unidades hemina ou cótila, do acetábulo, do cíato e da onça (líquida), encontrámos ainda referência em várias curas, aos submúltiplos Meia-Hemina, cíato sextantal de cótila (entendido como a sexta parte da cótila ou cótila).

Vale a pena reforçar que, embora a onça fosse, em geral, nas cidades europeias, tomada como uma unidade de peso cujo valor oscila entre a 12^a, 14^a ou 16^a parte da libra, ela surge em AL quer como unidade de peso quer como **unidade de capacidade**, como evidenciado nos seguintes excertos:

“Ofereci para beber um xarope solutivo de rosas com um peso de duas onças, em caldo de frango” (Cura XVII, p. 79).

“(D)escrevamos o modo de proceder com o decocto. Primeiro cortem-se transversalmente, de manhã, as raízes em rodinhas finas, das quais se põe uma onça em doze libras de água num vaso de barro cozido com a capacidade de dezasseis onças e cozam-se a fogo lento até restar só uma terça parte” (Cura XC, p. 200). Relativamente a medidas de capacidade para secos referenciam-se apenas medidas de natureza antropométrica, como o manípulo, o meio-manípulo e o punhado (Tabela VII).

Quadro III – Unidades de Medida de Capacidade para Secos na Primeira Centúria de Amato Lusitano

Unidades de medida de capacidade para secos.	
Manípulo	Feixe (de ervas, palha, flores) abarcável pela mão, com o indicador e o polegar unidos em arco [Era originariamente medida de boticário].
Punhado	Quantidade de (qualquer coisa) contida numa mão; quantidade pequena (de algo. Sinónimo de mancheia, manípulo, mão-cheia, maunça.

Medir o **tempo**, surge na Primeira Centúria com destacado relevo e frequência. Basta atentar na descrição pormenorizada logo nas primeiras páginas da obra (p. 6-30): “ (...) Dentre os dias bons, como dissemos, são de julgamento especial os chamados autenticamente decisivos que se contam por setenários, a saber: o 7^o, o 14^o e o 20^o, visto que três setenários findam em 20 dias, como ensinou GALENO no livro 3^o das Predições (*Praedictiones*)”⁸. Já a páginas 11, Amato Lusitano reforça o entendimento e o uso do “tempo” como grandeza mensurável e o dia como uma das suas unidades de medida. Diz ele: “Por isso, na minha opinião, o médico, quando tentar calcular os dias da doença, contará os dias completos, não desprezando nenhuma fracção deles”.

Veja-se a preocupação de rigor de Amato Lusitano com a definição de mês e de dia quando clarifica: “O mesmo ordena Galeno que se faça, nos livros 19 e 29 dos *Dios decisivos*, antes de engendrar aquele mês, encontrado no livro 3^o da mesma obra, que ele confessa ter escrito mais para agradar aos amigos do que para concorrer com qualquer novidade benéfica para a medicina. Satisfazem bem os dois primeiros livros em que se atende ao dia de 24 horas (...) e até o próprio Galeno diz muitas vezes: ‘Quando me refiro a dia, entenda-se na acepção do período que abrange tanto a luz como a noite’, (...) em que declara: ‘chamo dia, agora, ao intervalo de 24 horas equinociais’” (p. 9 e seguintes).

Quadro IV – Unidades de Medida de Tempo na Primeira Centúria de Amato Lusitano

Ano	“Consta de 365 dias e um quarto”
Mês	“Espaço que vai duma conjunção da lua à outra conjunção e que se realiza em 29 dias e 12 horas”
Dia	“Período que abrange tanto a luz como a noite” “Chamo dia agora, ao intervalo de 24 horas equinociais”
Hora	Vigésima quarta parte do dia

Finalmente, cabe referir que não sendo significativo o uso de unidades de **comprimento** na Primeira Centúria há referências explícitas a duas unidades correntes na época: o côvado e a milha. Tomando

como referência as unidades portuguesas da época, apresentamos no Quadro VIII, algumas unidades de medida de comprimento, a sua definição e respectiva conversão para o Sistema SI.

Quadro V – Unidades de Medida de Comprimento na Primeira Centúria de Amato Lusitano e respectiva conversão para o sistema SI (Fradesso da Silveira, 1856)

Unidades de medida de comprimento		
Milha	= 1624 varas	= 1852,4 m
Braça	= 2 varas	= 2,20 m
Toeza	= 6 pés	= 1,98 m
Vara	= 5 palmos	= 1,10 m
Côvado	= 3 palmos	= 0,68 m
Pé	= 12 polegadas	= 0,33 m
Palmo	= 8 polegadas	= 0,22 m

A indicação muito frequente de quantidades numéricas exactas, inteiras e fraccionárias, a usar de cada produto é um precioso indicador da intenção e exigência de rigor de Amato Lusitano no exercício da medicina e no cuidado posto na preparação das mezinhas e tal aspecto é abundantemente clarificado e referido na sua obra. Veja-se, por exemplo, o modo como crítica Galeno e os Salamantinos na cura XI (p. 61-64) pelo facto de não se reflectirem a adequação das quantidades prescritas à doença e ao doente: “Um médico sabedor adverte, nesta altura, que não usemos sempre da mesma medida de xarope, assim como muitos dão absurdamente aos febricitantes quatro onças e meia, pouco mais ou menos, ou cinco com água, no máximo”. É muito interessante o discurso que se segue, interpretando GALENO: “O auxílio da água fria faz-se quando se bebe abundantemente dela. Não é possível que o que se dá a beber dum só vez em todo o dia seja mais de quatro onças e meia.”

São estas as palavras deturpadas. Por elas, tôda a posteridade até hoje sanciona como lei dar-se o xarope até quatro onças e meia, não se devendo elevar a dose. Receitavam para beber, como ainda hoje se faz em Salamanca, duas onças de água, totalmente misturadas aos xaropes, em quási tôdas as doenças, como se tôdas exigissem uma única medida, exactamente como se todos houvessem de calçar pela mesma fôrma”.

Unidades de Tempo, Peso e Medidas na I Centúria

Vejamos, então agora, como Amato Lusitano se refere, na sua I Centúria, a algumas das unidades das grandezas de tempo, comprimento, peso e medidas.

Logo a Cura I (p. 31-33) é muito abundante na

consideração de diferentes unidades de **peso e medida, de comprimento e igualmente de tempo**.

É uma cura “Feita em Portugal, em que se trata do curativo da mordedura de víbora”. Trata-se de “uma rapariga campônia de 13 anos de idade” que é levada a Amato Lusitano “passadas três horas depois de ter sido mordida por uma víbora. Como tratamento, depois da intervenção do cirurgião, e de lhe ter aplicado logo ali um “emplastro feito de alhos e cebolas azedas muito bem pisados, com teriaga à mistura” “propinámos-lhe para beber uma poção de três dracmas de teriaga, dissolvidas em XV onças do mais puro vinho”. “Passadas quatro horas, demos-lhe a comer panatella cozinhada com alhos”. “No dia seguinte” deu-lhe então “uma poção de quatro onças de suco de folhas de freixo, em jejum”. O emplastro foi aplicado “durante os três dias seguintes”. “Passados os quatro primeiros dias, aplicou-se à ferida ou chaga, estêrco de cabras dissolvido em vinho, com pó de nardos, de louro e de eufórbio, aquecidos num parche (*splenium*) ou pano (*plagula*)”. “Empregou o remédio durante quatro dias”. Em seguida mandou aviar “o seguinte unguento: *R. Pó de aristolóquia comprida - 2 onças; de briónia, de hástula régia, de asfodelo na. - 1 onça; de gálbano, de mirra an. - meia onça; de óleo de louro com cera, quanto baste. Faça-se em unguento e aplique-se duas vezes por dia no sítio mordido*”. “Usou este remédio durante um mês completo”. E para concluir a descrição o médico deixa ainda a informação de que “Há em Norquéria, a oito milhas da cidade de Foligno, (...) uma fonte maravilhosa, com abundante água, muito fria. Se nela se mergulharem os mordidos por víbora ou serpente e se deixarem estar durante uma hora, ficam sãos e salvos”. Nos Comentários que faz no final da apresentação da Cura I, Amato Lusitano explica que a víbora é um animal venenoso “do comprimento de um côvado, cabeça achatada, estreita, da grossura de um bastão”.

Na Cura XI (p. 61-64), em que também se fala “Duma Terçã e da quantidade de xarope a dar”, é relevante a importância dada à medição bem como o rigor posto por AL nas medições das quantidades dos produtos que prescreve. Atente-se, por exemplo, na seguinte passagem: “Chamado para o ver (Rodolfo, de 25 anos), encontrei-o de cama, mas não totalmente livre da febre. A urina era avermelhada, espêssa e completamente sanguínea.

Em virtude disso, mandei abrir a basílica do lado direito e correr sangue para duas pequenas bacias, até sete onças. (...). Passados poucos dias tratamos que o intestino se apresentasse como de costume, e demos a beber êste purgante: *R: de xarope rosado solutivo, quatro onças; de ruibarbo bom, uma dracma e meia; de agárico preparado recentemente em pasta, um escrópulo; de cozimento comum, quanta baste; faça-se uma poção que beberá ao romper da manhã*

e dormirá uma hora por cima para depois o medicamento actuar melhor”.

Acabou por ficar são, mas Amato Lusitano pomenoriza ainda: “Todavia, a quentura deixada aos membros foi desaparecendo com algumas alternativas durante três dias. Ao todo foram doze dias”.

A Cura XV (68-72) exhibe também várias unidades de medição e uma grande atenção ao rigor e precisão: AL mandou “preparar pelo boticário o seguinte decocto: *R: de raízes de aipo, de funcho. De espargo de gilbardeira, de aipo, de cardo bento, an. uma onça; de semente de anís, de salsa, de semente de ôlmo an. um dracma; de artemísia, de poejo, de calaminta, an. um manípulo; faça-se uma decocção até sete libras de água e até se ter consumido a têrça parte; depois, feita uma colatura, ajunte-se: de xarope de calaminta, de bizantino sem vinagre, an. duas onças; *mixture*. Bêba este decocto, aromatizado com cinamomo, em jejum, cinco onças e outras tantas à tarde, antes da ceia”. Depois de acabada tal poção foi receitado um bolo cuja receita também é apontada na Cura e em seguida permitiu-se à paciente dormir uma hora. Receita ainda “uma água” da qual devia a paciente beber uma onça e meia. Foi necessário extrair meia libra de sangue da veia do pé, passados três dias durante os quais continuou a beber o já referido decocto. Passados outros três dias, AL deu as seguintes pílulas: “*R: de pílulas de fumária, dois escriptulos, agrigativase de hiera composta, dois escriptulos. Façam-se pílulas e doirem-se*”.*

Quanto à grandeza **temperatura** não encontramos qualquer indicador da sua medição, embora sejam frequentes as referências a febres e os termos “quente” e “frio”, como nos fomos apercebendo, nomeadamente em alguns dos troços aqui transcritos. Nesta altura, iniciava-se a medição da grandeza temperatura mas os termómetros eram, de facto, aparelhos embrionários. O que sabemos é que o termómetro já era empregue nos estudos químicos em 1611 (Smith, 1973).

Outras grandezas fundamentais não eram ainda conhecidas. Só os séculos XIX e XX as imaginariam, por necessárias para a descrição dos fenómenos já então em interpretação, como a electricidade, a luz e a quantidade de substância.

Conclusão

Amato Lusitano está consciente de que explicitar e indicar quantidades é um aspecto importante para melhor garantir o rigor na sua actividade ... e é também notória e evidente a sua consciência de que tal aspecto carece de clarificação. **Pouco depois, Portugal e a Europa assistem a novas tentativas de uniformização do sistema de unidades.**

Como noutros aspectos, Amato Lusitano é um homem do seu tempo mas com preocupações e atitudes que o destacam da vulgaridade desse tempo.

Ele usou, de facto, do rigor possível na sua época mas percebeu a importância desse rigor da medição, e acaba por registar a sua preocupação com a falta de precisão que decorria da não existência de um sistema de unidades homogéneo, absoluto, decimal, racional e coerente, como é agora o Sistema Internacional de Unidades⁹, baptizado em 1960 e que é o herdeiro legal do Sistema Métrico saído do ideal de Liberdade, Fraternidade e Igualdade, da Revolução Francesa¹⁰.



A. Smith, A Revolução Científica nos séc. XVI e XVII.

* *Doutoramento em Didáctica / Ciências. Professora Coordenadora, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco.*

** *Mestrado em Ensino / Matemática. Professora Adjunta, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco.*

*** *Estudante de 5.º ano de Farmácia. Faculdade de Farmácia. Universidade de Coimbra.*

Referências

- Almeida, G. 1997. Sistema Internacional de Unidades (SI), Grandezas e Unidades Físicas. (2ª edição). Lisboa: Ed Plátano
- Fradesso da Silveira, Joaquim Henrique (1856). *Compendio do Novo Systema Legal de Medidas*. Lisboa, Typographia do Centro Commercial.
- Houaiss, A., Villar, M. S. (2002) Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Instituto António Houaiss de Lexicografia e banco de Dados da Língua Portuguesa. Edição para a Língua Portuguesa em Portugal. Círculo de Leitores.. 6 vol.
- Marques de Almeida, António Augusto (1994). *Aritmética como Descrição do Real (1519-1679)*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Vol. I.
- Marques de Almeida, António Augusto (1994). *Aritmética como Descrição do Real (1519-1679)*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Vol. II.
- Marques de Almeida, António Augusto (1997). *Estudos de História da Matemática*. Col. Inquérito Universidade. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Mendo Trigo, Sebastião Francisco (1815). Sobre os Pesos e Medidas Portuguezas, e sobre a Introdução do Systema Metro-Decimal. *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*. Tomo V. Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias., pp. 336 a 411.
- Neil Ardley 1994 *Dicionário Escolar de Ciência*, Lisboa: Círculo de Leitores (p. 14)
- Rodrigues de Castelo Branco, J. (Amato Lusitano). (1946 - tradução de Firmino Crespo e José Lopes Dias). *Primeira Centúria de Curas Médicas*. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola, Lda.
- Smith, A.G.R. (1973). *A Revolução científica nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Editorial Verbo.

Notas

¹ Pesar refere-se à determinação da massa, operação que requer uma balança, e medir significava determinar comprimentos (medida de extensão) mas, principalmente, capacidades de líquidos e sólidos. Medir designa, actualmente, comparar uma grandeza com uma unidade previamente estabelecida. As unidades são estabelecidas por padrões segundo normas de convenção própria, regional, nacional ou internacional.

² Também Gomes Teixeira refere que Pedro Nunes é bacharel em Medicina pela universidade portuguesa, então instalada em Lisboa. Visitou, em romaria de estudo, a universidade de Salamanca que era naqueles tempos o santuário da ciência hispânica e publicou o seu Livro de Algebra em Antuérpia em 1567.

³ A adopção da unidade de comprimento com a designação de Alna dever-se-ia, segundo Mendo Trigo, ao facto de muito do comércio de panos à época ser feito com a França. Pensamos poder concluir que a Alna, Aulne ou Anna corresponde ao Còvado de Lisboa (Bento Fernandes, transcrito em Marques de Almeida, 1994).

⁴ Na Casa da Índia usam-se os chamados pesos velhos ou pesos pequenos, usados sobretudo no pagamento dos tributos em especiarias a Sua Majestade (quintal =112 arráteis, arroba = 28 arráteis e o arrátel = 14 onças). Notar que no peso grande a arroba contém 32 arráteis e o arrátel 16 onças.

⁵ Um aspecto curioso desta reforma é a utilização da rasoura nas medidas de volume de secos e proibindo o cogulo.

⁶ "Os espanhóis têm o quintal de quatro arrobas, a arroba de 25 arráteis, o arrátel de dois marcos, o marco de oito onças, a onça de 8 oitavos, e a oitava de 72 grãos; o que como se vê, é a nossa mesma nomenclatura e divisão, excepto no número de arráteis que contém a arroba. (...) o arrátel castelhano pesa 0,4598 kg e o português 0,4586 kg,"([2], p. 367).

⁸ Vale a pena referir que Amato Lusitano ocupa cerca de quatro páginas a explicar com detalhe, justificando todos os cálculos, porque é que considera que o terceiro setenário ocorre ao 20º dia e não ao 21º.

⁹ O sistema Internacional de Unidades (SI) tem sete unidades de medida de outras tantas grandezas físicas (ou seja, mensuráveis) fundamentais e todas as outras são derivadas destas. Trata-se de um sistema homogéneo, absoluto, decimal, racional e coerente. O SI é homogéneo porque uma vez fixadas as grandezas e as suas unidades fundamentais é possível derivar outras grandezas e unidades; é coerente porque a divisão ou a multiplicação de duas ou mais grandezas origina a unidade de uma nova grandeza; é absoluto porque as unidades fundamentais são inalteráveis e é decimal porque as unidades das grandezas são sempre múltiplas ou submúltiplas de 10. Tal sistema é adoptado e usado por todas as comunidades científicas e tecnológicas do mundo e por todos os países da Europa e é adoptado legalmente por muitos países do mundo (subsistem e coexistem, contudo, ainda, diversas unidades de medida; o Reino Unido só recentemente adoptou este sistema de unidades para uso generalizado). O SI é usado internacionalmente por acordos legais mesmo em países com sistema próprio, como por exemplo nos Estados Unidos, onde o sistema nacional de medidas é o "US Customary System". As unidades tais como plegada, pé, jarda, libra, etc são definidas em termos das unidades base do SI. Este é o rigor necessário e possível no tempo actual!

¹⁰ O chamado "Sistema Métrico" foi concebido e instituído em França em 1791. Nas palavras de Lavoisier (1743-1794), que integrou a equipa de organização do sistema métrico, "jamais algo de maior e mais simples, de maior coerência em todas as suas partes, saiu das mãos dos homens". A França tentou difundi-lo e impô-lo por toda a Europa. Contudo, a sua adopção não foi rápida e muito menos pacífica. Pela aversão que se nutria em relação aos símbolos das invasões francesas em 1812 formou-se em Portugal uma comissão "para a igualdade dos pesos e medidas próprios dos grandes

conhecimentos e luzes do século”. Dois anos mais tarde, D. João VI aprovou a proposta dessa comissão, baseada no sistema métrico, e executaram-se novos padrões de pesos e medidas. Contudo, para evitar a palavra metro, mas reconhecendo a coerência de um tal sistema, foi adoptada a designação de mão-travessa para a unidade fundamental, mas esta correspondia ao decímetro, a décima parte do metro. Adoptou-se o litro como unidade de volume mas chamou-se-lhe canada. A libra adoptada como unidade de peso, correspondia a um quilograma. É claro que um tal sistema dificultava as comparações e o comércio internacional e originava grandes confusões com o uso dos nomes antigos que agora correspondiam a outras unidades para designar novas quantidades. No sistema de 1814 havia nomes diferentes para os diversos múltiplos e submúltiplos: 10 mãos-travessas designavam-se por vara e 100 varas mediam uma milha; Um quintal correspondia a dez canadas e o milionésimo da libra chamava-se escrúpulo. Com a crescente necessidade de uniformizar e padronizar os subsistemas improvisados, ainda em uso mesmo em diferentes áreas da ciência, a Conferência Internacional de Pesos e Medidas reunida em Paris reorganizou o Sistema Métrico e, em 1954, decidiu a adopção de um sistema para ser usado em todo o mundo; em 1960 atribuiu-lhe o actual nome de Sistema Internacional.



El Boticario

Gravura do séc. XVI.

O «MAU OLHADO» EM DOIS TRATADOS DE MÉDICOS PORTUGUESES CONTEMPORÂNEOS DE AMATO LUSITANO

Maria Adelaide Neto Salvado*

O «mau olhar» - uma crença antiga e universal

Vinda dos confins do tempo, a crença de que pelo olhar se pode exercer uma influência nefasta e provocar doenças em pessoas e animais, ou dizimar culturas agrícolas, percorre todas as culturas da Terra.

Na Antiguidade chamaram a este poder maléfico do olhar *fascínio*. *Mal de olho* ou *Olho mau* dizia-se no português antigo. *Acedente* ou *mau olhar* são as designações mais frequentes empregues pelo povo da Beira em tempo próximo de nós. Também lhe chamam *quebranto* ou *coibranto*, atendendo a um dos sintomas que mais frequentemente se relacionava com este mal e que se traduz por um estado de enfraquecimento geral¹.

Esse estado mórbido, se não cedesse à acção de medicamentos, ou se se verificasse o aparecimento de dores de cabeça e vertigens acompanhadas por tremores e sensação de frio (após encontro com uma pessoa que se suspeitava possuir o poder de lançar sobre os outros «mau olhar»), considerava-se sintoma evidente do poder maléfico do olhar.

Do mesmo modo outrora, pelas povoações do interior da Beira, quando o gado morria sem causa aparente ou quando crianças ou adultos definhavam ou neles surgissem os sintomas atrás descritos, dizia-se que haviam sido vítimas de um mal emitido através dos olhos.

Para comprovar este diagnóstico, usava-se um método mágico que consistia em lançar, com as pontas dos dedos, algumas gotas de azeite sobre a água contida num prato ou numa tigela. Se as gotas se mantivessem sobre a água, havia que buscar outra causa para a doença. Mas se o azeite se espalhasse, era esse facto considerado sinal evidente de que a doença fora provocada por «mau olhar». Neste caso, procurava-se a cura através da recitação de ensalmos. Transmitidos oralmente de mães para filhas num fio ininterrupto, eram os ensalmos rezados ou por mulheres de virtude ou pela própria pessoa atacada pelo mal. A título de exemplo, e como homenagem à Dr.^a Maria da Assunção Vilhena, nossa companheira

destas *Jornadas*, um ensalmo por ela recolhido, em 1995, na aldeia do Padrão do concelho de Proença-a-Nova, e que pelas formas verbais utilizadas «Deus me cure,(...), Deus me criou, ..., Deus me fez», parece pertencer ao tipo de ensalmos rezados pelo próprio doente:



«Deus me fez
Deus me criou
Deus me cure
De quem mal pr'a mim olhou.
Duas mo botaram
Três ma *handem* tirar:
As três Pessoas da Santíssima Trindade.
Se és quebranto eu t'espanto.
Se és *estrepasso* eu te passo;
Se é p'ela testa, Deus m'acuda depressa;
Se é por detrás, Deus m'acuda S. Braz;
Se é pela frente, Deus m'acuda sempre».²



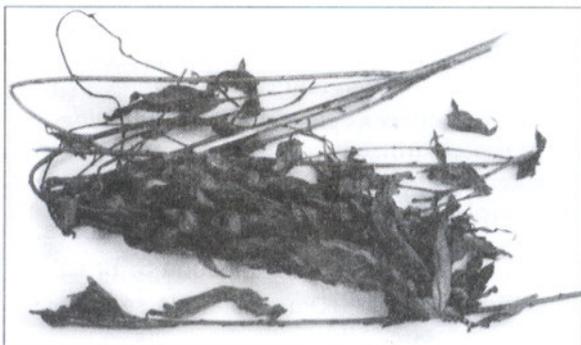
O uso de ensalmos e esconjuros para exorcizar as doenças, que se consideravam serem provocadas por causas em que existia uma forte componente mágico-religiosa e entre as quais se contavam as produzidas por encantamentos e pelo «mau olhar», constituía uma prática com raízes fundas no tempo. Na Península Ibérica, quer o judaísmo, quer o cristianismo e até o islamismo aceitavam estas práticas como possuindo uma marcada eficácia.

Sirva de exemplo este *hadit* (facto recolhido na tradição oral) atribuído ao profeta Maomé:

«Conta-se que o Enviado de Deus - Deus o bendiga e o salve - se estava queixando. Acudiram os seus companheiros a auxiliá-lo e ele disse-lhes: 'Gabriel veio e fez-me um encantamento. Espero que Deus me cure'. Perguntaram então os companheiros: 'Qual foi o encantamento, Enviado de Deus?' E ele disse:

“Em nome de Deus esconjuro-te de toda a coisa má, Ele te ajude contra todo o invejoso e contra o mau olhado. E Deus te sirva de remédio’»³

Noutras culturas, em vez de ensalmos, os métodos de afastamento do «mau olhado» possuíam diferentes contornos. Assim, em Macau dava-se diariamente a beber à pessoa que se suspeitava ter sido vítima de «mau olhado» uma colherzinha de uma decocção feita com sete gomos das folhas da planta *de olhado* (*Aster gallachii* Wall), ou, na sua falta, folhas de pessegueiro (*Prunus persica*, Stocks).⁴



Kat chat ip - folha do olhado (*Aster gallachii* Wall).

A este tratamento por via oral juntavam-se lavagens de todo o corpo do doente com um pano embebido na água de cozedura, de folhas ou gomos dessa mesma planta (*Aster gallachii* Wall). Para maior efeito do tratamento, as lavagens deveriam realizar-se ou ao nascer ou ao pôr do sol.

Como todas as coisas na cultura chinesa obedecem aos dois princípios que regem o Universo, o Ynn (princípio feminino) e o Yang (princípio masculino), o número de folhas ou de gomos para a preparação do banho variava de acordo com o sexo do doente. Se fosse do sexo feminino, coziam-se oito folhas ou oito gomos (8 é um número par e os números pares relacionam-se com o princípio Ynn); se fosse do sexo masculino, eram sete as folhas ou os gomos utilizados (7 - número ímpar, números que se relacionam com o princípio Yang).

O «mau olhado» num *Tratado* espanhol do século XVI

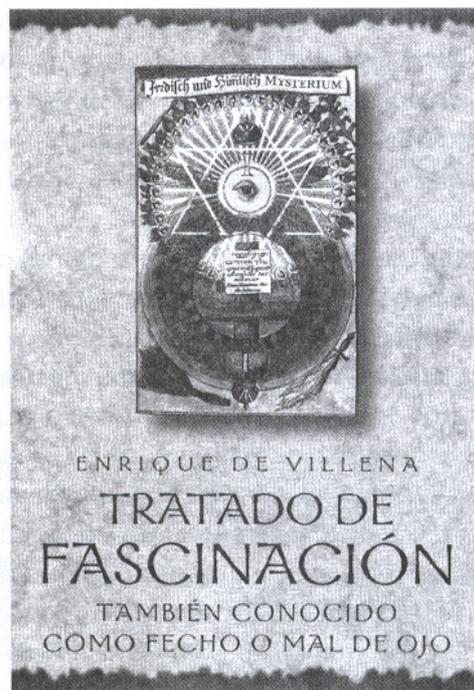
Logo na 1ª metade do século XV, a ideia de que os sintomas mórbidos atribuídos ao «mau olhado» nada tinham de mágico e eram reflexo de uma doença mental e espiritual que urgia investigar, começou a ganhar forma.

A primeira obra que analisa os sintomas do «mau olhado», propondo para a sua explicação uma teoria científica, deve-se a D. Henrique de Vilhena (1384-1418). Tendo por título *Tratado do Fascínio*, presume-se que tenha sido escrita em data balizada entre 1425 e 1430.

Ligado pelo nascimento às casas reais de Aragão e Castela, era D. Henrique de Vilhena filho de D. Joana de Castela, (filha bastarda de Henrique II) e de D. Pedro de Vilhena (filho de Afonso de Aragão), condestável de Castela e Marquês de Vilhena. Por morte de seu pai na batalha de Aljubarrota (1385), tornou-se D. Henrique herdeiro do poderoso marquesado de Vilhena. A sua notável ascendência, a conjuntura política tecida pelas rivalidades entre os reinos ibéricos peninsulares, ditar-lhe-iam uma esmerada educação que lhe despertaria multiplicidade de interesses.

Considerado um dos homens mais importantes da cultura hispânica do século XV, os interesses de D. Henrique de Vilhena repartiam-se pela poesia, pela teologia, pela astronomia e até pela interpretação bíblica de raiz humanística.

Foi também tradutor de mérito. Traduziu Petrarca e obras de clássicos gregos e latinos, destacando-se entre estas últimas a tradução da *Eneida* de Virgílio.



Na sua obra *Tratado do Fascínio*, centrada sobre o tema do «mau olhado», D. Henrique de Vilhena, contrariando a opinião de muitos médicos seus contemporâneos, defende a ideia de que os sintomas mórbidos atribuídos ao *mau olhado*, que afirma ser «matéria intrincada» e «mui suspeita», eram reflexos de uma doença do espírito que se impunha urgentemente estudar. Escreveu ele:

«Os físicos de agora sabem disto pouco, porque desdenham a cura de tal enfermidade, dizendo que é coisa de mulheres, e assim não alcançam os segredos que obteriam se lhes prestassem atenção».⁵

E, incitando à investigação do mal, serve-se D. Henrique de Vilhena de uma afirmação de Santo Isidoro de Sevilha contida nas *Etimologias*: «A Filosofia é o

conhecimento das coisas humanas e divinas», concluindo: «Todas essas coisas podem ser alcançadas pela Filosofia, que deve investigar profundamente para conhecer e resolver as questões humanas e divinas e penetrar os seus segredos»⁶.

Embora considerando o «mal de olho» como uma enfermidade espiritual para a qual aponta três grandes tipos de remédios preventivos (que classifica em três categorias: supersticiosos, virtuais e qualitativos), D. Henrique de Vilhena analisa na sua obra os procedimentos para detectar a existência deste mal e os métodos utilizados no seu tempo para o tratar.

E este aspecto confere ao *Tratado do Fascínio* um elevado interesse sob o ponto de vista antropológico e cultural.

Muitos dos meios usados no século XVI e descritos por D. Henrique de Vilhena, quer para confirmar a existência do «mau olhado», quer os processos usados para o curar ou para o prevenir, sobreviveram ao passar dos séculos e chegaram até aos nossos dias.

Assim, o processo de diagnóstico do mal com o recurso às gotas de azeite que se lançam sobre a água, tal como é ainda realizado nas aldeias da Beira, é descrito por D. Henrique de Vilhena como a prática mais corrente no seu tempo.

Mas esta obra de D. Henrique de Vilhena possui igualmente um marcado interesse relativamente à compreensão das origens de certas práticas enraizadas na cultura popular portuguesa. Conta D. Henrique de Vilhena que os judeus espanhóis da 1ª metade do século XVI como prevenção do «mau olhado» simulavam com os dedos da mão, colocados em determinadas posições, letras do alfabeto hebraico, gerando um determinado gesto que descreve deste modo:

«Previne-se o mau olhado mostrando um Saday com a mão. Levantando os três últimos dedos da mão à maneira de Sir (שׂ) e, encurvando o segundo dedo à maneira de Dalet (ד), e pondo o polegar debaixo, à maneira de Yod (י) e formando como que o escudo de David com a mão e dizendo *taf tafia maguen David*, e protege-se do olhar que produz o mau olhado».⁷

Ora este gesto é aquilo a que chamamos figa.



Figa de osso -
(mão esquerda).



Figa de osso -
(mão esquerda).

Curiosamente, a *figa* perdeu-se entre o povo português transformando-se num amuleto de uso muito generalizado em Portugal ainda nos nossos dias.

Na farsa *Quem tem farelos* (1550), Gil Vicente faz eco do uso deste gesto, na fala da Velha a Aires Rosado:

«Má cainça que te coma,
Mao quebranto te quebrante,
E mau lobo que t'espante!
Toma duas figas toma!»⁸

A poesia popular de várias regiões patenteia a crença do povo no poder exorcizante deste ancestral amuleto:



«Adeus, ó rua Direita,
Em te ver me dá *cubranto*:
Eu *hei-de-le* mandar pôr
Uma figa em cada canto...

O meu amor é tão lindo,
Que é de todos cobiçado:
Hei-de-le dar uma figa
Pr'a ninguém *le* dar olhado...»⁹



Mas D. Henrique de Vilhena esclarece que o afastamento do «mau olhado» através do Saday era uma prática somente usada pelos judeus.

Escreveu D. Henrique: «Porém como os nossos Doutores não fizeram menção disto a não ser os mestres judeus, os cristãos não usam estes remédios». Recorriam, pois, os cristãos peninsulares a outras práticas, que D. Henrique de Vilhena assim descreve e justifica: «Para a prevenção do mal e como remédio qualitativo costumam levar coral, folhas de louro, raízes de mandrágora, pedra esmeralda, jacinto, dentes de peixe, olho de águia, mirra, bálsamo, pois como escreveu Fisiólogo no livro *De phisicis ligaturius* estas coisas têm a virtude natural de purificar o ar em seu redor».

E conclui deste modo: «(...) todas as coisa que purgam o ar afastam da infecção o mal e, se se levam postas, preservam do mesmo».¹⁰

Diz Juli Peradejordi que uma prática diferente era usada «pelos judeus de origem árabe». Tratava-se do uso de um amuleto: a «mão de Miriam», chamado em árabe *Jamsé*, palavra que em árabe significa «cinco», e que é formada por uma mão sobre a qual

aparece por vezes um olho. E esclarece que este amuleto «recorda a «Mão de Deus», e o número 5, *jamesch*, é uma clara alusão ao Pentateuco ou, seja, à Tora. (...) De algum modo a mão (com os cinco dedos) sugere a ideia de «alto» ou «fique aí» e serve, por exemplo, para deter alguém. Por isso se crê que pode deter o «mau olhado»¹¹.



Mão de Miriam.

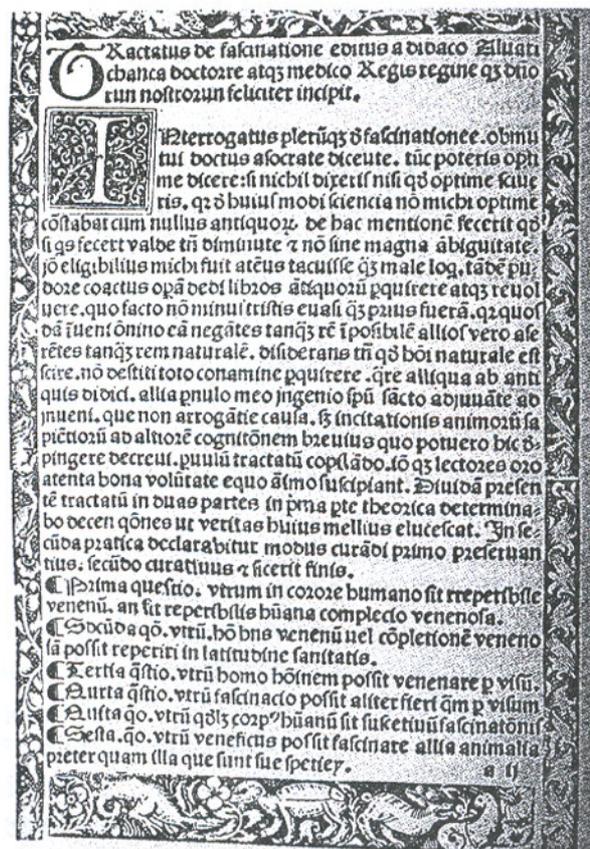
Os Tratados médicos do mau olhado na Península Ibérica do século XV e XVI

Logo no século XV e talvez como resposta ao apelo lançado aos médicos por D. Henrique de Vilhena, os médicos peninsulares, portugueses e espanhóis, debruçaram-se sobre os sintomas do «mau olhado» buscando para eles uma explicação natural.

Diogo Álvarez Chanca, físico que acompanhou o navegador Cristóvão Colombo na segunda viagem à América, foi o primeiro médico que tratou o «mau olhado» sob o ponto de vista clínico na obra *Tratado do mau olhado*, publicada em Sevilha em 1449¹². Natural de Sevilha, Diogo Álvarez Chanca estudou medicina possivelmente na Universidade de Salamanca. Foi médico dos Reis Católicos.

Esta obra médica pioneira, dividiu-a Diogo Álvarez Chanca em duas partes. Na primeira parte, Diogo Chanca procura dar resposta a dez questões que, no século XV, se levantavam em torno do «mau olhado», e às quais procura replicar com o objectivo de clarificar muitas dúvidas. Encarando o «mau olhado» como uma doença, apresenta Diogo Chanca na segunda parte do seu estudo os remédios que deveriam ser usados ou para a prevenir, para reconhecer os seus sintomas ou para a curar.

Assim, os defumadouros com plantas aromáticas



Diogo Álvarez Chanca, *Tractatus de fascinatione*, Sevilla, Pedro Brun, C. 1499.

ou a lavagem da casa e da roupa dos doentes contam-se entre os remédios preventivos indicados. Sirva de exemplo esta 'receita' para lavagem no tempo do Verão: «Tome água de rosas uma libra, de vinagre branco, três onças, de pó de sândalo e de limão uma dracma e meia de cada um. Misture-os; com esta água podes lavar os panos e vestidos da criança e também toda a casa».¹³

Quanto aos sintomas para reconhecimento da doença, assim os indica Diogo Chanca: «Suspeitar-se-á de mau olhado, sobretudo se aparecerem outros sinais como são a alteração da cor do rosto, inclinação da cabeça para o chão, com dificuldade em levantar os olhos, desejo de estar deitado mais do que a razão exige.

Sofre também de enfraquecimento dos membros, como se não tivesse vigor neles, e de suspiros prolongados. Sofre angústias do coração, opressão, suspiros e bocejos. Dói-lhe o corpo inteiro. Aborrece a comida, porque não se vêem sinais de uma doença conhecida e porque não lhe servem os medicamentos que costumam ajudar. Está também desarranjado do ventre».¹⁴

Em relação aos remédios curativos, sirva de exemplo o seguinte:

«Eu sem dúvida por cima de todas as medicinas laxativas, elogiaria em tal caso o remédio de agárico

(cogumelos), mais que nenhum outro porque como ele, que é medicina universal, possui propriedades maravilhosas contra todos os venenos, como afirma Avicena, na 6ª do IV capítulo « Da cura dos venenos em geral» (*Canon*, VI, 4.9 cap.).

Porém se a doença prosseguir por diante, se há-de proceder também com xaropes, confeções de cordiais, aplicação de emplastos sobre o coração(...).

Assim, pois dará xarope de ribes ou de vinagre, de limão ou de frutas, também com águas cordiais, como o são as de rosas, de buglossa (língua de vaca), de tormentilha, de erva cidreira, de flores de alecrim (...).¹⁵

Trinta anos depois da obra de Diogo Chanca, um outro médico espanhol, António de Cartagena, natural de Singuenza e professor na Universidade de Alcalá de Henares, publica um novo estudo centrado sobre o «mau olhado». Intitulado *Libellus de Fascination*¹², surge este estudo como apêndice a um livro que António de Cartagena escreveu sobre a peste.

Encara António de Cartagena o «mau olhado» como uma doença que se transmite através do ar. A sua causa reside, segundo este médico, na influência dos astros sobre o temperamento das pessoas, produzindo nos seus humores «espíritos pestíferos» que, emitidos pelos olhos, infectavam o ar, contagiando quem os recebesse.

Para curar o «mau olhado» recomenda António de Cartagena o recurso aos mesmos remédios que se usavam para curar a epilepsia e entre os quais privilegia os que possibilitavam a limpeza do ventre.

Deste modo, no capítulo VII, que se intitula *Ensina a auxiliar as perturbações das lombrigas das crianças, perturbações que são muito semelhantes ao mau olhado e à epilepsia*, escreveu António de Cartagena: «E, como as lombrigas costumam infestar às crianças do mesmo modo que quando são epiléticas ou sofrem de mau olhado, por isso quero apresentar só dois auxílios, com os que facilmente as crianças expulsam as lombrigas. O primeiro auxílio é que, depois que a criança, tenha tomado dois escrópulos de ruibarbo um pouco tostado com água de sementes miúdas de vários vegetais, no dia seguinte unte-se com este linimento. Toma a quantidade que queiras de hortelã-pimenta e de absinto verde, polvilhe-a por cima com pó de lobo, espessado ao lume e coloque-o no ventre do menino e depois sente-se a criança sobre um vaso cheio de leite quente e baixarão as lombrigas».¹⁶

Os Tratados do mau olhado de dois médicos portugueses do século XVI

Dois médicos portugueses do século XVI, contemporâneos de Amato Lusitano. Gaspar Ribeiro e Tomás Rodrigues da Veiga, foram autores de tratados sobre este intrigante e controverso mal.

As razões que invocam para trazerem a público as suas reflexões são semelhantes. Afirmou Gaspar

Ribeiro ter aceitado debruçar-se sobre o «mau olhado»: «mais para tentar alcançar a verdade que por confiança na minha eloquência ... Investigando esta dúvida abrir-se-ão as seitas de alguns ...»¹⁷.

E Tomás Rodrigues da Veiga assim se justifica: «Pois que esta questão tem causas um tanto ocultas e é acesa a controvérsias não só por parte da vil plebe, mas também por senhores teólogos, médicos e também igualmente por filósofos»¹⁸.

Dar o seu contributo para a clarificação de uma questão que, na sua época, preocupava médicos, teólogos e filósofos foi pois a razão que impulsionou este professor da Universidade de Coimbra a debruçar-se sobre um mal cujos contornos estavam ligados à magia.

1 - Gaspar Ribeiro e o tratado *Questão sobre o mau olhado* (1542/1546?)

Gaspar Ribeiro, médico da rainha D. Catarina de Áustria, irmã de Carlos V e mulher de D. João III, era licenciado em Medicina, como ele próprio se intitula na dedicatória que faz ao Rei português da obra intitulada *Questão sobre o mau olhado*. Gaspar Ribeiro, natural de Évora, foi estudante na Universidade de Paris (Sainte-Barbe). O seu nome consta numa lista de vinte e sete bolseiros portugueses, naturais de diversas povoações (Évora, Lisboa, Coimbra, Braga e diocese do Algarve), que, em 1527, prestaram juramento ao reitor Álvaro de Moscoso, de nacionalidade espanhola. Segundo afirma Luís de Matos em *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 e 1550*¹⁹, os estudantes ter-se-iam inscrito uns a seguir aos outros «na ordem que conservou», na lista que apresenta nessa obra.

Gaspar Ribeiro, designado por *Gaspardus Ribero Eburensis*, ocupa o 14º lugar dessa lista. À frente do seu nome, como acontece com mais outros oito estudantes, encontra-se a seguinte informação: «recteur Iacobus Houllier, déc. 1535-março 1536».²⁰

Na opinião de Luís de Matos, Gaspar Ribeiro deveria ter abandonado Paris em 1541, pois num documento reportando-se a 1539-1541 aparece como um dos capelães de D. João III.

Um ano depois, por provisão de 8 de Julho de 1542, foi nomeado lente da Universidade de Coimbra, cargo que manteve durante o curso inteiro, até 1546²¹.

Físico de D. João III, Gaspar Ribeiro exerceu também clínica no Hospital de Todos- os-Santos.

O elevado montante do pagamento dos seus serviços, quer em géneros, quer em dinheiro, feito pelo Hospital de Todos-os-Santos, e constante em dois alvarás, permite inferir o reconhecimento da sua competência profissional.

O primeiro alvará, datado de 26 de Janeiro de 1546, determinava o pagamento de 4 moios de trigo por ano pelos serviços prestados. O segundo alvará substituíra (em maus anos agrícolas) essa forma de pagamento

pela soma em dinheiro de 12:000 réis, calculado pela atribuição do valor de 3:000 réis a cada moio de trigo.²²

A obra de Gaspar Ribeiro sobre o «mau olhado», intitulada *Questio de fascinatione*, e da qual actualmente existe apenas um único exemplar na Biblioteca Nacional de Madrid, foi descoberta pelo investigador espanhol Jacobo Sanz Hermida, que a traduziu do latim para castelhano. Esta obra, um pequeno opúsculo de apenas 14 folhas, encontrou-a este investigador apenas a um tomo intitulado *Varios de medicina*.²³



Gaspar Ribeiro, *Questio de fascinatione*, s.i.t.

O opúsculo de Gaspar Ribeiro não possui qualquer referência nem à data, nem ao local de impressão, circunstância que levou Jacobo Sanz Hermida a uma demorada investigação quer acerca do autor, quer acerca da sua obra. De acordo com as insuficientes informações que conseguiu, Sanz Hermida concluiu que Gaspar Ribeiro teria possivelmente escrito esta obra entre 1525 e 1535.

Discordamos destas conclusões. Por estes anos, Gaspar Ribeiro era ainda estudante na Universidade de Paris. Parece-nos, pois, mais natural que Gaspar Ribeiro tivesse escrito o seu tratado sobre o «mau olhado» em data posterior, possivelmente durante o período em que foi lente na Universidade de Coimbra, o que situa a escrita e impressão da *Questio fascinatione* entre 1542 e 1546.

Nesta obra, Gaspar Ribeiro, depois de analisar as opiniões de vários autores que escreveram sobre o «mau olhado» (como Valerio Maximo, Hermiliano, Santo Agostinho), centra particularmente a sua atenção

em Dionísio que considerava a inveja como a fundamental causa promotora do mau olhado, ideia muito arreigada no século XVI. Refuta Gaspar Ribeiro um a um os argumentos de Dionísio, apresentando de seguida a sua própria explicação para o mal.

Considera ele o «mau olhado» um movimento natural em que espíritos pestíferos lançados pela pessoa infectada são recolhidos por outras pessoas que ficariam deste modo contagiadas. O contágio processar-se-ia com tanto maior facilidade quanta maior fosse a receptividade da compleição ao contágio e mais favorável fosse a conjuntura dos astros à propagação das doenças.

Na produção do «mau olhado» entrelaçam-se, pois, na obra de Gaspar Ribeiro razões naturais, princípios de medicina astrológica e crenças no poder diabólico.

Acerca desta duas últimas causas são curiosas as afirmações de Gaspar Ribeiro. Assim, acerca da acção dos astros sobre todas as coisas existentes à superfície da Terra, escreveu:

«Admitindo que todas as coisas inferiores nas suas acções e propriedades recebem dos astros do céu influxo e regime, e dos mais dignos deles que são os planetas. Pois o mesmo Deus, começando a criar o mundo, criou primeiro o céu, pois queria que todas as coisas criadas fossem regidas, por ele como por seu rei e que sem o seu influxo não pudessem de modo algum subsistir (...)».²⁴

E, para fundamentar a sua opinião, Gaspar Ribeiro cita passagens da *Meteorologia* e da *Física* de Aristóteles, concluindo a sua fundamentação com esta afirmação retirada do *Tetrablos* (VII, 7) de Ptolomeu: «A mudança das coisas mundanas isto ou aquilo deriva na mudança das coisas».

Acerca da atribuição do «mau olhado» aos demónios, causa que não apoia nem refuta, escreveu Gaspar Ribeiro:

«E se os diabos existentes nos homens fizerem isto, não pretendo agora examiná-lo. Isidoro, como conta o doutor Hermiliano e o apresenta no livro *Da criação do mundo*, capítulo sétimo, diz que os demónios, se o Senhor o permitir, provocam no ar tormentas, etc, e outras coisas para prejudicar os homens».

E Gaspar Ribeiro termina o seu tratado com estas palavras:

«E tudo o que porventura tiver contraído incauto sobre esta questão, o comércio de nosso piíssimo Deus mande abolir no número das minhas faltas.

GRAÇAS A DEUS

Termina a *Questão do mau olhado* por Gaspar Ribeiro, licenciado e médico da ilustríssima Catarina».²⁵

2 - Tomás Rodrigues da Veiga e o Tratado *Relectiones de fascinatione - Reflexões sobre o mau olhado* (1561)

O outro tratado médico intitula-se *Relectiones de fascinatione, Reflexões sobre o mau olhado*, é da autoria de Tomás Rodrigues da Veiga, e encontra-se actualmente na Biblioteca Nacional de Paris. Natural de Évora, onde nasceu em 1513, Tomás da Veiga estudou em Salamanca, onde obteve o grau de bacharel em Medicina em 1553.

Dele escreveu Barbosa Machado : «Ilustrou a cidade de Évora com o nascimento e a de Coimbra com o magistério»...²⁶

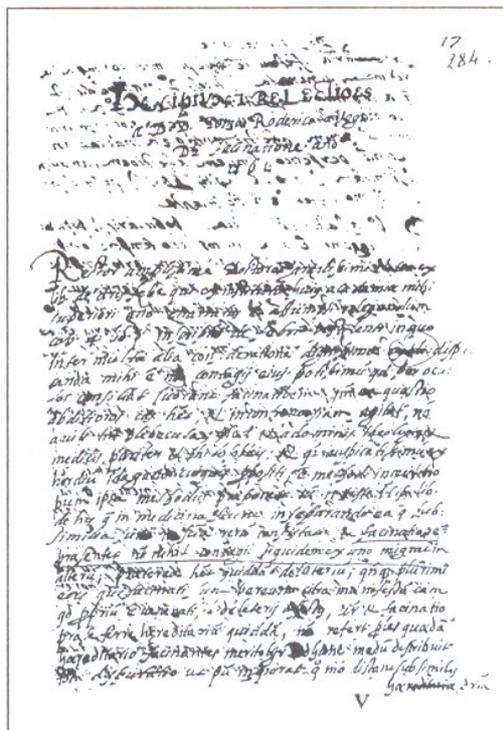
Pertinentes são estas palavras de Barbosa Machado.

Físico-mor de D. João III e de D. Sebastião (que lhe atribuiu o hábito militar da Ordem de Santiago), Tomás Rodrigues da Veiga ingressou em 1538 na Universidade de Coimbra e aí, durante 42 anos, exerceu a docência. Foi catedrático de *Vésperas* (1539), de *Física* em 1541 e em 1558 tomou posse da cadeira de *Prima*, cargo que manteve até 1589. Considerado um dos maiores representantes do galenismo português, escreveu várias obras das quais as mais importantes são justamente dois comentários a Galeno publicadas em Antuérpia, um em 1564 intitulado *Commentariorum in Galenum tomus primus, In quo complectens interpretationem Artis medicae, et librorum sex de Locis affectis*, e o outro, em 1578, com o título *Commentarii in Claudii Galeni libros sex de locis affectis*. Deixou, no entanto duas obras manuscritas. Uma, que se encontra no Museu Britânico, é um comentário aos *Aforismos de Hipócrates*; a outra, aquela que particularmente nos interessa, intitula-se *Reflectiones de fascinatione* e encontra-se actualmente na Biblioteca Nacional de Paris.

Trata-se de um trabalho «puramente teórico» apresentado ao Reitor e doutores da Universidade de Coimbra, em 1561.

Segundo Jacobo Sanz Hermida, descobridor desta obra e seu tradutor para castelhano, a razão dela ter permanecido desconhecida durante séculos reside justamente no facto de ser um trabalho puramente teórico.

É, no entanto, uma obra de grande interesse, pois o «mau olhado» é abordado por este médico renascentista da Universidade de Coimbra de uma maneira marcadamente inovadora. Considerando o «mau olhado» como uma doença contagiosa, pois o mal transmite-se de uma pessoa a outra, desenvolve Tomás da Veiga as suas reflexões em torno de cinco pontos relativos a doenças contagiosas: 1º - Tipos de contágio; 2º - Causas que constituem as afecções contagiosas; 3º - Se e de que modo é possível o contágio pelos olhos ou seja o «mau olhado; 4º - Se a infecção contagiosa provoca constantemente no



Tomás Rodrigues da Veiga, *Relectiones de fascinatione*, 1561.

vizinho infecção semelhante ou diferente; 5º Como difere a febre pestilenta da não pestilenta.

O ponto que nos importa particularmente analisar é o terceiro: se é possível o contágio pelos olhos ou seja o «mau olhado, e de que modo ele acontece.

Tal como fizera Henrique de Vilhena, parte Tomás da Veiga de referências ao «mau olhado» feitas por autores de reconhecida idoneidade. Tal como Henrique de Vilhena, serve-se da passagem da Epístola de S. Paulo aos Gálatas (2,1): «Oh insensatos Gálatas! Quem vos fascinou para não obedecerdes à verdade, vós ante cujos olhos foi já representado Jesus Cristo, como crucificado entre vós mesmos?», interpretando-a como uma aceitação por parte de S. Paulo do poder encantatório do mau olhado²⁷.

Referencia igualmente Virgílio, citando uma passagem das *Éclogas*: «Não sei quem me faz ternos os olhos dos cordeiros?» e vários outros autores, para em seguida declarar pretender deixar de lado explicações sobrenaturais para este mal e buscar a causa da doença no mundo terreno.

Para conseguir esse propósito, alicerça Tomás da Veiga as suas reflexões em três premissas que pormenorizadamente desenvolve. Como primeira premissa e fundamentando a sua opinião em afirmações de Galeno contidas no livro *Dos lugares*, considera Tomás da Veiga como certeza inquestionável o poder formar-se veneno dentro do corpo humano, cujo efeito poderia causar em quem o produzia ou a morte ou o aparecimento de doenças.

A segunda premissa parte do pressuposto de que os venenos produzidos quer pelos animais, quer pelas

plantas, quer pelo próprio homem, são libertados pelas extremidades.

Para comprovar estas afirmações, e no caso concreto das plantas, serve-se Tomás da Veiga de vários exemplos, entre os quais destaca os cuidados seguidos na preparação dos pepinos e dos melões aos quais, como todos sabemos, é costume retirarem-se as extremidades, pois são elas, diz Tomás da Veiga, «partes ásperas em cheiro e sabor e, por vezes, daninhas». Amargas e duras, dizemos nós.

Acerca dos animais que produzem veneno, longa é a lista apresentada por Tomás da Veiga, que chama a atenção para o facto de a localização das partes que inoculam veneno se situar em todos eles nas extremidades dos corpos. Particular destaque é dado às serpentes e víboras.



Desenho de Travies, 1841.

Como era de esperar dada a sua formação galenista, Tomás da Veiga para fundamentar as suas afirmações cita uma passagem do livro de Galeno *Da triarca a Pisão*, acerca do processo de confecção da triarca (isto é, do antídoto contra a mordedura dos animais venenosos) na qual Galeno recomenda o seguinte: «que se amputem, de um e de outro lado, em cerca de quatro dedos as partes correspondentes à cauda e à cabeça, pois é nelas que reside, ou toda ou a maior força do veneno».²⁸

A terceira premissa parte do pressuposto de que, quando se fixa demoradamente o olhar em qualquer objecto, o vapor existente nos olhos é obrigado a sair, penetrando naquilo que se olha. Para provar esta afirmação apoia-se Tomás da Veiga em várias constatações. Lembrando que um olhar fixo e demorado sobre qualquer objecto pode provocar cansaço na vista e dor nos olhos, obrigando, de quando em quando, a cerrar as pálpebras, para «se recobrar o espírito» como diz, Tomás da Veiga encara este facto como prova de que, quando o espírito «muito ténue» e «muito cáldo» se lança impetuosamente em linha recta conduz até aos olhos as partes mais ténues e quentes do humor, seja esse humor benigno ou maligno.

Apoiando-se na veracidade destes três princípios, conclui Tomás da Veiga residirem neles a explicação

natural da formação do «mau olhado». E conclui deste modo: «Se pela 1.^a proposição pode formar-se veneno dentro do corpo humano; se pela 2.^a, quando esse veneno se forma é conduzido muito especialmente para a cabeça, olhos e dentes; se pela 3.^a se prova que através dos olhos se pode estabelecer uma comunicação fácil com aquilo que se olha; se se provou que quanto maior for o ímpeto do espírito que se lança, tanto mais facilmente o vapor nocivo à saúde penetra naquilo que se olha»..., conclui que quanto mais delicado e apto a ser lesionado for aquilo que se olha, mais facilmente o será, e de forma tanto mais grave, quanto maior for a malignidade do vapor que chega aos olhos.

Com base nestas conclusões, inclui, pois, Tomás da Veiga o «mau olhado» na categoria das doenças contagiosas, provocadas por causas naturais (desequilíbrio de humores), propondo-se esclarecer as dúvidas que, na sua época, se levantavam em torno das causas e do processo de transmissão do «mau olhado» encarado como doença.

2. 1. - As sete questões em torno do «mau olhado» no Portugal do século XVI - as respostas de Tomás da Veiga

Eram sete as interrogações mais pertinentes em torno do «mau olhado» no tempo de Tomás da Veiga:

1.^a - Por que razão eram as crianças e as parturientes as principais vítimas do «mau olhado»?

2.^a - Por que razão eram as mulheres as principais transmissoras do «mau olhado»?

3.^a - Por que razão são sobretudo as mulheres idosas aquelas que lançam um «mau olhado» mais poderoso?

4.^a - Por que é que o poder do fascínio é maior em jejum?

5.^a - Por que é que os cadáveres e aqueles que se envenenam não lançam «mau olhado» sobre quem deles se aproxima?

6.^a - Porque é que quem lança «mau olhado» não é atacado pelo veneno que expele?

7.^a - Qual a razão da crença de que são os corpos que se encontram bem e com óptima disposição os mais facilmente atacados pelo «mau olhado»?

Utilizando o método de perguntas e respostas, a *questio aristotélica*, como na época se dizia, Tomás da Veiga responde demoradamente a cada uma destas questões.

Assim, por exemplo, aponta Tomás da Veiga a debilidade como a causa que torna as crianças e as parturientes mais vulneráveis e, portanto, as principais vítimas do «mau olhado». Nas razões apresentadas para explicar essa debilidade das parturientes entrelaçam-se factores de ordem física com razões de ordem cultural. Deste modo, as fortíssimas dores sofridas

durante o parto e o prolongado fluxo de sangue pós-parto seriam, segundo ele, as responsáveis físicas pelo enfraquecimento das parturientes.

A estas causas juntavam-se razões de ordem cultural: a longa permanência das mulheres em quartos pouco arejados e mal iluminados e a alimentação fraca que, na época, se dava às parturientes agudizavam a debilidade, predispondo-as a uma maior receptividade aos efeitos maléficos do contágio por «mau olhado».

No respeitante à 2ª questão (serem as mulheres as principais causadoras do «mau olhado»), diz Tomás da Veiga dever-se ao facto de nas mulheres com período menstrual irregular a menstruação se transformar em veneno, nos meses em que fica retida. Esse humor venenoso, gerado pela retenção do fluxo menstrual e depois levado até à cabeça, explicaria, segundo Tomás da Veiga, não só as fortes dores de cabeça que ocorrem nos meses de retenção, como o serem nocivas as comidas mastigadas pela mulher nos meses em que a menstruação flui.

Quanto à 3ª questão (o de ser mais nocivo o olhar das velhas), explica Tomás da Veiga dever-se ele ao desaparecimento da menstruação com o envelhecimento, facto que teria como resultado a produção de um veneno mais forte.

Relativamente à 4ª questão (a maior força do «mau olhado» registar-se em jejum), explica-a Tomás da Veiga com o facto de ser no estado de jejum que se verifica uma maior agitação de vapores nocivos à saúde, pois, não havendo sido ingeridos quaisquer alimentos, os vapores nocivos não poderiam ser enfraquecidos pela digestão dos alimentos.

À 5ª questão (a incapacidade dos cadáveres lançarem «mau olhado»), responde Tomás da Veiga que, embora possam existir nos cadáveres humores nocivos e venenosos, em relação ao contágio através dos olhos, ao «mau olhado», faltam nos cadáveres dois requisitos necessários a este tipo de contágio: a falta de calor e a falta do olhar, atento e penetrante, sobre pessoas e coisas, condições imprescindíveis para que o vapor venenoso se possa imprimir naquilo que se olha.

Como resposta à 6ª questão recomenda Tomás da Veiga a leitura das explicações dadas por Galeno no livro *Dos Lugares*, as quais inteiramente subscreve.

A resposta dada à 7ª e última questão contém elementos que nos permitem inferir alguns costumes reveladores do exagero de vestuário usado pelas jovens do século XVI em reuniões e festas femininas.

Assim, quando algumas jovens formosas e coradas voltavam de uma dessas festas com febre ou dores de cabeça, atribuíam as mães esse facto aos efeitos de um «mau olhado» que alguém invejoso sobre elas lançara.

Afasta, no entanto, Tomás da Veiga essa conclusão, atribuindo a febre e o mau estar ao excesso de vestuário e adornos usados pelas jovens nessas reuniões.

Partindo do aviso de Celso, contido no livro *De medicina*, capítulo 2º *Dos remédios*: «Se uma pessoa se tornar mais gorda e mais corada, deve suspeitar dos seus bens», que lembra a precariedade da saúde humana, principalmente numa pessoa obesa, escreveu Tomás da Veiga: «(...) não é mau olhado, mas as gordíssimas meninas, adornadas com muito vestido, ardendo os humores na concorrida reunião, enchiam-se aí de calor, o que causando uma pleníssima disposição do corpo estava muito apta para adoecer, adoecem».²⁹



Reunião feminina - *Triunfo de Minerva* (pormenor), 1470, Cosme Tura e Francesco Cossa (Ferrara, palácio Schifanoia).

E é com a resposta a esta 7ª questão que Tomás da Veiga termina as suas reflexões sobre o contágio do «mau olhado».

Os tabus sobre a mulher menstruada na Beira Interior - na encruzilhada entre a ciência e o mito

Reflectindo sobre alguns dos argumentos apresentados por este médico do século XVI usados para explicar a causa natural do «mau olhado», tornam-se claras certas crenças relativas a determinadas interdições respeitantes à mulher menstruada. Dizia-se em Castelo Branco que, se pela matança do porco a mulher menstruada mexesse na carne, esta viria a estragar-se; e, nas povoações do concelho da Sertã, era interdita a entrada nas adegas a todas as mulheres que estivessem com o período, pois era crença que o mosto se estragaria.³⁰

Poder-se-á estabelecer uma forte relação entre estas interdições e os argumentos apresentados por

Tomás da Veiga, em 1561, ao reitor e doutores da Universidade de Coimbra, como esclarecimento de algumas das questões acerca do «mau olhado» que corriam no século XVI.

Não estarão estas interdições relacionadas com os velhos temores de que as mulheres menstruadas poderiam lançar, através do olhar, vapores nocivos através dos olhos?

Esta correlação demonstra que certas explicações científicas, abandonadas e consideradas ingénuas e sem fundamento com a evolução da Ciência, perduraram através dos séculos na tradição popular, chegando até aos nossos dias como pertencentes aos domínios da superstição e da magia.

O fascínio em Amato Lusitano

E Amato Lusitano?

Nas *Centúrias* encontrei apenas uma referência ao *fascínio*.

Surge ela na Cura 87 da *VI Centúria* intitulada «De uma certa impostura, isto é, de como uma mulher com encantamentos tornou surdo um rapaz» e que relata o caso de uma prostituta da *Ilíria* que Amato Lusitano defendeu da acusação de ter causado, com encantamentos, a surdez a um jovem da nobreza ragusiana.

Nos argumentos apresentados como defesa, Amato socorre-se da opinião de S. Tomás, contida no livro 3^o *Contra os gentios*, onde é refutada a opinião de Avicena acerca do poder de encantamento atribuído às velhas, e que S. Tomás afirma derivar da imaginação. E, no desenvolvimento dos argumentos que utiliza na negação de que se possa provocar uma doença apenas com palavras, afirma Amato: «Com efeito, S. Tomás, como eu disse, afirma que isto não se pode fazer apenas com palavras assim como praticar o fascínio por simples qualidade»³¹.

Clara é a posição de Amato Lusitano relativamente ao encantamento através dos olhos. Para ele, que encarava a medicina como «uma arte de Deus» que permitia aos médicos «retirar das fauces do Orco não pouca gente», são palavras suas, impunha-se o estudo, dia e noite, dos ensinamentos de Hipócrates e Galeno. E conclui: «Portanto não nos é preciso tratar prolixamente de encantamentos».

Seguia, pois, Amato Lusitano, parece-me, as recomendações que D. Henrique de Vilhena fizera aos médicos, anos antes, incitando-os a encararem os sintomas atribuídos ao «mau olhado» como reflexo de uma doença para a qual se tornava necessário entender os processos e procurar a cura, e trilhando o mesmo caminho de Diogo Álvares Chanca, António de Cartagena, Gaspar Ribeiro e Tomás Rodrigues da Veiga.

* Geógrafa. Investigadora.

1 Na obra *Correcção de Abusos*, da autoria do médico Frei Manuel de Azevedo (+ 1672), encontra-se incluído um «tratado de fascinação, olhado ou quebranto». Acerca da obra e do autor escreveu Leite de Vasconcelos no vol. I da *Etnografia Portuguesa*, p. 83: «O Autor considera sinónimas as três expressões, e fala como testemunha ocular de enfermos da suposta doença». E acrescenta na nota da página 84: «Médico e frade, armado do hissope, e de *medicamentos alterantes e confortantes*, que calamidades combateria que resistissem a tal poder?».

2 Maria de Assunção Vilhena, *Gente da Beira*, Lisboa, Edições Colibri, 1995, p. 267.

3 R. Pottier, «*Initiation a la médecine e a la magie en Islam*», Paris, s.d., pp 37 e sgs., cit por Camilo Alvarez de Morales e Emilio Molina, in *La Medicina en al-Andalus*, Junta de Andalucia, s. d., p. 75. Tradução nossa.

4 Ana Maria Amaro, «O *mal-de-ar* na concepção popular de Macau», in *Revista de Cultura*, n^o9 - Janeiro/Fevereiro/Março 1990, Edição do Instituto Cultural de Macau, p. 40.

5 Enrique de Villena, *Tratado de Fascinación*, Barcelona, Ediciones Obelisco, 2004, p. 64. Tradução nossa.

6 Enrique de Villena, *ob. cit.*, p. 68. Tradução nossa.

7 Henrique de Vilhena, *ob. cit.*, pp. 57-58. Tradução nova.

8 Gil Vicente, «Quem tem farelos?», *Obras completas*, vol. V, Lisboa, Livraria Sá da Costa, s.d., p. 82

9 J. Leite de Vasconcelos, *A figa*, Porto, Araujo e Sobrinho, Suc., 1925, p. 27.

10 Henrique de Vilhena, *ob. cit.*, p. 58. Tradução nossa.

11 Juli Peradejordi, «Los remedios contra el mal de ojo», in Henrique de Vilhena, *ob. cit.*, p. 137-138. Tradução nossa.

12 Diogo Álvares Chanca, *Tratado do mau olhado*, in Jacobo Sanz Hermida, *Cuatro Tratados Médicos Renascentistas sobre El Mal de Ojo*, Junta de Castilla y León, 2001, pp 121-255.

13 CHANCA, Diego Álvares, *Tratado do mau olhado*, in *ob. cit.*, p 133-134.

14 CHANCA, Diego Álvares, *Tratado do mau olhado*, in *ob. cit.*, p. 136.

15 CHANCA, Diego Álvares, *Tratado do mau olhado*, in *ob. cit.*, p. 139.

16 António de Cartagena, *Libelo do fascínio*, in *ob. cit.*, p. 209.

17 Gaspar Ribeiro, «*Questão sobre o mau olhado*» p. 238, in, Jacobo Sanz Hermida, *ob. cit.*, (pp.221-255).

18 Tomás Rodrigues da Veiga, *As Reflexões sobre o mau olhado*, p.277; in Jacobo Sanz Hermida, *ob. cit.*, (pp.265-287).

19 Luís de Matos, *Les Portugais a l'Université de Paris entre 1500 e 1550*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1950.

20 Luís de Matos, *ob. cit.*, p. 64.

21 *Memórias da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1950, p. 73. *As Memórias...*, ordenadas por Francisco Carneiro de Figueiroa (1662-1744) foram remetidas à Academia Real de História Portuguesa em 1728.

Bibliografia

22 *Registo Geral*, vol. II, fl. 191., cit. por Augusto da Silva Carvalho, in *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa, 1949, p. 214.

23 Diz Jacobo Sanz Hermida que esse tomo pertencia à biblioteca de Pascual de Gayangos e, segundo este autor, a encadernação em pergaminho que apresenta deveria ter sido feita na 1ª metade do século XVI. Além do opúsculo de Gaspar Ribeiro o tomo engloba mais seis outras obras de diversos autores sobre temas variados de medicina.

24 Gaspar Ribeiro, *Questão do mau olhado*, in ob. cit., p.254.

25 Gaspar Ribeiro, *Questão do mau olhado*, in ob. cit., p. 255.

26 Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, p. 733.

27 O sentido das palavras de S. Paulo nesta Epístola pode ser interpretado de um modo diferente. *Fascinar*, em português e castelhano, significa *ofender olhando*, isto é provocar o «mau olhado». A palavra *fascinar* deriva do verbo grego *bascheno* que significa o mesmo que *ter ira com inveja*. Mas, na Grécia Clássica chamava-se à Retórica, *arte de fascinar*, porque os oradores que dominavam esta arte conseguiam convencer quem os ouvia da veracidade, por vezes falsa e enganadora, das afirmações que proferiam. Foi neste sentido que S. Paulo interpelou os Gálatas: «Quem vos fascinou?», querendo dizer-lhes: «quem vos persuadiu, quem vos convenceu, para que não admitais a verdade?».

28 Galeno, *De theriarca a Pisones*, VII, 4. , citado por Tomás Rodrigues da Veiga, in *Reflexões sobre o mau olhado*, in, ob. cit, p. 283.

29 Tomás Rodrigues da Veiga, *Reflexões sobre o mau olhado*, in, ob. cit, p. 286.

30 Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, Vol. V, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Ferin, 1966, p. 271.

31 Amato Lusitano, *VI Centúria de Curas medicinais*, Lisboa, Edição da Universidade Nova de Lisboa, s/d, pp.135-138.

- AMARO, Ana Maria, «O *mal-de-ar* na concepção popular de Macau», in *Revista de Cultura*, nº 9 - Janeiro/Fevereiro/ Março 1990, Edição do Instituto Cultural de Macau.

- CARVALHO, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa, 1949.

- CIRUELO, Pedro, *Reprovación de las supersticiones y hechizerías* (1538), Salamanca, Ed. Diputación de Salamanca, 2003.

- LUSITANO, Amato, *VI Centúrias de Curas medicinais*, Lisboa, Edição da Universidade Nova de Lisboa, s/d. Tradução de Firmino Crespo

— MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1752.

- MATOS, Luís de, *Les Portugais a l'Université de Paris entre 1500 e 1550*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1950.

- *Memórias da Universidade de Coimbra*, ordenadas por Francisco Carneiro de Figueiroa (1662-1744), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1950.

- SANZ HERMIDA, Jacobo, *Cuatro tratados médicos renascentistas sobre el mal de ojo*, (estudio, edición y notas), Edição Junta de Castilla y León, 2001.

- VASCONCELOS, J. Leite, *Etnografia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moura, 1980.

-VASCONCELOS, J. Leite, *A Figa*, Porto, Araújo e Sobrinho, 1925.

- VILHENA, Enrique de, *Tratado de Fascinación*, Barcelona, Ediciones Obelisco, 2004.

- VILHENA, Maria de Assunção, *Gente da Beira*, Lisboa, Edições Colibri, 1995.



“O que crê no mau olhado está exposto, e o que não crê não está exposto”.

Talmud, “Tratado de Pesajim”.

AMATO LUSITANO E A DOENÇA DE D. SEBASTIÃO

Manuel Costa Alves*

Há pontos brancos nas biografias de Amato Lusitano e do rei Sebastião que propiciam a criação de ficções a respeito de passos das suas vidas. Vem ao caso o livro do investigador brasileiro Aydano Roriz¹, “O Desejado”, que romanceia “a fascinante história de Dom Sebastião” introduzindo Amato Lusitano numa tentativa de resolução do enigma que a doença do “Encoberto” constitui para a historiografia portuguesa.

Conta o autor que “o Inverno caminhava para o fim, quando Amato Lusitano chegou a Lisboa”. Vem, após contacto secreto em Roma com emissários do conde de Castanheira, o ministro principal e íntimo do rei João III. Os termos da carta de que são portadores não deixam margem a Amato. Oferecem-lhe salvo conduto, garantia de saída quando lhe aprouver, promessas de não ser incomodado pela Inquisição e de pagamento régio pelos serviços prestados. Com uma exigência imperativa: absoluta confidencialidade. Decorre o Inverno de 1554 e, segundo a descrição de Roriz, mal chega a Lisboa, Amato é conduzido aos aposentos do príncipezinho Sebastião. Dois meses antes, na madrugada de 20 Janeiro, dia de São Sebastião, com

a princesa Joana de Áustria a entrar em trabalhos de parto, o chamamento do arcebispo de Lisboa traz para as ruas de Lisboa, numa procissão rogativa, “o cabido, a nobreza, sotainas de muita clerezia, hábitos de frades, lobas de doutores, capas de mesteirais.”



O Rei D. Sebastião 1571 (óleo sobre tela de Cristóvão de Morais - Museu Nacional de Arte Antiga).

Segundo a meticolosa descrição de Antero de Figueiredo², apoiada em vários cronistas, “há damas cobertas de véus espessos, que vão descalças, penitenciando-se. E tudo é cercado de múrmura mó de povolêu” com a “melindrosa esperança” depositada na prece “Senhor, Senhor, salvai Portugal!” para que vingue a vida do príncipe que se apresta para chegar.

Segundo Aydano Roriz, alguns dias depois do nascimento de Sebastião, Joana de Eça, a camareira-mor, chama a atenção da rainha Catarina de Áustria para os órgãos genitais do príncipe que se apresentam “com

apetrechos sexuais masculinos e femininos” mas “menores que o normal”, pois a bolsa escrotal é “murcha como uma bexiga vazia e os testículos, de tão atrofiados, assemelhavam-se a duas sementinhas”. Avaliando a importância crucial do assunto, o rei João III exige rigorosa confidencialidade, escondendo-o, in-

clusive, da própria mãe do príncipezinho, a princesa Joana, que dera à luz o filho póstumo do príncipe João Manuel, finado dezoito dias antes devido a “*paixão diabética*”.

A historiografia fornece indicações muitas vezes ficcionadas do estado de espírito de Joana a quem terão escondido a morte do marido; mas não será possível conceber que, durante os quase quatro meses em que a princesa irá permanecer em Portugal, não tenha podido olhar para o corpo nu do bebé e efectuar a mesma verificação. Também não consta que camareiras e aios não tenham tido qualquer contacto íntimo com a criança e que nenhum eco de estranheza tenha transbordado para as crónicas sobre o tempo.

Existe um problema de saúde em Sebastião que ainda hoje levanta interrogações. Revela-se em finais de 1564, tem o príncipe 10 anos, e as primeiras indicações documentadas provêm da correspondência, existente em arquivos espanhóis, entre o embaixador espanhol em Lisboa, Alonso Tovar, e Filipe II. O mal-estar de Sebastião é atribuído ao frio e à intensidade dos exercícios guerreiros e de caça que pratica com frequência nas terras de Almeirim. A avó, Catarina de Áustria, manifesta preocupação em cartas dirigidas à sobrinha e mãe de Sebastião, radicada em Espanha, por razões de Estado, desde Maio de 1554, mas a corte portuguesa não está, obviamente, aberta à divulgação da doença. As cartas de Alonso Tovar para o rei Filipe, anunciam purgação “*por sus organos*” que aumenta com o exercício físico e causa febre e desmaios. Dois anos depois, os médicos portugueses ainda não possuem um diagnóstico concludente do que, aos olhos de hoje, designaria a existência de uma uretrite crónica. Recorde-se que as cortes de 1562-63 tinham decidido a antecipação da idade de posse do reino de 20 para 14 anos e disposições sobre a sua educação e a escolha de uma futura noiva para o príncipe. Confrontadas com a demissão da regente Catarina de Áustria e com a necessidade de a substituírem pelo cardeal Henrique, as Cortes desejam resolver o problema da liderança do país. E esta doença do príncipe adensa os receios quanto à sua sobrevivência e à possibilidade de assegurar descendência.

Afirma Francisco Sales Loureiro³ que, no decorrer da 1.ª jornada ao Alentejo e Algarve realizada em 1573, tem Sebastião 19 anos (foi “alevantageado” rei em 20 de Janeiro de 1568) “*surgem elementos que poderão admitir a hipótese de uma precoce experiência sexual, que lhe poderia ter proporcionado uma doença blenorragica.*” O próprio historiador avisa tratar-se de “*mera presunção*” que, a ser documentada, faria muita luz sobre o entendimento impressionista registado por historiadores como Oliveira Martins e António Sérgio.

De facto, não há sinais da presença de Amato Lusitano na corte portuguesa numa altura em que a sua arte médica podia oferecer grande eficácia no

tratamento da doença de Sebastião. Como se sabe, o albacastrense João Rodrigues teve uma intensa prática cirúrgica, designadamente em casos de uretrotomia externa com obstrução uretral, de hidrocele testicular, de fístulas recto-vaginais e de herniorrafias⁴. Segundo Carlos Vieira Reis, Amato Lusitano trata, ainda em Portugal, o caso de Maria Pacheca, natural de Esgueira, “*que sem ser hermafrodita, foi Mulher (...) até a idade da menstruação; e nesse tempo se converteo repentinamente em homem, e se chamou Manoel Pacheco.*” Já no estrangeiro, obtém notoriedade através do tratamento dos apertos da uretra, apesar de ser discutida a verdadeira invenção da técnica que é normalmente atribuída a Alderete. Apoiado em Maximiano de Lemos, Carlos Vieira Reis garante que em 1533 ou 1534, último ano que passou em Portugal, Amato praticou, pela primeira vez, o “*Processo das Velinhas*” num homem de 25 anos que tinha andado pela Índia e por África e que, como consequência de uma blenorragia, apresentava um aperto na uretra. Era identificado como o inventor de sondas feitas de cera conhecidas como “*velas dilatadoras*” que eram usadas para dilatar as estenoses uretrais e a sua obra-prima, “*Tratamento das Estenoses Uretrais*”, é publicada em 1552 e, graças a ela, ganha renome mundial. Amato Lusitano está, portanto, na vanguarda dos conhecimentos clínicos e das práticas cirúrgicas sobre a doença de Sebastião mas nunca se detectou qualquer registo que desse azo à conclusão de que tenha vindo expressamente do exílio, então em Itália, para tratar do príncipe. Nem, obviamente, existe algo que prove ter João Rodrigues algumas vezes tratado o rei João III de “mal-de-frenga” (sífilis) e Catarina de Áustria de “fístulas recto-vaginais (...) *causadas, muito provavelmente, por práticas sodomitas*”, como é alegado por Aydano Roriz.

Apesar das divergências entre o jesuíta Luís Gonçalves da Câmara e o fidalgo Aleixo de Menezes sobre a educação de Sebastião, existe acordo quanto ao papel que lhe está destinado e à necessidade de o formar com carácter místico e guerreiro inspirado na história do país. O príncipezinho ama o perigo e a aventura por montes e vales; aos onze anos mata o seu primeiro porco-bravo. Adestrando o corpo e estimulando o ânimo, é educado para reinar, como tinha sido decidido nas cortes de 1562-63. Os testemunhos da época apresentam-no como precoce. “*O Rei meu neto, escreve a avó Catarina, está muito bom e para ser da sua idade, que Janeiro fará nove anos, parece de mais idade em corpo e cristandade e boas maneiras.*”⁵ A preocupação acerca da doença de el-rei Sebastião só se mantém alguns anos na historiografia sobre o período, o que pode indicar que a uretrite tenha sido travada. Nem consta nas crónicas da batalha de Alcácer Quibir, nem nos relatos sobre a longa preparação da expedição, qualquer alusão a deformidade ou doença que diminua as capacidades do rei.

No entanto, muitos historiadores, designadamente Oliveira Martins⁶, não entendem assim. O historiador oitocentista escrevia mesmo que Sebastião *“tinha o lado direito maior do que o esquerdo; a mão, o braço, o flanco, a perna e o pé, com um dedo a mais”*, transformando uma verruga crónica na deficiência de *“um dedo a mais”*. Não se entende, até porque nenhum outro testemunho o revela, como consegue Oliveira Martins conciliar deformidades do corpo tão limitadoras do exercício de intensas actividades físicas com as indicações por ele próprio apresentadas de forte impetuosidade de Sebastião.

Para César da Silva⁷, Sebastião possui *“dois defeitos graves - o hereditário, porque era, pelas suas taras familiares, positivamente um degenerado, e o da educação, que o tornará um autêntico pervertido.”* E, segundo Oliveira Marques⁸, *“durante toda a sua existência, D. Sebastião revelou-se um doente, tanto física como mentalmente.”* E, como *“abominava a ideia de casar”* e era *“ousado até aos limites da loucura”*, *“o seu reinado de vinte anos foi apenas uma longa preparação para a mudança de dinastia.”* Por seu lado, Mário Domingues⁹ julga que *“D. Sebastião não passava de um caso patológico, um fraco, um impotente, que pretendia com suas atitudes majestosas e suas decisões teatrais, persuadir o mundo e convencer-se a ele próprio de um poder e de uma lucidez inigualáveis.”*

Respondendo a Carlos Malheiro Dias que, na sua *“Exortação à Mocidade”*, avalia Sebastião como *“a vera reincarnação do Portugal no século XVI”* António Sérgio¹⁰ afirma que *“Sebastião não fora o último dos heróis antigos, mas sim o primeiro dos patetas modernos”*. Sendo o mais considerado ensaísta do tempo de luta contra a ditadura, António Sérgio tem afirmações do género: *“o reizito (...) este rapazola tresloucado”* ou *“não é exactamente a imprudência que deploramos em D. Sebastião, mas a estupidez, o desvairamento, a explosividade mórbida”*. Contrariamente ao pensamento racionalista sergiano, o próprio, revela-se, ao analisar Sebastião, um contundente combatente anti-sebastianista que, em vez de história, elabora análise política à luz da problemática e dos interesses do seu tempo, a ponto de assegurar que *“se acaso, por exemplo, lhe desse a vitória em Alcácer Quibir, logo outras asneiras o haveriam perdido.”* Em nenhum destes autores se encontra a prova de que assim é. Fizeram *“história”* digitando impressões com forte acento de preconceito antijesuítico ou/e de reacção ideológica ao sebastianismo.

O Pe Amador Rebelo, mestre de escrita de Sebastião, constrói um retrato que condiz com o pintado a óleo por Cristóvão de Moraes em 1571 e não autoriza o registo de deformidades que virá de Oliveira Martins: *“Era el-rei de meã estatura, rosto branco e bem proporcionado. O cabelo entre loiro e ruivo; de*

olhos azuis não grandes, mas muito graciosos. Tinha algumas lentilhas no rosto, como a princesa D. Joana, sua mãe.” Oliveira Martins, por seu lado, sobrecarrega a visão das *“algumas lentilhas no rosto”*, descritas pelo mestre, transformando-a num rosto carregado *“um tanto de bexigas”* que o príncipe nunca tivera. Ainda com Oliveira Martins, Filipe II *“facilmente conseguiu que D. Sebastião se não casasse; porque o moço príncipe, arrebatado pelas tradições cavalleirescas, supunha à castidade uma condição necessária para levar a cabo a sua empresa, ainda vagamente esboçada. Consumada ela, viria o tempo de tratar da herança do reino.”* Há, então, de acordo com o historiador, uma vontade determinada do monarca espanhol em conseguir que o sobrinho não case, apesar de estarem comprovadas as diligências do rei espanhol, em diferentes tempos, para escolher noivas para o rei português.

O Pe. Amador Rebelo¹¹ teria ficado petrificado ao tomar conhecimento do que Oliveira Martins inventará, passados trezentos anos, pois o príncipe com quem priva diariamente é *“dotado nelas (mãos) de tão raras e grandes forças que uma lança de reste, muito pesada, quando era de menor idade, a maneava e levava tão direita, quando corria numa teia, como se fora muito leve; o que outros de muito mais anos não podiam fazer. Estas mesmas forças tinha nas pernas, e quando no monte ou em outras partes, queria apertar um pouco com o cavalo, para algum efeito, por grande poderoso que fosse, o fazia gemer e suar. Com uma espada pequena, conforme a idade, cortava de um golpe duas tochas grandes, de quatro pavios muito grossos cada uma.”*

Para Oliveira Martins, Sebastião é *“inquieta, nervoso, doentio”*; em suma *“um desequilibrado”*. Como vimos, outros autores reflectem abundantemente a visão do historiador oitocentista. Teremos de admitir que continua a existir um enorme espaço, não eficazmente contrariado, em que a história se confunde com impressionismo e ficção sem respeito pela documentação. Vogando nesse espaço, o livro de Aydano Roriz, que serve de pretexto a este texto, exponencia a manipulação atingindo, neste caso, também, a biografia de Amato Lusitano.

* Meteorologista

Notas

- 1 - Aydano Roriz, *Pergaminho*, 2004; Ediouro Publicações, 2002.
- 2 - Antero de Figueiredo, *D. Sebastião - Rei de Portugal* (1554-1578), Aillaud e Bertrand, 1924.
- 3 - Francisco Sales Loureiro, *D. Sebastião e Alcácer Quibir*, Publicações Alfa, 1988.
- 4 - Carlos Vieira Reis, Amato Lusitano, www.vidaslusofonas.pt.

- 5 - Torriglia, *Contribucion al estudio de la reina de Portugal Hermana de Carlos V, D. Catalina de Áustria*.
- 6 - Oliveira Martins, *História de Portugal*, Publicações Europa-América, vol II, 2.^a ed, s/ data.
- 7 - César da Silva, *O Prior do Crato e a sua Época*, João Romano Torres editores, s/ data.
- 8 - Oliveira Marques, *História de Portugal*, Palas editores, 7.^a ed. 1977.
- 9 - Mário Domingues, *Camões, a sua vida e a sua época*, edição Romano Torres, 2.^a edição, 1980.
- 10 - António Sérgio. *Testemunhos Históricos - O Desejado*, 1924.
- 11 - Cruz, Frei Bernardo da; *Crónica de elrei D. Sebastião*.

DESCUBRIMIENTO DE AMATO LUSITANO

Alfredo Pérez Alencart*

Si uno abre las puertas a la razón, ésta puede vestirse de tristezas profundas si las pupilas de la memoria otorgan visión al movimiento de prohombres de antaño que, a pesar de persecuciones y demás intolerancias, supieron dejar unos legados científicos y literarios que felizmente siguen remontando los tiempos y la mediocridad de quienes ahora han pasado al merecido anonimato. Cuando la obra - de un sabio o de un magnífico escritor - se completa con la continuada admiración de las generaciones que van llegando, ahí tenemos lo que alcanza la absoluta permanencia de lo clásico, el aliento indismayable de un pensar y un sentir que cala para siempre y que siempre se deja interpretar de otros modos, derramando su savia de saberes y emociones en los sentidos del ser humano.



Estátua de Amato Lusitano de Martins Correia - Castelo Branco.

“Descubrí” la figura de Amato Lusitano hace más de una década, cuando una tarde gris de invierno, al llegar por vez primera a Castelo Branco, algún amigo Beirano me lo presentó de cuerpo entero, todo pletórico de bronce y granito, presidiendo un lugar central de la ciudad. Ése fue el primer “descubrimiento”. Los siguientes tienen mayor trascendencia que la anécdota precedente: fui “descubriendo” poco a poco amplias facetas de su obra humanística, del amplio compendio de conocimientos que este médico cultísimo supo aquilatar y transmitir en sus Centúrias de Curas Médicas. Conocí de sus estudios en la

Universidad de Salamanca, en esta misma vieja Universidad donde yo ahora imparto clases; también conocí de sus múltiples éxodos por Europa, siempre con la sombra inquisitorial pisándole los talones, mientras él acumulaba éxitos en la práctica de una medicina que sabía atender no sólo al cuerpo del enfermo, sino también al espíritu de las gentes.

Y quedé admirado por la fuerza superadora de este judío lusitano nacido en Castelo Branco (1511) y fallecido en Salánica (1568). Trasterrado, se hizo políglota. Recordando su patria, la usó como nombre propio, cambiándose el Joao Rodrigues de Castelo Branco, por el de quien ama a Lusitania. Así son las contradicciones: unos que realmente quieren a su suelo sufren escarnios o animadversiones; otros, llenos de estulticia, reciben homenajes y fuegos artificiales. Pero el tiempo coloca en la cima a quien corresponde: no a los impostores.

Pero basta por mi parte. Hay otros médicos, historiadores, filósofos, literatos, geógrafos o psicólogos que mejores aportes pueden dar a estas importantes jornadas. Cómo no recordar aquí los acertados aportes de los doctores Rasteiro, Morgado y Lourenço, o de la profesora Maria Adelaide Neto Salvado, entre otros.

Sí decirles que, como poeta, desde entonces quise rendir mi homenaje a este humanista de vocación universal, a este europeísta que hizo mucho por la verdadera integración entre las naciones del Viejo continente.

Y como lo mío es la poesía, pretendí primero escribir un texto donde lo hacía caminar por las calles de la Salamanca de sus años de estudiante universitario. Quería que caminara junto a Andrés Laguna, nacido en Segovia, condiscípulo suyo, y notable médico humanista con una trayectoria bastante similar a la de Amato. Pero mi intento fue infructuoso: no cuajaba el poema. António Salvado recogió el reto y logró un bello poema ambientado en Salamanca.

En mi caso, la solución se dio, creo, cuando me trasladé a su consulta de Ragusa (la actual Duvrovnik)

y allí pude “verle” y “escucharle” en pleno trabajo de curación del burgomaestre de Venecia. Y claro, también estaba Diogo Pires, amigo y compañero desde los años salmantinos. Coincidencia o no (porque sabía que yo era peruano) él pedía con urgencia un bálsamo traído del Perú, de ese Nuevo Mundo de plantas nuevas.

Ahora, el maestro António Salvado, les leerá en mi nombre, el poema que pude escribir sobre Amato Lusitano. Está dedicado al Dr. António Lourenço Marques.

Muchas gracias a todos.

* *Poeta e professor da Universidade de Salamanca*

**Amato Lusitano cura Gaetano Campanotto
com um bálsamo trazido do Perú
(Ragusa 1558)**

A António Lourenço Marques

Que Diogo Pires vá com a maior urgência aos barcos
Ancorados no porto! Que parta imediatamente!
Preciso de mais bálsamo do Peru, muito mais bálsamo
Para curar o nobre Gaetano! Que me traga todo
O *myrosperum pereirae* que encontre, preciso dele
Para debelar a infecção que está a ulcerar a pele
Do burgomestre de Veneza!

E entretanto, tu, Raquel, prepara o pau guaiaco
Para acalmar a febre de Maria Abravanel!
Devo atender a sobrinha do meu amigo Isaac,
Devo oferecer-lhe as melhores plantas medicinais
Que vão chegando do novo mundo!

Diogo! Diogo! Por que demoraste tanto, Diogo?
Por acaso não sabes que o respeitável Gaetano
Pode livrar-nos da ameaça dos inquisidores?
Por acaso preferes que Mattioli se fique a rir de nós,
Que o seu ódio consiga pôr-nos para fora de Ragusa?
Não é já enorme o nosso exílio para que tenhamos agora
De partir para a Salónica do Grão-Turco?

Nunca me falhaste, querido Diogo, nem outrora
Em Salónica nem hoje nesta cidade do Adriático!
Traz-me depressa esse líquido escuro, com rapidez,
Para curar tão importante personagem que esconde os soluços
Enquanto eu me cubro de saudades
da nossa pátria!

Alfredo Pérez Alencart
(Tradução de António Salvado)

MÉDICAS NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA - UM ROSTO REENCONTRADO**

Maria do Sameiro Barroso*

Médicas e Parteiras na Sociedade Antiga***

A vocação das mulheres para tratar, cuidar, ou para se ajudarem entre si, na área das doenças ginecológicas e dos partos existiu desde sempre e está documentada, desde as sociedades mais antigas, sobretudo em imagens.

sentiram a necessidade de estudar as doenças femininas e de integrar os conhecimentos empíricos das parteiras. Estas eram portadoras da herança das culturas antigas do próximo Oriente (Suméria, Egípto, Mesopotâmia, Pérsia, Assíria e Babilónia), nas quais coexistiam, lado a lado, conceitos e meios de tratamento tanto racionais como irracionais³.



Representação de um parto - (túmulo de Scribonia Attice).

No antigo Egípto, nos relevos que representam os partos, junto aos deuses protectores, surgem sempre figuras femininas, acompanhadas por servas¹. Segundo a lenda, para presidir ao nascimento de Khufu, o primeiro dos três grandes faraós, construtor da Grande Pirâmide de Guisa, os deuses transformaram-se em mulheres, o que significa que seriam aquelas que poderiam prestar melhor ajuda².

Na Grécia, à medida que a medicina hipocrática se foi desenvolvendo, por volta do séc.IV a. C., os médicos

A partir da sua colaboração com os médicos, as parteiras passaram a ter acesso à formação médica, ou a uma formação profissional, como parteiras.

Foi neste contexto que surgiram as primeiras médicas, cuja actividade se estendia também à medicina geral. As Inscrições das *medicae* latinas eram conhecidas, desde o séc. XIX, mas estas eram entendidas *cum grano salis* (com alguma reserva), pois pensava-se que eram simples parteiras⁴.

É por esta razão que a existência de médicas, na

Grécia é referida, embora, por vezes, se ponha em causa o seu desempenho, as suas capacidades. Sobre este assunto, Lyons/Petrucci comentam: «Na época de Hipócrates (séc. V a. C.) existia um grande número de curadores praticantes. A interrogação sobre se eram simples charlatões ou pessoas que agiam de boa fé é difícil de responder, pois não existiu, até ao ano 300 a. C., qualquer sistema de licenças ou intitulações e todo aquele que quisesse, à excepção das mulheres, podia atribuir-se o título de médico. Não é de estranhar que uma cultura que relegava as mulheres para uma condição secundária, não as considerasse capacitadas para desempenhar o papel de praticantes de medicina»⁵.

Em Roma, os mesmos autores admitem a existência de médicas: «Tal como na Grécia, as matronas assistiam aos partos. O seu estatuto em Roma parece ter sido mais elevado que na Grécia, ao ponto de algumas mulheres terem mesmo sido consideradas como médicos»⁶. Os autores apontam ainda a existência de farmacêuticas, ilustrada por um baixo relevo que representa uma boticária⁷.

Outro aspecto que contribuiu para o desconhecimento da existência de médicas é a grande disparidade existente, em relação à origem das fontes. Em Roma, para fonte literária relativa a uma parteira, existem vinte e sete inscrições⁸. Em relação às fontes relativas às médicas, a discrepância é ainda maior, por isso, o contributo da arqueologia tem-se revelado fundamental, pois para as inscrições encontradas, não havia informação correspondente, ao nível das fontes literárias.

As dificuldades ou mesmo a interdição das mulheres ao estudo e à prática da medicina, são mencionadas, num episódio narrado pelo fabulista Higino.⁹

Segundo o autor, as mulheres morriam de parto, por se terem recusado a ser assistidas por homens, uma vez que os atenienses tinham vedado o acesso da medicina aos escravos e às mulheres. Sentindo a gravidade da situação, uma jovem de nome Agnócide decidiu estudar medicina. Com esse objectivo, cortou o cabelo, vestiu-se de homem e foi estudar com um certo Herófilo. Após ter feito os seus estudos, conta-se que aconteceu a tratar uma mulher que tinha entrado em trabalho de parto. Esta, pensando ter diante de si um homem, terá recusado a ajuda. Então, Agnócide, levantando a roupa, revelou o seu verdadeiro sexo e assim começou a dar assistência às outras pacientes¹⁰.

Agnócide, que fez os seus estudos com Herófilo, provavelmente, no último quartel do séc. IV a. C. é referida como a primeira obstetra de Atenas¹¹.

Este episódio revela dois aspectos relevantes. Um deles é a importância e a qualidade da medicina, considerada uma das artes maiores das ciências antigas e que, revelando grande capacidade ética e humanista, se demarcou da misoginia, expressa nos

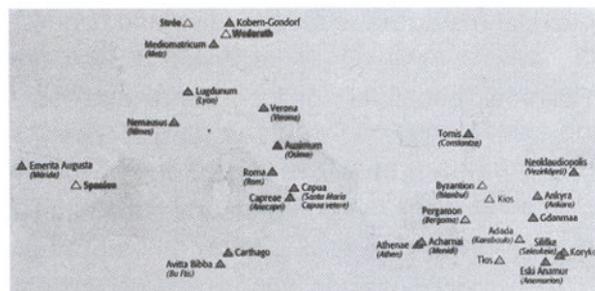
textos literários e filosóficos. Embora os autores médicos, não deixassem de reflectir o pensamento predominantemente androcêntrico da época, não deixaram, de estudar e tratar as doenças femininas, tendo integrado, nos seus quadros profissionais, as mulheres.¹²

Outro aspecto são as razões de pudor que levavam as mulheres a quererem ser tratadas por mulheres. No tempo de Hipócrates, o médico, não praticava, habitualmente, o toque vaginal. Este era efectuado pela parteira, ou pela própria doente, pela mãe ou pela ama, a quem o médico ia dando indicações e sugerindo os adjectivos que permitissem definir o estado dos órgãos. No entanto, em casos mais graves, o médico não deixava de comparecer¹³.

Herófilo, que fez estudos, no âmbito da anatomia feminina, estabeleceu a ponte com os autores romanos posteriores que se desenvolveram os estudos obstétricos e ginecológicos. Também em Roma, durante muito tempo, as mulheres vedaram aos homens a prática da Ginecologia. A necessidade de preservar o pudor das doentes, segundo Célio Aureliano, levou os Antigos a criar médicas (*medicae*), no intuito de preservar o pudor feminino¹⁴. No entanto, segundo Paul Diepgen, a razão principal para o acesso das mulheres à medicina não foi o pudor mas sim os seus conhecimentos acumulados, a partir de dados empíricos.

Ernst Künzl é o investigador que mais se tem destacado, no estudo e divulgação da presença feminina, nesta área¹⁵. O seu trabalho baseia-se no estudo de monumentos funerários, epitáfios, inscrições e instrumentos cirúrgicos. Tal como refere, embora, na História da Medicina, o mais importante não sejam os achados arqueológicos, mas sim as obras dos autores médicos, desde o *Corpus Hipocraticum* até Paulo de Egina (autor da época bizantina)¹⁶, existem áreas para as quais o material arqueológico é indispensável, pois a Arqueologia fornece provas documentais visíveis e de indiscutível valor¹⁷. Os túmulos e o material epigráfico existem por todo o Império (como podemos ver no mapa (mapa de Ernst Künzl), onde figuram as inscrições gregas e latinas de médicas (*iátriné, medica*)¹⁸.

Na Península Ibérica, este mapa é complementado pelo mapa de Bernard Remy¹⁹. Os estudos efectuados



Mapa de Ernst Künzl.

têm demonstrado que existiram médicas, desde o séc. IV a. C. até ao séc. VI d. C..

A investigação arqueológica tem vindo a corrigir o que se pensava sobre estas mulheres, quanto à sua preparação profissional, quanto à *sua situação social*, e fornece indicações precisas sobre o equipamento de que dispunham.



Península Ibérica - Mapa de Bernard Remy.

As Médicas Gregas Fenóstrata e Musa

O testemunho arqueológico mais antigo, que dá notícia da existência de uma médica grega, data do século IV a. C., o que significa que as mulheres se dedicaram à medicina, logo após ter sido fundada a chamada medicina científica, por Hipócrates (por volta do ano 380 a. C.)²⁰. A inscrição encontra-se num relevo, em mármore, datado do séc. IV a. C., proveniente de



Fenóstrata.

Acharnai, pequeno povoado, situado perto de Atenas, que pertence à médica e parteira Fenóstrata²¹.

A comprovar o facto de que a profissão (por volta dessa altura, mais ou menos, em vida de Alexandre, o Grande), ainda não era confiada com segurança a mulheres, é o seu registo, na forma masculina da palavra iatrós (que significa *médico*, em grego). De notar a estatura elevada da sua figura, que surge rodeada de crianças, dirigindo-se a uma doente ou grávida, pois Fenóstrata surge, ao mesmo tempo, como maia (parteira, certificada pelos médicos) e como especialista em Obstetrícia e Ginecologia²².



Musa, Moysaaga Thokaloy - (Museu Arqueológico de Istambul).

Dois séculos mais tarde, cerca do ano 100 a. C., tornou-se comum a designação feminina de iatriné (*médica*), palavra que aparecia ao lado de iatrós (*médico*). De Bizâncio, actual Istambul, chega-nos o relevo tumular, em mármore, datado de cerca do ano 100 a. C., de uma mulher chamada Musa, Moysaaga Thokaloy filha de Agatocles, designada como iatriné (palavra relacionada com *iatreiá*, *cura*, *iatrikós*, *médico*).²³ O relevo encontra-se no Museu Arqueológico de Istambul²⁴.

Esta médica deixou claro, no seu monumento funerário, que não era uma diletante. A figura é representada de pé, segurando um rolo, na mão esquerda, o que, juntamente com o nome Musa, constitui uma

referência clara aos seus estudos médicos. A pequena serva, à esquerda e os dois cães são o símbolo de um estatuto social de sucesso.

Médicas, Parteiras e a sua formação profissional

A medicina grega posterior a Hipócrates floresceu em Alexandria e foi mais tarde introduzida em Roma, cuja hegemonia sobre o mundo grego se iniciou a partir do ano 146 a. C.. Várias das escolas médicas surgidas em Alexandria passaram para Roma onde se desenvolveram²⁵.

A chegada da medicina grega a Roma, trazida pelo próprio deus Apolo, é contada por Ovídio, no livro *Metamorfoses*²⁶:

«Revelai-me agora, ó Musas, divindades que assistis aos poetas] (Pois vós o sabeis, e o passado longínquo não vos escapa).] Como é que a ilha, rodeada pelas águas profundas do Tibre,] Juntou o filho de Córonis às cerimónias religiosas da cidade de Rómulo.»²⁷

Os romanos estavam devastados pelas epidemias de peste, ocorrida em 295. Em 293 a. C. tinham abandonado a cidade. No Epidauro os mensageiros de Roma pediam a ajuda do deus. Este acedeu, tendo-se transformado em cobra (o animal sagrado do deus) e rastejado até ao porto, onde entrou num barco romano. Quando chegou a Roma, desembarcou e, ainda na sua forma de cobra, rastejou até à ilha Tiberina, onde fundou um novo santuário, dedicado a Esculápio (filho do deus e de Córonis, uma mortal) e a sua filha Higeia, que personificava a saúde²⁸.

Durante o séc. I a. C., chegam a Roma as parteiras gregas²⁹. A parteira (*obstetrix*) - a palavra literalmente significa aquela que está à frente - é representada nas cenas de parto, geralmente sentada diante da parturiente. A sua actividade consistia na assistência aos partos e na administração de medicamentos, sobretudo contra a esterilidade, problema que era frequentemente imputado às mulheres³⁰.

As parteiras também eram chamadas para fazer exames de virgindade e para confirmar uma gravidez. Mais tarde, no início do Cristianismo, as parteiras passaram a ser chamadas para confirmar a virgindade das monjas³¹.

As parteiras figuram, nos primeiros textos, nas comédias de Plauto³² e de Terêncio. Na peça *Andrómeda*, deste autor, Lésbia, a parteira, é representada como uma alcoólica, que bebe, na companhia dos servos e que não temos a menor vontade de ver a trabalhar. No entanto, esta imagem de uma má profissional, sendo

um tema de comédia, não deve ser generalizada às outras parteiras³³.

Quanto à formação das médicas e parteiras, na opinião de Danielle Gourevitch, não existem indicações precisas, mas adianta que os tratados de ginecologia permitem supor que existissem escolas, não só das doenças comuns aos dois sexos, mas também da especialidade de ginecologia. É possível que as simples parteiras se formassem pela prática, começando por ser assistentes (*ministrae*)³⁴.

Sorano de Éfeso, que exerceu medicina, no início do séc. II d. C., no seu livro *Gynaecia*, do qual há duas adaptações latinas, do séc. V³⁵, distinguiu algumas das qualidades que considerava necessárias para que uma parteira fosse uma boa profissional, nomeadamente: a instrução, a inteligência, a memória, o amor ao trabalho e a discrição.

Célio Aureliano também forneceu um resumo das qualidades que considerava necessárias a uma boa parteira: o saber médico, o conhecimento das doenças femininas e a capacidade de tratar convenientemente todas as afecções. Nos requisitos, incluiu qualidades morais: a parteira não devia ser muito agitada, nem bêbeda, nem avarenta, mas sim razoável, sóbria e discreta. Não devia ser supersticiosa e devia saber lidar com os partos. Devia ainda ser competente, sólida e casta, engenhosa, calma e reflectida³⁶.

Pensa-se que, nas grandes cidades, as parteiras dispunham de escolas que assegurassem a sua formação. Fora dos grandes centros, pensa-se que a sua formação seria a tradicional e empírica.

O aborto era proibido, desde os textos hipocráticos. Só o aborto terapêutico era permitido. Sabe-se, no entanto, que as parteiras o praticavam, de forma perigosa e, por vezes, involuntariamente, quando não dominavam as drogas e as técnicas que utilizavam. Também intervinham, em caso de esterilidade. Neste caso, os meios utilizados eram tão perigosos quanto os meios abortivos. Aline Rousselle, refere o caso da Imperatriz Eusébia que morreu, devido a uma droga que tomou contra a esterilidade³⁷.

Segundo Jacques André, durante muito tempo, as mulheres, fora dos partos e das doenças mais simples, eram tratadas por médicos, em cujos conhecimentos tinham mais confiança. Na corte imperial e, mais tarde, nas comunidades religiosas cristãs³⁸, os médicos também tratavam as mulheres. Era comum, no séc. V, que um médico fosse chamado para tratar um cancro da mama de uma devota.

Durante este século, a par das referências às parteiras, os textos e as inscrições mencionam as médicas (*medicae*). No séc. VI, o Código de Justiniano fazia referência aos médicos dos dois sexos³⁹. Estas *medicae* eram naturalmente mais qualificadas do que as parteiras. Quanto à sua formação, o autor menciona o caso de Restituta. Esta fez uma dedicatória ao médico imperial *Claudius Alcimius*, seu professor, o

que pode querer dizer que elas seguiam um curso de medicina, tal como os seus colegas homens, que tratavam as doenças do seu sexo e as doenças comuns, tais como: febres terçãs e quartãs⁴⁰, sarna⁴¹, tumores cutâneos⁴² e mordeduras de cães raivosos⁴³.

Quanto ao número de parteiras existentes, em Roma, pensa-se que seria bastante elevado. Danielle Gourevitch refere a existência de mais de 60 inscrições de parteiras (relativas à época romana). Estas eram escravas ou libertas e estavam, muitas vezes, ao serviço de uma família, como era o caso de Secunda, parteira de Statíla, a Antiga, da qual não se sabe mais nada.

De uma forma geral, as parteiras ou simples comadres, não eram bem vistas pelos médicos. Em Roma, nas relações entre médicos e parteiras a rivalidade terá prevalecido sobre o entendimento, uma vez que a maior parte das parteiras possuía poucos conhecimentos e praticava o aborto, utilizando drogas e manobras perigosas⁴⁴.

Das parteiras que menciona, salienta uma inscrição de uma *obstetrix* (parteira) de Tréveris⁴⁵, em cujo epitáfio se pode ler:

«Aqui repousa Júlia Pieris, parteira; não fez mal a ninguém».

Outra inscrição diz o seguinte:

«Élia Sotera, parteira de Split, que morreu com trinta e cinco anos. Élio Aureliano Temístocles [dedica o monumento] à sua liberta, que bem o mereceu»⁴⁶.

Existe ainda uma inscrição de Hígia, parteira de Flávia Sabina que morreu com trinta anos e uma inscrição de Roma, na qual figuram duas parteiras, desconhecendo-se o motivo ou razão para o facto.

A situação económica das parteiras seria, de uma forma geral, bastante precária, pois os monumentos funerários são muito simples. Não está absolutamente excluída a hipótese de os homens terem feito partos. Uma inscrição refere que Lucius Minicius Anthimius trouxe ao mundo o seu próprio filho. Desconhece-se se foi na sua qualidade de médico ou se terá ajudado ocasionalmente⁴⁷.

Pensa-se que os médicos, por regra, não assistiam a partos normais, mas que eram chamados para resolver os casos mais graves, nomeadamente para praticar a embriotomia⁴⁸, intervenção que comportava um elevadíssimo risco⁴⁹.

Há também informações que comprovam que algumas médicas terão tratado doenças, fora das áreas especificamente femininas (Maia, segundo Galeno, preparava poções para tratar condilomas; Antiochis, um emplastro contra o carbúnculo; Xanita tratava as erupções cutâneas e a sarna). Entre os tratamentos que utilizavam conta-se a hidroterapia.

Houve médicas e parteiras que escreveram textos médicos. Cleópatra, no séc. I da nossa era, escreveu um «Tratado sobre as doenças das mulheres e os partos».

Uma outra autora, muito citada por Galeno, escreveu um tratado sobre «Cuidados corporais», do qual interessa especialmente, o que escreveu sobre a alopecia.

Existem ainda inscrições de outras médicas. Uma delas é Flávia Hedónia, que viveu em Nîmes, no Sul de França, outra é de Primilla, que viveu em Roma. No monumento funerário, encontrado na Via Ápia, pode ler-se o seguinte:

«Nascida livre, filha de L. Vaibius Méilton, viveu quarenta e quatro anos, trinta com o seu marido L. Coceíos Aphantorus, com o qual nunca discutiu»⁵⁰.

Existe ainda uma inscrição de Emília Hilária, tia de Ausónio, na qual se pode ler o seguinte:

«Esperta como um homem, na arte médica»⁵¹.

Esta expressão, dentro da valorização social predominantemente masculina, deixa no entanto antever uma estima semelhante, relativa a médicos de ambos os sexos.

Teodoro Príscio dedica o seu livro *Gynaecia* a Vitória, que, pelo contexto, apenas podia ser uma médica especializada em Ginecologia, pois os assuntos tratados não eram acessíveis a uma simples parteira⁵².

Houve quatro parteiras gregas que foram autoras, tendo sido referidas por Plínio, o Antigo, na bibliografia do livro I da História Natural, figurando entre os *autores externi*. Chamavam-se Lais, Olímpia, Salpe e Sotira⁵³.

Os autores de tratados de Ginecologia foram homens: Sorano, Galeno, Teodoro Príscio, Célio Aureliano. Sorano escreveu em grego. Os outros autores dispunham dos tratados dos seus colegas gregos, caso soubessem grego, pois as traduções latinas destes textos só surgiram, no final do Séc. IV. Só as mulheres cultas tinham acesso a esses livros.

Estes livros mencionam o emprego de instrumentos específicos. O espéculo vaginal (ἄεῦδῶδῶά), conhecido desde o início do Império⁵⁴, é mencionado por Sorano (III 40) pela primeira vez⁵⁵.

Na cidade de Pompeia, na Casa do Cirurgião, entre os 40 instrumentos cirúrgicos encontrados (com os quais se inicia o estudo dos instrumentos cirúrgicos, na Antiguidade, em Abril de 1771), foram encontrados espéculos. Na Casa do Médico, foi encontrado um espéculo de quatro lâminas (*speculum magnum matricis*)⁵⁶.

As urnas das médicas romanas

A Dentista de Wederath

O estudo de urnas veio acrescentar dados, em relação a outras actividades médicas, exercidas por mulheres. O nosso conhecimento sobre os médicos romanos, entre os séculos I e IV d. C., é facilitado pelo facto de, durante este período, os médicos serem enterrados juntamente com todos ou com parte dos seus instrumentos cirúrgicos.

Nos anos que se seguiram à I Guerra Mundial, a arqueologia procedeu à caracterização antropológica dos ossos ou cinzas dessas urnas e mencionava-se urnas que eram de médicos e não de médicas, porque, na realidade, os ossos encontrados pertenciam a homens. Contudo, entre as urnas mais recentemente descobertas, a partir do séc. I d. C., encontram-se três que pertencem a cirurgiãs romanas, assim reconhecidas pelos ossos e pelos instrumentos cirúrgicos.

Uma das urnas, datada de cerca do ano I d. C., situa-se em Wederath, Hunsrück, e pertencia à pequena cidade romana de Vicus Belgium, onde habitava uma população celta, mais ou menos romanizada. No seu cemitério romano, foram encontradas duas urnas cinerárias, pertencentes a dentistas de cerca do ano I d. C.

O estudo do espólio do túmulo n.º 1539 levou à conclusão que a defunta teria sido uma mulher muito instruída. A mulher foi encontrada com um alicate dentário de ferro e uma lâmina de barbear, o que indica que exercia as novas funções dos barbeiros que, por essa altura, começavam a praticar cirurgia⁵⁷.

A Cirurgiã de Strée

Nos achados tumulares nem sempre existem restos antropológicos que permitam determinar o sexo. Um pormenor que pode auxiliar é a existência de adornos. Na Itália, os trajes das mulheres não incluíam fíbulas, mas, nas províncias do Norte, nas regiões de ocupação celta, no início do período imperial, os trajes femininos incluíam entre três a cinco fíbulas. Nas restantes regiões das províncias do norte, especialmente da

Gália e da Germânia, os pares de fíbulas eram elementos típicos do traje feminino.

Este é o ponto de partida para a interpretação da urna de Strée, em Hainaut, na actual Bélgica, onde foi encontrado um pequeno cabo de faca, um escalpelo, duas fíbulas de esmalte e duas taças de cerâmica, bem como uma lamparina e um prato de *terra sigillata*. Também foram encontrados restos de uma caixinha, numa urna cinerária datada do séc. I d. C. ou um pouco mais tarde.

Na falta de material antropológico, as duas fíbulas de esmalte proporcionaram a conclusão decisiva, após ter sido estudado todo o local, juntamente com os seus achados, provaram que se tratava de uma urna de mulher.

A médica de Strée⁵⁸ possuía um escalpelo, com a forma romana habitual e tinha uma pequena faca que pode ser interpretada como lâmina de barbear. Tal como no caso de Wederath com o alicate dentário e a lâmina de barbear, assim também o *intrumentarium* da dama de Strée era constituído por instrumentos de barbeiro e de cirurgia.

Recorde-se que lâminas de barba, lancetas para sangria, pinças dentárias e um escalpelo eram os instrumentos utilizados pelos barbeiros das aldeias. (Ainda no séc. XIX, há registo da existência de uma mulher, pertencente à família Bischof, na Baixa Baviera, em cuja inscrição tumular, é referida como cirurgiã, falecida a 26 de Julho de 1831, com a idade de 65 anos, sendo de notar que as mulheres desse tempo ainda não frequentavam as universidades⁵⁹).

A Cirurgiã de Espanha

O terceiro exemplo é uma urna do Sul de Espanha, cujo local exacto da descoberta é desconhecido. O estudo da urna permitiu concluir que pertenceu a uma mulher do início do período imperial, no tempo do Imperador Augusto (31 a. C. a 14 d. C.) ou do período do seu sucessor Tibério (14-37 d. C.). Do seu espólio, consta um escalpelo, uma sonda partida, uma agulha perfurada e um espalhador de pomada.

O escalpelo é inequívoco: ainda pode ver-se o dispositivo de ferro da lâmina; o cabo é raiado e a ponta está partida. Estes elementos permitem identificar a profissão da defunta como cirurgiã. Este túmulo assinala o testemunho mais antigo até agora encontrado, que engloba todas as civilizações da Antiguidade e comprova a existência da actividade profissional de uma mulher, como cirurgiã.

Além dos instrumentos cirúrgicos, do inventário do túmulo, constam restos de uma caixa oval, um conjunto de chave e fechadura, para além de uma pulseira, um espelho redondo, um pequeno amuleto de vidro e uma fíbula em forma de arco (*aucissafibel*)⁶⁰. A pulseira, com pontas entrelaçadas, é uma pulseira ao estilo das pulseiras de prata pertencentes ao final do período republicano. A caixinha, contendo uma pequena corrente para pendurar foi reconstruída. Os

locais de origem deste tipo de caixa são o Mediterrâneo central, em especial a região central das ilhas eólicas, a Itália e a região média do Danúbio. Todos os achados apontam para o início da época imperial do séc. I a. C.. Estas caixinhas seriam provavelmente utilizadas durante o transporte, especialmente em viagens por mar. A forma oval evitaria que esses objectos se partissem com os movimentos bruscos dos barcos⁶¹.

Outros dados sobre as médicas romanas

Aos túmulos de médicas devemos juntar uma outra informação relevante: o das inscrições gregas e romanas.

Provenientes da região central do Mediterrâneo, são maioritariamente inscrições tumulares, mas há também casos de inscrições honoríficas e inscrições provenientes de habitações. O material utilizado foi a pedra (mármore e calcário). Não há inscrições em metal, e, à excepção de uma inscrição grega, encontrada em Roma, as inscrições mantêm-se nas fronteiras das línguas faladas: as inscrições da Grécia e da Anatólia são em grego.

Um aspecto importante é o facto de as inscrições de médicas se encontrarem espalhadas por todo o Império, predominantemente nas grandes cidades, Roma e Bizâncio.

Nas inscrições, encontramos o conceito de médica (latim *medica*; grego *iatriné*); quando se trata de uma parteira, encontramos a palavra latina *obstetrix*. Existiam também *maia* ou *iatromea*, parteiras com formação médica certificada e *nutrix*, palavra que significa ama.

Um túmulo, proveniente de Colónia, datado do séc. III d. C., mostra a imagem da ama Severina, em ambos os lados e constitui uma das ilustrações mais significativas da profissão de ama na Antiguidade⁶².

O túmulo contém uma inscrição, na qual se pode ler: «Severina, ama de leite». Possivelmente, trata-se da mesma senhora, podendo terem sido os monumentos mandados fazer por dois dos seus «amamentados» ou, tratando-se de duas faces do mesmo monumento, sublinha-se, nos baixos-relevos, dois momentos diferentes da mesma ternura. As duas imagens, mostrando a ama, amamentando a criança e colocando-a no berço, representam momentos vivos do carinho, extraído dia a dia de uma família romana⁶³.

Os elogios não eram raros, em inscrições honoríficas. A inscrição hímica de uma estudante de medicina de 22 anos de nome Scantia Redempta, proveniente de Cápua, descreve a jovem como *incomparabilissima femina, antistes disciplinae in medica* (mulher incomparável e uma médica notável).

Na antiga cidade *Avitta Bibba*, na Tunísia, actual povoado Bu Ftis, no séc. III d. C., alguém mandou

erigir uma estátua de mármore a uma médica de nome Gemínia, com uma inscrição que a elogia, designando-a como *Salus omnium* (Salvadora de todos).

Digno de nota é também o túmulo da médica romana de Metz, em Lothringen, em França⁶⁴. O relevo (infelizmente bastante danificado), representa uma mulher respeitavelmente vestida. O nome é absolutamente ilegível, mas ainda pode ler-se a palavra *medica*, que designa a actividade profissional.

As inscrições tumulares de médicas romanas atingem, por vezes, um tamanho apreciável, como, por exemplo, 1,90 m, a altura de uma inscrição calcária, datada do séc. II d. C., de uma médica, cujo nome é Júlia Sabina, de *Auximum* (Osimo), na Itália⁶⁵. Na inscrição, pode-se ler o seguinte:

«Aos deuses Manes. A Júlia Sabina, liberta de Quinto, médica. Quinto Júlio Satimeio à cónjuge benemerente»⁶⁶.

Algumas médicas tinham um sucesso profissional notável. Em Tlos, uma cidade grega da Anatólia, uma mulher, de nome *Antiochis*, filha de Diodoto, recebeu uma estátua da administração da cidade, pela sua arte médica, o que constituiu uma grande honra, no contexto da estrutura social antiga⁶⁷.

Da cidade de Roma, existem numerosas inscrições, tanto de médicos, como de médicas, o que permite corrigir a ideia que se tem quanto ao número de cirurgiões existentes, pois existem poucos exemplares de instrumentos cirúrgicos. Outras médicas são conhecidas:

- Névia, que exerceu medicina, juntamente com o seu marido;
- *Venuleia Sosis*, uma liberta;
- Uma médica do palácio imperial, cujo nome não se pode ler na inscrição, que está partida, nesse sítio:
 - Terência Prima, que, quando liberta, se passou a chamar Terência Nice e que também não era pobre;
 - *Minutia*, uma liberta cuja inscrição tumular se encontrou, entre a Fonte de Trévi e o Quirinal;
 - *Secunda*, médica de Livilla, irmã do Imperador Cláudio;
 - *Primilla*, que morreu com a idade de 43 anos;
 - *Melitene*.

Quanto às parteiras com preparação médica, as *iatromea* (palavra transcrita do grego, composto por

iatros, médico e *maia*, parteira), existiram as seguintes:

- *Valeria Verecunda*, que só tinha 33 anos, quando morreu;
- *Valia* (ou *Valeria*) *Calliste*;
- *Iulia Primigenia*.

Algumas inscrições são lacónicas, como a inscrição de mármore de uma mulher que foi primeiro escrava, tendo sido depois liberta - *Minutia*, que deve ter exercido a profissão com bastante sucesso. O que se deduz o material utilizado faz crer que teria posses. Também fora de Roma, houve médicas abastadas. Em Cartago, no Norte de África, *Asyllia Polla* morreu com 65 anos, exerceu medicina⁶⁸. No seu epitáfio pode ler-se: «Aqui jaze Asília Pola, filha de Lúcio, médica. Viveu 65 anos. O liberto Êuscio mandou fazer a expensas suas »⁶⁹.

Particularmente abastada deve ter sido uma médica, em *Lugdunum* Lyon (a grande metrópole da Gália romana), *Metela Donata*, pois o seu nome consta numa inscrição monumental, num edifício infelizmente desconhecido⁷⁰.

Pode ter sido um templo ou qualquer outro edifício público.

A arquitectura a que pertence denota que deve ter sido de considerável grandeza. A inscrição diz o seguinte:

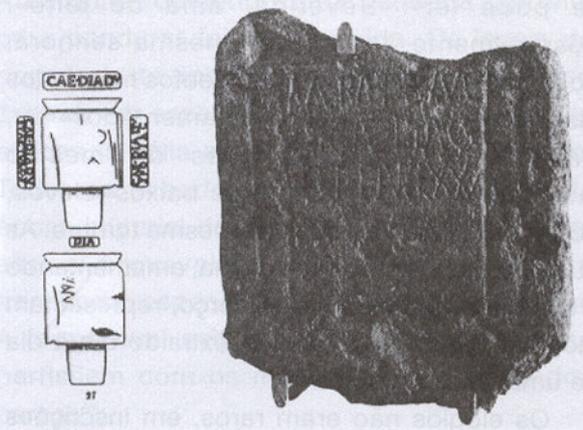
«Metela Donata, médica, ofereceu com o seu dinheiro, no lugar dado por decreto dos decuriões»⁷¹.

As Médicas da Península Ibérica

Na Península Ibérica, estudos epigráficos revelaram a existência de duas médicas, em dezanove inscrições (dezassete homens, duas mulheres). As inscrições mais antigas são da primeira metade do séc. I d. C., a mais recente é do séc. VI. Duas em três denotam uma extracção servil mais ou menos longínqua e denota que se tratava de médicos generalistas que exerciam medicina privada. Dois deles ocupavam funções públicas: *M. Aerarius Telemachus*, era médico de uma companhia mineira, *P. Frontinus Sciscola* era médico da Colónia de Cordoue⁷².

Duas inscrições são de mulheres⁷³. Uma pertence a Júlia Saturnina, cujo epitáfio se encontra no Museu de Mérida, foi mandado fazer pelo marido e refere o seguinte:

«Consagrado aos Deuses Manes. A Júlia Saturnina», que morreu com 45 anos, esposa incomparável, médica excelente, mulher irrepreensível. Caio Filipe, seu marido, pelos seus méritos (mandou erigir este monumento). Aqui repousa. Que a terra lhe seja leve.»



A outra médica é *Ambata*. Em Lara de los Infantes, na província de Burgos foi descoberta uma estela calcária, partida em cima e em baixo. O lugar e a data da descoberta são desconhecidos. A estela encontra-se no museu Arqueológico de Burgos. Contém a seguinte inscrição:

«A *Ambata*, filha de Plácido, médica, morreu com 75 anos»⁷⁶.

As uniões profissionais

O exercício da medicina, em conjunto, por marido e mulher, também não deve ter sido raro, porque existem vestígios que apontam nesse sentido, em todo o Império.

O exemplo mais antigo é o túmulo de um casal do final da República, datado do séc. I a. C.. O marido, *Lucius Naevius Phillipus*, se torna liberto, de nome Caio e que é designado como *medicus chirurgus*. A sua mulher, *Naevia Clara* figura como *medica philologa*⁷⁷.

De *Anemurion*, no sul da Turquia (ver mapa da figura 131), consta a inscrição do médico *Obrimos* e de sua mulher e médica *Ammi(o)n*. Este documento é do séc. III d. C.

O mais belo testemunho de uma união profissional comum e bem sucedida é a construção funerária de um casal de médicos, em Óstia, o porto mais importante da cidade de Roma. Trata-se da construção funerária da parteira *Scribonia Attice* e do cirurgião *Marcus Ulpius Amerimnus*, pertencentes ao séc. II d.C.⁷⁸.

O túmulo encontra-se na necrópole da Ilha Sacra,

nas proximidades da cidade de Óstia. Existe uma inscrição em mármore, à entrada. *Scribonia Attice* que não é designada por nenhuma palavra profissional específica, esclarece que este túmulo foi mandado construir para si, para o seu marido, *Marcus Ulpius Amerimnus*, para sua mãe, *Scribonia Galliticha* e para outras pessoas, nas quais se incluem algumas libertas.



A profissão de ambos é ilustrada, em dois relevos que se podem ver nos cantos superiores da inscrição, situada na parede de tijolo frontal⁷⁹.

À esquerda, o marido, *Marcus Ulpius Amerimnus*, executa uma sangria, numa perna. O doente está sentado, à sua frente, em baixo, encontra-se um recipiente para aparar o sangue.

Os escalpelos e as lancetas de cirurgião estão expostos, ao lado, num estojo. Num outro relevo, que representa um parto⁸⁰, a proprietária do túmulo, *Scribonia Attice*, encontra-se diante de uma parturiente, sentada numa cadeira de parto, ajudada por uma serva.

Esta apresentação dos dois proprietários da construção funerária a exercerem em comum, ajudando-se mutuamente, nas actividades suas específicas, é a única que foi encontrada, até agora.



Representação de um parto - (túmulo de *Scribonia Attice*).

A Inscrição de Pérgamo

Outro testemunho comovente é um epigrama tumular, gravado em mármore, em Pérgamo, datado do séc. II d. C.. Este período corresponde ao terceiro

grande ponto alto da medicina antiga, que teve o seu expoente máximo em Galeno, natural de Pérgamo, cujos ensinamentos perdurariam até ao séc. XVI e cujos erros só foram postos em causa, a partir do Renascimento. A inscrição é do médico Glícon, dedicado a sua esposa Panteia, também médica⁸¹.

Também, no século II d. C. Plutarco escreveu um diálogo sobre o amor, *Erotika*, no qual elogia, com entusiasmo, o erotismo, o amor e o entendimento conjugal⁸². Joseph Vogt aponta o poema, que traduzimos da versão alemã, como exemplo da harmonia e equilíbrio entre os dois sexos.



«Saúda-te, Panteia, minha mulher, o marido que
após a tua partida]
pela morte destruidora, pesado luto abriga.
Pois jamais viu Hera Zígia» uma tal
companheira, na qual a figura,]
a inteligência, bem como a discrição do seu
porte tanto se assemelhassem.]
Foste aquela que me deu os filhos, todos a mim
semelhantes».]
Cuidaste do teu marido, cuidaste dos teus
filhos.]
Foste tu, sem dúvida, quem conduziu o leme
da vida, em casa,]
também contribuístes para engrandecer a fama
da medicina,]
e distinguiste-te pois, embora sendo mulher,
atrás de mim não ficaste em capacidade.]
Por nisto, Glícon, o teu marido, mandou erguer
este monumento;]
também alberga Filadelfo», o imortal, e aqui
eu próprio repousarei, um dia, quando a vida
me deixar,]
Tal como, somente contigo, cumprindo os
ditames do destino, o leito conjugal partilhei,]
que a terra do sepulcro nos cubra também com
o mesmo manto.»-]



De Plutarco aos nossos dias

De acordo com Ernst Künzli, estima-se que, de acordo com o número de inscrições e templos funerários, que a percentagem de médicas atingiria, com segurança, uns bons cinco por cento. A situação da mulher, no âmbito da actividade médica, no Império Romano antigo, não se confinou ao fora ginecológico. Das inscrições e dos inventários tumulares que apresentámos, podemos concluir que as mulheres também devem ter exercido a sua actividade, como dentistas e cirurgiãs, entre os séculos I e VI d. C.⁸⁷. Segundo Jacques André, teriam existido médicas e médicos, a exercer, em igualdade de circunstâncias, até ao séc. VI d. C.. As mulheres tiveram parte activa e deram o seu contributo para o engrandecimento da medicina antiga.

Nos séculos seguintes, as incursões da mulher na medicina são raras.

Mas há excepções. Uma das mais destacadas figuras europeias é Hildegarda de Bingen (1098 - 1179), monja beneditina do Convento de Rupertsberg que escreveu obras de edificação religiosa, textos sobre medicina e ciências naturais e fez estudos sobre plantas⁸⁸.

Autora para quem «o corpo é tecido de veias como o firmamento é unificado pelas estrelas para que não se disperse nem divida»⁸⁹, foi, não só «o primeiro escritor médico de origem germânica, mas também «o mais original escritor médico da latinidade no século XII»⁹⁰. Cultivou a poesia e a música. Foi santa, visionária, farmacêutica, autora de livros de medicina e de música coral de carácter religioso⁹¹.

A Escola Médica de Salerno também é uma das excepções, pois, embora toda a Escola esteja envolta no domínio da controvérsia lendária, para a posteridade ficaram alguns nomes que a tradição preservou.

Trótula de Salerno, autora de *Passionibus Mulierum Curandorum*, considerado o livro medieval mais importante sobre doenças femininas, no qual trata a importância da higiene, nutrição e cuidados corporais e aconselha a evitar a ansiedade e a depressão, morreu em 1097, sendo considerada a primeira grande médica da Idade Média⁹². Constância Calenda, Withington e Sichelgarta foram outras médicas de Salerno, cujos nomes ficaram para a posteridade⁹³.

Em Portugal, a profissão médica está regulamentada desde, pelo menos, o reinado de D. João I. Em 1392, há notícia da existência de mulheres, autorizadas a exercer medicina, desde o reinado de D. Afonso V.⁹⁴. No séc. XVI⁹⁵ e no séc. XVII⁹⁶ também há notícia de mulheres, autorizadas a exercer medicina.

Tirando estes casos esporádicos, só em meados do séc. XIX, se licenciaram as primeiras médicas, nos Estados Unidos e na Europa⁹⁷. A 1 de Setembro de 1889, o Diário de Notícias saudou a aparição da primeira médica, em Portugal⁹⁸. Só a partir dessa altura

voltaram a surgir casais de médicos, a exercer lado a lado, tal como já tínhamos visto, no tempo de Plutarco.

* Médica, escritora, investigadora.

Notas

* Salvo indicação em contrário as traduções do francês e do alemão são da nossa autoria.

** A tradução e comentário de algumas das inscrições gregas e latinas é do Senhor Doutor José d' Encarnação, Professor Catedrático e Director do Museu Arqueológico de Coimbra, a quem agradecemos também as sugestões bibliográficas e a leitura deste trabalho.

À Senhora Professora Maria Teresa Dias Furtado agradecemos as suas sugestões de tradução, referentes ao epigrama tumular De Glícon a sua esposa Panteia.

1 Paul Diepgen, *Die Frauenheilkunde der Alten Welt*, Verlag von J. F. Bergmann, München, 1937, pg. 42.

2 Estas mulheres podiam ser familiares, amigas, mais velhas, já com alguns conhecimentos e experiência. No entanto, parecem não ter chegado a constituir um grupo profissional individualizado. Embora, na Assíria e Babilónia já existissem algumas especializações médicas, não há notícia da existência de parteiras. (Paul Diepgen, *op. cit.*, pg. 58). No antigo Egipto, também não há indícios que tenham tido grande importância, pois não existe até agora nenhuma palavra conhecida para designar parteira ou obstetra (John F. Nunn, *Ancient Egyptian Medicine*, The British Museum Press, Londres, 1996, pg. 191).

3 Para tratar a esterilidade, por exemplo, eram utilizadas, tanto drogas como preces, encantamentos, sortilégios ou amuletos, o que significa também que, ao integrarem os conhecimentos empíricos das parteiras, os médicos hipocráticos importaram também alguns dos seus erros. Um deles consistia em considerar o útero um órgão de origem animal que possuía uma autonomia própria, que se podia deslocar para outros órgãos, originando graves perturbações. Este conceito parece ter tido origem, na medicina egípcia, na qual o racional e o irracional andavam a par e, segundo V. Siebold, encontrava-se bastante enraizado nas parteiras. Os médicos hipocráticos conheciam as chamadas «migrações» uterinas e as suas consequências patológicas, mas não mencionavam a sua origem animal. Esta crença foi posta em causa, pela primeira vez, no período helenístico, pelos médicos da Escola de Alexandria, que desenvolveram estudos de anatomia (Paul Diepgen, *op. cit.*, pg. 133).

- 4 Paul Diepgen, op. cit., pg. 110.
- 5 Lyons/Petrucci, *História da Medicina II*, tradução Maria João da Costa Pereira, Farmapress Edições, Lda., Lisboa, 1995, pg. 196.
- 6 Lyons/Petrucci, op. cit., pg. 236.
- 7 Lyons/Petrucci, op. cit., pg. 237, Figura 358, *Musée des Antiquités Nationales*, St Germain-en-Laye.
- 8 Charlotte Schubert/Ulrich Huttner, *Frauenmedizin in der Antike*, Artemis & Winkler Verlag, Düsseldorf, 1999, pgs.467- 489.
- 9 Kenneth Walker, *História da Medicina*, tradução, prefácio e notas de Celestino Gomes, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1958, pgs. 48-49.
- 10 Hyginus, Fabula 274.10-11; 167 Rose; von Staden 1989:53 apud Elaine Fantham, Helene Peet Foley, Natalie Boymel Kampen, Sarah B. pomeroy, H. A. Shapiro, *Women in the Classical World*, Oxford University Press, 1994, pg. 168.
- 11 Elaine Fantham, Helene Peet Foley, Natalie Boymel Kampen, Sarah B. pomeroy. H. A. Shapiro, *ibidem*.
- 12 Sobre este assunto, Werner Jaeger dá-nos uma visão do que representava a medicina, dentro do pensamento grego antigo: «Mesmo que não tivesse chegado até nós nada da antiga literatura médica dos gregos, seriam suficientes os juízos laudatórios de Platão sobre os médicos e a sua arte, para chegar à conclusão de que o final do século V e o século IV a. C. representaram, na história da profissão médica, um momento culminante de realização social e espiritual. O médico aparece aqui como representante de uma cultura especial, resultante do mais alto refinamento metódico e é, ao mesmo tempo, a encarnação de uma ética profissional exemplar, pela protecção do saber sobre um fim ético, de carácter prático, que se invoca constantemente para inspirar confiança na finalidade criadora do saber teórico, tendo em vista a construção da vida humana. Pode-se afirmar, sem exagero, que a ciência ética de Sócrates, que ocupa um lugar central, nos diálogos de Platão, teria sido inconcebível, sem o procedimento da medicina. De todas as ciências humanas então conhecidas, incluindo a matemática e a física, a medicina é a mais próxima da ciência ética de Sócrates. Não há dúvida de que a medicina grega não merece ser tida em conta somente como antecedente da filosofia socrática, platónica e aristotélica, na história do espírito, porque, além do mais, pela primeira vez, a ciência médica, sob a forma que então revestia, ultrapassou os limites de simples profissão para se converter numa força cultural de primeira grandeza, na vida do povo grego. A partir de então, a medicina converte-se cada vez mais, ainda que não sem disputa, na parte integrante da cultura geral. Na cultura moderna, nunca voltará a encontrar esse lugar. A medicina dos nossos dias, fruto do renascimento da cultura médica da Antiguidade Clássica, da época do humanismo, apesar de tão desenvolvida, pela sua especialização rigorosamente profissional, é algo de completamente distinto da ciência médica antiga.» (in Paideia, los ideales de la cultura grega, tradução para o castelhano do original alemão de Joaquin Xirau, livros I e II, Wenceslau Rocés, livros III e IV, Madrid, 1993, pg. 783.
- 13 Danielle Gourevitch, *Le mal d'être Femme, La Femme et la Medicine dans la Rome Antique*, Les Belles Letres, Paris, 1984, pg. 219.
- 14 Célio Aureliano, *Gynaecia*, 1, 12-13, apud Jacques André, *Être Médicin à Rome*, Les belles Lettres, Paris, 1987, pg. 125.
- 15 Ernst Künzl, *Medizin in der Antike - Aus einer Welt ohne Narkose and Aspirin Reihe Theiss Archäologische & Geschichte*, Konrad Theiss Verlag, Stutgart, 2002.
- 16 Ernst Künzl, op. cit., pg. 5.
- 17 Ernst Künzl, *ibidem*.
- 18 Ernst Künzl, op. cit., pg. 94 - Figura 131 - Inscrições gregas e latinas de médicas (medica, iatriné). Os túmulos de Strée, Wederath e do Sul de Espanha estão marcados com triângulos brancos.
- 19 Bernard Rémy, Bernard Rémy, *Les inscriptions de médecins dans les provinces romaines de la Péninsule Ibérique*, *Revue des Études Anciennes*, *Revue des Études Anciennes* 93, 1991, 322.
- 20 Ernst Künzl, op. cit., pg. 92.
- 21 Ernst Künzl, op. cit., *ibidem*, Fig. 129, Museu epigráfico de Atenas,
- 22 Ernst Künzl, op. cit., *ibidem*.
- 23 Tradução da inscrição grega e comentário de José d'Encarnação.
- 24 Ernst Künzl, op. cit., pg. 130, Fig. 130, Museu Arqueológico de Istambul.
- 25 Lyons/Petrucci, op. cit., pg. 231.
- 26 Ovidio, *Metamorfoses*, Livro XV, vv. 623-744. *Insula Romulae sacris adjecerit urbis.*» VV. 622-625, Ovide, *Les Métamorfoses (Metamorphoseon)*, tradução do latim, apresentação e notas de Danièle Robert, "Thesaurus" actes Sud, Arles, 2001, pgs. 628-629.
- 27 «Pandite nunc, Musae, praesentia numina vatum (Scitis enim, nec vos fallit spatiosa vetustas), Unde Coronidem circumflua Thybrides alti.
- 28 Ernst Künzl, op. cit., pg. 19.
- 29 Lyons/Petrucci, op. cit., pg. 231.
- 30 Jacques André, op. cit., pgs. 124-132.
- 31 Jacques André, op. cit., pg. 130.
- 32 Miles, 697 (205 a. C.), Capt. 629 (190 a. C.), *ibidem*.
- 33 Terêncio, *Andrómeda*, 292 (166 a. C.) (Jacques André, op. cit., pg. 128).
- 34 Quanto à formação médica, em geral, em Roma, inicialmente não existia qualquer regulamentação da prática médica, qualquer um podia chamar-se médico. Mesmo durante a época de Augusto, que, no ano 10 d. C., dispensou os médicos do pagamento de impostos, em agradecimento a António Musa, por este o ter curado de reumatismo, não existia nada que determinasse quem podia praticar medicina. Mais tarde, os privilégios aumentaram, no principado de Adriano (69-79 d. C.) e Adriano (117-118 d. C.), ficando os médicos isentos do serviço militar e de outras obrigações públicas. A posição de médico chegara a ser tão invejável que Antonino Pio (138-161 d. C.) restringiu as suas isenções a um número limitado, tendo-as reservado para os que permanecessem nos seus lugares de origem. Finalmente, o Imperador Severo Alexandre (222-235 d. C.) promulgou leis que regulamentaram o ensino e a intitulação de médico, bem como o controlo do seu exercício. A aprendizagem dos médicos passou a ser um ensino particular, não regulamentado, facilitado a troco de honorários, cuja supervisão era feita pelo Collegium Arquiatri, espécie de corporação que tinha a seu cargo

professores assalariados, numa escola onde se ministravam outros cursos, além de medicina. O Collegium exigia que o ensino fosse ministrado ao lado da cama dos doentes, como pudemos ler, no seguinte poema de Marcial: «Eu estava doente e acudiste/ ao mesmo tempo que cem estudantes, ó Símaco/ cem dedos gelados me tocaram;/ não tinha febre, ó Símaco!; agora tenho.» (cfr. Lyons/Petrucelli, op. cit., pg. 235).

35 Sorano foi um médico muito popular e as suas obras serviram como livros de texto durante a Idade Média. Embora tenha escrito sobre as feridas e outras doenças, o seu principal campo de trabalho foi a obstetrícia e as doenças da mulher. Sorano conhecia bem a menstruação e o parto, bem como os seus transtornos, bem como o obstáculo que implicava à concepção, a inflamação do tracto genital. Também descreveu as complicações do parto, devidas a anormalidades pélvicas e as apresentações fetais incorrectas. Os seus métodos para corrigir estas últimas, bem como as medidas para prevenir o rasgamento das partes macias pélvicas durante o parto foram amplamente divulgadas. Os seus ensinamentos estenderam-se aos cuidados com as crianças. Sorano diferenciou claramente o útero da vagina, demonstrando que o útero podia extirpado sem perigo e advertiu sobre o desprendimento manual da placenta, após o parto, pois podia provocar uma inversão uterina. Aconselhou o esvaziamento da bexiga, com um cateter, antes do parto, sugeriu métodos psicológicos nas menstruações difíceis e favoreceu a ruptura das membranas para acelerar partos lentos. Explicou igualmente como reduzir a vagina ao seu tamanho virginal, mediante a inserção de um tampão impregnado de um adstringente. (cfr. Lyons/Petrucelli, op. cit., pgs. 248-249).

36 Jacques André, Être Médecin à Rome, *Les belles Lettres*, Paris, 1987, pg. 126.

37 Aline Rousselle, A política dos corpos: entre procriação e continência em Roma, *História das Mulheres no Ocidente*, in *História das Mulheres no Ocidente*, Direcção de George Duby e Michelle Perrot, Autores Vários, 5 Volumes, Volume I, A Antiguidade, Direcção de Pauline Scmitt Pantel, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pg. 376.

38 Cipriano, Epístolas; 4, 3, 1, apud Jacques André, op. cit, pg. 130.

39 Código Justiniano, 6, 43, 3, 1, *medicis utiusque sexus*; 7, 7, 1. 5, *medicus siue masculus siue femine*, apud Jacques André, op. cit, pg. 131.

40 Plínio, *História Natural.*, 28, 82, apud Jacques André, *ibidem*.

41 Galeno, XIII, 311, apud Jacques André, *ibidem*.

42 Galeno, XIII, 840, apud Jacques André, *ibidem*.

43 Plínio *História Natural.*, 28, 82

44 Estas manobras eram perigosas mesmo para os médicos. Mas há ainda outro aspecto: segundo Danielle Gourevitch, na época romana, as doenças podiam ser resultado da punição divina (mas já não com a força da crença que existia no Antigo Testamento) podiam ser resultado de forças mágicas ou sobrenaturais, daí que deuses, espíritos e feiticeiras tomassem muitas vezes parte na cura, ou podiam ter origem em formas exógenas. Entre estava está a origem criminal e o doente e a sua família podia considerar o médico, como culpado pela

doença. Outras causas exógenas eram os traumatismos e as doenças trazidas pelos ventos, pelas águas e pelo clima, de uma forma geral. As causas endógenas estavam relacionadas com as predisposições individuais, hereditárias ou não. A participação da alma desempenhava uma grande importância, podendo o temperamento da pessoa ser modificado pelos acontecimentos (Danielle Gourevitch, op. cit., pg. 31).

45 Danielle Gourevitch, op. cit., pg. 220 (Figura da página 231).

46 Danielle Gourevitch, op. cit, (Figura da página 231).

47 Danielle Gourevitch, op. cit., pg. 223.

48 Instrumentos de embriotomia, em bronze (crânioclasto e gancho para desmembrar embrião), Éfeso, Universidade de Jena, Instituto de História da Medicina (Ernst Künzl, op. cit., pg. 73).

49 De ruptura uterina, hemorragia incontrolável e infecção puerperal. Esta manobra, que consistia na extracção da criança, morta durante o trabalho de parto, a partir da mãe viva, é mencionada nos textos hipocráticos e por Herófilo, embora não tenham chegado até nós embriótomos desse tempo (Sorano, *Gynaecia*, 2, 4, apud Jacques André, op. cit., pg. 129).

50 Danielle Gourevitch, op. cit., pg. 224-226.

51 Ausónio, *Parentalia*, 6, apud Jacques André, pg. 132.

52 Teodoro Priscio, *Gynaecia*, 1 e 13, apud Jacques André, *ibidem*.

53 Jacques André, *ibidem*.

54 Espéculo vaginal de bronze da Ásia Menor, séc. I-II d. C., Museu Arqueológico de Mainz, Fig. 69, Ernst Künzl, op. cit, pg. 53.

55 Charlotte Schubert, Ulrich Huttner op. cit., pg. 447.

56 Ernst Künzl, op. cit., pg. 58.

57 Ernst Künzl, op. cit., pg. 93.

58 Ernst Künzl, op. cit, pg. 94, fig. 132, Hainaut/B. Brandgrab, Nr. 21, descoberto em Bruxelas, encontra-se actualmente, no Museu Royaux d'Art et d'Histoire.

59 Ernst Künzl, op. cit., pg. 94.

60 Ernst Künzl, op. cit., pg. 95, fig. 134, Museu Romano-Germânico de Mainz.

61 Ernst Künzl, op. cit., pg. 94.

62 Ernst Künzl, op. cit., pg. 95, fig. 135-136, Museu Romano-Germânico de Colónia.

63 Tradução da inscrição latina e comentário de José d'Encarnação.

64 Ernst Künzl, op. cit., pg. 96, fig. 137- Moselle/F. Metz, *Musées de la Cour d'Or*.

65 Ernst Künzl, op. cit., pg. 97, fig. 139, Ancona, Palácio Municipal.

66 Tradução da inscrição latina de José d'Encarnação.

67 Wolfgang Schuller, *Frauen in der Grieschichen und Römischen Geschichte*, Konstanzer Bibliothek, Band 25, Universitäts Verlag Konstanz, pgs. 116-117.

68 Ernst Künzl, op. cit., pg. 97, fig. 140, Cartago, cópia existente, no Museu da Civilização Romana, em Roma.

69 Tradução da inscrição latina de José d'Encarnação.

70 Ernst Künzl, op. cit., pg. 97, fig. 141, Lugdunum, Lyon, Museu da Civilização Gálico-Romana.

71 Tradução e comentário de José d'Encarnação.

72 Bernard Rémy, op. cit., pgs. 321-364.

73 Sobre mulheres médicas, existe o artigo L. Robert, em N. Firatli, *Les Steles funeraires de Byzance gréco-romaine*, Istanbul, 1964, p. 175-178 (Bernard Rémy,

op. cit. - pg. 330).

74 Bernard Rémy, op. cit., Fig. IV, Epitáfio de Júlia Saturnina, Museu de Mérida, p.357.

75 O epitáfio, na parte detrás da pedra, contém a representação de um bebé embrulhado, o que fornece um novo indício quanto à exactidão da leitura da palavra *medica*, porque a criança deveria simbolizar a profissão de Júlia Saturnina. Não há dúvida de que os partos eram uma das actividades principais das médicas, embora não fossem a sua única actividade, ao contrário do que se tem pensado. Os dois nomes latinos não fornecem qualquer informação, em relação ao seu estatuto social. O marido adoptou os dois *duo nomina* que associam um gentílico latino, muito comum em Espanha, e um sobrenome grego, também mencionado em Gades, actual Cádiz, e em Tarraco. Pode ser de origem servil. A invocação aos Deuses Manes, a indicação da idade da defunta, a presença dos superlativos elogiosos e a ausência do prénome do marido pode permitir situar a datação na época dos Severos. (Bernard Rémy, op. cit., ibidem).

76 Bernard Rémy, op. cit., Fig. VIII, Lara de los Infantes, epitáfio de Ambata, pg. 363.

77 Ernst Künzl, op. cit., pg. 97.

78 Ernst Künzl, op. cit., pg. 97, fig. 142, Ostia, Necrópole da Ilha Sacra.

79 Ernst Künzl, op. cit., pg. 143, fig. 144, cópia do relevo tumular, Museu de Óstia.

80 Ernst Künzl, op. cit., pg. 143, fig. 144, Necrópole da Ilha Sacra, Óstia, Museu Ostiense.

81 Barbara Patzek, Quellen zur Geschichte der Frauen, Band I, Antike, Philipp Reclam jun., Stuttgart, 2000, pg. 307.

82 Joseph Vogt, Von der Gleichwertigkeit der Geschlechter in der bürgerlichen Gesellschaft der Griechen, Wiesbaden, Verlag der Akademie der Wissenschaften und der Literatur in Mainz. In Komm. bei Franz Steiner Verlag, 1960, pg. 252.

83 Hera, esposa de Zeus, era a protectora das mulheres casadas. Como arquétipo do casamento consumado, simbolizado pelo leito conjugal, Hera é, em todo o lado, a deusa das bodas e dos casamentos, sendo invocada como «conselheira do casamento», gamostolos, «a que une», zygia, sobretudo como a «perfeita», teleia, pois o casamento era, de certo modo, considerado o fim e a perfeição, telos, da vida humana (Walter Burkert, Religião Grega na Época Clássica e Arcaica, tradução de M. J. Simões Loureiro, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993, pg. 266-267).

84 Alusão às Anfídrómias, (Louise Bruit Zaidman, Mulheres e rituais nas cidades, As filhas de Pandora, in História das Mulheres no Ocidente, Op. cit., pg. 449)

85 Ptolomeu II Filadelfo (285-246 a. C.), o segundo da dinastia lágida. O início do seu reinado marca o apogeu do Estado lágida. Foi, seguindo a linha do seu predecessor, Ptolomeu I Soter (305-284 a. C.), um protector das artes e da Medicina, tendo criado jardins botânicos e zoológicos e construído dois grandes edifícios, o Museum e o Serapeum, cada um dispendo de uma grande biblioteca, onde os escritores e investigadores podiam estudar e se podiam reunir, a fim de partilhar o seu saber (Lyons/Petrucci, op. cit., pg 223). hüllt uns die Erde des Grabs dann in dasselbe Gewand.» (In Joseph Vogt, op.

cit., pg. 252, Inschrift Peek, GVI 1, 2040).

86 «GruB dir, mein Weib Pantheia, vom Manne, der nach deinem Hingang ob des verderblichen Tods trägt unvergeBliches Leid. Denn noch nie sah Hera Zygia solch eine Gattin, gleich an Gestalt und Verstand wie auch an sittsamer Art Du bist's, die mir die Kinder geboren, alle mir ähnlich, du hast deinen Gemahl, hast auch die Kinder betreut. Du hast sicher das Steuer des Lebens geführt in dem Hause, hast auch vermehrt den Ruhm, welcher die Ärztekunst ziert, und du standest, obwohl eine Frau, mir an Können in nichts nach. Drum hat Glycon, dein Mann, dir dieses Grabmal erbaut; es birgt auch Philadelfos' Leib, des unerstreblichen, und hier werde ich selbst einst ruhn, wenn ich das Leben verlor, Wie ich das Ehebett einzig mit dir nach SchicksalschluB teite.

87 Ernst Künzl, op. cit., pg. 98.

88 Georges Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres no Ocidente*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1990, pg. 500.

89 Maurice Tubiana, *História da Medicina e do Pensamento médico (Les chemins d'Esculape)*, tradução de Telma Costa, Teorema, Lisboa, 1995 pg. 57.

90 Sarton, apud A. Tavares de Sousa, *Curso de História da Medicina, Das Origens ao Século XVI*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996, pg. 184.

91 Compositora essencialmente litúrgica, continua a tradição carolíngia pós-benedictina (Marcel Pèrés (Hildegard Von Bingen, Laudes de Sainte Ursule, Emsemble Organum, Marcel Pèrés, Edição discográfica Harmonia Mundi, a partir da gravação em Novembro na Abadia de Sylvanès Aveyron, 1997).

92 Trotula di Ruggiero ficou conhecida como Trótula de Salerno. Nascida de uma família aristocrática, casou com o médico Johannes Platearius. Do seu casamento nasceram dois filhos, que também se tornaram médicos e foram professores e investigadores na escola que se tornaria a primeira universidade europeia do seu tempo. A própria Trótula foi também professora da Faculdade de Medicina e, juntamente com o seu marido e filhos escreveu uma enciclopédia médica, chamada *Practica brevis*, (Ernst Probst, *Trotula von Salerno* <http://www.deutschland.de/deutsch/medizingeschichte/frauen/salerno>).

93 Sobre este assunto, refere Kenneth Walker: «Salerno foi espantosamente liberal nas suas vistas, pois ao passo que os grandes hospitais escolares de Londres só abriram os seus cursos médicos às mulheres nos últimos vinte anos, Salerno estava disposta a aceitá-las há séculos, durante as idades bárbaras. O doutor H. Haeser regista, no seu Lehrbuch der Geschichte der Medizin, os nomes de cinco mulheres que estudaram em Salerno» (Kenneth Walker, op. cit., pg. 81).

94 A sua actividade incluiria o tratamento de feridas, boubas, doenças de mulheres e crianças, fístulas, apóstemas, alporcas, chagas com buracos, etc.. A mais antiga de que temos conhecimento, foi, segundo Fernando da Silva Correia, Isabel Martins Barqueira, residente em Montemor-o-Velho, a quem D. Afonso V passou carta, depois de ter sido examinada pelo Cirurgião-mor, a requerimento dos oficiais (autoridades) e homens bons da dita vila» (Fernando da Silva Correia, Estudos sobre a História da Assistência, Origem e

formação das Misericórdias Portuguesas, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1944, pg. 461).

95 Em 1517 foi passada licença para curar muitas doenças com o Sinal da Cruz e com várias ervas a Maria Gomes. Além desta, outras mulheres estavam autorizadas a curar: Mónica de Castro «foi autorizada por Filipe III a manipular drogas que eram essencialmente sudoríficas, pílulas ou bolinhas que aplicava com grande eficácia em doenças de mal bubático, encolhimento de nervos, frialdade e chagas incuráveis. Antónia Robala, residente em Lisboa, foi autorizada, por documento datado de 20 de Agosto de 1551, a tratar os *males das boubas, corrimentos e chagas*. Também a Catarina Rodrigues foi passada autorização, com data de 24 de Julho de 1549, para curar *males de boubas, corrimentos, almorreimas e chagas de alporcas*. Isabel Gonçalves foi curandeira também no período filipino, tendo praticado no Hospital de Santiago de Compostela, foi-lhe concedida licença para tratar o *mal das boubas* (sífilis); *corrimentos frios e outras moléstias*. Habitava a vila do Redondo Armando Moreno, *O Mundo Fascinante da Medicina*, Parte I, A Medicina e a História, Volume II, História da Medicina Portuguesa, Lisboa, 1997, pg. 55.

96 No reinado de D. Manuel, Maria Anes, nascida a 1517 e Isabel Fernandes foram autorizadas a exercer medicina, por carta régia. No reinado de D. João III, Isabel Roiz, em 1550 e Helena Gonçalves, em 1552 foram autorizadas a exercer cirurgia. Em 1575, Antónia da Mota foi autorizada a tratar doidos (Sobre este assunto ver Carlos Vieira Reis, *Minhas Senhoras e meus Senhores*, Serpis, Lisboa, 1998, pgs. 171-181).

97 Em 1850, nos Estados Unidos, em 1863, em França. Os outros países seguiram o exemplo. Na Suíça, em 1864 (Emilie Lehmus, 1841-1932 e Franziska Tiburtius 1843-1927, na Universidade de Zurique), em 1870, na Suécia, em 1875, na Finlândia, em 1875, na Dinamarca, em 1877, na Holanda, em 1890, na Grécia, em 1897, na Áustria e, em 1899, na Alemanha (Ernst Künzler, op. cit., pg. 98).

98 Elisa Augusta Conceição, que, nesse ano, concluiu o curso, na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Carolina Beatriz Ângelo, na cidade da Guarda, viria a ser a primeira mulher a exercer Cirurgia, no nosso País. Estas médicas terminam os seus cursos e iniciam a sua actividade profissional, lutando com grandes dificuldades (Armando Moreno, op. cit., pg. 127).



Leonardo Da Vinci (1452-1519).

TROTULA: UMA VISÃO MEDIEVAL DAS CIÊNCIAS MÉDICAS EM TORNO DA MULHER

Rita Diana de Sá Lobato Moreira*

A presença similar de uma realidade que entra em confronto com a ciência e com o pensar objectivo procurou, desde sempre, uma consistência de carácter normativo, dado existir uma tentativa de conduzir e comandar o *modus vivendi*.

Contudo, seria através da presença do popular e dito tradicional que o Ser Humano se tentou orientar ou, até mesmo, procurar uma resposta para o pragmático e para todas as dúvidas que se lhe colocassem.

Numa primeira instância, podemos assistir a uma clara ajuda entre o mágico e a ciência, através das várias pinturas figurativas do período Paleolítico. Nelas, as várias representações de rituais mágicos em prol da fecundidade elaboram o desejo místico de interpolação com a Natureza, e, talvez mesmo, uma tentativa pré-medicinal com vista a uma possível solução terapêutica.

Ora, já Hesíodo tentou distinguir entre a diferença do mágico e do científico, baseando-se na dita bruxaria e a medicina experimental. Seria natural que houvesse uma contaminação bastante paralela, e para tal, basta voltarmos-nos para a mitologia greco-latina e reparámo-nos na popularidade do Oráculo de Delfos ou no panteão de deuses com caprichos e desejos capazes de transformar o comum dos mortais em animais ou elementos estáticos. A nível ficcional veja-se o célebre episódio da *Odisseia* no qual Circe transforma toda a população do barco de Ulisses em porcos¹. Também o escritor Luciano nos retrata a sua curiosidade em poder assistir a uma metamorfose mágica de uma mulher, sofrendo, mais tarde, ele próprio dos designos das mulheres com

poderes sobrenaturais². Assim sendo, poderíamos perguntar: caberia unicamente à vontade divina ou mágica o destino do Mundo? Onde estaria a ciência? É precisamente no desenvolver do pensamento científico que reside esta transformação.



No âmbito dos Estudos da Mulher, e dado a associação implícita entre a mulher e o poder mágico, verificou-se que apesar da realidade factual não atribuir teoricamente qualquer tipo de utilidade à mulher, a verdade é que tanto no período medieval como no período renascentista a mulher tinha funções indispensáveis à organização da sociedade em que estava inserida, quer a nível rural quer a nível urbano. Para tal, basta verificarmos a existência de profissões como as de pastoras, lavradoras ou regateiras. Gil Vicente encarregou-se de retratar esta realidade factual, embora a colorisse com recursos associados ao cómico e ao grotesco. Contudo, são precisamente estas personagens sociais que são nomeadas para a manutenção do *status quo* quinhentista. Logo, porque não questionar: não haveria mulheres que não seriam aceites pela jurisdição mas que eram consideradas indispensáveis? Não fora no Renascimento que surgira o

maior número de condenadas por praticarem actos ilícitos como bruxaria ou alcoviteirismo? O suporte jurídico, as Ordenações Manuelinas, não sustenta qualquer tipo de dúvidas, condenando estas mulheres a penas consideráveis, ainda que fossem bastante úteis no entender de quem a tudo recorria para obter o desejado³. Mas numa época intolerante em que a ciência fazia frente ao pensamento eclesiástico,

qualquer acusação seria válida para abafar ecos de inovação e esclarecimento.

Contudo, é precisamente no florar do século XII que surge em circulação pela Europa um texto que iria ter



um vasto tribuna para o desenvolvimento do corpo feminino e, ao não esquecer o elevado número de mortalidade, contribuir para atenuar o sofrimento mortífero que por vezes causava o parto. Estamos a falar da *Trotula*. Inicialmente confundido com o nome do autor, a verdade é que esta designação era meramente o título, desconhecendo-se o autor. A questão do sujeito de enunciação tem causado polémica, na medida em que se tem debatido tratar-se de um/uma ou

uns/umas vários(as) autor(as). Envolto de mistério e de pura especulação, sabemos que este texto está dividido em três partes significativas, completando-se e interagindo-se entre si. Ou seja estamos a falar de três diferentes livros: *Liber de Sinthomatibus Mulierum* (O Livro dos Sintomas das Mulheres), *De Curis Mulierum* (Acerca dos Tratamentos das Mulheres) e *De Ornatu Mulierum* (Acerca da Estética das Mulheres)⁴.

Proveniente da cidade de Salerno, e note-se a importância desta cidade universitária em termos de evolução da medicina, sabemos, ainda, que as influências árabes são notórias, não só pela contaminação trazida por viajantes ou pela transmissão oral, como também entre a luta entre cruzados e muçulmanos. Há, também, dois nomes femininos que terão dado um contributo para o avanço terapêutico, como as anglo-saxónicas Orderic Vitalis e Marie de France. O nosso pensamento crítico depressa poderia questionar: e porque logo tratar-se de duas mulheres numa época em que o conhecimento era, sobretudo, masculino? Porém, poderia haver alguém mais indicado do que uma mulher a descodificar o próprio corpo?

Escrita em latim, a língua franca da Europa, e editada pela primeira vez no século XVI por Geog Kraut, sabe-se que esta compilação fora bastante divulgada durante este século, sendo traduzida em algumas línguas europeias.

Ao analisarmos os vários títulos que se oferecem

para o melhor entendimento do corpo feminino, podemos verificar que estas dicas eram ajudas preciosas para o ultrapassar de muitos sintomas que envolviam a mulher, nomeadamente a carência ou a abundância de menstruação. Ligado ao símbolo da vida, o sangue adquire uma conotação simbólica e indispensável, dado ser a fonte de toda a vitalidade. Curiosamente, e ao contrário do que poderíamos pensar, ao começar o livro, o sujeito de enunciação não faz qualquer tipo de alusão ao pecado original que envolve a mulher. Ao decidir começar a sua escrita com a descrição mitológica do Mundo, este apenas refere a fraqueza física da mulher, cabendo ao homem a responsabilidade de a cuidar e defender. Poderíamos acreditar tratar-se, fundamentalmente, de uma teoria baseada no famoso amor-cortês, envolto de feudalismo e de regras sociais. Retomando o fio condutor da importância da mulher, nada melhor do que reconhecer-lhe a difícil função da maternidade. Não apenas durante o período de gestação, como no aleitamento e no pós-parto.

Embora seja essencial a caracterização de todos estes diagnósticos, o narrador pressente que a vergonha poderá encobrir os seus sintomas físicos. Numa sociedade em que a honra e a vergonha estão intimamente ligadas, seria impensável uma mulher poder ser observada pelos chamados “físicos”. Então, nada melhor do que uma obra que a pudesse ajudar, ou seja, de uma obra plenamente didáctica e bastante instrutiva. Na mesma nota explicativa, e sublinhe-se a importância do seu género, o autor confirma a possibilidade de acabar com o dogma do preconceito do corpo humano, uma vez que se vão debater sintomas e possíveis curas⁵. O espírito de pesquisa é reforçado pela tentativa utilitária de bem-estar.

A natureza da mulher é sempre associada à Natureza e à viva necessidade de um ciclo em plena rotação e renovação, bem como o organismo. Retomando a tónica período menstrual, o autor compara-o implicitamente às estações climáticas e à necessidade de uma limpeza, ou seja, à noção de purgar. Ao estar intimamente ligada à teoria dos humores, como já Aristóteles nos falava, o corpo é influenciado, notando-se as mudanças de temperamento.

Passando a uma análise dos diversos conselhos que se segue, deparamo-nos com títulos relacionados com os órgãos genitais femininos, a preocupação com a fecundidade e, logo, a gravidez. Os exemplos que se seguem são bastante significativos: “Acerca da retenção da menstruação”, “Acerca do excesso de fluxo menstrual” ou ainda “Acerca da dificuldade do nascimento”. Todas as palavras se encaminham para uma procura em comum com a própria Natureza, podendo esta ser uma ajuda preciosa para um longo ou breve caminho de cura. As prescrições terapêuticas são sempre bastante detalhadas, preparando-se os

ingredientes de forma similar às tisanas. Curioso é de notar que o vinho e a água são elementos base para todas as receitas. E como atrás já fora referenciado, podem ser vistos como ingredientes propícios à purificação⁶. Numa análise totalmente antagónica, e talvez já utilizada em tom de crítica, Gil Vicente, na *Farsa dos Físicos*, põe na boca de uma curandeira a utilização do vinho para uma cura, ao que é totalmente desrespeitada pelo Mestre Filipe.

A introdução de todos os parágrafos começa, na generalidade, com uma frase condicional, de forma a poder elucidar e transmitir com clareza os sintomas, para uma melhor identificação⁷. Todos os recursos têm como finalidade o atenuamento da dor, dando sempre várias alternativas e possibilidades, talvez, devido à melhor conveniência de procura de certos ingredientes.



Há algo, contudo, que torna este texto ainda mais humanitário. Apesar da singular tentativa de ajuda física, o sujeito reforça a necessidade de coragem em certos tratamentos mais rígidos. Ao enumerar as várias hipóteses de tratamento, este tem consciência de deixar para último lugar os mais tenebro-

sos e com um grau de dificuldade excessiva. Mais uma vez, o seu pedagogismo faz-se sentir, dado que elabora uma gradação ascendente de forma a não amedrontar quem precisa. Trata-se de alguém que tem consciência do padecer, alguém com sensibilidade suficiente para poder entender o corpo e espírito.

Passando agora para a estética feminina, a importância da higiene corporal é considerada uma etapa fundamental para o bem-estar. Numa época repleta de pestes e doenças infecciosas, tal preocupação seria vanguardista, pois em todos os estratos sociais a carência da utilização de água é reduzida e escassa. Ao começar com o cuidado com a pele, o autor revela o cuidado que uma mulher deve sentir com esta, quer através da utilização de óleos ou de águas perfumadas. O conceito de beleza que vai diferindo de épocas para épocas parece dar atenção aos lábios, sobretudo aos truques para os poder engrossar. A higiene dental e uma boa alimentação são dicas que ainda hoje subsistem. Mas o grande objectivo seria o captar da atenção masculina. À semelhança de periódicos que nos nossos dias vão aconselhando a mentalidade feminina, esta terceira

parte pretende alertar, ainda, os cuidados para com a higiene ginecológica, bem como a tentativa de poder eliminar os aromas inconvenientes dos órgãos sexuais como uma estratégia de sedução⁸. Outro passo importante está relacionado com o cabelo e com os vários gostos. A tónica da limpeza, associada à água, e logo às tisanas, poderá transformar os cabelos, quer em cor quer em tamanho ou feitio. Tudo isto nada mais são do que conselhos de forma a produzir efeitos positivos na aparência de uma mulher. Ao inclui-los num livro que trata da saúde feminina, à excepção de um tópico que se dedica à gordura masculina, torna-se evidente que a estética é fundamental para qualquer tipo de mulher.

Em conclusão, podemos afirmar que este tipo de medicina ecoa em pleno século XXI, catalogada como medicina natural ou homeopática. A mulher passara a ser estudada, e a preocupação evidente com o seu corpo e alma, pois a estética proporcionar-lhes-ia conforto, adquirira uma posição cimeira.

Contudo, não poderiam estes tipos de tratamentos serem facilmente confundidos com actos heréticos? À semelhança das feiticeiras, também aqui era necessário a utilização do famoso caldeirão, do lume e das poções a ganharem fomento, num clima que evoca segredo e cumplicidade feminina. Assim sendo, as fronteiras do místico e do dito científico tocavam-se, sendo impossível distinguir conceitos e noções separadas numa época em tudo se relacionava e ao mesmo tempo se contrapunha. Ainda que com valor anacrónico, parece-nos relativo e singular este cuidado com a mulher, encarada não só como mãe e sobressaindo outras facetas, como a de um ser que procura boa aparência física e espiritual.

* Licenciada em Línguas Modernas (Português/Alemão). Mestranda em Estudos Anglo-Portugueses.

Notas

1 “Como entrassem, ela fê-los assentar em cadeiras e poltronas e preparou-lhes uma mistura de queijo, farinha de cevada e mel fulvo com vinho de Prámnio, a que adicionou funestas drogas, para fazer-lhes esquecer de todo a terra pátria. Depois de lhes propinar esta mistela, tocou-os logo com uma varinha e encerrou-os em pocilgas. Ficaram todos com cabeça, voz, pêlo e feitio de porco, conservando todavia os seus espíritos em mudança, tais como eram antes.” Homero. *A Odisseia*. Livraria Sá da Costa. Lisboa, 1994, p.138.

2 “Mas isso [da viagem a Larissa] era fingimento: na verdade, o que eu ardentemente desejava era permanecer ali [em Hípata] e encontrar algumas dessas mulheres peritas em artes mágicas, e presenciar algo de incrível, como, por exemplo, uma pessoa a voar ou a transformar-se em pedra.” Luciano, *Eu, Lúcio Memórias de um Burro*. Editorial Inquérito. Lisboa, 1992 p. 31.

3 “Dos feiticeiros, e das vigílias que se fazem nas Igrejas. E isso mesmo qualquer pessoa, que em círculo, ou fora desse, ou em encruzilhada, espíritos diabólicos inuocar, ou algi’a pessoa der a comer ou a beber qualquer cousa pêra querer bem, ou mal a outrem, ou outrem a esse, moura por esso morte natural.” *Ordenações Manuelinas*, Livro V, Título XXXIII. Edições Gulbenkian, Lisboa, 1981, p. 92.

4 Tradução de minha responsabilidade.

5 “I might explain and discuss the causes of their disease, their symptoms and their cures” S.A. *The Trotula - A Medieval Compendium of Women’s Medicine*. Ed. E Trad. Monica H. Green. University Of Pennsylvania Press. Philadelphia, 2001, p.73.

6 “Let them be cooked in water or wine and let this be given to drink.” Ibidem, p.79.

7 “If a women have scant menses and emit them with pain...” Ibidem.

8 “There are some women who because of the magnitude of their instruments and its Sever odor are oftentimes found unpleasant and unsuitable for sexual intercourse, with the result that they engender such great distance in the men with odor whom they are having sex that, having begun the deed, they have it unfinished, nor do they desire to approach them anymore.” Ibidem. p.45.



A SOCIEDADE DAS CIÊNCIAS MÉDICAS DE LISBOA E A SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROGRESSO DE TODAS AS PARTES DA CIÊNCIA DE CURAR

Fanny Andrée Font Xavier da Cunha*



Aspecto do actual edifício do Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

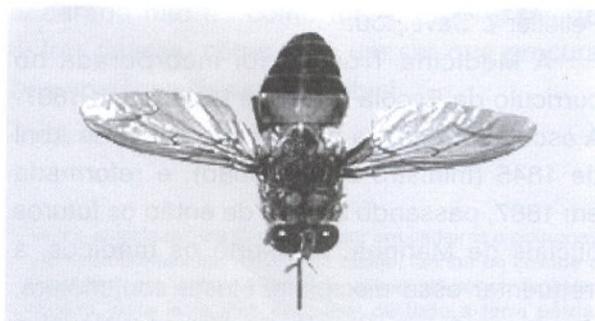
No ano de 1902 uma Escola de Medicina Tropical foi fundada em Lisboa, passando a existir com a denominação de “Instituto de Higiene e Medicina Tropical”. O impulso para a criação dessa Escola de Medicina Tropical partiu da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, uma das mais antigas sociedades médicas do mundo fundada em 1822.

Recordemos a dívida que todos temos para com a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, e citemos as palavras do médico Costa Sacadura, presidente desta sociedade em 1952: “deixem-nos recordar os nomes por ventura esquecidos” da Marinha e dos territórios ultramarinos que, em regiões de África, inclementes naquela época, nas mais rudes condições, em relação ao clima, higiene e acomodações, privados de todos e quaisquer meios de estudo, foram os primeiros a descobrir os segredos e as riquezas de uma exuberante flora médica oferecida pela natureza aos homens para a cura das suas doenças, algumas das quais, nós podemos realçar, eram estranhas, terríveis e ainda por estudar, devastando tanto os nativos como os colonos”.

Entre aqueles médicos deveremos referir pelo menos dois nomes: Bernardino António Gomes (1768-1823) e Carlos França (1877-1926). Bernardino A. Gomes serviu na Marinha de 1797 a 1801 com o posto de comandante, e já por nós foi referido a propósito de outro grande nome da Medicina portuguesa: António Nunes Ribeiro Sanches, médico higienista (1699-1783). Bernardino A. Gomes descobriu em 1812, um dos alcalóides da cinchona-quinina-e seu consequente uso terapêutico, antecedendo Pelletier e Caventou.

A Medicina Tropical foi incorporada no currículo da Escola Naval de Lisboa, em 1887. A escola fôra criada por decreto de 23 de Abril de 1845 (ministro José Falcão), e reformada em 1887, passando a partir de então os futuros oficiais de Marinha, incluindo os médicos, a frequentar essa disciplina. Nesta conjuntura, um curso foi instituído de Higiene Naval e Colonial-parte I, seguida da parte II, Patologia Exótica. Este curso de 1887 pode ser considerado como o embrião dos futuros cursos de Medicina Tropical. O Almirantado tem o mérito e a honra de ser pioneiro deste ramo da Medicina em Portugal.

Carlos França tem igual direito a ser lembrado entre os pioneiros da Medicina tropical. Os seus trabalhos sobre os tripanosomas, iniciam-se em 1905 com a publicação de um artigo registando a sua observação de um caso da doença do sono. No sangue do paciente ele encontrou tripanosomas, os quais inoculou experimentalmente em ratos; alguns dias mais tarde, ele encontrou os parasitas no sangue dos ratos inoculados. Faremos também menção do seu trabalho no campo das Glossinae, consideradas como vectores da doença do sono africana. A mosca tsetse (*Glossina morsitans*) é também uma praga e flagelo do gado, ao qual transmite a doença nagana. “Quem quer que viaje com animais domésticos, escreveu Livingstone nas suas memórias-jámais esquecerá o particular zumbido da mosca tsétsé, uma vez que a tenha ouvido”. (David Livingston, 1813-1873) explorador e missionário no continente africano). Mais recentemente Bruce torna a referir que entrar numa zona de mosca tsetse resulta numa inquietação, intranquilidade e desespero tanto para homens como animais. Alguns historiadores consideram ser a mosca tsetse a razão do estilo de vida nómada de algumas populações nativas africanas; a constante fuga à praga, argumentam eles, é responsável pelo grande êxodo dessas populações.



Mosca tsetse (*Glossina morsitans*).

Carlos França também estudou em 1905 a mosca do Cazengo, Angola. Ele acreditava que fosse uma espécie por descrever de Diptera, e propôs-lhe o nome de *Glossina bocagei*. No mesmo ano descreveu Glossinae da África Oriental conservada no Museu Bocage de Lisboa-Faculdade de Ciências, onde ele era naturalista, considerando-as de especial interesse em relação à etiologia da doença do sono. Ele continuou a interessar-se pela entomologia médica exótica, com séries de estudos, principiando em 1913, sobre insectos sugadores de sangue.

Em todos os seus trabalhos sobre parasitologia, Carlos França preocupou-se não só com a pesquisa científica mas também com a aplicação prática das suas descobertas.

Esta tendência é bem visível nos seus estudos sobre a bilharziose. A bilharziose, raramente encontrada na Europa, apareceu em Portugal em 1921. Num artigo



Carlos França.

sobre bilharziose, Carlos França situa a sua frequência, a escala e a incidência da doença, uma descrição biológica do *Shistosoma*, medidas preventivas tomadas no passado, e as suas próprias recomendações para a prevenção futura e tratamento. Desejando dar ao seu trabalho uma dimensão prática, incluiu duas ilustrações e escreveu um anexo para ser traduzido nas línguas nativas e distribuído às populações indígenas como um meio de propagar conhecimentos básicos na prevenção da doença.

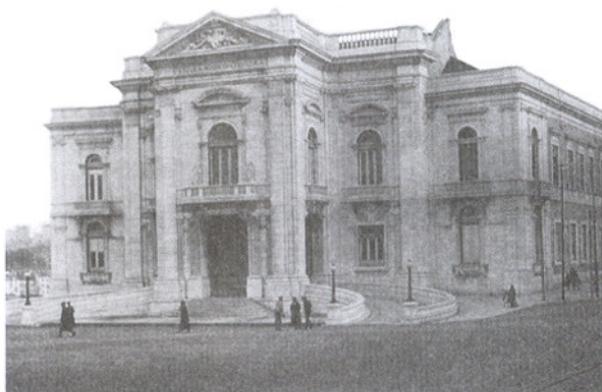
Mais tarde voltou a pronunciar-se sobre a eclosão da bilharziose em Portugal, promovendo a hipótese que a doença tinha sido importada por soldados de regresso de expedições tropicais.

Outras áreas da parasitologia exploradas por Carlos França incluem a filariose, uma doença parasitária causada pela filária *Wuchereria bancrofti*. A filariose encontra-se por toda a parte no mundo, predominantemente em África e é inoculada no homem pelos mosquitos *Anopheles culex* e *Stegomyia*.

No ano de 1924 o conselho da Faculdade de Medicina de Lisboa votou por unanimidade a nomeação de Carlos França como professor de Parasitologia. Por ocasião do centenário da Escola Régia de Cirurgia de Lisboa (1925), Carlos França deu quatro lições de parasitologia, algumas das quais como a lição intitulada “Ciclos da evolução de certos parasitas”, contendo muita matéria original.

Fora porém por volta de 1896 que com Câmara Pestana, um dos maiores nomes da Medicina portuguesa, se iniciara a sua longa caminhada de cientista.

Homem de muitos talentos, capaz de inspirar outros com o seu próprio entusiasmo, um homem de ciência e ensino, médico parasitologista e historiador, Carlos



Antiga Faculdade de Medicina - Campo de Santana, Lisboa.

França foi acima de tudo um Português e um patriota. Depois de 1921, dedicou-se ao estudo das descobertas portuguesas nos campos da Medicina e Biologia, principiando com o estudo "An early Portuguese contribution to Tropical Medicine", apresentado em Londres à Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene. Os seus estudos mais importantes neste domínio foram contudo "Os Portugueses da Renascença, a Medicina Tropical e a parasitologia" (França) e "Os Portugueses do século XVI e a História Natural do Brasil".

Terminaremos com as suas próprias palavras:

"Deixem-nos glorificar os reconhecidos grandes homens de ciência, aqueles que vieram no tempo certo para trazer a verdade em triunfo. Mas não esqueçamos aqueles que vieram antes, os quais com o seu trabalho preparam o triunfo".

* *Técnica superior do Museu da Ciência e da Técnica de Coimbra*

Referências Bibliográficas

- António, F. Marinha, pioneira em Portugal de quatro especialidades médicas. Breves apontamentos, "Anais do Clube Militar Naval", 118. Out.-Dez., 1988.

- Cunha, Fanny Andrée Font Xavier da - Some Portuguese Contributions to the Knowledge of Tropical Medicine, trad. in "The Great Maritime Discoveries and World Health", Escola Nacional de Saúde Pública et al., ed. Mário Gomes Marques, Lisboa, 1991.

- Cunha, Fanny A. F. Xavier da - António Nunes RIBEIRO Sanches, Médico Higienista (1699-1783) in "Medicina na Beira Interior", Cadernos de Cultura, nº I, Nov, 1989. Castelo Branco.

- Cunha, Fanny A. F. Xavier da - CAMARA PESTANA e CARLOS FRANÇA - Grandes nomes da Medicina Portuguesa, in "Cadernos de Cultura", nº XVII, Nov.2003, Castelo Branco.

- Cunha, Fanny A.F. Xavier da - Viagens e viajantes científicos. Sobre a flora exótica farmacêutica e alimentar lusitana, I n 3 Actas do "Congresso Internacional sobre Bartolomeu Dias e a sua Época" - vol.II, p. 483, Porto, Univ do Porto; 1989.

- Cunha, Fanny A. F. Xavier - Evolução Histórica da Ciência Médica e política Patrimonial, "Cadernos de Cultura", nº XVI, Castelo Branco, Nov.2002.

- Cunha, Fanny A. F. Xavier da - A Herança dos Descobrimientos, in "Do Tratado de Tordesilhas-1492 ao Tratado de Madrid-1750". Com. XI Congresso Int. Ed. Soc. Port. Estudos Século XVIII - "A. Herança dos Descobrimientos. Da partilha geográfica à partilha científica, Nov. 1994, pp.48-63, Lisboa.

- França, Carlos - Notas clínicas. Um caso de tripanosomíase, "Porto Médico", 1905.

- França, Carlos - Sur une nouvelle espece de Glossine, "Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes", 7(27), 1905.

- França, C. - Observations sur le genre Phlebotomus, II. Phlebotomes du Nouveau Monde (Phebotomes du Brésil et du Paraguay), "Bull.de l'1. Société Port. des Sciences Naturelles, 8, 1920.

- França, Carlos - Prophylaxie de la schistosome, in "C.R.du 1er Congres Méd. Trop. de l'Afrique Occidentale" Lisbon, 1923.

- França, Carlos, Quatro lições de Parasitologia, "Revista de Biologia", 1925.

- França, Carlos - An early Portuguese contribution to Tropical Medicine Translation of Royal Soc. Tropical Med and Hyg., 15(i-2) 1921.

- França, Carlos - A contribuição dos Portugueses do séc. XVI para o progresso da Medicina Tropical, "Rev. Médica de Angola, July, 1923.

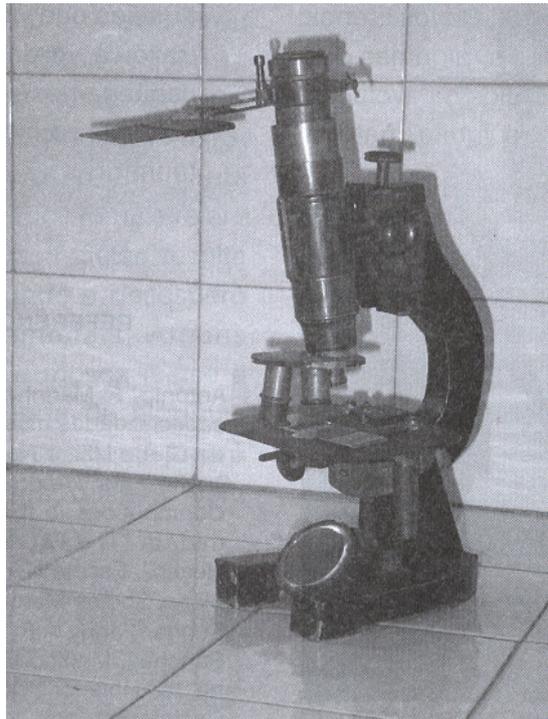
- França, Carlos - Os portugueses da Renascença, a Medicina Tropical e a Parasitologia,"o Instituto, 73(I), July, 1925.

- França, Carlos, Os Portugueses do Século XVI e a História Natural do Brasil, Revista de História, 15, 1928.

- Gomes, B. A.- :Ensaio sobre a chinchona e sua influência nas virtudes da quina," História e Memórias

da Ac. Real das Ciências de Lisboa, t. III, part. I, 1815.

- Sacadura. C. A - A Medicina tropical na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, J. da Soc. Das Ciências Médicas de Lisboa, 116 (4-5), 1952.



MÉDICOS CRISTÃOS - NOVOS, NO SÉCULO XVII - OLHARES

Maria Antonieta Garcia*

O século XVII começa mal. A Armada Invencível não faz jus ao nome e é vencida em 1588; em 1592, muitos

crístãos novos refugiados na Holanda, pela perseguição desencadeada pela Inquisição, participam na criação da Companhia das Índias; desalojar o Império Habsburgo de entrepostos tão importantes como os da Indonésia, da Índia, da África do Sul, da América, era um objecti-

vo legível nos múltiplos ataques às frotas filipinas.

Os cristãos novos aproveitam a penúria: em 1599, disponibilizam-se para oferecer ao Rei "...*Seiscentos e setenta e cinco mil cruzados (...) e facultar um empréstimo de quinhentos mil ducados, sem juros, para ser aplicado às naus da Índia, e reembolsado na pimenta que as mesmas trouxessem, metade no ano seguinte e o excesso em 1601*"¹

Em momentos de aflição, vence quem tem bens, quem tem cruzados; para cunhar moeda, nem a prata dos templos e de particulares é poupada. Os bispos protestam, tentam salvaguardar o ouro das catedrais, oferecem voluntariamente um subsídio ao Rei. Não

foi suficiente. Os judeus sabiam-no e aliciavam com propostas irrecusáveis a quem podia e decidia. Assim



Judeus num banco. Miniatura, séc. XIV.

a revogação da lei que impedia a saída do reino e a alienação dos bens dos cristãos novos, valerá a Filipe II duzentos mil cruzados.

Em conjuntura difícil, reivindicam mais: o Perdão Geral. Como era useiro e vezeiro as reclamações *chovem*, mas a 11 de Janeiro de 1605,

Clemente VIII concede-o a troco de um milhão e setenta mil cruzados partilhados entre o Papa, o Rei e o Duque de Lerna.

Com o Perdão geral saem dos cárceres quatrocentas e dez pessoas. As populações reagem. Em Coimbra, os presos são conduzidos pelos Inquisidores, em procissão, à Igreja de Santa Cruz, onde se refugiam, debaixo de uma chuva de pedras.

Em Lisboa, o furor anti-herético também se mostra na rua.

O Perdão Geral acirrara a violência contra uma comunidade a que se atribuíam os danos materiais dos reinos e a perda de vidas.

Na verdade, dois “Papéis” divulgados pela Inquisição faziam temer o pior aos médicos cristãos novos. Quem acreditava que doutos senhores como eram os inquisidores, os que alertavam para os perigos, não falavam verdade? Quem hesitava em tomar à letra os avisos?



Judeus disposto a converter-se (pormenor do Retábulo de S. Marcos, séc. XIV - Museu Episcopal de Vic).

No *Papel que prova serem os da nação a causa dos males de que padece Portugal*, documento anónimo do início do século XVII, lia-se: “...acomodavam-se nas cidades e vilas em que entravam, nos piores bairros e lugares delas, como consta ainda hoje de nomes de judiarias que lhes ficou, nos quais viviam feitos vis (...). O documento alude, depois, à actividade comercial que desenvolvem “...trocas, compras e vendas baixas, remendarias, calçados velhos, sendo ferreiros, curtidores e malheiros, descalços, sujos e defumados...”. E se tudo permanecesse deste modo, seria aceitável. Não ia o sapateiro além da chinela... O problema, acusam, é outro: Destes anos para cá, que são pouco mais de cento, têm multiplicado como no Egipto, sendo já hoje tantos como os antigos naturais. O número crescia e as preocupações desdobravam-se, até porque “...tem recolhido em si todo o dinheiro, com tratos usurários, paleados e monopólios que são roubos manifestos; tomaram o assento nos principais lugares e vilas e cidades marítimas e do sertão deste reino, e nelas são senhores dos melhores e mais sadios bairros, ruas, casas, herdades, quintas e fazendas, e em república conjuntos e conselheiros; mandam seus agentes e feitores aos reinos e províncias, onde estes

têm comércio, para que todas as fazendas e mercadorias de lá venham por sua conta, e lhes põem estimação a sua vontade, tomando o passo a qualquer português que quer provar ventura em matéria mercantil, e desacreditando-o que quebre”.

Duplamente culpados pelas desgraças nacionais; Saíram dos “bairros sujos”, “das judiarias”, para ocuparem os espaços mais aprazíveis das localidades à custa da usura; eram senhores do comércio porque a cabala (ou a solidariedade?) entre os judeus de todo o mundo funcionava, impedindo o sucesso dos portugueses em “matéria mercantil”. Discurso persuasivo de quem sabe os pontos fracos da minoria e quer acicatar inveja e ódio à diferença.

De resto, confirma o documento: “De todos os países Têm sido os judeus expulsos pela razão de Estado, por serem com zangões que nada produzem e consomem o mel trazido de longe pelas abelhas (...). Acresce que se “...multiplicam infinitamente porque são mui regalados e lascivos(...)”. As qualidades não se ficam por aqui; afinal, “Até dos trabalhos gerais que são guerras, fome e peste com que Deus castiga ao mundo sempre lhes cabe a menor parte, porque à guerra não vão e são os primeiros que fogem; se se espera fome não a sentem, pois têm os tratos de trigo, mel, açúcar, azeite, vinho, carnes, pescado seco e mais mantimentos; para a peste (...) têm muito boas quintas, herdades e casais onde recolhem a tempo, conservas e medicinas defensivas”.

Argumentos perturbantes a que se somam outros perigos: o de traição e rebelião que pode conduzir à destruição, até porque são os judeus, de acordo com o mesmo documento, que “...dão aviso aos consórcios, e levantados do Norte, que infestam nossos mares e perturbam nossas conquistas”.²

Bodes expiatórios dos males que grassavam no país, os médicos cristãos novos viviam, nesta época, no fio da navalha.

No Tratado em que se prova serem cristãos fingidos os da nação que vivem em Portugal, apontando os males que fazem aos cristãos velhos, lê-se:

Capítulo 3: *Um Rei católico de Inglaterra, vendo o reino oprimido com grandes males e castigos por Deus, pediu a muitos religiosos santos que rogassem a Deus lhe quisesse declarar a causa de tantos males e foi-lhe revelado que os judeus o eram, por serem cristãos fingidos e fazerem muitas ofensas aos sacramentos da Igreja e aos santos; e os mandou matar a todos e lançar no mar, pelo que logo cessaram os trabalhos. E assim o dizem as crónicas da Inglaterra”.*

Que melhor prova da maldade dos judeus? A palavra revelada por Deus aos santos identificara-os como causa dos males da nação. Que outra, que maior autoridade?

No capítulo IV adiantam: “As sinagogas dos judeus escreveram às de Portugal que se fizessem cristãos

e fizessem seus filhos clérigos e frades, para que derruissem a fé e perturbassem a paz da Igreja e os fizessem juristas e médicos para assim roubarem as fazendas e matarem a seu salvo...”.

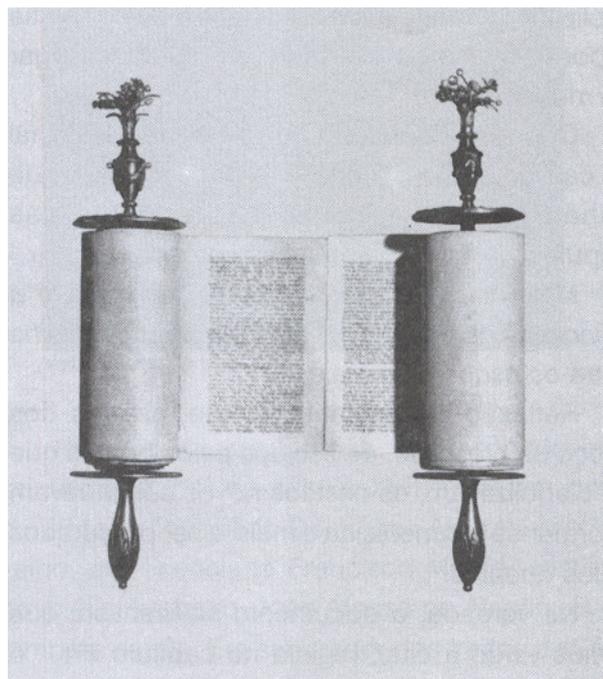
Desconfiança face à Justiça ou à ausência dela. A maioria dos médicos também não merecia apreço, a avaliar pela *Arte de Furtar*, livro que circulou sem assinatura, na clandestinidade, ou teria conhecido as penas da fogueira. Não resiste o autor a contar uma história, para boa compreensão da questão: “*Em França, há lei que nenhum médico do paço vença salário enquanto alguma pessoa real estiver doente, porque assim se apressam em tratar de sua saúde. E os portugueses somos tais que, quando estamos doentes, fazemos mais mimos e damos maiores pagas aos médicos, sem advertirmos que, por isso mesmo nos dilatarão a saúde e farão grave o mal que é leve. Como o outro que curava de um espinho certo cavalheiro e tinha-lhe metido em cabeça que era postema. Mas o filho, na primeira cura, para se mostrar mais destro, arrancou o espinho; cessaram logo as dores e sarou o doente, em menos de vinte e quatro horas. Veio o pai. «Pois daí comerás para besta. Não vias tu, selvagem, que enquanto se queixava das dores, continuavam as visitas e se acrescentavam as pagas? Secaste o leite à cabra que ordenhámos?»*”³

Bem sabemos que estamos perante um panfleto desmascarador de logros e de irregularidades, da venalidade de ministros da corte, de altos funcionários, da nobreza, dos poderosos, em tempo de latrocínio instituído. A Ciência médica mereceria outra atenção por parte dos reis porque “...anda muito arrastada, porque não se aplica a ela senão quem não tem cabedal para cursar outros estudos”.⁴

Na segunda metade do século XVI, em Portugal, Medicina era, ainda um curso menos nobre; no entanto, é nesta época que “*Também a Medicina passava por filha dilecta de Apolo, sendo justo que em favor dela se desenfreasse o Pégaso e se desfaldassem as Musas*”.⁵

Dá exemplos, Ricardo Jorge e fala ironicamente de: Camões que “*pendurou a sua ode na testada do Orta*”; de Lope de Vega que “*pespega dois sonetos ao nosso Henrique Jorge Henriques no Retrato del perfecto médico*”, *mimoseia* com o mesmo tipo de poemas o *urinólogo Francisco Diaz*; Cervantes dava “*ao operador a esperança de que as areias urinárias se lhe volvessem nas do Tejo que são de ouro, e cada «desecha piedra» se trocava em mil mármores de fama*”.⁶

Informa mais Ricardo Jorge: “*Aleixo de Abreu, um dos nossos primeiros autores de medicina exótica, traz um cortejo bizarro de versistas na testada do seu Tratado de las siete enfermedades (1623), livro onde “até uma freira professa de Santa Ana, D: Ana de Santo Agostinho vem com uma décima a este outeiro médico”*”.⁷



Embora estejamos perante poemas de gosto duvidoso, se uns são incensados, a maioria é criticada de forma duríssima.

Muitos médicos eram cristãos novos, uma das profissões em que eram admitidos e que garantia a possibilidade de exercício, em qualquer lugar do mundo.

Ora, num tempo em que a doença era sinal de castigo de Deus, como explicar o sucesso que tinham estes «heréticos» não só junto das populações como de cabeças coroadas?

Maimónides terá dito que “*a medicina é a ciência da pesagem dos erros, e a arte da escolha entre os riscos e os males*”.⁸

Reflexão interessante já que, cientes dos riscos da profissão, acrescidos pelos boatos que os diabolizavam, os cristãos novos continuavam a formar-se em medicina e mais, a ser procurados pelos doentes.

Na verdade, o documento seiscentista que temos vindo a citar, regista no capítulo 5º: “*o grande número de físicos cirurgiões e boticários que foram presos pela Santa Inquisição e outros que fugiram, e outros muitos que confessaram por sua culpa terem morto muitos cristãos velhos por medicina*”.

Os casos divulgados não deixariam margem para dúvidas: “*Um médico foi queimado na cidade de Valença que matava todos os cristãos que podia, e todas as vezes que vinha para casa lhe diziam os filhos: «Venha embora o nosso vingador». E ele respondia «Venha embora e seja vingador»*”.

Em Lisboa, eram as irmãs que diziam a Mestre Rodrigo: “*Venha embora o nosso defensor e guardador da Lei de Moisés*”. Ele respondia “*E também vingador*”.

Convenhamos que anda por aqui muita falta de

imaginação de uns e de outros; o discurso pobremente repetitivo não colhia o crédito pretendido, se houvesse quem decidisse reflectir.

Circulavam outras informações: *“Um médico, de Ciudad Real, escondia peçonha na unha de um dedo, e tocando as mezinhas com ela, a quantos visitava, matava”*, garantia o texto *Sentinela contra os judeus*.⁹

Conhecido o alerta, ouvem-se outras versões:

“Na cidade de Toledo um judeu médico levava veneno na unha do dedo, e tocando com ela a língua dos doentes os matava”. Noutra cidade a estratégia de outro cirurgião era: *“lançava veneno nas feridas, com que despachava as curas matando a todos”*.

Matavam, pois, voluntariamente e de diferentes modos; queixam-se, segundo o documento: *“...nos matamos médicos com dilatar as sangrias ou dá-las quando a frio, quando pode ser a quente, e os cirurgiões faltando com os remédios a tempo devido, os boticários dando as mezinhas quando querem”*.

Alertam, mais: Um físico do Hospital de Goa, João Ribeiro Pinto, confirmara que *“matara 800 cristãos velhos por sua vontade”*, outro de Alcácer, confessara *“que de cada doze matava um, entre os quais um deão”*; Pêro Lopes, físico, revela que *“matara por sua vontade 70 cristãos velhos”*...

Aritmética de terror à disposição de quem quisesse acreditar. E os mitos construía-se com um dilatado prazo de validade.

Outros fugiram, claro. Entre eles, gente da Beira. O documento que temos vindo a citar regista Diogo Gonçalves, da Covilhã; António Vaz, da Guarda; Amato Lusitano, de Castelo Branco; Francisco Antunes, do Fundão.¹⁰

Reiteramos, com esta fama, quem escolhia os médicos cristãos novos?

Numa carta do inquisidor Simão Barreto de Meneses dirigida a D. Francisco de Bragança, lê-se que o Auto da Fé de 1618, realizado em 29 de Novembro, em Coimbra, integrava dois médicos. Um deles confessara ao Santo Ofício que: *“matou muitos cristãos velhos com purgas e outros medicamentos contrários às enfermidades que tinham, e que se a alguns aplicava convenientes era por seu crédito e reputação, entendendo que se matara a todos ninguém se queria curar com ele, e assim não ganharia por seu ofício”*.

Versão mais verosímil a justificar curas, obtidas por mãos de médicos heréticos, que não podiam ignorar-se, porque os enfermos as sentiam e eram reconhecidas.

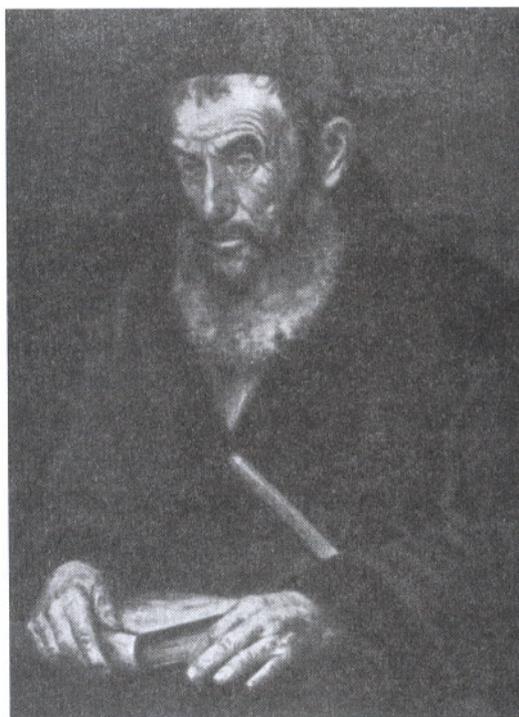
Era prática antiga, tradicional, garantia, entretanto, Simão Barreto. Confirmavam-no uns papéis sobre a gente da nação desde El Rei D. João III. Divulgavam exemplos de *“...médicos judeus conversos que matavam os enfermos com peçonha e pós ervados, que traziam no dedo com que tocavam as mezinhas, alguns receitando as contrárias à enfermidade”*.¹¹

Ser cristão-novo significou, durante séculos ter medo, habituar-se a ele, e a aprender a viver com uma diferença que os menorizava.

Aconselhavam-nos vozes sábias que, em determinadas circunstâncias: *“Não é a coragem que vos recomendo, pois é uma virtude tonta, recomendo-vos a dissimulação, a perspicácia, a astúcia, que são na ocorrência, virtudes nobres. Assim Israel viverá”*.¹²

E os médicos continuaram a formar-se e a conviver com colegas cristãos velhos, com barbeiros e sangradores. Admirava-se um viajante que no século XVII percorrera a Península, com a maneira como os ibéricos tratavam os doentes: dizia nunca os proibiam de comer, fosse qual fosse a febre e que *“La sangria les es bastante familiar. Se la hacen fuera de la cama, entanto sus fuerzas lo permiten, y cuando usan de ella, por precaución, se hacen sacar sangre dos días seguidos del brazo derecho y del izquierdo, diciendo que es preciso igualar la sangre. De eso se puede juzgar si la circulación les es conocida”*.¹³ Estava doente a Universidade Portuguesa e purgar e sangrar era uso corrente; os sangradores efectuavam a operação, já que os cirurgiões sentiriam desonra em fazê-lo. Acrescenta que *“cirujanos, sangradores y barberos son três corporaciones distintas”* mas reconhece que os médicos detinham crédito e alguns eram sábios.

Na verdade, no Fundão, por exemplo, no primeiro quartel do século XVII, residiam dois médicos: o licenciado Domingos Álvares, cristão velho, e o licenciado Francisco Morão, cristão-novo. Um barbeiro, João Afonso ou Alonso, vivia também na vila. Era sangrador



Velho Judeu do séc. XVII.



dos frades de São Francisco de Nossa Senhora do Seixo. Não eram pacíficas as relações. Em tempo de Visitações, João Afonso denuncia o “*licenciado Morão por não ouvir missa, e que se desculpa queixando-se de achaques*”. O sangrador não fala com este médico. Acusa-o de ter dado duas bofetadas a uma filha sua. Discutiam, diz Francisco Panca, uma testemunha ouvida pelos inquisidores. “*João Alonso teve algumas dúvidas com o licenciado Francisco Morão, médico, cristão-novo, mas não foi por coisa que viessem a brigar, antes lhe parece que foi sobre qual deles curava bem ou mal*”.

Domingos Álvares, médico cristão velho, também não gosta de heresias; explica aos inquisidores o que sabe e o que presume. Fernão Vaz, homem rico, cristão-novo, está-lhe na mira. Observa como veste o que veste, o que come, como está na Igreja. Aos judeus conhece bem e até o cheiro a carne da água que lançam à rua, em tempo de Quaresma, é indício de heresia que não omite perante os inquisidores, revelador do zelo de fé que o move.

Não sabemos, que o não divulgam as fontes, qual dos três era mais procurado pelos enfermos. Todavia, todos habitavam na localidade e a avaliar pelas denúncias feitas por Domingos Álvares e João Alonso, cristãos velhos, a presença de Francisco Morão não os deixava indiferentes. Porque continuava a curar, independentemente dos avisos que os “*Papéis*” divulgavam?

Na época, os médicos judeus gozavam, tendencialmente, de alta reputação por serem eruditos, capazes. Caluniados, perseguidos, apostavam, por certo, em muito saber, num trabalho que evitasse quaisquer dúvidas. A negligência, um erro médico praticado por um cristão-novo, podia anunciar a presença num Auto da Fé.

Os sucessos, porém, existiam; a Igreja não podia ocultá-los e a intervenção do demónio foi resposta para curas inesperadas ou consideradas impossíveis.

Por isso, apesar da acusação de matarem, por vontade, cristãos velhos, de os envenenarem, de decidirem através de aritméticas estranhas quantas as vítimas, a procura de saúde falava mais forte. E por artes mágicas, diabólicas ou santas, os médicos cristãos-novos continuaram a curar em Portugal e no Brasil e em África... que o império era extenso, e tardava ainda o *Deo Gratias* de Ribeiro Sanches no que respeitava à aprendizagem da Medicina: “*Deus seja louvado que me chegou ainda a tempo que os PP, da Companhia de Jesus, não são já confessores nem mestres, porque se conservassem ainda aquela aquisição, tão antiga, nenhuma das verdades, que se lerão neste papel poderiam ser caracterizadas com outro título, que de heresias! A deus sejam dadas as graças, que pela infatigável providência de S. Majestade, todos esses obstáculos se dissiparão, e que como no tempo de Nerva posso dizer com*

Tácito: «Rara temporum felicitate, ubi sentire quae velis, & suae sentias dicere licet».¹⁴

* Universidade da Beira Interior.

Notas

1 Lúcio de Azevedo, *História dos cristãos novos em Portugal*, Lisboa, Clássica Editora, 1975, p. 155

2 A.N. T. T., Inquisição, Código 1506, f 144 e segs.

3 Anónimo, sec. XVII, *Arte de furta*, Lisboa, Estampa, 1970, p. 40.

4 Idem, p. 41.

5 Ricardo Jorge, *Francisco Rodrigues Lobo*, Lisboa, Fenda, 1996, p.2

6 Idem, p. 3.

7 Idem, p. 4.

8 Herbert le Porrier, *O médico de Córdova*, Lisboa, Bizâncio, 1988, p. 218.

9 Frei Francisco de Torregoncillo, *Sentinella contra os Judeus*, Oficina de Joseph Antunes da Silva, 1730.

10 A.N.T.T., Inquisição, Cód. 1506, fol. 66 e segs.

11 A.N.T.T., Cód 1506, fol 209.

12 Herbert le Porrier, op. cit, p. 135.

13 Garcia Mercadal, *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, Vol IV, Junta de Castilla y León, 1999, p. 473

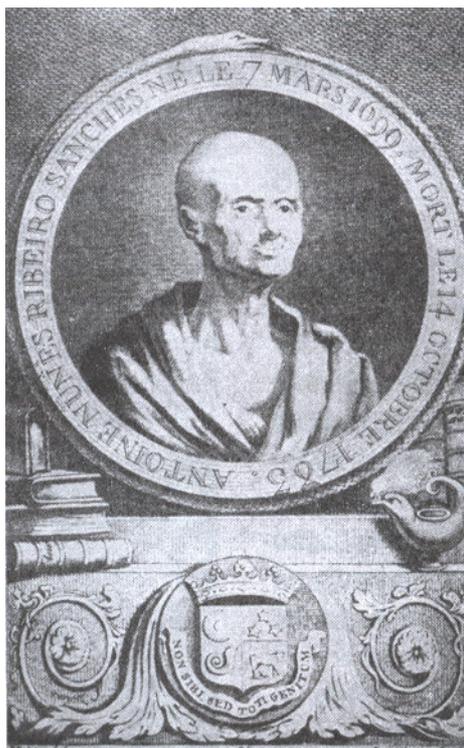
14 António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1959, p.223



RIBEIRO SANCHES -TAL COMO AMATO UM MÉDICO DO MUNDO

(...as raças extinguem-se, os homens digladiam-se... mas só as ideias permanecem...)

João Nabais*



Nasce a 7 de Março de 1699 na vila fronteiriça de Penamacor - Beira Baixa, e o nome de baptismo é António Nunes Ribeiro Sanches. A família é de sangue judaico - os pais Simão Nunes e Ana Nunes Ribeiro são abastados comerciantes da região, cristãos-novos descendentes de outro grande médico Francisco Sanches (1551-1623).

Como era habitual à época, os filhos da grande família judaica optavam ou pela Arte Médica ou de Boticário, ocupando por isso mesmo, nestas artes, a maior parte dos cargos por direito próprio.

O ambiente da terra beirão, coberta de montanhas, frio, neve e ainda pouco habitada, dava azo a lendas, querenças e demais fantasias. Assim, era comum aos judeus, mesmo conversos, serem considerados pelos vizinhos cristãos-velhos, de acordo com a longa tradição da Humanidade, como renegados e feiticeiros, detentores de sortilégios com poderes quase demoníacos.

Talvez para este comportamento ancestral de desconfiança e despeito, contribuísse a proverbial prosperidade económica dos judeus sefarditas, quase sempre fruto de uma luta e persistência familiar prolongada de gerações, associada a qualidades de trabalho e resistência pouco habituais na velha terra lusitana, antiga de seiscentos anos.

Portugal, já nessa altura a viver acima das suas riquezas e haveres (como parece continuar a ser uma característica endémica nos trezentos anos seguintes) e sem fazer nada para se cuidar, devido à sua índole ociosa, passadista do antigo Império quase

falido, vai-se tornar cada vez mais uma sociedade fechada, ensimesmada, mesquinha, invejosa, sendo um dos sinais o seu fanatismo, a que a Inquisição (famosa policia religiosa ultracatólica) pela sua intolerância religiosa, perseguia, enclausurava e mandava queimar qualquer homem ou mulher que fugisse as normas do costume, baseadas na tradicional doutrina universal com profundas raízes conservadoras e antijudaica.

Uma vida errante

Penamacor era na altura, uma vila propícia, com guarnição militar e um castelo fernandino a lembrar a sua importância como fortaleza arraiana. Apesar de apresentar uma débil constituição física, Ribeiro Sanches de perfil hipocondríaco, não vai alterar a sua dedicação ao estudo e à pesquisa em boa parte devido a um espírito diligente, apesar dos caprichos dos tempos e do Homem.

Ainda com doze anos já lia fluentemente castelhano, latim e todos os livros que lhe vinham parar à mão, tais como de Plutarco e Montaigne, sabia música e também conhecia a nossa história, razão segundo uns devido a uma inteligência superior e elevado espírito de observação - era o que mais tarde se irá chamar de criança sobredotada.

Em 1716, devido à pressão familiar do lado paterno, com um tio jurisconsulto versado em leis, vai ainda cedo para Coimbra para se inscrever no curso de Direito.

Insatisfeito com o meio, ao fazer uma *"reflexão muito profunda acerca da decadência da universidade"*, e o estudo aborrecido das leis e da filosofia - *"aprender a nossa filosofia era pior que a não aprender"* - que lhe vão provocar efeitos indesejáveis e outros distúrbios funcionais, exs. enxaquecas, desmaios, dores de estômago, acentuados pelo esforço excessivo dedicado ao estudo, moléstias estas que no futuro, mais ou menos próximo, se irão agrupar em queixas ou demais sintomas psicossomáticos.

Entre 1717-19, ao tentar perceber o que se passava consigo, vencendo a sua reconhecida insegurança interior, começa a ler tudo o que lhe vem parar às mãos, incluindo livros médicos. Nestes parece ter encontrado algum conforto espiritual para os seus males, um deles em especial - os *Aforismos de Hipócrates*, que pela forte ligação entre a ciência prática e a filosofia especulativa vai mudar-lhe em definitivo, o rumo profissional.

Ao mesmo tempo em Coimbra, o ambiente universitário era muito pouco disciplinado o que associado ao estado de rebeldia latente dos alunos perante o ensino, o obscurantismo dos mestres, mais o seu frágil e crónico estado físico (*organismo débil e enfermigo*), vai facilitar a transferência, a seu pedido, para a cidade vizinha de Salamanca, assim como

inevitavelmente perder a noiva, sua prima, mais o belo dote de judia.

Em todas as épocas da nossa história, homens dos mais variados campos do saber, de modo mais sentido na Medicina, trocavam a terra de origem por um País estrangeiro onde pudessem exercer a sua profissão com outra sabedoria e paz de espírito. As grandes escolas da Península Ibérica limitavam-se a transmitir o conhecimento dos textos antigos, cuja autoridade não era questionada, votando o ensino e a prática médica, a uma paralisante inércia.

Recebe, por isso com facilidade o grau de doutor em Medicina, pela Universidade salamanquina em 1725.

Para Ribeiro Sanches, jovem médico, acabado de regressar a Portugal, o País não oferecia grandes perspectivas. Assim instala-se temporariamente em Benavente - aí repara que as águas estagnadas são a causa de febres e outros morbos que as pessoas de Salvaterra manifestavam de modo intermitente.

Mas logo em 1726, por denúncias feitas à Inquisição por um familiar, pela prática do judaísmo é obrigado a exilar-se à pressa, partindo pela calada da noite, num barco ancorado em Lisboa. Sai do País, desta vez sem mais retorno.

Após breves passagens por Génova, Montpellier, Londres (onde dá aulas e exerce medicina nos hospitais) e Bordéus, chega a Leyde, na Holanda, onde assiste às aulas do célebre professor Hermann Boerhaave (1668-1738), considerado o maior professor de medicina do seu tempo, para onde muito dos estudantes e doentes de todo o mundo se dirigem. Aí torna-se um dos seus discípulos dilectos mais distintos.

Em 1731, sob a sua recomendação parte para a Rússia. Aí exerce importantes cargos como médico dos exércitos imperiais, e depois do Corpo Imperial dos Cadetes de São Petersburgo (colégio reservado à mais alta aristocracia russa), tendo por último sido nomeado médico da czarina Ana Ivanovna.

Ao mesmo tempo corresponde-se com os melhores espíritos europeus da época.

Na Europa, sopram já os ventos do Iluminismo (os filósofos que difundiam o novo espírito do século julgavam-se promotores da luz e do conhecimento, sendo, por isso, chamados de iluministas), movimento que vinha ganhando expressão nos escritos de Locke, Montesquieu, Voltaire e outros.

A longa permanência na Rússia (tendo participado na campanha militar de Azoff - Crimeia) e o contacto com os seus diferentes povos e raças, permitem-lhe fazer importantes observações etnológicas que comunica a Buffon, que o refere no 3º Volume da sua *História Natural*.

Em 1747, de regresso a Paris, fugindo às intrigas da corte czarista, é recebido por Frederico o Grande da Prússia. É-lhe depois atribuída uma tença por

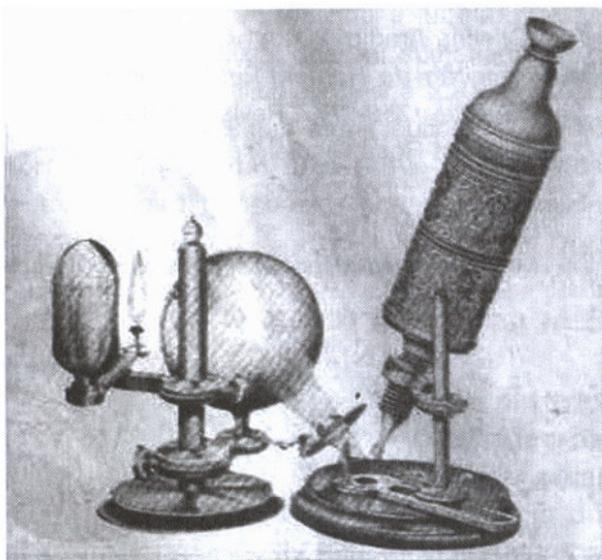
A nova ciência contrapõe o progresso contra a rotina preguiçosa, a justiça contra o erro, a civilização contra a falta de cultura, a razão contra a inverdade.

Cena final

O moderno espírito científico tinha-se desenvolvido com o Renascimento e com os novos Descobrimentos. Ribeiro Sanches tal como Amato Lusitano são ambos de ascendência judaica, de igual ramo e vocação, cobrindo o mesmo campo científico - a medicina com amplo apoio na matéria médica.

Depois de formados em Salamanca regressam a Portugal onde exercem temporariamente as suas profissões para logo partirem em definitivo, obrigados a refugiarem-se no estrangeiro por causa da acção do Tribunal do Santo Ofício, em novas vidas de diáspora e peregrinação por toda a Europa, culta e evoluída de então.

Cada um a seu modo vai ter uma acção importante tanto pela sua deontologia profissional como nas intensas actividades científicas, de pesquisa e reflexão, realizadas com independência mas que vão ter projecção imediata, o que faz com que os seus trabalhos perdurem para além da Ciência do seu tempo. Apesar de dois séculos separarem as suas vidas, estes dois eminentes portugueses vão contribuir no melhor sentido como pioneiros para uma melhor atitude humanista na procura da verdade, pondo de parte preconceitos, indo ao caminho dos novos rumos que desde então se abriam ao conhecimento europeu e universal, exs. a saúde pública, a urologia, a hidrologia, a botânica, a mineralogia, a química moderna, etc., legando-nos um extenso património científico e cultural. *Foram capítulos novos da Matéria Médica que se escreveram por mérito próprio e aos quais ficou ligado o nome de Portugal.*



Microscópio. Hooke.

Ribeiro Sanches caracteriza bem o pensamento médico como precursor na saúde pública, ligado a um sentimento de vincado inconformismo, sendo considerado o primeiro higienista, *que alicerça a sua Medicina Política num modelo de compreensão global do homem em equilíbrio com o meio*, e, que permanece contemporâneo pelo alcance da sua visão esclarecida e pela força das convicções. Tal como Leibniz, foi um dos primeiros autores a perceber que uma boa política, no sentido literal do termo, implicava uma melhor prática da medicina.

As suas ideias foram aplicadas nas reformas pomalinas da Educação e Medicina. Mas muitos dos planos originais que concebeu para os déspotas esclarecidos, D. José I e Catarina II, não passaram do papel.

As bases da reforma do ensino médico em Portugal, tanto na regulamentação da formação como do seu exercício, formam o corpo no seu *Methodo de Aprender e Estudar Medicina*, escrito a pedido do Governo.

Neste projecto, Sanches vai mais longe do que Verney:

- Alarga o leque dos conhecimentos exigidos aos candidatos ao curso de medicina;
- Propõe a criação de um colégio especificamente destinado ao ensino das ciências médicas;
- Propõe a fundação de um hospital escolar, dotado de vinte a trinta camas, completado pelo teatro anatómico, o jardim botânico, o laboratório e a botica;
- Galeno e Hipócrates seriam substituídos por Boherhaave;
- A profissão médica passaria a ser unificada, com a integração da cirurgia no ensino universitário.

Durante toda a sua longa vida manteve uma normal relação epistolar com diversas personalidades eminentes da sociedade intelectual europeia além de promover bons vínculos a instituições importantes da cultura internacional, como seja a de ser correspondente da Academia Internacional de Paris, membro da Sociedade Real de Londres e membro da Academia de S. Petersburgo.

Defendeu sábias e úteis relações com os restantes elementos do grupo da Enciclopédia que muito contribuiu para o desencadear da Revolução Francesa. Ribeiro Sanches, é a personalidade portuguesa que vai desempenhar um papel particularmente relevante na corte russa, contribuindo para o desenvolvimento das relações culturais, económicas e de amizade entre os dois países. Recordo que em 1999 se passaram trezentos anos sobre o nascimento deste reformador da medicina e do ensino, que foi apenas, um dos maiores vultos da ciência e da medicina do século XVIII e continua tão pouco conhecido entre nós.

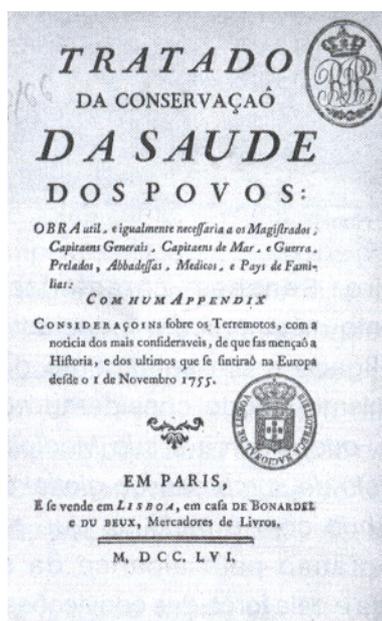
Principais obras:

- *A dissertation on the origin of the venereal disease* (Londres, 1751);
- *Tratado de Conservação de Saúde dos Povos* (Paris, 1756);
- *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (Paris, 1760);
- *Fundamentos da Sociedade Cristã e Política* (1760);
- *Método para aprender a Estudar a Medicina* (Paris, 1763);
- *Mémoire sur les bains de vapeur de Russie, considérés pour la conservation de la santé et pour la guérison de plusieurs maladies*, (Paris, 1779);
- *Observations sur les maladies vénériennes (a título póstumo, por iniciativa do seu amigo Andry)*; (Paris 1785);
- *Maneira de Alimentar e Criar os Enjeitados no Hospital de Moscovo*;
- *Tratado das Paixões da Alma*

* Médico, poeta, ensaísta e investigador.

Referências Bibliográficas

- Ribeiro Sanches - A sua Vida e a sua Obra; Maximiliano Lemos -1911;
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira - rol. 25; 1945;
- Cartas sobre a Educação da Mocidade por António Nunes Ribeiro Sanches; Joaquim Ferreira, Colecção Portugal;
- Amigos de Ribeiro Sanches, Archivos de Historia da Medicina Portuguesa*;
- Um Século de Psiquiatria e a Psiquiatria em Portugal; Prof. Doutor Henrique Barahona emandes, Lisboa: Roche, 1984;
- Deuses e Demónios da Medicina - 1º vol.; Fernando namora, Círculo de Leitores, 1977;
- História da Medicina em Portugal: instituições e doutrinas*, Vol. II. Lisboa Lemos, M.; Ordem dos Médicos, 1991;
- O Sistema de Ensino desde a Antiguidade até à Implementação da República - A Reforma Pombalina*; Germano Bagão, 1998-99;
- António Nunes Ribeiro Sanches*, Filosofia Portuguesa; Pedro Calafate - Instituto Camões, 1998-2000;
- A Reforma Pombalina dos Estudos Médicos, em 1772 - Textos sobre Saúde e Trabalho*; Luís Graça, 2000;
- Medicina e Utopia em António Nunes Ribeiro Sanches*, in *Ars Interpretandi - Diálogo e Tempo*; Ana Cristina Araújo, 2000;
- A Formação do Homem-Público no Portugal Setecentista. 1750-1777*, Revista Intellectus, Ano 2, vol II; Ana Rosa Clochet da Silva, 2003.



A BELA IDADE DA PRIMEIRA FARMACOPEIA PORTUGUESA: 300 ANOS¹

João Rui Pita*
Ana Leonor Pereira*

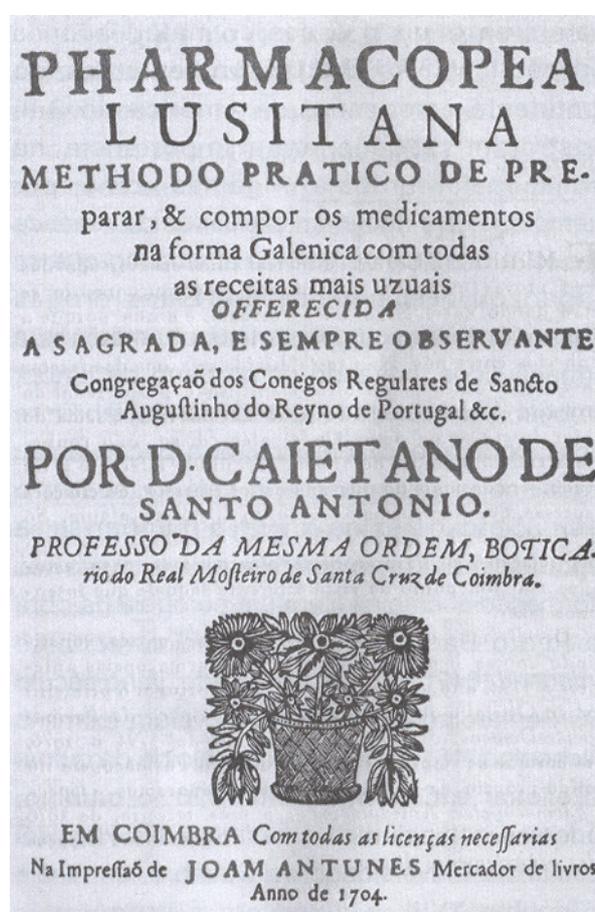
Introdução

Em 2004 a primeira farmacopeia portuguesa, a *Pharmacopea Lusitana*, da autoria de D. Caetano de Santo António faz 300 anos. O presente artigo pretende assinalar a efeméride, tendo como objectivo sublinhar a sua importância na literatura científica, analisar sumariamente o seu conteúdo científico e avaliar a sua integração na ciência e na cultura farmacêutica da época. Terminaremos com uma breve panorâmica histórica das farmacopeias portuguesas desde 1704 ao século XXI.

A Farmácia há 300 anos

A farmácia no tempo da publicação da *Pharmacopea Lusitana* pode ser caracterizada, muito sumariamente, pela coexistência da medicação tradicional galénica decorrente da vigência do galenismo, com os medicamentos químicos e com as *novas* drogas sobretudo as provenientes do continente americano; entre outras práticas, registre-se a utilização das águas minero-medicinais, as transfusões sanguíneas e a prática dos injectáveis. O recurso a práticas de certo modo mágico-religiosas é gradualmente abandonado, assistindo-se à publicação de farmacopeias e de formulários que tentavam criar alguma ordem na inventariação das drogas, das operações farmacêuticas e do formulário dos medicamentos².

A medicação clássica galénica ou a decorrente do galenismo tinha por base as drogas tradicionalmente conhecidas na Europa, isto é, essencialmente drogas vegetais descritas por Dioscórides e Galeno e pelos médicos e boticários partidários da tradição galénica. Tratava-se de um conceito polifarmacêutico do medicamento, com fórmulas muito complexas, havendo frequente recurso a práticas de purgas, sangrias e clisteres. A Faculdade de Medicina de Paris teve, neste particular, um papel distinto através da recomendação de “sangrar, purgar e clisterizar”³, o que se vulgarizou em toda a Europa.



A medicação química tinha origem na medicação preconizada inicialmente por Paracelso e adaptada posteriormente por outros partidários dos medicamentos químicos, sendo de sublinhar o papel relevante da iatroquímica. Nos finais do século XVII e no início do século XVIII muitos produtos químicos tinham-se difundido como substâncias importantes na preparação de medicamentos. Foi o caso do Sal de Rochelle ou Sal de Seignette, do Sal de Glauber; do Sal de Prunela, da Terra Foliada de Tártaro, do Sal de Seidlitz ou Sal de Epsom, dos Pós do Conde Palma,

do Kermes Mineral, etc. A polémica relacionada com os medicamentos químicos foi intensa e acalorada em vários países mas em Portugal a polémica entre os partidários dos medicamentos galénicos e os partidários dos medicamentos químicos não teve uma expressão significativa.

As “novas” drogas, sobretudo as americanas, vieram em muitos casos colmatar lacunas terapêuticas. As drogas provenientes do continente americano, da América do Sul, mostraram-se de enorme importância na farmacopeia europeia. Algumas como, por exemplo, o café não eram exclusivas da América mas foi a partir do continente americano que se vulgarizou a sua utilização. Estas drogas proporcionaram estudos botânicos, médicos e farmacêuticos, havendo como pano de fundo, também, interesses de natureza comercial. Entre várias, podem ser citadas a quina, a ipecacuanha, o guaiaco, a salsaparrilha, o café, o tabaco, o cacau, etc.. Destas deve sublinhar-se a importância da quina que teve pela primeira vez informação escrita na literatura europeia na obra de Pedro Barba, *Vera praxis ad curationem tertianae* (1642), donde mais tarde, já no século XIX, Bernardino António Gomes veio a extrair o chichonino (1810), o primeiro alcalóide da quina, e Pelletier e Caventou, em 1820, o quinino, poderoso anti-palúdico e febrífugo. No Hospital Escolar da Universidade de Coimbra, em finais do século XVIII, a quina era a droga mais consumida⁴. Nas farmacopeias europeias, incluindo as portuguesas, a quina entrava na composição de diversos medicamentos. Alguns desses medicamentos eram secretos como a famosa *Água de Inglaterra*, medicamento que se tornou muito popular.⁵

Ainda na segunda metade do século XVII foram feitas algumas experiências de transfusões sanguíneas e de utilização de injectáveis, práticas abandonadas pelo facto de não estarem reunidos os meios científicos e técnicos para o seu êxito⁶. Relativamente às transfusões refiram-se, entre os primeiros autores de trabalhos os nomes de Francesco Folli (1623-1685), Richard Lower (1631-1691) que terá sido o primeiro a realizar transfusão de um animal a outro (1665); Jean Denis que realizou a primeira transfusão de um animal a um homem (1667). Os estudos sobre as transfusões sanguíneas foram retomados muito mais tarde, havendo resultados visíveis no século XX através dos trabalhos de Karl Landsteiner (1868-1943) cujas conclusões vieram a público em 1900. Relativamente aos injectáveis, sublinhe-se que em 1657, o inglês Christopher Wren (1632-1723) realizou algumas experiências sobre esta matéria. Johann Daniel Major (1634-1693) publicou *Chirurgiae infusoriae* (1667) e *De transfusi sanguinis historia* (1676).

Na transição do século XVII para o século XVIII e durante o século XVIII assiste-se igualmente a uma certa popularização das águas mineromedicinais, ao interesse renovado pela água, como medicamento

eficiente. Desde o início do século XVIII assiste-se por toda a Europa à publicação de muitas obras sobre a problemática das águas, quer da sua aplicação, quer da sua análise, sendo de sublinhar a importância que mais tarde veio a ter a química de Lavoisier na caracterização das águas.

Das várias figuras tutelares da farmácia europeia de finais do século XVII e do início do século XVIII, destaca-se o nome de Nicolás Lémery (1645-1715)⁷. Lémery era um boticário francês natural de Rouen que, depois de ter praticado algum tempo a arte farmacêutica, estudou química em Paris e Montpellier. Junto à sua botica Lémery fundou um curso de química que rapidamente ganhou grande fama e prestígio. Lémery foi boticário real e autor de relevante obra escrita, tendo ficado famosos o seu *Cours de Chymie* e a sua *Pharmacopée Universelle* obra significativa na divulgação da farmácia química. Na segunda metade do século XVII e nos primeiros anos do século XVIII alguns químicos e boticários sublinharam o valor da química na preparação dos medicamentos, como o fez Lémery; justamente num período em que a química se desvinculava da alquimia, sendo de referir, neste particular, o nome tutelar de Robert Boyle (1627-1691) que se empenhou na ruptura com os quatro elementos aristotélicos (terra, água, ar e fogo) e os três elementos paracelsistas (enxofre, mercúrio e sal).

Muitos outros nomes poderiam ser referidos. Por exemplo, o francês Moyse Charas (1619-1698)⁸, autor, entre outras obras, da famosa *Pharmacopée Royale Galénique et Chimique* (1672) com reedições pelo século XVIII, havendo uma certa sobreposição da medicação química relativamente aos medicamentos galénicos. Juan Helfric Jüngken (1648-1726) legou-nos relevantes obras escritas no domínio fármaco-terapêutico como *Chymica Experimentales curiosa ex principis mathematicis demonstrata* (1681), *Corpus Pharmaceutico-Chymico-Medicum universale* (1697), *Lexicon Pharmaceuticum* (1698) e *Lexicon Chymico-Pharmaceuticum* (1709).

No decurso do século XVII, em particular no seu final assinala-se a publicação de várias farmacopeias na Europa, prática que veio a acentuar-se no decurso do século XVIII. Neste século surgem e divulgam-se as farmacopeias oficiais, bem como os formulários. As farmacopeias eram, habitualmente, um inventário de drogas e formulário. Algumas incluíam algumas técnicas operatórias. O que estava em causa era sistematizar a medicação, as drogas, valorizando o que era mais útil e benéfico e deixando de parte o que era considerado inútil. As farmacopeias reflectem, por isso, as diferentes correntes fármaco-terapêuticas que iam influenciando a medicina e farmácia europeias⁹.

As primeiras farmacopeias foram redigidas por um autor e não eram oficiais. É no século XVIII que as primeiras farmacopeias oficiais se difundem, o que reflecte a vontade normalizadora do Estado, também

nesta área, designadamente a preparação medicamentos, a conservação das drogas e a prescrição médica¹⁰.

Muitas farmacopeias cuja origem remonta a meados do século XVII permanecem em circulação com edições actualizadas pelo século XVIII. Em vários países europeus foram publicadas farmacopeias, algumas com uma circulação muito restrita. Entre muitos exemplos assinalem-se as seguintes: *Pharmacopea Augustana* (1601, com outras edições até 1794), *Pharmacope sive de vera pharmaca conficiendi et praeparandi methodo...* (Veneza, 1617, com reedições até 1790), *Pharmacopea Londinensis* (1618, com outras edições até ao século XIX), *Pharmacopea Amstelredamensis* (Amsterdã, 1636), *Pharmacopea Parisiensis* (Paris, 1638), *Pharmacopea Bruxelensis* (Bruxelas, 1641 reeditada até 1739), *Pharmacopea Antuerpensis* (Antuérpia, 1661), *Pharmacopée royale galénique et chimique* (1672, com outras edições no século XVIII), *Pharmacopea Cathalana* (Barcelona, 1686), *Dispensatorium Branderbugicum* (Brandenburgo, 1698), etc.

No decurso do século XVIII são editadas quer novas edições de várias das farmacopeias referidas, quer novas farmacopeias, muitas delas com a característica de serem farmacopeias oficiais, isto é, reconhecidas pelo Estado como textos oficiais e aplicáveis àquele território. Em Espanha, por exemplo, a primeira farmacopeia de âmbito nacional surgiu em 1739, a *Pharmacopea Matritensis*. Em Portugal, a primeira farmacopeia oficial, a *Pharmacopeia Geral* foi publicada em 1794. Mas, do Norte ao Sul da Europa foram publicadas farmacopeias oficiais e a par destas muitos formulários e obras similares a farmacopeias de âmbito mais reduzido. Em todas elas o denominador comum era, justamente, balizar as drogas a utilizar, estabelecer parâmetros relativamente aos utensílios e operações farmacêuticas, racionalizar a terapêutica e, ainda, como no caso português, ter um livro de estudo para os futuros médicos e boticários. Deste modo, proporcionava-se uma melhoria na prescrição médica, normalizava-se a prática farmacêutica em benefício da saúde das populações.

A arte de boticário em Portugal no início do século XVIII

A comunidade farmacêutica portuguesa não foi muito receptiva à introdução de medicamentos químicos o que se compreende por um conjunto diverso de factores, entre os quais as deficientes estruturas das boticas e o ascendente sócio-económico dos droguistas sobre os boticários. Por vezes, os droguistas ocupavam-se da preparação dos medicamentos químicos, desempenhando abusivamente o papel do boticário. A formação dos boticários portugueses era muito insuficiente em matéria de medicamentos químicos¹¹. Não havia qualquer ensino oficial de

química para boticários, nem escolas privadas de ensino de química como acon-tecia, por exemplo, em França.

Quando a primeira farmacopeia portuguesa foi publicada, o acesso à profissão de boticário podia ser feito por duas vias distintas: pela via da Universidade de Coimbra ou pela via do Físico-Mor. O acesso através da Universidade consistia no seguinte: os candidatos matriculavam-se na Universidade, aprendiam latim durante dois anos e depois praticavam a arte de boticário numa botica sob a orientação do boticário proprietário durante quatro anos; findo este tempo, os candidatos vinham fazer exame à Universidade de Coimbra e sendo considerados aptos podiam exercer a arte em qualquer parte do país. Para a frequência deste curso foram estabelecidos partidos num número total de dez, isto é um financiamento para os que quisessem ter acesso à profissão pela via da Universidade, revertendo habitualmente a totalidade do montante atribuído para o mestre boticário que recebia na sua botica o aprendiz. A outra via de acesso à profissão era a do Físico-Mor e que consistia no seguinte: todos os que quisessem ser boticários praticavam numa botica do país e após o tempo de prática suficiente para a aprendizagem da arte os futuros boticários faziam exame perante o Físico-Mor ou um seu delegado; todos os que fossem considerados aptos podiam abrir botica em qualquer ponto do país. Esta última via era a mais escolhida pois tinha vantagens económicas uma vez que a prática da arte de boticário podia ser feita numa botica do local de residência do candidato. O ensino era totalmente prático não havendo contacto significativo com inovações científicas, nem com a medicação química¹².

O exercício profissional era pouco inovador no que diz respeito à aplicação da química à preparação dos medicamentos. Contudo, sabe-se que diversos medicamentos químicos circulavam em Portugal desde os inícios do século XVII, tendo-se dado um aumento da divulgação destes medicamentos com a fixação em Portugal de químicos e destiladores estrangeiros que comercializavam medicamentos químicos. A publicação da obra de João Curvo Semedo (1635-1719) *Polyanthea Medicinal* (1697)¹³ e os trabalhos divulgadores de Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731)¹⁴ foram muito importantes na introdução da medicação química entre nós. Contudo, a primeira obra a tratar organizadamente da preparação de medicamentos químicos foi a *Pharmacopea Ulyssiponense* (1716)¹⁵ da autoria de Jean Vigier (1662-1723)¹⁶. Quanto ao impacto destas obras na prática farmacêutica dos boticários portugueses, ele foi muito reduzido.

Também a questão da introdução das drogas exóticas na farmácia era importante. Tratava-se de assimilar a inovação proveniente de drogas oriundas de zonas

geográficas em que Portugal tinha responsabilidades económicas, sociais e políticas. Na verdade, em particular no que diz respeito às drogas americanas, o Brasil constituía para Portugal uma fonte de drogas inovadoras. A assimilação desses produtos na terapêutica medicamentosa e a sua inscrição em obras como as farmacopeias constituem barómetros importantes sobre a introdução destas drogas na terapêutica, em Portugal.

A Pharmacoepa Lusitana

Em 1704 foi publicada a primeira edição da *Pharmacoepa Lusitana*¹⁷, obra que tem como subtítulo *Methodo pratico de preparar & compor os medicamentos na forma Galenica com todas as receitas mais uzuais*. Foi seu autor o cônego regrante de Santo Agostinho, D. Caetano de Santo António, e foi editada na cidade de Coimbra por João Antunes. Trata-se da primeira farmacopeia portuguesa, isto é, da primeira farmacopeia editada em Portugal, redigida por um português e em língua portuguesa. Era uma farmacopeia não oficial, isto é, não foi mandada redigir pelas vias oficiais, o que era habitual na época. A primeira farmacopeia oficial portuguesa surge em 1794 - a *Pharmacoepa Geral*, da autoria do médico Francisco Tavares.

D. Caetano de Santo António Nasceu em Buarcos, Figueira da Foz. Um boticário religioso, tendo professado no dia 26 de Outubro de 1698. Foi boticário no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra onde exerceu alguns anos a arte de botica. Deve salientar-se que a botica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra foi uma instituição prestigiada em Portugal o que reflecte a importância da farmácia conventual na história da farmácia e da medicina. Em Portugal pode sublinhar-se, para além da botica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a do Convento da Ordem de Cristo, em Tomar, a do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa¹⁸, do Convento de Mafra, etc. Mas muitas outras podiam ser referidas entre as numerosas boticas de instituições religiosas, umas de maiores dimensões do que outras. Depois de ter permanecido algum tempo em Coimbra, no Mosteiro de Santa Cruz, D. Caetano de Santo António foi para Lisboa. Sabe-se que em 1709 já estava em S. Vicente de Fora, em Lisboa. E foi nesta cidade que redigiu as duas edições seguintes da farmacopeia, publicadas em 1711 e em 1725. Faleceu cinco anos depois de ter publicado esta edição, em 1730. Esta obra teve uma edição póstuma em 1754.

O facto de a *Pharmacoepa Lusitana* ter sido redigida por um religioso traduz a importância na época da farmácia conventual bem como a instrução dos boticários religiosos. De resto deve salientar-se o valor da biblioteca médico-farmacêutica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra que podemos avaliar pelos

exemplares que nos chegaram até hoje depositados na Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra¹⁹.

O interesse da arte farmacêutica, tanto do estudo das drogas como da preparação de medicamentos por parte de religiosos encontra-se bem patente em figuras como João Loureiro, João de Jesus Maria, Cristóvão dos Reis, Mariano da Conceição Veloso, etc.

Como referimos, a *Pharmacoepa Lusitana* é a primeira farmacopeia redigida em português, por um boticário e publicada em Portugal. É, por conseguinte, a primeira farmacopeia portuguesa. Não era oficial pois a sua publicação não dependeu de controlo governamental. Sabe-se que em 1703 a farmacopeia já se encontrava redigida. Tem um total de 431 páginas, para além de 8 folhas de introdução e 12 folhas finais de índices²⁰.

No dizer de D. Caetano de Santo António foram várias as razões que o motivaram a redigir uma obra daquela natureza: a necessidade de ter em língua portuguesa uma farmacopeia; o facto dos boticários portugueses não dominarem línguas estrangeiras nem latim o que dificultava o seu acesso a essas obras; a falta de motivação dos boticários para adquirirem obras estrangeiras; a necessidade de substituir os apontamentos manuscritos com muita falta de rigor técnico e científico utilizados pelos boticários para a preparação dos medicamentos; a consciência de que havia perigo para a saúde se os medicamentos fossem preparados com pouco rigor²¹.

D. Caetano de Santo António teve a preocupação de fazer uma obra baseada em autores consagrados. Recorre em particular a autores clássicos tanto autores árabes como europeus, cerca de 100, entre os quais podemos sublinhar Amato Lusitano, André Laguna, André Matíolo, Aristoteles, Arnaldo de Vilanova, Avenzoar, Avicena, Cristóvão da Costa, Dioscórides, Duarte Madeira, Galeno, Gabriel Falópio, Garcia de Orta, Johann Zwelfer, João Curvo Semedo, João de Vigo, Luís de Oviedo, Mesué, Monardes, Rhazés, Silvío, Teofrasto, Zacuto Lusitano, etc. Nicolas Lémery não é referido, um autor que simbolicamente tutelava na época a medicação química, o que não admira pois a química não constituía uma preocupação prioritária.

A obra encontra-se dividida em 12 grandes partes que o autor designa por tratados, tendo como abertura o *Proemium Ex Dioscoride*. A divisão da obra é, então, a seguinte: Tratado 1 - Dos Canones de Mesué; Tratado 2 - Da Eleição de varios simples; Tratado 3 - Das Agoas compostas, vinagres & vinhos (total de 27 fórmulas); Tratado 4 - Dos Elegmas, ou Lochs, cozimentos, & conservas (total de 28 fórmulas); Tratado 5 - Dos Xaropes simples, & compostos (total de 66 fórmulas); Tratado 6 - Dos Electuarios purgantes, Hieras, & Confeçoens Cordeais, & Opiatas (total de

51 fórmulas); Tratado 7 - Das Pirolas (total de 27 fórmulas); Tratado 8 - Dos Trociscos (total de 38 fórmulas); Tratado 9 - Dos Collyrios, & algumas receitas de pós Magistralis (total de 5 fórmulas); Tratado 10 - Dos Oleos (total de 34 fórmulas); Tratado 11 - Dos Unguentos (total de 64 fórmulas); Tratado 12 - Dos Emplastos, & Cerotos (total de 41 fórmulas); Tratado dos Pezos, & Medidas mais uzuais.

Na parte introdutória o autor faz considerações sobre as plantas, seu conhecimento, colheita e conservação. Na parte dos tratados, inicialmente o autor inscreve os *canones* de Mesué; e a inscrição destes *canones* reflecte a orientação galénica da farmacopeia. Trata-se de um dos autores de referência para os galenistas. Neste *Tratado* como se refere, Mesué “ensina a preparar os medicamentos”, sendo portanto esta parte aquela que dizia respeito à arte farmacêutica propriamente dita: considerações sobre as formas farmacêuticas e as operações necessárias à transformação das drogas em medicamentos. Neste mesmo *Tratado I* define-se também medicamento como sendo “aquele que pode alterar a nossa natureza; ou (...) é aquele que aplicado a um corpo humano sara as suas enfermidades; ou é aquele instrumento do qual usam os médicos para sararem as nossas enfermidades”. Segundo D. Caetano de Santo António os medicamentos podiam ser de dois tipos: simples e compostos. Todo o medicamento simples era aquele “tal qual a natureza o criou”; o medicamento composto era aquele “que se compõe de uma ou de mais coisas juntas por arte”. Para além disso, o autor divide os medicamentos em benignos e malignos²². Seguidamente a obra encerra 84 pontos (*canones*) onde se descrevem assuntos relacionados com as operações farmacêuticas a aplicar na preparação dos medicamentos, bem como outras considerações relacionadas com as drogas a utilizar na preparação dos medicamentos.

No Tratado 2 intitulado *Da Eleição de varios simples*, o autor descreve um conjunto de drogas úteis à preparação de medicamentos. O autor inscreve na *Pharmacopea Lusitana* um total de 72: Absinto (*De absinthio*); Açúcar (*De sacharo*); Agaloco (*De agaloco*); Agarico (*De agarico*); Alcaçuz (*De lyquiritia*); Alcatira (*De tragacantha*); Alcebran (*De alcebran*); Almecega (*De mastiche*); Almiscar (*De moscho*); Âmbar (*De ambra*); Ameixas (*De prunis*); Avenca (*De capillis veneris*); Azaro (*De asaro*); Azebre (*De aloe*); Brionia (*De brionia, aut fescera*); Cálamo aromático (*De calamo aromatico*); Canafístola (*De Casiafistula*); Canela (*De casia*); Cânfora (*De camphura ex Sylvio*); Cardamomo (*De cardamomo*); Cartamo (*De carthamo*); Castóreo (*De castóreo*); Cebola albarrã (*De squilla*); Centáurea (*De centaurea*); Coloquintidas (*De coloquintida*); Cravo da Índia (*De garyophyllis*); Cubebas (*De cubebis*); Epitimo (*De epithimo*); Erva Doce (*De aniso*), Escamónea (*De scamonea*); Espódio (*De*

spodio); Esquinanto (*De schaeantho*); Estoraque (*De stirace*); Eufórbio (*De euphorbio*); Eupatório (*De Eupatorio*); Galanga (*De galanga*); Gengibre (*De zingibere*); Goma arábica (*De gummi arabica*); Heléboro (*De eleboro*); Hermodactilo (*De hermodactilis*); Hissopo (*De hyssopo*); Incenso (*De thure*); Iris (*De iride*); Láudano (*De laudano*); Macis (*De macis*); Maná (*De manna*); Mesereão (*De mesereon*); Mirabolanos (*De Mirabolanis citrinis*); Mirra (*De mirra*); Molarinha (*De fumo terrae*); Ópio (*De opio*); Opoponaco (*De opoponaco*); Pedra Arménia (*De lapide armeno*); Pedra azul (*De lapide lasuli*); Pepino de S. Gregário (*De cucumere asinino*); Pimenta (*De pipere longo, albo & nigro*); Polipodio (*De polipodio*); Rosas (*De rosis*); Rosmaninho (*De sthaechade*); Ruibarbo (*De Rabarbaro*); Sagapeno (*De serapino aut sagapeno*); Sândalo (*De santalis*); Sangue de drago (*De lachryma draconis*); Sarcocola (*De sarcocolla*); Sene (*De senne*); Serpentaria (*De luf. seu serpentaria*); Soro de Leite (*De sero lactis*); Tamarindos (*De tamarindis*); Turbit (*De turbit*); Violas (*De violis*); Zargatoa (*De psylo*).

A partir do Tratado 3 e até ao Tratado 12, as páginas inscrevem um completo rol de fórmulas. Tratado 3 - Das Agoas compostas, vinagres & vinhos (total de 27 fórmulas); Tratado 4 - Dos Elegmas, ou Lochs, cozimentos, & conservas (total de 28 fórmulas); Tratado 5 - Dos Xaropes simples, & compostos (total de 66 fórmulas); Tratado 6 - Dos Electuarios purgantes, Hieras, & Confeiçãoens Cordeais, & Opiatas (total de 51 fórmulas); Tratado 7 - Das Pirolas (total de 27 fórmulas); Tratado 8 - Dos Trociscos (total de 38 fórmulas); Tratado 9 - Dos Collyrios, & algumas receitas de pós Magistralis (total de 5 fórmulas); Tratado 10 - Dos Oleos (total de 34 fórmulas); Tratado 11 - Dos Unguentos (total de 64 fórmulas); Tratado 12 - Dos Emplastos, & Cerotos (total de 41 fórmulas).

A maior influência na preparação medicamentosa vem de Mesué (29%), não se encontrando medicação química moderna. Também as drogas americanas, embora não inscritas nas monografias, constituíam preocupação, ainda que ténue para D. Caetano de Santo António, como o demonstra a inscrição do Xarope de Salsaparrilha.

A orientação científica era essencialmente galénica, o que foi alterado na edição seguinte, em 1711. Nesta edição a obra apresenta já uma orientação galénica e química no que concerne à preparação dos medicamentos. As novas drogas, sobretudo as drogas americanas não são prioritárias. Caso contrário, o autor teria dado atenção particular a estes produtos quando trata das drogas recomendadas para a preparação dos medicamentos ou como refere *Das eleições de varios simples*. E a razão para tal estado de coisas pode ser a seguinte: tratando-se de uma obra declaradamente decorrente do galenismo, não haveria lugar para a inscrição de drogas exóticas.

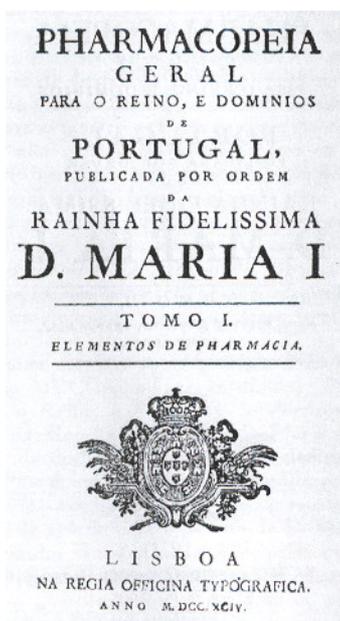
Breve Cronologia das Farmacopeias Portuguesas de 1704 a 2002

A *Pharmacopea Lusitana* abriu as portas à publicação de muitas outras farmacopeias. Com efeito, também no caso português, no decurso do século XVIII, foram publicadas várias farmacopeias.

A primeira oficial foi publicada em 1794. Nestes noventa anos de intervalo (1704-1794) foram dadas à estampa várias obras desta natureza com dimensões, interesses e objectivos diversos.

O estudo das farmacopeias portuguesas constitui uma matéria de enorme interesse científico histórico-médico e histórico-farmacêutico²³. As farmacopeias refletem problemas de ordem científica e técnica, económica, mas também político-social. A faceta normalizadora da farmacopeia no sentido de balizar a correcta prescrição, a eleição das drogas consideradas mais úteis e a mais adequada produção medicamentosa esteve na base da redacção das primeiras farmacopeias não oficiais, mas acentuou-se profundamente com as farmacopeias oficiais. Não é aqui o lugar para enfatizar certos problemas estruturais que o historiador encontra na história das farmacopeias em Portugal. Apenas gostaríamos de dar um exemplo: o problema da substituição da farmacopeia oficial de 1876 que tem sido objecto do nosso estudo²⁴. De facto, não se deu a sua substituição em tempo oportuno: razões de ordem sócio-profissional, razões de ordem política e outras estiveram na base do prolongamento no tempo de uma farmacopeia que rapidamente se desactualizou. De facto, as comissões nomeadas não levaram a bom termo os seus trabalhos o que para o historiador é mais um argumento para constatar a singularidade no modo de funcionamento e actuação das diversas comunidades numa área como a história da farmácia e da medicina em que se impõe o estudo comparado.

Neste trabalho apenas queremos referir a descendência da *Pharmacopea Lusitana*, desde 1704 até hoje.²⁵ Assim, em 1704 foi publicada a *Pharmacopea Lusitana*, da autoria de D. Caetano de Santo António (novas edições em 1711, 1725 e 1754, esta última póstuma). Em 1713 D. Caetano de Santo António



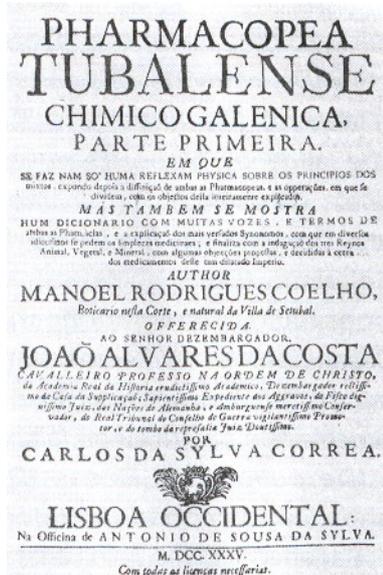
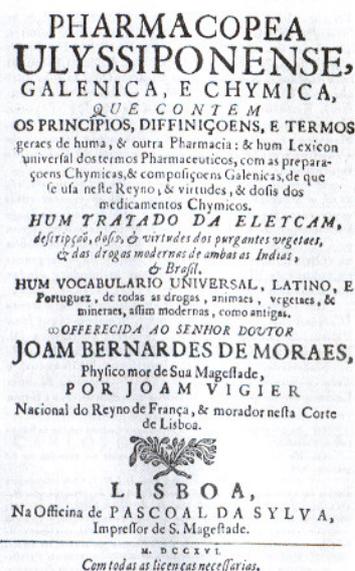
traduziu a *Pharmacopea Bateana*, de Jorge Bateo (nova edição em 1763).²⁶ Em 1716, foi publicada a *Pharmacopea Ulyssiponense*, de João Vigier.²⁷

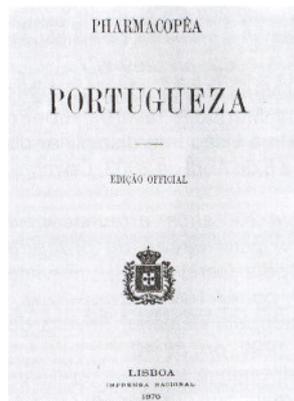
Em 1735, Manuel Rodrigues Coelho publicou a primeira edição da *Pharmacopea Tubalense*²⁸ (novas edições em 1751, 1760) a farmacopeia de maior circulação em Portugal no século XVIII.

Em 1766 veio a lume a *Pharmacopea Portuense*, de António Rodrigues Portugal²⁹ que traduziu a *Pharmacopea Meadiana*, de Ricardo Mead publicada em 1768³⁰. Em 1772 foi publicada a primeira parte da *Farmacopeia Dogmatica*³¹, do religioso Frei João de Jesus Maria (outra parte em 1777), que traduz, mais uma vez, a importância da farmácia conventual. Manuel Joaquim Rodrigues de Paiva, o principal divulgador de obras médicas, farmacêuticas, químicas, etc. em Portugal em finais do século XVIII, publicou em 1785 a primeira edição da *Farmacopéa Lisbonense* (nova edição em 1802)³². Em 1794 foi publicada a primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral*, da autoria de Francisco Tavares³³ (novas edições em 1822, 1823, 1824). Jacinto Costa publicou em 1819 a *Pharmacopea Naval e Castrense*³⁴. B.J.O.T. Cabral

publicou em 1833-34 a *Pharmacopea das Pharmacopeas nacionais e estrangeiras*³⁵. Em 1835, foi publicado o *Código Pharmaceutico Lusitano*, de Agostinho Albano da Silveira Pinto³⁶, a segunda farmacopeia oficial portuguesa (novas edições em: 1836, 1841, 1846, 1858, 1876, estas duas últimas edições póstumas feitas

José Pereira dos Reis). Em 1876 foi publicada a terceira farmacopeia oficial portuguesa, a





Pharmacoepia Portuguesa, edição oficial, que é a primeira farmacopeia da autoria de uma comissão oficial (Presidente: Bernardino António Gomes).³⁷

Em 1935 foi publicada a primeira edição da *Farmacopeia Portuguesa, edição oficial* a quarta farmacopeia oficial portuguesa, vulgarmente designada por FP IV, designação que

entrou na terminologia farmacêutica também para as farmacopeias futuras; é da autoria de uma comissão oficial (Presidente: Bernardino Álvaro Vicente de Pinho)³⁸ e teve nova edição em 1946 e um suplemento em 1961.

Em 1986 foi publicada a *Farmacopeia Portuguesa V*, a quinta farmacopeia oficial portuguesa. É da autoria de uma comissão oficial (Presidente: Barros Polónia e depois interinamente Luís Nogueira Prista) e foi a primeira farmacopeia portuguesa marcada fortemente pela *Farmacopeia Europeia*. Em 1997, foi publicada a sexta farmacopeia oficial portuguesa, a *Farmacopeia Portuguesa VI* da autoria de uma Comissão presidida por Rui Morgado; esta obra teve suplementos em 1998, 1999, 2000 e 2001. Em 2002 foi editada a *Farmacopeia Portuguesa VII*, a sétima farmacopeia oficial portuguesa. A autoria é de uma comissão oficial também presidida por Rui Morgado, sendo uma obra em dois volumes. Apresenta uma periodicidade trienal, sendo também editada em CD Rom. Tal como vinha acontecendo desde 1986, esta farmacopeia encontra-se em estreita articulação com a *Farmacopeia Europeia*.



Conclusão

A *Pharmacoepia Lusitana* (1704) é a primeira farmacopeia portuguesa redigida por um português e em língua portuguesa. A obra testemunha a importância da farmácia conventual. É essencialmente uma farmacopeia de orientação galénica que, a seu modo, organiza a produção medicamentosa, bem como o estudo dos boticários portugueses. Se colocarmos frente a frente a tradicional farmácia galénica com as novas orientações farmacêuticas provenientes da assimilação da medicação química e das drogas exóticas, em particular as drogas americanas, concluímos que a *Pharmacoepia Lusitana*, do ponto de vista científico, é tradicional e não propriamente inovadora.

A farmacopeia de 1704 é o parente directo mais longínquo (séc. XVIII) da actual farmacopeia oficial portuguesa que, hoje, de acordo com a farmacopeia europeia e não só, apresenta uma permanente acuidade científica tendo em vista a normalização da produção medicamentosa. O estudo das farmacopeias é um trabalho capital nos domínios da história da ciência em geral e da história da medicina e da farmácia em particular. Esta temática também nos mostra que apesar da ciência se afirmar como uma linguagem universal, nem por isso é alheia à história económico-social e político-científica de cada país, comunidade ou local.

Notas

1 O presente trabalho inscreve-se no projecto de investigação "História da Farmácia em Portugal (1900-1950) / HISTOFAR" em curso no Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da Universidade de Coimbra / CEIS20, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

2 Cf. Francisco Javier Puerto Sarmiento, *El mito de Panacea*, Madrid, Doce Calles, 1997, p. 324 e ss; Juan Esteve, *Historia de la Farmacia. Apuntes*, Barcelona, 1979/80, p. 252 e ss.

3 Cf. Francisco Javier Puerto Sarmiento, *El mito de Panacea*, ob. cit., p. 328.

4 Cf. a parte relacionada com o consumo de drogas e medicamentos no Hospital Escolar da Universidade de Coimbra entre 1772 e 1836 em João Rui Pita, *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva, 1996. Sobre o consumo da quina no Hospital Escolar veja-se, também, João Rui Pita, *A quina e outras drogas americanas na produção medicamentosa do Hospital da Universidade de Coimbra nos finais do século XVIII*. *Mare Liberum - Revista de História dos Mares*, 17, 1999, pp. 197-228.

* Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra; Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra / CEIS20. jrpita@ci.uc.pt

** Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra / CEIS20. aleop@ci.uc

5 Cf. J.P. Sousa Dias, *A "Água de Inglaterra" no Portugal das Luzes. Contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII, Lisboa, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica / Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 1986.*

6 Cf. João Rui Pita, *História da Farmácia*, 2ª ed., Coimbra, Minerva, 2000, p. 157 e ss.

7 Veja-se uma recente síntese biográfica de Lémery em Olivier Lafont, "Lémery (Nicolas)". In: Olivier Lafont, *Dictionnaire d'Histoire de la Pharmacie. Des origines à la fin du XIX siècle*, Paris, *Pharmathèmes*, 2003, pp. 243-244.

8 Veja-se uma síntese biográfica de Lémery em Olivier Lafont, "Charas (Moysse)". In: Olivier Lafont, *Dictionnaire d'Histoire de la Pharmacie. Des origines à la fin du XIX siècle*, Paris, *Pharmathèmes*, 2003, pp. 93-94.

9 Cf. Glenn Sonnedecker, "The founding period of the U.S. Pharmacopeia. I., European Antecedents", *Pharmacy in History*, 35(4)1993, pp. 151-162.

10 Cf. Ana Leonor Pereira; João Rui Pita, "Liturgia higienista no século XIX - pistas para um estudo", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 15, 1993, pp. 437-559.

11 Cf. J.P. Sousa Dias, *Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa setecentista*. Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 1991.

12 Cf. João Rui Pita, "Farmácia". In: *História da Universidade em Portugal - Capítulo V, O Saber: dos aspectos aos resultados* (Dir. Ferrer Correia, Luís A. de Oliveira Ramos, Joel Serrão e António de Oliveira), Vol. 1, Tomo II (1537-1771), Coimbra, Universidade de Coimbra/ Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 875-881.

13 João Curvo Semedo, *Polyanthea medicinal*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.

14 Veja-se J.P. Sousa ; João Rui Pita, "L'influence de la pharmacie et de la chimie française au Portugal au XVIII ème siècle: Nicolas Lémery", *Revue d'histoire de la pharmacie*, Paris, 300, 1994, pp. 84-90.

15 João Vigier, *Pharmacopea Ulyssiponense*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1716.

16 J.P. Sousa Dias, "João Vigier e a introdução da química farmacêutica em Portugal", *Medicamento, História e Sociedade*, 5, 1987, pp. 1-5.

17 Veja-se D. Caetano de Santo António, *Pharmacopea Lusitana*, Coimbra, Joam Antunes, 1704.

18 Cf. J. P. Sousa Dias; João Rui Pita, "A Botica de S. Vicente e a Farmácia nos mosteiros e conventos da Lisboa setecentista", In: *A Botica de São Vicente de Fora* (catálogo de exposição), Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 19-25.

19 Cf. Catálogos dos livros dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII existentes na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina de Coimbra, Coimbra, *B.C.FM.C.*, 1985.

20 Veja-se, também, a edição fac-simile editada em 2000, em Coimbra, pela Minerva, com organização e nota introdutória de João Rui Pita.

21 Cf. João Rui Pita, "A Pharmacopeia Lusitana de D. Caetano de Santo António ou quando se faz 'Divino o Remédio Humano'". In: *Pharmacopeia Lusitana*, Coimbra, Minerva, 2000, pp. IX-XXV (Reprodução fac-simile da primeira edição (1704) realizada a partir do exemplar existente na Biblioteca Central da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra). Veja-se,

também, os apontamentos de Maria Fernanda de Brito, "Ainda a Farmacopeia Lusitana de D. Caetano de Santo António", *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*, 10, 1996, pp. 56-57; Maria Celina Parente, "Farmacopeia Lusitana: privilégios", *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*, 25, 1998, 46-47.

22 Vejam-se todas estas definições em D. Caetano de Santo António, *Pharmacopea Lusitana*, ob. cit., p. 5 e ss.

23 Veja-se J. P. Sousa Dias, "De Pombal ao Estado Novo: a Farmacopeia Portuguesa e a História (1772-1935)", *Medicamento, História e sociedade. Nova série*, 6, 1995, pp. 1-8; A. Correia Alves; F. Carvalho Guerra, "Breve notícia histórica sobre as Farmacopeias Portuguesas até ao Século XIX". In *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal. I Colóquio - até ao século XX*. Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1985. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. 2. 1986. p. 815-834; Rafael Folch y Andreu, "As farmacopeias portuguesas", *Notícias Farmacêuticas*, 10(3-4)1943/44, pp. 201-253; Jorge Gama, "Pequena notícia histórica sobre a origem da farmacopeia portuguesa", *Anais Azevedos*, 5(5)1953, pp. 259-267.

24 Cf. João Rui Pita, "Ciências médico-farmacêuticas e normalização social". In: Maria Manuela Tavares Ribeiro (Coord.) - Portugal - Brasil. Uma visão interdisciplinar do Século XX. Actas do Colóquio, 2 a 5 de Abril de 2003, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 405-436.

25 Cf. João Rui Pita, "Um livro com 200 anos: a farmacopeia portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: *Pharmacopeia Geral* (1794)", *Revista de História das Ideias*, 20, 1999, pp. 47-100.

26 Cf. Maria Celina Parente, *Farmacopeia Bateana, Revista da Ordem dos Farmacêuticos*, 27, 1999, pp. 38-40.

27 João Vigier, *Pharmacopea Ulyssiponense*, ob.cit..

28 Manuel Rodrigues Coelho, *Pharmacopea Tubalense*, Lisboa, Of. António de Sousa da Silva, 1735.

29 António Rodrigues Portugal, *Pharmacopea Portuense*, Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1766. Veja-se: Luís de Pina, "No segundo centenário da primeira farmacopeia portuense de António Rodrigues Portugal (1776-1966)", *O Médico*, Nova série, 45(840)1967, pp. 465-478.

30 Ricardo Mead, *Pharmacopea Meadiana*, Porto, Officina de Francisco Mendes Lima, 1768 (traduzida, acrescentada e emendada por António Rodrigues Portugal).

31 João de Jesus Maria, *Pharmacopea dogmatica medico-chimica, e theorico-pratica*, Porto, Officina de António Álvares Ribeiro Guimar, 1772.

32 Manuel Joaquim Henriques de Paiva, *Farmacopéa Lisbonense*, Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785; *Farmacopéa Lisbonense*, Lisboa, Officina Patriarcal de João Procopio Correa da Silva, 1802. Recorde-se que Manuel Joaquim Henriques de Paiva traduziu e fez aditamentos na *Pharmacopoeis Collegii Regalis Medicorum Londinensis*, Olisipone, Ex Typograf. Regalis Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1791.

33 *Pharmacopeia Geral para o reino, e dominios de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Regia Officina Typografica, 1794.

Embora não esteja assinada a obra é da autoria de Francisco Tavares. Sobre esta farmacopeia, veja-se: o estudo realizado por João Rui Pita em *Farmácia, Medicina e saúde Pública em Portugal (1772-1836)*, Coimbra, Minerva, 1996, pp. 169-258. Do mesmo autor, "Plantas medicinais da primeira farmacopeia oficial portuguesa (Farmacopeia Geral, 1794)", *Munda*, 30, 1995, pp. 57-68; Ana Luísa Janeira e Ana Maria Carneiro, "Quando uma rainha regulamenta o bem-estar dos seus fiéis vassallos", *Prelo*, 6, 1985, pp. 95-103.

34 Jacinto Costa, *Pharmacopea Naval e Castrense*, 2

vols., Lisboa, Impressão Regia, 1819.

35 B.J.O.T Cabral, *Pharmacopea das Pharmacopeas nacionaes e estrangeiras*, 2 vols., Lisboa, Impressão Regia, 1833-1844.

36 Agostinho Albano da Silveira Pinto, *Codigo Pharmaceutico Lusitano*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835.

37 *Pharmacopea Portugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876.

38 *Farmacopeia Portuguesa*. Edição Oficial, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1935.

EVOCAÇÃO/MEMÓRIA DE ALGUNS MÉDICOS NOTÁVEIS DA BEIRA INTERIOR - CONCELHO DO FUNDÃO (IV)

Joaquim Candeias da Silva*

O Dr. D. Fernando de Almeida (pai) (1873-1942)

[No ano em que se celebram os 500 anos da Fundação do Estado Português da Índia, que teve por protagonista um antepassado da família]



D. Fernando de Almeida, acabado de se formar

Introdução

No estudo dedicado, no anterior número destes *Cadernos*, ao Prof. Doutor D. Fernando de Almeida (1903-1979), por ocasião do centenário do seu

nascimento, tive já oportunidade de aflorar alguns aspectos relativos ao seu ilustre progenitor, outro D. Fernando de Almeida. Creio, porém, que foi pouca evocação para quem tão arreigada memória deixou na área fundanense. Pelo que entendi por bem dedicar-lhe esta evocação individualizada, ou complementar, ainda que breve.

Com efeito, ambos foram grandes profissionais do mesmo ofício. Mas, se é verdade que o filho se projectou mais ao nível científico investigativo, nacional e internacional, não é menos verdade que no plano da actuação regional, enquanto médico do (e no) concelho do Fundão, foi o pai que mais se notabilizou e popularizou.

Por outras palavras, D. Fernando (pai) abriu caminhos, na prática da Medicina e neste Interior da Beira; e o filho, como bom aprendiz, ...foi seu prolongamento.

As raízes

D. Fernando António de Almeida e Silva de Saldanha veio ao mundo em Coimbra a 17.11.1873, conforme nos esclarece o seu registo de Baptismo (fl. 1 v. do respectivo Liv. da freg.^a de S. Cristóvão):

*«Aos cinco dias do mês de Janeiro do anno de mil oitocentos setenta e quatro, nesta igreja da Sé Velha, parochial da freguesia de São Christovam, da cidade, bispado e concelho de Coimbra, eu Manuel da Cruz Pereira Coutinho, prior da dita freguesia, li os exorcismos e orações e pratiquei todas as cerimoniaes prescriptas para o baptismo solemne a uma creança do sexo masculino que tinha por mim baptizado, digo que tinha por mim já baptizado particularmente por necessidade, a que dei o nome de **Fernando**, nascido a desasete dias de Novembro ultimo, pelas sete horas da noite, filho legitimo, primeiro do nome, de Dom Antonio do Santissimo Sacramento Thomaz d'Almeida, Doutor na Faculdade de Direito pela*

Universidade de Coimbra, e de Dona Maria Rachel Ernesto de Carvalho e Rego, naturaes elle da freguesia de Santos, de Campo Grande, no Patriarchado (Lisboa), e ella da de Penajoia, no bispado de Lamego, casados n'esta minha freguesia e della parochianos, moradores no Bairro d'Alegria, neto paterno de Dom Fernando Antonio d'Almeida e de Dona Francisca de Paula Saldanha e Oliveira, naturaes esta da freguesia de São José e aquelle da da Ajuda, cidade de Lisboa, e materno de José Maria de Carvalho e Rego e de Dona Maria José (Coutinho) de Carvalho e Rego, naturaes da dita freguesia de Penajoia, bispado de Lamego. Foram padrinhos Dom João Francisco de Paula d'Almeida e sua mulher Dona Maria Francisca de Vasconcellos, proprietários que reconheço pelos proprios. De cujo baptismo lavrei este assento em duplicado, que depois de lido e conferido na presença dos padrinhos vai por elles e por mim assinado. Declaro que invocaram para madrinha Nossa da Nazareth, como prenda da qual tocou a dita Dona Maria Francisca de Vasconcellos. A Dona Maria de Vasconcellos d'Almeida, Dom João Francisco de Paula d'Almeida Junior. O prior, Manuel da Cruz Pereira Coutinho.



Rua e Bairro da Alegria (Coimbra), onde nasceu D. Fernando de Almeida

Nasceu, por conseguinte, numa zona aprazível da *Lusa Atenas*, cidade universitária por excelência, à Rua da Alegria (que fica próxima do Parque-explanada, ao fundo da velha Couraça de Lisboa, quase a escorregar para o Mondego), e foi baptizado na histórica Sé Velha, por sinal na belíssima pia de água benta da mesma catedral, que seu familiar antepassado D. Jorge de Almeida, bispo-conde de Coimbra e porventura o prelado mais ilustre de sempre dessa diocese, mandara edificar...

Seu pai, D. António de Almeida (1822-1900), fora "conde pontifício" (título concedido pelo Vaticano), cavaleiro da Ordem de Malta, e doutorara-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 30.5.1852. Conforme escrevi no último artigo desta série, corria-lhe nas

veias o sangue de muitas figuras e famílias gradas da História de Portugal: primeiramente dos Almeidas, de entre os quais se elevaram alto os 1.ºs condes de Abrantes (seus 11.ºs avós), os filhos destes, D. Diogo Fernandes de Almeida (em quem se prolongou a geração) e **D. Francisco de Almeida (1.º vice-rei que foi da Índia - e de Portugal - em 1505 - faz agora exactamente 500 anos!)**; mas também dos condes de Avintes, de Oliveira dos Arcos e da Baía; dos Saldanhas, condes de Rio Maior (donde proveio o marechal duque de Saldanha, tio materno do dito D. António); dos Carvalho e Melo, condes de Oeiras e marqueses de Pombal (o grande Sebastião José vinha a ser bisavô do mesmo D. António). Publicou diversas obras, em especial sobre a instituição vincular.

Os estudos fê-los, naturalmente, em Coimbra, onde os progenitores se haviam fixado e o pai era "Capelo". Frequentando as aulas com normalidade, conseguiu o grau de bacharel em 18.6.1898 na Faculdade de Medicina, com distinção e louvor («*laudabiliter et honorifice*»); e, tendo continuado mais um ano de frequência, ouvindo as lições de Prática Médica e Cirúrgica da praxe, conforme os Novos Estatutos da Universidade, habilitou-se ao Exame da Formatura. Veio a concluí-lo a 29.7.1899, como diz o diploma, que acrescenta: «no qual praticou o curativo de diferentes doenças em o Hospital da mesma Universidade perante todos os Professores da Faculdade; e deliberando estes em congregação sobre o seu merecimento, distribuídos e regulados os votos, foi aprovado *Nemine Discrepante*, como consta do Assento que disso se fez» (Ver documentos em anexo).



Enfim, embora muito resumidamente, foi este o seio familiar e escolar, de onde lhe adveio a formação social e académica, as bases para a vida activa. É que estas, como quase sempre acontece, alguma influência decisiva exercem sobre o futuro dos individuos, moldando-lhes o carácter, despertando interesses e rasgando horizontes.

A vinda para o Fundão

Ultrapassada a formatura, concorre de imediato a um lugar de partido médico do Concelho do Fundão (não sabemos se concorreu a outros). O processo revestir-se-ia de alguma complexidade, pois se desencadeou em circunstâncias algo atribuladas...

No Verão de 1899 estalara um conflito entre a Câmara e um dos médicos do partido municipal, o Dr. Pedro Campos Pais do Amaral, por alegadas irregularidades cometidas por este, um caso que subiria aos tribunais e daria grande brado na imprensa local, bem como na praça pública. Pouco depois, um surto de peste bubónica assolava o Porto; e a Câmara fundanense, num gesto solidário e também preventivo para o concelho, fez deslocar para lá um dos seus facultativos, o conceituado Dr. José Pedro Dias Chorão. A sua substituição (pelo Dr. Joaquim Maia Aguiar) foi prontamente accionada. Todavia, parecia óbvio que o Fundão não ficava bem guarnecido em matéria sanitária. Então, a 19.10.1899, em sessão ordinária, a Câmara pelo seu presidente, apresentou um "Projecto de Regulamento e condições para o provimento de um novo partido médico no concelho do Fundão". Pelo seu artigo primeiro, o titular deveria ter residência na vila; e a área deveria abranger, além do Fundão-sede, as freguesias de Valverde, Donas, Alcaide, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Telhado e Alcaria.

Entretanto, o processo disciplinar instaurado ao clínico Pedro Campos ia conhecendo novos desenvolvimentos: a 30 de Novembro era este suspenso pelo administrador municipal, Dr. Joaquim Paulo Nunes, e pouco depois demitido. (O tribunal, após auditoria, havia de decidir mais tarde a sua readmissão...). E foi neste contexto pouco edificante, de polémica e de incerteza, que em Março de 1900 a Câmara, vendo em risco a saúde pública e visando os superiores interesses do concelho, deliberou abrir concurso para novo partido médico municipal. O resultado seria apurado e desvendado na sessão de 19 de Abril seguinte, conforme nos dá conta a Acta respectiva (liv. 30, fl. 156):

«Deliberações sobre vários assuntos:

Tendo o senhor administrador do concelho feito sentir á camara a falta de medicos ao seu serviço na séde do concelho, agora que os soccorros aos doentes pobres estão sendo reclamados tão frequentemente, em razão da epidemia da "influenza", pelo senhor presidente foi proposta a nomeação interina, para o partido recentemente creado n'esta villa e a respeito do qual está aberto concurso, d'algum dos medicos que já tinham requerido; e como a proposta fosse aceita, procedeu em seguida a camara á votação por escrutínio secreto para a

nomeação referida, verificando-se ter sido nomeado por unanimidade o concorrente ao referido partido, D. Fernando d'Almeida, bacharel formado em Medecina pela universidade de Coimbra.

Determinou-se que d'esta deliberação se dê conhecimento ao nomeado, para os devidos efeitos.

Estava traçado o destino do jovem médico... Podemos então perguntar: porquê este salto da Cidade dos Doutores para uma vila pacata do Interior, onde não tinha antecedentes conhecidos nem família?



Casa do Adro (Fundão), onde residiu e tinha o consultório

Ao certo não sabemos, mas é muito provável que tenham pesado nessa decisão algumas influências pessoais, que não apenas o acaso e as arbitrariedades de um concurso; e uma delas poderá relacionar-se com o seu condiscípulo e amigo **Egas Moniz**, que estudara vários anos no Colégio de S. Fiel e conhecia bem a região fundanense, em particular um médico notável do Fundão, o Dr. Dias Chorão, também médico de S. Fiel (dedicar-lhe-emos o nosso próximo artigo de *Evocação / memória*). De mais a mais, Egas e Fernando eram do mesmo ano, concluíram a licenciatura pela mesma data e pouco depois selariam a amizade como compadres - [António Caetano (Egas Moniz) seria o padrinho de baptismo do primeiro e único filho de D. Fernando]. Pelo que é possível o Dr. Egas Moniz, que ficou por Coimbra como professor na Faculdade de Medicina, ter-lhe recomendado a vinda para as faldas da Gardunha. E a hipótese ganha ainda mais consistência ao verificarmos que Fernando de Almeida ficaria ele próprio também por médico do mesmo Colégio por vários anos...

Entretanto, passados alguns dias, a 8.5.1900, morre-lhe o pai, o que mais o terá desprendido das raízes. Fixar-se-ia, então e de vez, no Fundão. A sua residência e consultório é numa casa do Adro, hoje Rua da Misericórdia, n.º 15. E, já enamorado da terra, como que para cimentar os laços à região, em breve se enamora também de uma beiroa e se decide a dar o nó. Foi a 27.8.1902, na matriz de S. Pedro do Alcaide. A eleita era uma prendada donzela

pertencente a uma das famílias mais distintas da região - os Figueiredo Falcão Frazão Castelo Branco - com ramificações pelas melhores Casas da Beira Baixa: D. Maria do Carmo de Figueiredo Falcão (1877-1933), irmã do 1.º Visconde do Alcaide (Alberto Carlos da Costa Falcão, 1877-1933), natural da mesma freguesia, filha de João Carlos da Costa Falcão, natural do Teixoso e bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, e de sua prima D. Maria Delfina de Figueiredo Frazão Castelo Branco, do Alcaide.

Quanto à sobredita casa do Fundão, hoje tristemente abandonada e em acentuada degradação, tinha ela também já uma longa história, conforme é geralmente reconhecido e dei breve conta no último artigo: seria uma construção dos finais do século XVII / começos do XVIII, na sequência da contígua capela dedicada a S. Miguel, encomendada em testamento pelo Prior Dr. Miguel de Oliveira da Cunha (t 13.7.1686). Por esta solarenga mansão, armoriada (com as armas do prior), dizem ter passado entretanto famílias ilustres, como a dos Brito Homem. Mas D. Fernando não deixava de frequentar também uma outra casa, também já com alguma história, que era a da família da mulher, no Alcaide, o palacete Falcão, à Rua do Espírito Santo...

Por aqui trabalhou e viveu, pois, até para além da aposentação. Veio a falecer em Lisboa, a 25.8.1942, vítima de cancro. Os seus restos mortais seriam mais tarde trasladados para o cemitério velho ou de S. Francisco, do Alcaide, terra natal de sua esposa, juntamente com os de seu filho, num certo dia de Maio de 1979.

Notável actividade profissional, e não só

Do que foi a sua actividade profissional de quase quatro décadas, o seu dia-a-dia, ficaram os testemunhos dos seus inúmeros clientes, alguns dos quais - já raros - ainda hoje o recordam com saudade. Ficaram dele também muitas referências nos jornais locais / regionais, sempre atentos aos seus movimentos ou a incidentes clínico-sociais que requeriam a sua mediação. Num breve bosquejo de intervenções suas, na sua maioria em colaboração com o seu colega e amigo Dr. Dias Chorão, respigamos um pouco ao acaso das crónicas:

- 1907.11.4 - Opera um notável de Proença-a-Velha, com fracturas várias, vítima de um aparatoso acidente do automóvel em que seguia, colhido pelo comboio numa passagem de nível à entrada do Fundão;

- 1908.11.25 - Amputa o braço de um lavrador, António Joaquim Lambelho, colhido pela roda de um carro de bois, num desastre em Alpedrinha; e quatro dias depois autopsia um cadáver na Orca (Francisco Vinagre), vítima de assassinato;

- 1911 - Amputa a mão de um rapaz de Vale de Prazeres, vítima do rebentamento de uma bomba na

noite de S. João; em Novembro, socorre um funcionário do fisco concelhio agredido gravemente em Alcaria;

- 1912, Agosto - Cose a pontos a barriga de um rapaz de Aldeia Nova do Cabo, Joaquim Marcos, rasgada com um podão numa rixa; em Dezembro, trata um alfaiate do Fundão que fracturara uma perna;

- 1913.7.20 - Opera um jovem do Alcaide, a quem a deflagração de uma bomba decepara uma das mãos;

- 1914, Setembro - Acode a um sujeito que partira um braço e coloca aparelho a outro gravemente atingido por uma bala¹.

No tocante a trabalhos científicos (de produção escrita na área da Medicina), não consegui identificar-lhe muitos, talvez porque a pesquisa não tenha sido aturada. Não lhe encontrei tese de formatura (o que não era obrigatório); mas, em contrapartida, pude apurar que logo em 1907 integra o corpo redactorial da *Brotéria*, figurando na ficha técnica como colaborador efectivo, ao lado do seu colega de partido e amigo Dr. José Pedro Dias Chorão, mais velho e já de enorme reputação, e de outros vultos da cultura, nacionais e estrangeiros. De entre os trabalhos publicados nessa revista, saliente-se o longo e interessante artigo «O pão sob o ponto de vista higiénico» (*Brotéria*, Série III, vol. VII, 1908, pp. 9-39). Mas outros pequenos trabalhos seus foram saindo, em periódicos especializados, ou jornais e revistas da região...

Marcante foi também o seu exemplo permanente de membro activo da sua "polis", de esposo e pai e avô, de administrador da sua casa e propriedades (conforme já no artigo anterior tive oportunidade de anotar de forma abreviada e algo anedótica, mas elucidativa), enfim de cidadão de corpo inteiro, como no-lo pintam alguns dos depoimentos recolhidos. Particularmente relevante parece ter sido a sua intervenção na vida política concelhia, sobretudo após a implantação da República. Já antes, a 16.10.1908, subscrevera um "manifesto para a defesa dos interesses do Fundão" e integrara, com os Drs. Adelino Gamboa, Dias Chorão, Teodoro Mesquita, e outros, uma Comissão, a que chamaram "de Influentes", preconizando mudanças a vários níveis... Caída a Monarquia, logo na cerimónia de posse da nova Câmara (designada por Comissão Municipal Republicana Administrativa), a 17.10.1910, ele emerge de entre o público presente, pede a palavra, sobe a uma cadeira e levanta um entusiástico improvisado, explicando o seu apoio não só ao novo regímen como aos novos membros designados, entre os quais figurava como Presidente o seu colega Dr. Guilhermino da Cunha Vaz. Pouco depois, é eleito presidente da Comissão Republicana Municipal do Fundão, e nessa qualidade se desdobra em comícios de propaganda por todo o concelho (Alcaria, Aldeia de Joanes, Souto da Casa, Fundão...), discursando entusiasticamente e sempre muito aplaudido.

Porém, com a evolução dos acontecimentos, parece esfriar um pouco, não comungando do radicalismo dominante. Em Março de 1913, perante a cisão do antigo PRP (Partido Republicano Português), filia-se no Partido Unionista, liderado por Brito Camacho (também médico). De Castelo Branco logo aplaude o gesto o jornal "A União", salientando que a República «já devia alguma coisa» ao médico fundanense. E prosseguia, depois de uma caterva de elogiosas referências: «Tivemos bastantes vezes ocasião de apreciar a sua grande dedicação pela República, quer quando vinha a esta cidade como representante do seu concelho, quer quando vinha como procurador das freguesias chamar a atenção do Governo para as suas necessidades, por intermédio do primeiro Governador Civil da República. Muito tem a esperar o Partido Unionista do esforço e dedicação deste valioso correligionário.»

«Merecia um monumento no alto da Gardunha...»

Deixou, assim, memória de uma pessoa dotada de muitas e boas qualidades, afável e bem-humorado, culto, generoso para com os desprotegidos e, para a



D. Fernando de Almeida

época, bastante avançado em múltiplos aspectos; também com algumas pequenas "excentricidades", que o ajudavam a individualizar-se, a ser ele. Pessoas que o conheceram bem dizem-no pessoa "charmosa" e habitualmente bem disposta; amante da música,

da dança e da poesia (havia recitais em sua casa, ao piano, que sua esposa tocava bem e encantava com uma excelente voz); além do Dom no nome, possuía dom de palavra, era cativante nos discursos e um conciliador nato, conquanto às vezes (e talvez por isso mesmo) se alongasse... «É incontestavelmente o principal orador do nosso meio, de palavra fácil e eloquente; fala de Napoleão e da sua obra, de Pasteur e seus trabalhos de sábio...» - cronicava o sisudo Belarmino Barata (1.12.1912). Diziam-no também um "João Semana", com muita clientela (nem sempre pagante, porque os mais pobres... pagavam a Deus); exigente na higiene (p. ex.: se o cliente exalava maus cheiros, não raro lhe receitava um sabonete, para ir dar uma volta ou regressar no dia seguinte...); inovador (p. ex.: com o seu gosto pelo ar livre, os passeios a pé pela serra e em cabelo); actualizado cientificamente.

Em síntese: um bom médico, cidadão exemplar.

Por tudo o que fica dito, a finalizar e para que não fiquemos por generalidades, vale a pena passarmos em revista alguns **testemunhos**, sentidos e com sentido, de algumas personalidades de vários tempos ou quadrantes:

1. De A.J. Salvado Mota, cliente:

- «O meu médico assistente até ao dia 7 de Novembro (1918?) foi só o Dr. D. Fernando de Almeida, único que não teve medo da pneumónica e foi quem valeu aos numerosos doentes de todo o concelho (Fundão); se muitos morreram, muitos mais teriam morrido se não fosse ele; foi um valente e grande benemérito, e merecia um monumento no alto da Gardunha» (*Monografia de Alpedrinha*, reedição 2004, p. XV).

2. De um jornalista (António Paulouro):

- «Recordo o privilégio que foi conhecê-los [*pai e filho*], ao velho médico cuja morte inesperada [1942], de doença aparentemente sem importância, tanto emocionou o Fundão (...). Dois homens notáveis, de invulgares merecimentos que este breve apontamento mal esboça. D. Fernando de Almeida, pai, distinguia-se por uma viva inteligência, pela conversação a um tempo amena e brilhante. Está por fazer a História do Fundão na primeira metade do século, do escol que falava de Beethoven e Herculano como hoje [1979] se fala do Herculano do "Astro" [*protagonista de uma telenovela brasileira de enorme sucesso, então a correr na TV de canal único*] ou das vedetas da bola. (...)

Dessa geração apenas conheci D. Fernando. Na sala que dava para o Adro e para a rua, na pequena mesa redonda, vivi algumas tardes de deslumbramento. - "Olha, rapaz, conviver é preciso, é uma obrigação moral e é, sobretudo, bom. Mas os livros... Sem os livros, que seria de nós?"

Já a década de Trinta ia nos finais, D. Fernando, ainda vigoroso e combativo, atrevera-se a analisar as medidas financeiras do ditador [Salazar]. Era contra a compressão de despesas e os ilimitados sacrifícios sem se apontarem medidas de desenvolvimento que gerassem e distribuíssem riqueza. Durante a sessão, na Câmara, assistida pelos regedores, membros das juntas de freguesia e outros que iam de peito feito para aplaudir o génio de Santa Comba, se interrompeu a serena e lógica série de perguntas. D. Fernando saiu, amargurado por não poder exercer os seus direitos de cidadão. Previra os perigos do poder incontrolado. O tempo viria a dar-lhe razão.

Viúvo de uma senhora que deixou uma viva lembrança de bondade e simpatia [*D. Maria do Carmo falecera em 1933*], com o único filho em Lisboa, continuava uma existência activa, de observação e estudo. Desafiava os costumes que lhe pareciam errados, as coisas inúteis. No tempo em que o uso do chapéu era uma obrigação social (...), D. Fernando ia por esses caminhos da Serra, sol a pino, de cabeça descoberta. Um pasmo, de que se falava...

E outras excentricidades. Por exemplo, exaltava os méritos da educação física, do banho diário, da fruta crua, da vida ao ar livre. Rumo ao Alcambar ou à Senhora da Luz, D. Fernando conhecia as árvores mais belas, as gentes mais desafortunadas, as mais claras manhãs. Amava esta terra em cada curva do caminho, em cada tonalidade do arvoredo, em cada pessoa com quem franciscaneamente conversava.

Nos olhos azuis-claro que nos encaravam de frente lia-se a fraternidade. Sempre disposto a ouvir, sempre disposto à conversa que era, para todos nós, um rio de novidades úteis, uma agradável maneira de descobrir o mundo (...) Dois homens [*pai e filho*] que, cada um a seu modo, exaltaram e serviram esta terra. E que, sem cuidarem de ser ilustres, verdadeiramente

o foram». (*Jornal do Fundão*, de 1.6.1979, p. 5).

3. De João Mendes Rosa, historiador:

- «(...) foi uma das mais gradas figuras do Fundão do seu tempo. Publicou inúmeros trabalhos científicos e destacou-se pela sua entrega abnegada aos mais carenciados» *História Cronológica do Fundão*, 2005, p. 142).

4. De seu neto, D. Lourenço de Almeida:

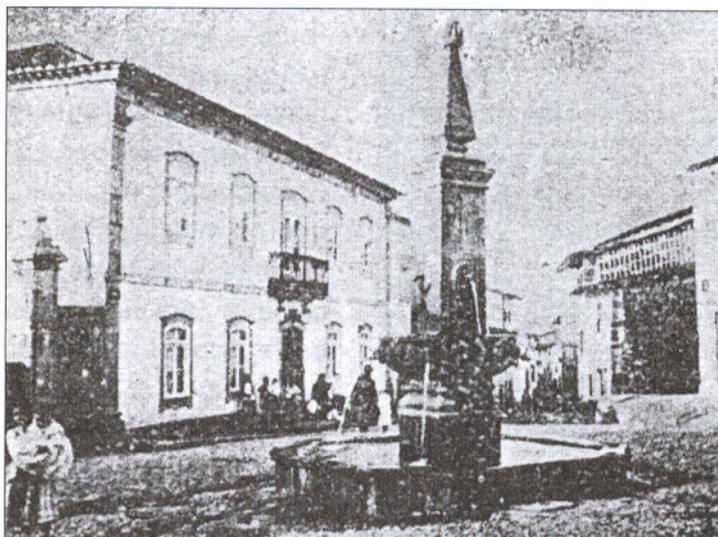
- «Foi o único Avô que conheci, embora eu fosse pequeno quando morreu (tinha seis anos apenas). Guardo a lembrança de um Patriarca belo, vigoroso, forte e sereno. Inspirava-me amor e respeito. Uma vez terei feito alguma traquinice e, - é a única coisa concreta que recordo -, o Avô disse-me: "Se o neto fosse meu filho, dava-lhe uma nalgada. Mas, como é meu neto, digo-lhe só que o Avô ficou muito triste com o que fez".

Atirei-me ao pescoço dele, com duas lágrimas furtivas ao canto do olho. E foi remédio santo... De outra vez, ouvi um senhor de idade fazer-lhe, talvez, o mais belo elogio que ouvi fazer a alguém: - "Ao senhor D. Fernando todos tinham respeito; nenhum tinha medo!". (Depoimento pessoal, 2005).

* *Professor, Doutor em Letras (História)*

Notas

1 Do semanário fundanense *Horas de Ócio*, dir. de Belarmino Barata.



Fundão - Chafariz das 8 bicas (principio séc. XX).

RELIGIOSIDADE E CRENÇAS NOS SERRANOS DA GARDUNHA CUIDADOS COM O CORPO, NOS SÉCULOS XIX e XX

Albano Mendes de Matos*



Serra da Gardunha

Muitos aspectos da Cultura Tradicional, dita popular, imbricada com uma forte religiosidade, transmitem-se ou transmitiam-se, normalmente, por via oral, de geração para geração. Manifestações culturais que permaneciam, ao longo dos séculos, como memória social, que as comunidades rurais respeitavam. As aberturas dessas comunidades ao exterior eram raras. As estruturas mentais conservavam-se praticamente inalteráveis.

As crenças e as superstições reproduziam-se normalmente no campo do transcendente, do misterioso, do mágico popular¹. No entanto, muitas dessas manifestações de cultura, vindas de civilizações arcaicas, eram importantes, quer para o controlo social, quer para preservação da saúde, procurando a integridade do corpo.

O conhecimento empírico e as práticas mágicas sobrepunham-se à racionalidade. A maior parte das doenças era atribuída a entidades sobrenaturais. As próprias doenças eram tidas como castigos das divindades. Acreditava-se que algumas eram provocadas por pessoas, dotadas de poderes maléficos. Violação de tabus também era tida como fonte de doenças ou desmandos corporais.

Para protecção ou combate às doenças, procedia-se a certas práticas dirigidas a seres profanos ou sagrados. Práticas que eram assimiladas na enculturação e na socialização das pessoas, fortemente interiorizadas por mentalidades fechadas no imaginário rural, perpetuadas pela oralidade e pela resistência à mudança, porque fortemente embrenha-

das nas teias da magia, da ignorância e do analfabetismo. Práticas e comportamentos que se prolongaram numa longa duração e que se projectaram, nas memórias sociais do quotidiano rural, como vertentes de um património cultural histórico.

Para as curas de doenças ou protecção do corpo, como ritos de momentos difíceis ou críticos², as rezas e os movimentos gestuais funcionavam e funcionam, porque, fruto das *mentalidades mágicas*, algumas ainda são actuais, como mensagens dirigidas a entes sobrenaturais, numa imbricação de atitudes próprias da religião pagã com aspectos da religiosidade cristã. Porque o homem rural, segundo uma *visão do mundo camponesa*, ainda tem uma ideia mágica da Natureza, em que o bem e o mal estão sempre presentes, em luta, ligados às circunstâncias da vida.

Indicam-se alguns exemplos de crenças e de práticas, que visavam a integridade do corpo, nas gentes da Gardunha, algumas ainda com actualidade.

Para tirar doenças ou males provocados por Mau-Olhado

Mau-olhado, segundo a crença, é um mal provocado numa pessoa, mais nas crianças, por alguém que lhe lança um olhar contaminante.

Por exemplo, no Alcaide, onde existem algumas mulheres, para além das bruxas³, que cultivam a crença e ainda exercem a prática, as anomalias corporais, julgadas provocadas por mau-olhado, tiram-se ou curam-se do seguinte modo:

Sobre água contida num prato, a pessoa que pratica o ritual deita três gotas ou pingos de azeite. Se cada pingo de azeite não se dividir ou não se espalhar, o corpo não tem qualquer mal provocado por mau-olhado. Se as gotas se dividirem, espalhando-se o azeite na água, então, sim, há doença provocada por mau-olhado de alguém que quis fazer o mal.

O azeite espalhado, a gota dividida, simboliza o caos, a desordem, o enfeitiçamento, a doença. A gota de azeite íntegra, sem divisão, simboliza a ordem, a harmonia, a ausência de mal.

Se o pingo se subdividiu, é sinal de que existe a força de alguém a provocar mal. É necessário cortar essa força maligna. Então, o agente que procede a essa prática persigna-se e diz o Credo, em cruz, ou seja, fazendo cruces, continuamente, com a mão sobre o prato, dizendo depois o nome da pessoa doente. Em seguida, recita ou reza uma das seguintes orações ou as duas, sempre fazendo cruces sobre o prato, com a água e o azeite espalhado, até que, ao deitar novas gotas de azeite, as gotas não se espalhem, o que pode ser momentâneo ou durar alguns dias.

Em certos casos, a prática faz-se durante nove dias.

1ª Oração:

*As pessoas da Santíssima
Trindade são três,
Elas querem, elas podem,
Quem tem mal para lá torna.
Quem te cria,
Quem te criou,
Rebentados tenha os olhos
Quem a ti mal olhou.*

2ª Oração:

*Entrego-te a Jesus vivo,
Que te livre de todo o perigo,
Entrego-te a Jesus morto,
Que ele te livre de mau encontro
E entrego-te a Jesus crucificado,
Que te livre da tentação do pecado.
Se te fizeram o mal pela cabeça,
Que te saia pela cabeça,
Se te fizeram o mal pelos ouvidos,
Que saia pelos ouvidos,
Se foi pelo coração,
Que saia pelo coração
E se foi pelas pernas
Que saia pelas pernas.*

Rezas Fortes

No caso das práticas e rezas descritas não surtirem efeito, reza-se a seguinte oração, dita forte, fazendo as cruces sobre o prato não com a mão, mas com uma faca, com o gume voltado para a água:

3ª Oração:

*Eu te corto e recorto,
o inimigo, baptizado e por baptizar,
para que todo o mal
que esteja neste prato se afastar.
Ferro na boca, cadeado nas costas,
fica-te bruxa com aquilo que me botas.
Antes que Nosso Senhor Jesus Cristo
te visse a ti, viu-me a mim primeiro,
que todo o mal me desejares
te servir de corte a ti.*

Para tirar Mal de Inveja, Mal por Pragas Rogadas e Encantamentos

Um exemplo de cura mágico-religiosa, contra pragas e invejas, consiste em ir à Missa a três igrejas diferentes e, à hora da Consagração, rezar a oração:

*À casa de Deus eu venho rezar,
para todos os males de pragas e invejas,
que me fizeram, ou que fizeram a - o nome
da pessoa - afastar,-]
que estas almas não são tuas,
rogando a Deus e ao Santíssimo
Sacramento,
para que todo o mal saia para fora
e o bem entre para dentro.*

Entre diversas consultas a bruxos, realizadas nos finais do século XX, registadas durante a pesquisa, indicam-se duas:

Uma menina, de três anos de idade, do Alcaide, não comia o suficiente e começou a emagrecer. A mãe foi aconselhada a ir a um bruxo ou a uma bruxa, porque a criança deveria trazer um mal que alguém lhe fez, por praga rogada ou *mal de inveja*.

Consultado um bruxo, este, mediante o que lhe contaram, ditou a terapêutica:

A criança deveria trazer, junto do corpo, pelo menos durante quinze dias, uma cabeça de víbora seca (que vendeu à mãe da doente, por cinco mil escudos). A mãe da criança deveria assistir a três missas, no mesmo dia e em igrejas diferentes, devendo, no momento da elevação da Hóstia, rezar a seguinte oração:

*À casa de Deus eu venho rezar,
para que todos os males de pragas e
invejas,
que rogaram à minha filha,
se afastem de mim e dela,
para que as nossas almas estejam em
paz.
Rogai, por nós!*

No fim de uma semana, a criança continuava na mesma. A mãe telefonou para o bruxo e este respondeu-lhe que ainda não havia tempo para o mal sair da criança, porque era muito forte, sendo necessários quinze dias, como tinha dito. Passados os quinze dias, a criança estava boa. O bruxo tirara-lhe o *mal de inveja*.

Um menino de quatro anos de idade não dormia mais de um quarto de hora seguido. Mal adormecia, logo acordava a gritar, agarrado à cama. Disseram à mãe que era *mal de inveja*, o que o menino tinha.

A mãe mandou algumas peças de roupa do menino, por uma vizinha, a uma bruxa, para que as benzesse, para o mal sair. Regressada a vizinha, com a roupa benzida, foi esta vestida à criança, que logo começou a melhorar. Em poucos dias passou a dormir normalmente e deixou de chorar. O *mal de inveja* foi afastado por uma prática de magia simpática.

Estes procedimentos da natureza mágico-religiosa, como crenças activas, efectuados sob a protecção da divindade, tanto no Alcaide como em Casal da Serra, São Vicente da Beira, aplicam-se, também, aos animais apanhados pelas *malinas*, como consequências dos maus-olhados, das invejas e das pragas.

Para curar doenças dos olhos

Para cura das doenças dos olhos, no Alcaide, algumas pessoas ainda utilizam a seguinte prática:

A pessoa que faz a reza, (bruxa, bruxo, qualquer mulher ou homem), colhe dez folhas de oliveira e coloca-as, aos pares, em cruz, sobre uma mesa ou um banco. Depois, benze-se cinco vezes, em frente da pessoa que tem a doença nos olhos, e recita a seguinte oração, sempre a fazer cruces com a mão:

Ramos verdes melhorados
às portas do céu *fostes* achados
sem *ser postos* nem semeados.
Santa *Luzia tinha* três filhas,
uma lavava, outra *estendia*,
outra *no* fogo ardia.
Se é *carnação*⁴,
que o coma o *Senhor São João*,
se é uma cabrita,
que a coma a *Senhora* Santa Rita,
se é *unheiro*,
que o cure Cristo verdadeiro,
em *tenção* da *Senhora* Santa Luzia.
Pai-Nosso, Avé Maria.

Ao benzer-se as cinco vezes, a pessoa que faz a reza corta um pedacinho das folhas de oliveira, que vai juntando. Depois da reza, vai deitar os pedacinhos das folhas junto do tronco de uma planta que deve ser uma flor.

Para afastar a Anorexia Infantil

Em algumas povoações da Gardunha, as crianças com sintomas de anorexia⁵, com recusa de comer, choro e emagrecimento, são consideradas aguadas⁶.

Os sintomas da anorexia são comuns a diversas enfermidades. No Alcaide ou no Casal da Serra, locais privilegiados da nossa pesquisa, segundo testemunho de informadores, na segunda metade do século XIX e no século XX, era frequente as crianças ficarem aguadas, por verem comer um alimento, que desejava ingerir e que não lhe fora dado.

Para evitar esta perturbação nas crianças, quando se come algum alimento, na sua presença, deve dar-se-lhe sempre a provar. Deste modo, não ficam com o sentido nesse alimento, recusando-se a ingerir outro.

Ainda hoje, muitas pessoas nunca comem, na presença de crianças, alimentos que não lhes querem dar ou que lhes possam fazer algum mal.

Um exemplo de anorexia infantil foi recolhido na aldeia de Alcaide:

Nos finais do ano de 1930, uma criança, com cerca de três, anos foi a casa de uma tia, onde estavam a comer peixe frito.

Desde essa altura, a criança deixou de comer, porque só queria do peixe da tia. Mesmo que lhe dessem outro peixe, não o aceitava, nem qualquer alimento. Então, a mãe da criança, logo que conseguiu peixe, o fritou, sem que a filha visse. Logo lho deu, dizendo-lhe que era do peixe da tia. A menina comeu o peixe e passou-lhe o estado de anorexia.

Quando não se conhecia o objecto que provocou a anorexia, ou as crianças ainda não falavam, as mães

procuravam sete mulheres que amamentassem filhos, as quais deitavam leite, directamente das mamas, para uma malga, e davam-no a beber aos filhos *aguados*. As crianças não deviam beber todo o leite, para que os restos fossem dados a beber a um gato, de preferência da família da criança aguada.

Este tratamento exigia participação social dos vizinhos, por vezes, com reciprocidades das dádivas do leite, para tratamentos idênticos.

Em vez do leite de sete mulheres, podia ser utilizado apenas o leite de uma mulher, o que era mais fácil de obter.

Até aos anos cinquenta, do século XX, dada a escassez e pouca diversidade de alimentos, era frequente as crianças aquarem, sendo sujeitas a diversas práticas, quer pelas ditas bruxas, quer por outra qualquer pessoa.



Mal de Lua

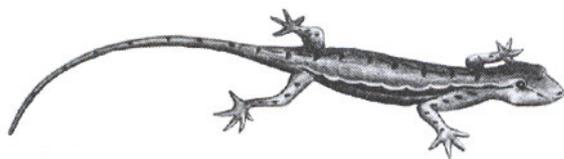
As crianças não deviam vestir roupas que vissem lua ou que apanhasse os ares do luar, porque isso lhes provocava doenças e mal-estar geral.

Em alturas em que a Lua, pelo dia, já estava acima do horizonte, as mães apressavam-se a apanhar as roupas das crianças, que, depois da lavagem, estivessem a secar, ainda com Sol, para que essas roupas não apanhassem o luar.

Se apanhavam os ares da lua, as roupas tinham que ser lavadas novamente.

Para desengasgar crianças

Para desengasgar crianças, com ossos ou quaisquer alimentos na garganta, fazem-se-lhes cócegas no rabo (nádegas).



Para preservar a memória: Lagartixas

Para avivar a memória e contra o esquecimento, era vulgar, no Alcaide, até aos anos sessenta do século XX, as mães ou as mulheres colocarem uma pequena lagartixa viva, acondicionada num pano ou num papel, no forro do casaco dos rapazes e dos homens, sem que eles soubessem, para protecção da memória.

Caso os homens tivessem conhecimento do facto, era normal a lagartixa ser acondicionada num canudo de cana.

Leite de mulher cura os ouvidos

No Casal da Serra ou no Alcaide, ainda durante o século XX, quando as crianças se queixavam de dores dos ouvidos, eram deitados uns pingos de leite nos canais auriculares, directamente da mama de uma mulher que amamentasse um filho. De preferência, que fosse leite relativo à primeira gravidez.

A Igreja e a Saúde dos Jovens

A Igreja Católica, sempre preocupada com a salvação da alma dos crentes, também zelava pela preservação dos seus corpos, impondo regras e prescrições aos rapazes e às raparigas, quer nos ensinamentos doutrinários, quer nos diálogos confessionais.

Pregava a Igreja que, nos jovens, os prazeres da carne, além de contribuírem para a impureza da alma, enquanto pecados, contribuíam, ainda, para provocar algumas doenças ao corpo, enquanto matéria.

Até aos anos sessenta do século XX, os sacerdotes aconselhavam os jovens de ambos os sexos a manterem-se castos, avisando-os que as práticas feias, contra a natureza, podiam produzir terríveis danos no organismo, como perda de memória, muitas dores, alucinações, magreza e, por vezes, a morte.

Por exemplo:

Na década de trinta, do século XX o Prior do Alcaide, numa confissão, perguntou a um rapaz se já tocava tambor⁷. Que isso era um grande pecado. Que não devia ser feito, porque fazia mal ao corpo. Que necessitava de confissão para ser perdoado.

O rapaz não percebendo do que se tratava, respondeu ao prior que não tocava. Que não tinha tambor.

Chegando a casa, disse aos irmãos e à mãe o que o prior lhe perguntara. Os irmãos explicaram-lhe o que era, perante grandes risadas.

Outro padre, por cerca dos anos cinquenta do século passado, também no Alcaide, ao aconselhar uma rapariga a ser casta, perguntou-lhe se ela já sentia desejos. Que era pecado satisfazê-los. Que além de servir para perdição da alma, isso fazia mal ao corpo, pois, podia trazer muitas doenças. Que, para além das doenças, esses pecados eram muito feios e que tinham que ser confessados.

Ida para a Tropa

Até aos anos cinquenta do século XX, alguns rapazes do Alcaide, antes de partirem para a vida militar, confessavam-se e comungavam, pedindo a Nosso Senhor para que os seus corpos não fossem molestados, como num rito de margem⁸, porque iam entrar numa situação de ausência, com a saída da sua comunidade. Outros faziam idênticos pedidos a São Sebastião ou a São Macário, santos ligados à vida militar, com promessas a pagar quando

regressassem, sem moléstia ou beliscadura nos corpos.

Durante a Guerra Colonial, acentuaram-se as promessas e os pedidos dirigidos àqueles santos, feitos pelos próprios soldados ou pelas famílias, para que tivessem sorte e os corpos viessem perfeitos, como tinham ido. Foi um período de incertezas, para quem partia, que a memória social da aldeia regista. Com a angústia das famílias, especialmente as mulheres, mães, namoradas e irmãs, nas igrejas e nas capelas, rezando, prometendo, chorando. No regresso, especialmente na festa de São Macário, muitos soldados, envergando as fardas de guerra, rastejavam em volta da capela ou nas procissões, no cumprimento das promessas sacrificiais, porque chegaram vivos e os corpos sem mutilação.

Alguns soldados não puderam cumprir as promessas, mas escreveram-lhes os nomes nas ruas.

É de realçar que, nas confissões relativas à partida para o serviço militar, os padres exortavam os rapazes a não frequentarem *casas de meninas*, porque isso era pecado e prejudicial para a saúde do corpo, pelas doenças que esse facto provocava.

Na saída do serviço militar, ao regressarem à aldeia, na ida para a *peluda*, os rapazes confessavam-se e comungavam, como agradecimento à divindade pela preservação do corpo, num verdadeiro rito de entrada⁹ ou de reintegração social, após a situação de margem em que estiveram.

A Protecção do Senhor da Pedra e do São Macário

No Alcaide, existe no adro da capela de Nossa Senhora da Oliveira, uma cruz de granito, com Cristo esculpido, que foi denominado o Senhor da Pedra¹⁰. Até aos anos trinta, do século XX, época em que as doenças, como a tuberculose, o tifo, as sezões, as pneumonias, etc., eram vulgares, devido à falta de higiene e à parca alimentação, era pedido auxílio ao Senhor da Pedra para protecção dos corpos, para que as moléstias não se pegassem, quando grassavam na aldeia. As promessas, quando os corpos não eram atingidos pelas doenças ou doentes eram curados, constavam, normalmente, de distribuição de comida aos pobres.

O Prior comunicava na Igreja, ou um rapaz anunciava pelas ruas o dia do almoço por graça ou da ceia gratuita. As famílias, que tinham feito a promessa e receberam a graça do ente divino, coziavam panelas de feijão ou de grão, às vezes picas de trigo ou de centeio, e distribuíam a comida, a quem aparecesse, junto do Senhor da Pedra. Os pobres ou as pessoas que quisessem, mais rapazes e raparigas do que adultos, compareciam com um prato e uma colher para a refeição de graça e pela graça concedida.

O São Macário do Alcaide é o ente que os

alcaidenses apresentam como protector e curador dos ouvidos¹¹. Aos romeiros é oferecido, em troca de uma esmola, um trapinho do hábito que o santo usou durante um ano. Segundo o imaginário tradicional, esse trapinho tem o poder de proteger os ouvidos e de os curar em caso de doença. Para isso, basta colocar o trapo nas orelhas, sempre que possível, com um pingo de cera, de uma vela que alumiu ao santo.

Protecção contra as Trovoadas e os Raios

As trovoadas sempre infundiram medos às gentes dos campos, que algumas vezes sofreram os efeitos dos raios.



Em cada terra, há histórias de quedas de raios, com fulminação de pessoas, que ficavam negrinhas como tições. Os velhos pastores da Gardunha contam que os raios e os coriscos até abriam regos pela serra fora.

Para as pessoas se livrarem dos efeitos dos raios, defendendo os corpos, foi necessário procurar defesas ou protecções, quer por meios mágicos da crença ou da religiosidade, quer por meios físicos.

No Casal da Serra, contam que, nos finais do século XIX, dois pastores guardavam as cabras perto do talefe¹², no alto da serra. Armando-se uma trovoada, com chuva, pedra, relâmpagos e trovões a caírem quase sobre as suas cabeças, aconchegaram-se numa lapa, com o gado em redor. Um raio caiu com estrondo e lume por cima da lapa matando um dos pastores e algumas cabras. O outro pastor, com algumas queimaduras no corpo, fugiu para o povo. Logo disseram que fora castigo de Deus, por maldades que o pastor fizera.

Por isso, na partida para a serra, com os gados, especialmente nos meses de Maio e de Outubro, épocas das maiores trovoadas, os pastores e as pessoas que iam ao mato e à lenha rezavam, pedindo protecção e São Jerónimo e a Santa Bárbara, para que nada de mal lhes acontecesse, quando lhes parecia que se avizinhavam trovoadas. Segundo a crença, os raios eram tidos como obras do diabo, porque de Nosso Senhor não podiam vir tamanhas desgraças.

Era vulgar a seguinte oração, muito conhecida, também utilizada para outros momentos, pedindo protecção para o corpo:

*Oração:
Cruz em monte,
Cruz em fonte,
Nunca o Diabo encontre,
Nem de noite, nem de dia,
Nem à hora do meio-dia;
Já Nosso Senhor subiu à Cruz,
Para todo o sempre
À mãe Jesus!*

Em casa, as mulheres abriam as janelas, para um raio, que entrasse em casa, logo saísse, e queimavam alecrim benzido em Domingo de Ramos, em recipientes colocados nas janelas, para os fumos afugentarem as trovoadas e não deixarem entrar os raios, pois esses fumos estavam purificados pela água benta, símbolo do sagrado.

Até meados do século XX, no Alcaide, algumas famílias tinham sempre em casa um tição ou pedaço de madeira, começada a arder, que apanhavam no Madeiro do Natal. Logo que dessem conta da aproximação de uma trovoada, pegavam fogo ao tição colocando-o junto de uma janela aberta. Assim, o fumo da madeira que ardera em louvor do Menino Jesus, julgado sacralizado, tinha o poder de afastar as trovoadas e não deixar entrar os raios em casa, para evitar que os moradores fossem molestados. Julgavam o afastamento da tormenta pelo tempo demorado entre o clarão do relâmpago e o som do respectivo trovão.

Outro processo de defesa contra os raios, era as pessoas embrulharem-se em cobertores de lã, conhecidos por cobertores de papa, e esconderem-se debaixo da cama.

Muito conhecida, é a oração ou responso recitado, por altura de trovoadas, pedindo protecção a Santa Bárbara:

*Santa Bárbara seus pés lavou,
Seu cajado tomou,
O seu caminho andou,
O Senhor encontrou
E o Senhor lhe disse:
- Aonde vais Bárbara?
- Para o céu, contigo vou!
E o Senhor respondeu:
- Tu, comigo não irás,
Todas as trovoadas espalharás,
Lá para os matos maninhos,*

*Onde não haja cabra com chibinhos,
Nem eira nem rabeira,
Nem trapo na ribeira,
Nem vaca com bezerrinho,
Nem mulher com seu menino.
Para agora e para sempre,
Ámen Jesus!*

Evitações ou Prescrições Negativas

Algumas prescrições de ordem negativa, o que não se deve fazer, nos cuidados com o corpo, para prevenção de doenças, eram ensinadas às crianças, logo que começavam a tomar conhecimento do mundo. Por exemplo:

Não comer marouva, não apenas a cereja, mas toda a fruta ainda verde, porque provoca impigens, males de barriga e debota os dentes¹³.

Não comer fruta quente, porque provoca diarreias

Não comer fruta em mau estado, apodrecida, porque faz mal ao estômago.

Não beber água fria, quando se comem castanhas quentes, porque faz mal aos dentes.

Não beber águas paradas e águas ludras (*lurdas*, no falar local), porque podem fazer febres e outros males.

Não comer castanhas por criar, porque fazem piolhos na cabeça¹⁴.

Não apanhar sol, porque faz maleitas¹⁵. As crianças tinham que andar sempre com a cabeça coberta. Eram vulgares os chapéus de palha, que se usavam logo que o tempo começava a aquecer.

Não urinar em cima do lume, porque provoca doenças na bexiga.

As mulheres grávidas não podem mexer em carnes vermelhas, na matação do porco, para que os filhos não tragam malhas vermelhas na pele.

As crianças não devem passar por entre as pernas dos homens, porque ficam pequenas, com pouco crescimento.

INFORMADORES

Albertina Bravo. Alcaide
Ana Amélia Costa Barros da Cruz, Alcaide
Joaquina Mendes, Casal da Serra
José Barros Paulos, Alcaide
José Mendes, Casal da Serra
Lurdes Abrantes, Alcaide

* Antropólogo

Notas

1 BAROJA, Julio Caro - As Bruxas e o seu Mundo, Editorial Vega, Lisboa, 1978.

2 GENNEP, Arnold Van - Ritos de Passagem, Editora Vozes, Rio de Janeiro, Brasil, 1978.

3 A bruxa, integrada num sistema particular de moções e de crenças, esconjura; a mulher vulgar, com a sua religiosidade, reza e santifica (BAROJA, Obra citada)

4 *Carnacão* - Carniçação.

5 Falta de apetite. É um sintoma comum a muitas doenças, determinado por causas diversas. Pode ser determinada por factores de ordem psíquica, a anorexia nervosa, luta do adolescente para alcançar um ideal de beleza, que implica a perda do peso corporal.

6 Aguar - Adoecer ou definhar por ter desejado alguma coisa que se não pode obter. Na terminologia local: *auguadas, ougadas, ogadas, ouguédas ou oguédas.*

7 Eufemismo de masturbação.

8 GENNEP, Arnold Van - Obra citada.

9 GENNEP, Arnold Van - Obra citada.

10 MATOS, Albano Mendes de - O Senhor da Pedra no Quotidiano Alcaidense, *Jornal do Fundão*, Nº 2982, de 10 de Outubro de 2003.

11 MATOS, Albano Mendes de - São Macário do Alcaide, Edição do Autor, 1995, p. 35.

12 Marco Geodésico Gardunha, que marca o ponto mais alto da Serra da Gardunha.

13 Os dentes ficam debotados, causando mal-estar, aspreza e secura, com a mastigação ou contacto de substâncias adstringentes, como casca de romã, cloretos, tanino, fruta verde ou ácida.

14 É de realçar a semelhança somática do gérmen da castanha com o piolho.

15 Maleitas - sezões ou paludismo, doença transmitida pela picada do mosquito anofeles, que introduz parasitas no corpo do homem, e que se manifesta com febres altas e intermitentes e dores corporais.

A DEFESA DO CORPO OU O CORPO EM DEFESA: UMA VISÃO SOBRE O CORPO HUMANO NA RURALIDADE E NA GLOBALIDADE

António Maria Romeiro Carvalho*

O primeiro espaço ocupado pelo homem será o útero materno. Um espaço de sombra e de conforto. Depois de nascer, o seu espaço é todo o que o olhar alcança. Mais tarde, o que o braço e o corpo dominam (e, certamente, o que os olhos vêem e o sonho deseja). O que afirmamos é que o homem faz do seu corpo um limite de protecção à invasão exterior, (muito) através de rituais essencialmente dissuasores.



O Corpo e Simbologia na Ruralidade

O corpo humano é um mundo fechado e aberto, em simultâneo. Fechado, porque cercado dentro da pele e da carne; fechado, porque, no seu interior, tudo

funciona em movimentos circulares. Aberto, porque possui nove orifícios que, queira ou não, o colocam em contacto com o exterior.¹ Nove são as portas destes limites a que chamaremos *cerca*: olhos, nariz, orelhas e boca, são os sete orifícios da face; dois são os orifícios do ânus e o anterior. Dos nove, são os olhos os mais defendidos na cultura ocidental. Na ruralidade, e não sem razão, são os olhos e os membros, principalmente os braços. Os primeiros, porque vêem; os segundos, porque trabalham, e o trabalho é a primeira qualidade do homem «lá de casa».

Desta concepção do corpo, na ruralidade - os olhos e os membros - ficar aleijado ou cego são duas terríveis desgraças que podem acontecer a um homem. Primeiro, porque ser aleijadinho ou ceguinho é ser «inho», isto é, entrar no rol dos desgraçadinhos: aleijadinho, ceguinho, pobrezinho, maluquinho, enfim, coitadinho.² Segundo, porque ser aleijado ou cego é perder a capacidade de se movimentar, de circular. Não poder ver, não se poder movimentar é ficar de fora, é ficar verdadeiramente *ex communitio*. O aldeão não pode participar nos rituais colectivos, principalmente nos de demarcação e apropriação do espaço aldeão, caso das procissões, (actos onde todos, se inserem, onde todos são, em simultâneo, actores e espectadores), pois este acto exige a participação total do corpo. A solidariedade dos familiares e amigos permite ao aleijado que observe, mas tal não é participação. Aliás, é mais ser observado que ser observador. A aldeia observa e vê no aleijado e no cego o que vê nos outros «coitadinhos»: castigo pelos pecados do próprio ou familiares e remédio calmante para as agruras e revoltas da sua própria vida. Assim, o aleijadinho ou o ceguinho, como outros «marginais», a prostituta ou a velha bruxa, assumem-se como elementos indispensáveis à reprodução da aldeia. É que, não sendo membros da comunidade de corpo inteiro - no completo sentido da palavra - não são colocados completamente fora dela. Neles, a comunidade vê as

suas «faltas» e por eles se refaz dos azares e das agruras da vida. Na verdade, mesmo o mais pobre da comunidade sempre poderá dizer que «sou pobre, mas o coitadinho tal é que é um pobrezinho».

Compreende-se, assim, a recusa em ficar doente ou a recusa em ir ao médico, que, na ruralidade, são vistos (quase) como o mesmo. Ficar doente é ficar «coitadinho» por algum tempo. É, por tempos, ingressar do rol dos «marginais» da aldeia. Por isso o aldeão recusa ficar doente, por isso luta até à última e só à última vai ao médico. Ir ao médico era mostrar à aldeia que estava doente e já não o podia negar, pois todos o viam. Pior, porém, era cair na cama. Cair na cama era ficar imobilizado, mais próximo do estado de «coitadinho» e próximo da morte. Uma situação que se afirma definitiva se comer «canjinha de galinha». Este era o último prato antes da chegada da morte. Na Beira Interior, dar «canjinha de galinha» ao doente é o manjar último de quem se prepara para morrer, algo semelhante ao succulento guisado de caça que Isaac pede e come antes de morrer. (Gn 27,1-4).

Em razão destes receios, o rural defende o seu corpo contra qualquer invasão. (É o tal desejo de limites protectores). Porém, porque o aldeão considera que o mal vem do exterior, através do «mau olhar» ou do «mal de inveja» ou da instalação de um espírito no seu corpo, defende-se estabelecendo cercas, estabelecendo defesas. Criança nascida é pulseira oferecida com figa ou corno. Tudo isto porque a protecção se estabelece contra o outro. Todo o homem e mulher tinha amuleto no bolso, no fio, na corrente, ou cosido no forro das calças ou casaco. Era por isso que os rapazes, quando iam para a guerra do Ultramar, levavam cozida no forro da farda uma foto da santa protectora, conforme a freguesia: Santa Catarina, no Ladoeiro; Senhora do Almortão, em Idanha-a-Nova; Senhora da Póvoa ou Senhora do Incenso, em Penamacor; Senhora de Mércules, em Castelo Branco... é que, como refere Catherine Despeux, «o corpo é um território a defender, um espaço fechado, delimitado e orientado, onde a pele forma barreira e estabelece o limite entre o interior e o exterior, o indivíduo e o outro, o corpo e o seu meio envolvente».³

Não admira, pois, que o mais imperioso seja o cuidar do corpo e do seu limite, a pele, que é a primeira e a mais importante *cerca* daquele território. Por isso é que o aldeão não se lavava muitas vezes, porque se «gasta a pele». Verdade é que lavar-se ou tomar banho tem aqui conotações culturais mais profundas que o lavar citadino. Este lava-se por questões de higiene e beleza corporal. Aquele, por razões rituais, em ritos de passagem. Embora correndo o risco de esteriotipar, banhos só havia três na vida: o do nascimento, o do casamento e o da morte (mais tarde, juntou-se-lhes o da Inspecção). São rituais de passagem e nestes pode-se tomar banho: a pele vai mudar, porque outro ser vai nascer. Tal como acontece com os reptéis, o

homem pode, nestes casos, tomar banho pois que, continuando a ser certo que gasta a pele, ela vai mudar, pode-se, pois, gastar: no primeiro, é a pele vestida no útero da mãe, que vai mudar; no segundo, a do moço; no terceiro, a do homem.

Depois da pele, outra *cerca* protectora/ defensora é demarcada pelos membros e que igualmente rodeia e protege o corpo. No homem, a mão mede o perto; o braço mede o longe, o ali e o além, principalmente quando a mão continua o braço estendido e precede o dedo indicador apontando. O braço em ângulo e a mão sobre os olhos medem o limite do visível e o já não visível, fazendo voar a imaginação muito para além do que é visível. Considerando o homem na sua posição mais nobre, que é a erecta, tudo isto é o «lá adiante», um elemento dos três pares antitéticos aristotélicos, a saber:

adiante-atrás, direita-esquerda, acima-abaixo. O corpo humano talha um eixo vertical, da cabeça aos pés, e um eixo horizontal, de mão a mão, quando de pé e em cruz, a completa cobertura do espaço. São quatro os pontos cardeais. Quatro é quadrado, a melhor e inultrapassável defesa. Cabeça o Cimo, pés o Baixo. Frente, o Sul, costas o Norte. Braço esquerdo, o Nascente; braço direito o Poente. O corpo é o centro desta cruz, da totalidade do espaço. Ficam assim estabelecidas todas as coordenadas do espaço simbólico e mítico: Norte, Sul, Este e Oeste; Centro, Alto e Baixo. Todas, e são sete, o número «completo, da plenitude e da totalidade [sendo] o verdadeiro número estrutural do cosmos», como refere Ernst Cassirer.⁴

As coordenadas estabelecem-se a partir do corpo tendo como referência o Sol. Não sendo sem razão que este é denominado de astro Rei, pois que regra o trabalho diurno. Dos quatro pontos cardeais apenas dois são observáveis de forma directa: Nascente e Poente, isto é, onde o Sol nasce e onde se põe. O currículo do Ensino Primário do Estado Novo, seguindo os livros oficiais, introduziu a Rosa dos Ventos na aldeia e, empatizando com a ruralidade, fá-lo a partir do corpo humano de pé, de braços abertos e voltado para o Sol do meio-dia. O Sol levanta-se. O Sol *deita-se*. Ao meio-dia «já vai alto» na sua caminhada. O homem levanta-se com o Sol, deita-se com ele e almoça Sol alto. Quando o dia é maior, quando a caminhada do Sol é mais longa, o rural faz a sesta.

A sesta é uma pausa no trabalho cansativo e longo nos dias de Verão, mas que constitui uma excepção no ritmo anual agrícola que é «pegar», almoçar, jantar, «largar».

Esta correspondência entre a representação do movimento solar e a representação da organização social e do trabalho é sagrada, continuando uma ideia divina do Sol que tem milénios.⁵ Tanto o é que só um santo poderia introduzir uma mudança, a sesta, nesta organização sagrada. Foi a Rainha Santa Isabel a



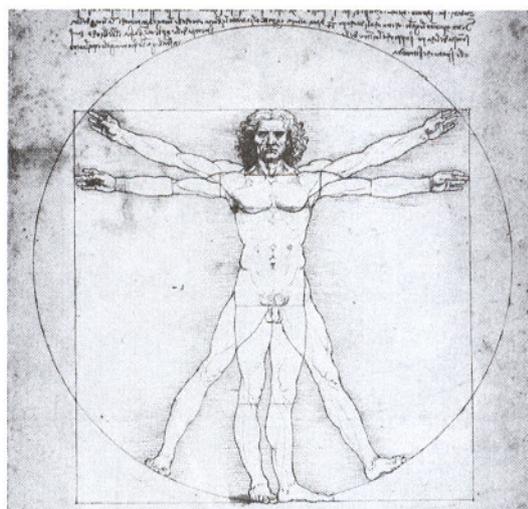
Rainha Santa Isabel - Museu da Santa Casa da Misericórdia (Castelo Branco).

introdutora da sesta, a crer nas mulheres de virtude do Distrito de Castelo Branco, e por isso ela é considerada a maior santa portuguesa.

Foi uma santa a responsável, porque só santo, deus ou herói, poderia alterar a ordem, isto é, retornar aos *caos*, sem que este dominasse. Tal acontece não só por o santo ser um ser divino, mas também porque, nas sociedades tradicionais, o caos é criativo. Foi a racionalidade grega e cartesiana que colocou no caos um carácter destruidor. É o *caos*, afinal, que oferece aos santos, aos heróis, às sociedades e aos indivíduos a possibilidade de se mostrarem capazes. Se não fosse o *Caos*, que seria dos heróis? Se não fosse o mal, que seria dos santos?⁶ Acrescente-se que, como diz Raymond Ledrut, a correspondência entre as duas representações, a social e a cosmológica, parece universal: «a orientação sócio-cósmica é constitutiva da espacialidade, pois que esta é determinada pela representação da organização social e pela representação dos movimentos do Sol. Todos os orientes são indissoluvelmente astronómicos, sociais e cosmológicos».⁷

Voltemos ao corpo que é o primeiro instrumento humano e constitui, com a linguagem, o par das realidades fundamentais e básicas da experiência individual.

São relação individual na construção da identidade do indivíduo.⁸ Imagem do mundo, universo em miniatura, o corpo humano é a medida do espaço. Medida e referência fundamental deste, diz Jean Remy.⁹ As



Leonardo Da Vinci - "De Divina Proportione", 1490.

palavras que estruturam a realidade objectiva designam partes soltas do corpo humano. O corpo humano é, igualmente, a origem das primitivas operações numéricas.¹⁰ Tal como afirma Eduardo Bericat Alastuey, a par do trabalho, do sexo ou da consciência, «a mobilidade do corpo no espaço constitui um elemento ontológico do ser vivo, pelo que resulta possível reflectir sistematicamente sobre as implicações sociais deste facto».¹¹ Se medida e referência do espaço, se base da linguagem que estrutura a realidade e origem das operações numéricas, então tem razão Samir Ali: «o espaço constitui-se através do próprio corpo».¹²

Lembremos. De pé, de braços abertos, o homem roda e descreve o primeiro círculo do seu domínio, depois da pele. O espaço pessoal de cada ser humano é uma circunferência imaginária cujo centro mais seguro não é ele próprio, mas o primeiro, o ponto de partida, o local sempre lembrado e sonhado, o ventre materno. É por isso que o aldeão, lá longe, sonha com o regresso ao lar, a casa, aos braços da mulher, aos braços da mãe. A medida que dele se afasta, vai o homem construindo círculos maiores e mais irregulares. O ventre materno, bem mais numa cultura matriarcal como é a portuguesa, é «a haste fixa de um compasso gigantesco que tem em nós a ponta móvel capaz do traçado de circunferências cada vez maiores e, por acção do desejo, progressivamente irregulares».¹³ Construção contínua esta que terminará onde se iniciou, no ventre materno, no ventre da Grande Mãe Terra.

Em termos mítico-religiosos, o corpo é um microcosmos com uma verdadeira paisagem interior e o homem, numa escala reduzida, é um universo. O corpo humano é uma *imago mundi*, como gosta de dizer Mircea Eliade, e reflecte uma imagem do mundo que se impõe, segundo Catherine Despeux, na era cristã: a imagem de um ovo, sem membros ou onde estes são meros contactos com o exterior.¹⁴ Aliás, é assim

que as crianças desenham o corpo humano e era assim o onograma de Tanit, a deusa cartaginesa, a quem se sacrificavam crianças. O universo, na tradição chinesa, é descrito como um ovo. Ovo cósmico era igualmente a origem de tudo, segundo a teologia egípcia de Tebas.

Cortado o cordão umbilical, e enquanto não regressa ao seio da Grande Mãe-Terra, o corpo do ser humano autonomiza-se e o seu corpo, no dizer de S. Ali, é tudo: «o próprio corpo é o *a priori* do espaço e da representação». Ao corpo pertence a visão e da importância deste sentido fala a civilização ocidental. A nossa civilização é uma cultura onde, na verdade, «a vista exerce a sua supremacia no mundo das representações ou conhecimentos concretos». ¹⁵ Enquanto o urbano e burguês se preocupa com a beleza e o bom tratamento do seu corpo, o aldeão e rural vê no seu o principal elemento produtor de trabalho e de riqueza. ¹⁶ Mas vê bem mais que isto. Aliás, nem mais, nem menos, antes outra coisa. A sociedade tradicional não se rege pela lógica grega e cartesiana, o corpo não anda dissociado da pessoa e a pessoa não anda dissociada da comunidade, nem ambos dissociados do cosmos. O corpo é uma abstracção fruto do Racionalismo e do Catolicismo, que sempre opôs o corpo à alma.

Ora esta abstracção, e principalmente esta oposição, está errada. Não é possível existir separação ou distanciamento entre o corpo e o ser que nele vive: «nossa identidade, a que sentimos e a que apresentamos aos outros, é fundamentalmente corporal». ¹⁷

Corpo, Espaço e Mudanças

O corpo é tudo, mas também ele sofre mudanças. O corpo funciona «como um esquema de representação» e «o espaço apreende-se corporalmente». ¹⁸ O espaço interior é apreendido experimentalmente e o espaço exterior é extensão do primeiro. O «desarranjo» acontece quando, modernamente, acabada que foi a fronteira interior-exterior, o espaço perde a heterogeneidade, fica homogénio, neutro e quantitativamente medível. As representações do espaço acompanham a história geral e conferem-lhe sentido. Com o espaço se passa o mesmo que com tudo e todos na sociedade, homogeniza-se e quantitativa-se. A sociedade moderna tende a tornar todo o espaço privado e funcional. Todo o espaço onde o não utilitário possa manifestar-se é eliminado. Este espaço não utilitário é indispensável à sobrevivência psicológica humana e não só dos jovens. Todo o homem tem o seu espaço, e o seu tempo, de não fazer nada, de lá estar por estar. Todo o ser humano tem um tempo de «matar o tempo». O «time is money» é redutor, castrador e paranóico. Resultado último desta racionalização moderna do espaço é o desaparecimento do corpo, que se refugia na arte e que, mais

depressa do que se pensa, ficará reduzido à Realidade Virtual e lá se terá de ir buscar através do tacto. ¹⁹ As mudanças trouxeram traumatismos. O infinito é cada vez mais finito. Sofre a natureza, sofre o corpo. É como diz Paulo Raposo: «o desarranjo da natureza e do corpo interpenetram-se e intercambiam-se mutuamente». ²⁰

Em Jeito de Conclusão

A concepção fundamental da ruralidade sobre o corpo humano assentou na ideia de o corpo enquanto instrumento de trabalho, algo visível na expressão valorativa ouvida em qualquer aldeia: aquele rapaz, ou, aquele homem «é trabalhador»! Com o domínio da burguesia nos diversos campos sociais, da economia à política e à ideologia, o corpo começa a ser cultivado por si mesmo e os tempos livres e os desportos são desta ideia causa e efeito.

Nas últimas décadas do século XX assistimos a três grandes mudanças sobre a ideia acerca do corpo humano; mudanças estas em muito devidas à globalização e conseqüente indiferenciação planetária. A primeira é o domínio generalizado da concepção burguesa-urbana do corpo e a desvalorização da ideia rural-aldeã. A última representação desta mudança será o metrossexual, da qual é exemplo o futebolista David Beckham, que ganha mais por fora do que ganha na empresa (Real Madrid) onde é profissional. ²¹ A segunda mudança é o começo do fim do corpo-problema, isto é, do corpo erótico, perdendo lugar os interditos que pesavam sobre o prazer corporal, mais particularmente, sobre o prazer sexual. Ambas as mudanças se afirmam pelo prazer de si mesmo e em si. Pela primeira, o homem, sem dúvida hetero-sexual, cultiva o seu corpo, a sua aparência, a sua sensualidade, e mostra-o. Pela segunda, o ser humano transforma-se num hedonista: o prazer é ... prazer. Porém, neste mundo de consumismo, onde tudo se vende e é vendável, onde tudo se diz ter valor e a nada se dá valor, o corpo passa a ser instrumentalizado, passa a ser um consumível, e deixa de pertencer ao eu. Com isto, o corpo passa a pertencer a ninguém e irá desaparecer. Aonde o iremos buscar? ²² A terceira mudança tem a ver com o avanço da medicina. Estes avanços roubaram todos os segredos ao corpo. Todo ele é observado e conhecido. Conhecendo-se todo o corpo, e banalizando-se este conhecimento, perde o corpo o seu quê de sagrado. No ponto de vista das sociedades tradicionais, deixa de haver empatia entre o microcosmos, que é o corpo humano, e o macrocosmos, que é o universo. Esta falta conduz à doença, logo, o corpo humano está doente. Mas porque pensamos que a uma verdade cultural terá de corresponder uma verdade biológica, e vice-versa, a prova médica é dada pelo imunologista António Coutinho: quanto mais limpo o corpo, mais alérgico. ²³

E a prova da razão das sociedades tradicionais é dada pelo mesmo cientista: não havendo nada a combater, o corpo combate-se a si mesmo. Porque tudo se constrói contra algo, não havendo este algo, arranja-se em si mesmo. É a esquizofrenia. Será que vamos ter a morte do corpo por implosão?!

* Investigador do IEDS da UNL.

Notas

1 Referido por Catherine Despeux, «Le Corps, Champ Spatio-Temporel, Souche d'Identité», p. 104.

2 É o «inho» português. Quer para os «coitadinhos, quer para os «filhinhos», é o «inho» ternurento. Ou será, também, o «inho» da indecisão, tipo, quero só um pouquinho», «só um bocadinho», «quero aí mais ou menos meia dúzia»...

3 Idem, *Ibidem*, p. 89.

4 Ernst Cassirer, *Filosofia das Formas Simbólicas*, II, pp. 108-124, e 180. Ao mesmo se refere Otto Bollnow, *Hombre y Espacio*, p p. 64-70.

5 Nas cosmogonias solares antigas, o sol identifica-se com o herói redentor que salva o mundo e o renova, como refere Aurélio Lopes, *Tempo de Solstícios*, p.23.

6 Refere Maria Adriana C. Baptista, *Da Representação Mental do Espaço Urbano à Sua Verbalização*, p. 164.

7 Raymond Ledrut, *La Révolution Cahée*, p. 126.

8 Lola Salinas, «La Construcción Social del Cuerpo», p. 65.

9 Jean Remy e Liliane Voyé, *Ordre et Desordre*, p.153.

10 Afirmações de Ernst Cassirer, *La Philosophie des Formes Symboliques*, pp. 170,198.

11 Eduardo Bericat Alastuey, *Sociologia de la Movilidad Espacial*, p. 247.

12 Sami-Ali, *L'Espace Imaginaire*, p. 86.

13 Maria Adriana da Costa, *Da Representação Mental do Espaço Urbano à Sua Verbalização*, p. 32. Quanto à afirmação de a cultura portuguesa ser matriarcal, é tese de Moisés Espírito Santo presente, nomeadamente em *A Religião popular Portuguesa*, pp. 48, 63, 79, 83, 87, 103, 106, 115 e passim.

14 Catherine Despeux, «Le Corps, Champs Spatio-Temporel...», p. 94

15 Opiniões de Samir-Ali, *L'Espace Imaginaire*, p. 256 e Raymond Ledrunt, *La Revolution Cachée*, p. 111, respectivamente.

16 Estas diferentes concepções sobre o corpo são também referidas por Maria José Ferros Hespánha, «O Corpo, A Doença e o Médico...», pp. 195-209.

17 Agostinho Ribeiro, «Resgatar o Prazer do Domínio do Mal», *Notícias Magazine*, 13-6-2004, p. 26.

18 Diz José Eduardo A. Jana, *Para uma Teoria do Corpo Humano*, p. 68.

19 A racionalização ocidental, iniciado com os gregos e com a introdução das vogais no alfabeto fenício, relegou o tacto para uma forma inferior do conhecimento. Ora, é bem possível que o tacto seja a «mais importante ferramenta cognitiva humana». É uma das afirmações de Derrick Kerckhove. *A Pele da Cultura*, pp. 78-81.

20 Como diz Paulo Raposo, *Corpos, Arados e Romarias...*, pp. 112-113.

21 David Beckham assinou um contracto com a «Gillette» e, por ano, recebe 50 milhões de euros. Em 2004, este jogador irá receber, em publicidade, 34 milhões de euros, isto é, cinco vezes mais do que recebe no Real Madrid. «O Jogo», 11-09-2004, p. 56.

22 O consumo parece ultrapassar os próprios alvos do consumo. Durante a «Taça dos Libertadores da América», Junho de 2004, foi votado o jogador mais «metrossexual». O eleito foi um jogador argentino que, perante a pergunta do jornalista, respondeu: «não sou nada disso; eu gosto muito de mulheres?» Um sinal de que o termo é certo, mas muito recente.

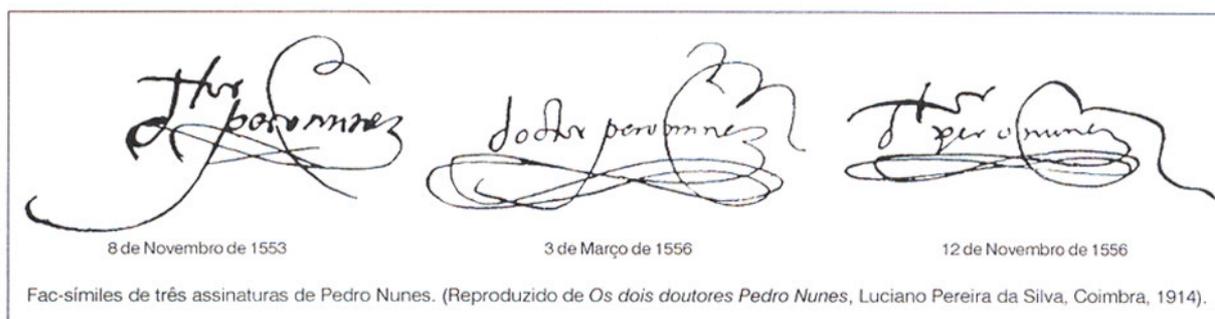
23 «Maldita Limpeza», *Única*, 10-7-2004, pp. 62-63.



Gravura da Fábrica do Corpo Humano de André Vesalio.

PETRUS SALACIENSIS (1502 -1578) DE CREPUSCULIS - as variações das auroras e dos ocasos

Maria José Leal*



Pedro Nunes nasceu em Alcácer do Sal - antiga Salácia - em 1502. Nada se sabe dos seus antepassados; Damião de Góis refere-se ao grande matemático como “português de nação” (Crónica de D. Manuel - 1566), termo utilizado para designar pessoas com ascendência judaica.

Alcácer do Sal albergava uma comunidade judaica já assinalada nos forais de D. Afonso Henriques em 1170 e de D. Afonso II em 1218, e na carta de confirmação dos seus direitos por D. João I em 1386.

Com o édito de expulsão em 1496 e o de conversão em 1497, a situação da comunidade judaica alcacerense não foi decerto excepção à decorrente por todo o país; os que não emigraram para a Palestina, para a Flandres ou para outros lugares de acolhimento, aceitaram de melhor ou de pior grado o Baptismo cristão e tomaram nomes adequados à sua nova cidadania, deixando cair os que de algum modo pudessem suscitar dúvidas quanto à sua integração na nova Fé.

Nada se sabe do nome judaico abandonado pela família do futuro sábio matemático nem o motivo da escolha de NUNES. Adopção do nome do padrinho cristão-velho? Escolha própria? Patronímico de Nuno? NUNES, com a tradução latina de *NONIUS*,

mergulha na escuridão dos tempos e difícil é situar a sua etimologia a uma época ou cultura. Fazendo o percurso até à Suméria ou à Acádia, o sentido que o acompanha pouco se altera se o situarmos mais proximamente na raiz latina a que é reportado.

NUN é o mais antigo deus egípcio, pai de Ra - o Sol — “água” do caos primordial correspondente a Anu da Suméria e a Urano da tradição grega; o que não aparece, aquele que apenas pode ser invocado como deus sem nome, que permanece no caos da cosmogénia, sem tempo, sempre presente e sempre afora da fase da esquizogénia de Cronos e da autogénia de Zeus. Aquele que as Escolas de Teologia Negativa, como o *Ain-Soph* do apofatismo dos cabalistas, defende que “não podemos dizer que é Deus, porque nada sabemos dele, mas apenas que não é”. Talvez O que mandou mensageiros a Abraão e a outros avatares, que o testemunharam.

Par est, non est eram as vozes que os inveterados jogadores dos exércitos romanos davam, anunciando respectivamente o número par ou ímpar, nos seus jogos de azar. *Nones*, no calendário romano, correspondia ao dia sete de Março, Julho e Outubro e ao dia cinco dos restantes meses, ou seja a nove dias antes de *Idos*, a data que dividia o mês a meio.

NOVE, o número ímpar por excelência, número completo da análise total, símbolo da multiplicidade, limite da série antes do retorno à unidade, triângulo do ternário, cada número é nove mais o seu excedente - nove fora nada. Parentesco **ímpar** entre *nones* e *non est!* **Nunes** a síntese da cosmogenia e dos cálculos matemáticos que a sustentam!

Pedro Nunes viveu entre a Corte, a Universidade e os seus estudos. A sua formação escolar levanta muitas questões, quer pela exiguidade de dados, quer pelo agravo de registos concernendo a homónimos seus contemporâneos, e que com ele se cruzaram pelas Instituições nacionais ou extra muros. São conhecidos, entre outros, os doutorandos vários, que com o mesmo nome passaram pela Universidade de Salamanca, no período em que com mais ou menor probabilidade, Pedro Nunes teria frequentado os seus estudos.

Como certo, frequentou a Universidade de Lisboa e a de Salamanca, cidade aonde em 1523, já bacharel em Medicina, desposou D. Guiomar filha de "Pedro Fernandes Árias, castelhano, cristão-velho, vizinho de Salamanca" depoimento prestado perante a Inquisição pelo seu neto Pedro Nunes Pereira, a contas por heterodoxia e a ferros em Lisboa em 1631.

Pedro Nunes foi cosmógrafo do reino desde 1529, o que, a par das ocupações pedagógicas na Corte, lhe trouxe por certo incompatibilidades funcionais na Universidade de Lisboa, onde em 1532 renuncia à sua cátedra. Tinha regido as Cadeiras de Lógica, Filosofia Moral e Metafísica e colaborado na renovação do ensino das Cadeiras das Artes que davam acesso a Medicina. Neste mesmo ano de 1532 regista-se a sua *licencia* na Sé de Lisboa e o grau de doutor em Medicina no Hospital Real em Lisboa; corresponderão todos os registos ao mesmo Pedro Nunes? Será o grau de Salamanca reconhecido nesta data em Lisboa?

Em 1537 opera-se a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra a que Pedro Nunes, devido à sua prévia renúncia, não teve direito.

É nesse mesmo ano de 1537 que Pedro Nunes publica em Lisboa, na oficina de Germão Galhardo, a sua primeira obra impressa e a única escrita em português, **TRATADO DA ESFERA**. Esta obra compõe-se das seguintes traduções anotadas pelo próprio: *Tratado da Esfera* de John Holywood (1190-1256), natural da Britânia, professor da Universidade de Paris, mais

conhecido pelo nome latinizado Johannes de Sacro Bosco; *Teórica do Sol e da Lua* de Georg Peurbach (1423-1461) Georgius Purbachius; *Livro Primeiro de Geografia* de Claudius Ptolomeu (90?-168); e das obras originais: *Tratado sobre certas dúvidas da navegação*, onde descreve pela primeira vez as curvas loxodrómicas; e *Tratado em defesa da carta de marear*.

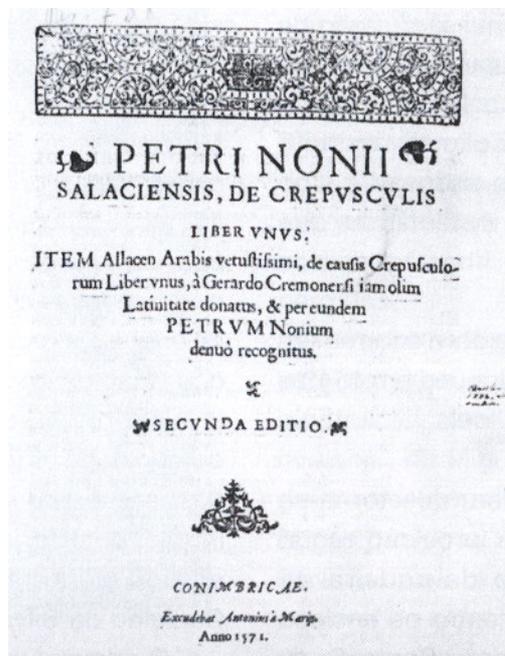
A tradução de obras princeps da astronomia, matemática e trigonometria, parecem demonstrar sobretudo um Pedro Nunes com preocupações ou encargos didáticos, apostado em tornar acessíveis a camadas não apenas estritamente eruditas da sociedade, mas também e nomeadamente aos *práticos* que a partir de então puderam dispôr em vernáculo de obras clássicas de referência para o seu mister.

Os Tratados originais são a sua apresentação como matemático de excepcional valor e criatividade. Os seus estudos sobre loxodromia demonstraram que um navio com rota em linha recta não chegaria nunca ao ponto de partida, dado que a linha descrita não coincide com o círculo da esfera terrestre. Para tal terá que fazer um percurso em curva que intersecte todos os meridianos com um ângulo constante. Foi o confronto com a tradição da marinharia nacional desafiando os *práticos* com a demonstração matemática exacta, foi o grande salto qualitativo dado na navegação astronómica, aquilo a que hoje se chamaria segundo a imagem da Física

Quântica... a centelha da partícula marginal.

Os sistemas abertos, os diferentes níveis de realidade, *Petrus Nonius*, a escada de Jacob, a linguagem matemática expressos em matemática eucladiana, transmitida pela concepção judaico cristã de Sacro Bosco, traduzida e trazida em termos práticos para aplicar em pleno século XVI em Portugal; Deus é uma Esfera cujo centro está em toda a parte e a circunferência em parte nenhuma.

A criação de espaço e do tempo, tal como a palavra, é geométrica e portanto limitativa. A Esfera embora criada à imagem do sujeito que é e do determinado, procura simbolizar níveis de realidade diferente, remetendo para o que não é e para o indeterminado, *Ain-Soph, Nun*, que é expresso por *o ponto centro*, que por não ser, tem propriedades excêntricas na constante cosmológica.



A qualidade de cristão-novo não trouxe a Pedro Nunes incómodos, a amizade na Corte e a qualidade de desempenhar funções na educação dos príncipes D. Luis e D. Henrique, futuro Cardeal regente, aportaram-lhe benefícios económicos e o reconhecimento em tempo útil do seu valor científico bem patente nas nomeações para os mais altos cargos.

É referido que foi graças à curiosidade manifestada por D. Henrique quanto à razão da vária duração dos crepúsculos, que Pedro Nunes se empenhou no desenvolvimento do trabalho que veio a ser considerado pelos seus pares e pelos historiadores a sua obra mais notável. **DE CREPUSCULIS LIBER UNOS** é uma incursão premonitória em conceitos modernos da matemática e da lógica, explicitando as dependências do lugar, da época do ano, com o rigor e a abstracção que impressionou os seus contemporâneos. Trata-se dum trabalho de pesquisa e de recriação sobre o Tratado de Optica *De Crepusculus et Nubium ascensionibus de Alhazen*, Allacen (Abu Ali al-Hasan Ibn Al-Haytham 965-1038) sobre a explicação e representação geométrica do fenómeno crepuscular, que Gerardo de Cremona (1230-1275) o tradutor incansável dos autores árabes, vertera para latim. Esta tradução, no dizer de Pedro Nunes, é tão imperfeita que a dificuldade de interpretação o obrigou a reconstruir o pensamento e a metodologia do autor. Passo a passo foi resolvendo os diversos problemas empregando o método planimétrico de Ptolomeu e valendo-se de outras traduções de astrónomos árabes. O **Nónio**, descrito nesta obra, é o invento mais emblemático de Pedro Nunes; tomou a designação da versão latina do nome do seu autor e é porventura, o processo científico paradigma do trajecto mental do mestre.

É Rómulo de Carvalho, um matemático amante da Sabedoria dos nossos dias, quem nos propõe e quem nos conduz no seguimento deste percurso: *“É curioso observar que Pedro Nunes não coloca o seu invento na linha histórica progressiva dos processos anteriores... (a balestilha ou o astrolábio náutico)... A maneira como Pedro Nunes faz referência ao estímulo que suscitou a ideia do seu invento merece ser recordada. Pedro Nunes conhecia muito bem a obra de Ptolomeu... sabia que num passo dessa obra se afirma que a distância angular encontrada entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio, foi a de 47 graus, 42 minutos e 40 segundos. Estranhou o nosso cosmógrafo que Ptolomeu, fazendo as suas observações astronómicas no século II, conseguisse efectuar a leitura de uma medida angular até aos segundos de grau, coisa que no século XVI não era possível efectuar-se com tanta precisão. ...A resposta pretende dá-la Pedro Nunes... imaginando um certo artifício que permitiria medir fracções de grau com precisão de segundos. Este artifício seria, na sua opinião, o que o próprio Ptolomeu usara”*.



A humildade de um redescobrimto, o regresso ao conhecimento caído no esquecimento, que alguém *inominado* opera para reaver, pelo percurso da Sabedoria.

O desenvolvimento das investigações de Allacen sobre a teoria da “intromissão” e não da “emissão” da luz no globo ocular, os efeitos da reflexão da mesma luz pelo espelho convexo, o cálculo das variantes da duração do instante suspenso da passagem das auroras e dos ocasos; a descoberta das leis matemáticas que as regem, manifestação na linguagem dos números de *NUN* ocultado.

A primeira publicação desta obra ocorreu em Lisboa pela oficina de Luis Rodrigues em 1542 e depois em Coimbra em 1571, pela de António Mariz.

Em 1539 o Cardeal D. Henrique torna-se Inquisidor mór; em 1544, por provisão régia, Pedro Nunes é encarregado da cadeira de Matemática de Coimbra, unificando os ensinamentos da Universidade e do Colégio de Santa Cruz. Inicia um vai e vem entre a Corte e Coimbra, a 200Km de distância com as condicionantes de transporte da época e os reparos dos seus pares da Universidade que se podem adivinhar em documentos ulteriores aquando da sua jubilação em 1562, mas que as determinações régias vão contornando em seu proveito.

Em 1547 é nomeado cosmógrafo mór do reino; em 1559 participa da reforma do Ensino Médico; o número de cadeiras triplicou, Anatomia e Cirurgia foram tidas em consideração. A tradição galénica do estudo da Anatomia estava a passar por uma revolução com a publicação dos trabalhos de Andries van Wesel (1514-1564) *Andreas Vesalius, Tabulae anatomicae* em 1538 e *De Humani Corporis Fabrica* em 1543.

Pedro Nunes fazia parte da elite científica sua contemporânea, por meio da qual circulavam os projectos e as novas descobertas, usufruindo de um processo de informação talvez explicada pela cumplicidade do

circuito judeu na diáspora, detentor dos pódios do saber da época.

É demonstrativo o conteúdo da carta de John Dee, promissor escolar protestante e *estudioso da filosofia pura*, a Gerhard Mercator datada de 20 de Julho de 1558, em que o primeiro nomeia Pedro Nunes seu testamentário: *...e se a minha obra não puder ser concluída ou publicada em vida, deixo isso ao homem mais erudito e sério que é seguramente o único e o maior suporte das artes matemáticas entre nós, o Mestre dos Mestres, Pedro Nunes Salacience, e não há muito tempo lhe roguei instantemente que se esta obra lhe fosse presente depois da minha morte, ele benigna e humanamente a adoptaria e a usaria como se fosse sua: ele dignar-se-ia em completá-la, concluí-la, corrigi-la e limá-la para uso público dos filósofos como se fosse inteiramente sua.*

Pedro Nunes movimentava-se nesta comunidade erudita e pluriconfessional com uma destreza e uma inteligência que nenhuma malha inquisitorial foi capaz de atingir. Sobre a sua atitude perante o heliocentrismo diz Jaime Carvalho da Silva:

O primeiro golpe no Sistema de Ptolomeu foi dado, como dissemos, por Copérnico no seu tratado De revolutionibus orbium celestium, onde fez renascer o Sistema heliocêntrico do Mundo adoptado outrora por alguns astrónomos da Escola de Pitágoras e por Aristarco de Samos, dando-lhe uma forma matemática semelhante à do Sistema ptolomaico. Aquela obra foi publicada no tempo de Pedro Nunes e é interessante notar a atitude que diante dela tomou o nosso geómetra. Este refere-se no seu tratado De arte atque ratione navigandi à obra do grande astrónomo polaco, mas não se pronuncia sobre a verdade ou falsidade do novo Sistema, deixando, diz ele, esta questão aos filósofos. Sob o ponto de vista matemático, isto é, como método geométrico para determinar o movimento dos Planetas e prever os fenómenos, exprime o desejo de que se construam Tábuas apropriadas à nova doutrina, a-fim-de se verificar se o Sistema heliocêntrico pode determinar as posições dos astros com mais exactidão e simplicidade do que

o Sistema geocêntrico.

Não são conhecidas obras de sua autoria sobre Medicina nem há relatos sobre o seu exercício da mesma. De salientar que os ramos do saber não tinham a sectorização que hoje conhecemos, note-se por exemplo que Oronce Finé, cujas teorias matemáticas Pedro Nunes rebate veementemente, era também médico, e que já no século XVIII Daniel Bernoulli (1700-1782), doutor em Medicina, deixou fama pelos seus trabalhos de trigonometria, hidráulica e órbitas planetárias.

Em 1573, Pedro Nunes é chamado por D. Sebastião para residir na Corte, e segundo os seus biógrafos viveu os últimos anos “com muito desafogo económico”.

No início de 1578 ocorre em Coimbra o episódio da *cutilada* protagonizado pela sua filha Dona Guiomar que perante o Bispo da referida diocese, agride violentamente o prometido noivo que se recusa a desposá-la.

Morreu em 11 de Agosto de 1578, pouco tempo depois e sem corresponder ao convite que Gregório XIII lhe dirigiu para se pronunciar acerca do projecto de reforma do calendário juliano elaborado pelo astrónomo Luis Lúlio.

“Pedro Nunes não foi um autor precoce nem prolífero”; contam-se doze, as suas obras publicadas entre 1537 e 1567 como primeiras edições; cada uma delas foi objecto de meditada ponderação e algumas aguardaram décadas

para serem dadas ao prelo. O livro da colecção **Bibliografias** da Biblioteca Nacional, por ocasião do V Centenário do grande matemático, faz uma exegese do seu perfil e produção científicos, assim como da polémica acerca das “obras perdidas”.

“*Pedro Nunes na sua reflexão matemática é veículo para a procura da unidade face à multiplicidade da natureza e da experiência humana*”, diz Miguel Azguime, compositor português nascido em 1960, que continua: “*Pedro Nunes provocou em mim um fascínio irresistível. Para mim ele é o símbolo de uma afirmação possível de saber, de inteligência, de invenção e de expressão estética da própria matemática. E são de facto de ordem estética as motivações que encontrei*



Sistema geocêntrico

na obra de Pedro Nunes e de ordem estética são também as relações entre música e matemática que deduzi de fragmentos dos livros *Tratado da Esfera e De Crepusculis para a composição de duas obras musicais... não se tratou de fazer música a partir de equações matemáticas, álgebra ou geometria... mas sim de se deixar conduzir por conceitos expressos em números ... numa espiral de desenvolvimentos associativos que culminaram com a composição das duas obras musicais "NÓNIO" para flauta e electrónica e "O CENTRO DO EXCÊNTRICO DO MUNDO" para electrónica, 16 vozes e 2 recitantes* (textos em latim e português arcaico, recolha das obras referidas).

Estas obras foram estreadas em 2002 por ocasião das comemorações do quinto centenário de Pedro Nunes.

A luz, a força da gravidade, a informação electrónica, a memória(?), o pensamento(?) são partículas ou cordas vibratórias; são matéria embora não substância. A expressão mais subtil destas partículas ou cordas é a vibração musical. A música das Esferas, a vibração que "atravessa", dá o salto quântico para outros níveis de realidade.

A expressão matemática é "a linguagem comum entre homem e deus". Max Planck (1858-1947) demonstra o princípio da descontinuidade, os saltos quânticos. Kurt Gödel (1906-1978) em 1931 postula o seu teorema: *os sistemas de axiomas complexos sem contradições internas são necessariamente abertos, os seus resultados são verdadeiros e indemonstráveis*.

E o corpo que Vesálio estudou e que Pedro Nunes deixou de parte por um percurso mais primordial? Que leis matemáticas regem cada aurora e cada ocaso de cada célula, cada mitocôndria, da atracção e da repulsão de cada partícula, da luz que o globo ocular refracta com maior ou menor erro?

Petrus Nonius o nome de uma cratera da Lua, atribuído pelos fundadores da selenografia Giovanni Riccioli e Francesco Grimaldi em 1651 e que perdura nos mapas actuais.

Os seus estudos sobre astronomia teórica, navegação loxodrómica, álgebra, geometria e outros, conheceram uma repercussão e continuidade na comunidade científica, a que não é estranha a notoriedade do matemático Cristóvão Clavius, o jesuíta e astrónomo germânico Christopher Schüssel (1538-1612) que ligado à história da cultura portuguesa, à Universidade de Coimbra e ao próprio Pedro Nunes, os difundiu pela erudita via dos Colégios da Companhia de Jesus. Na sua *Opera Mathematica* (1611) designa o mestre português por *Petrus Nonius Lusitanus summo ingenio Mathematicus*.

* Médica



Biografia de Pedro Nunes

- **1502**: Nasce em Alcácer do Sal
- **ca. 1517**: Inicia estudos universitários
- **1523**: Casa com D. Guiomar Áreas (Aires). [Deste casamento nasceram dois rapazes (Apolónio e Pedro) e quatro raparigas (Briolanja, Francisca, Isabel e Guimoar).] Toma o grau de **bacharel** médico.
- **1527**: Regressa de Salamanca. Dá aulas ao infante D. Luís (até Julho de 1531), a Martim Afonso de Sousa (até 1530) e a D. João de Castro.
- **1529**: É nomeado cosmógrafo do reino (a 16 de Novembro). Ingressa no Estudo Geral como lente substituto da cadeira de Filosofia Moral (a 4 de Dezembro).
- **1531**: Lecciona Lógica na Universidade, em Lisboa. Em Outubro começa a dar aulas ao infante D. Henrique (até 1534).
- **1532**: Exame de *licentia* na Sé de Lisboa (a 17 de Fevereiro). Toma grau de doutor (a 23 de Fevereiro) em Lisboa, na capela do Hospital Real.
- **ca. 1534**: Redige o primeiro manuscrito do Livro de Álgebra.
- **1537**: A 27 de Setembro obtém autorização do rei para mandar imprimir todas as obras que "tivesse

feitas". A 1 de Dezembro é publicado o *Tratado da Sphera com a Theorica do Sol e da Lua*, em Lisboa, por Germão Galhardo.

- **1542**: Em Janeiro, sai dos prelos: *De Crepusculis liber unus*.
- **1544**: É nomeado Professor de Matemática na Universidade, em Coimbra (a 16 de Outubro).
- **1546**: É publicado em Coimbra *De erratis Orontii Finaei*.
- **1547**: É nomeado Cosmógrafo-Mor do Reino (a 22 de Dezembro).
- **1548**: Nomeado Cavaleiro do Hábito de Cristo.
- **1549**: Diogo de Sá publica *De navigatione Libri tres*, em Paris. O livro contém críticas a Pedro Nunes.
- **1555**: Eleito para proceder à Reforma dos Estatutos universitários. Morre o infante D. Luís (em Novembro).
- **1557**: Ausenta-se da Universidade, por quatro anos, para viver em Lisboa.
- **1562**: Aposenta-se da Universidade (a 4 de Novembro).
- **1566**: *Petri Nonii Salaciensis Opera*, Basileia.
- **1567**: **Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria**, Antuérpia.
- **1571**: É publicado um volume contendo o *De Crepusculis* e o *De erratis Orontii Finaei*.
- **1573**: Publica-se em Coimbra o *De arte atque ratione navigandi*.
- **1578**: Episódio da cutilada. É consultado pelo Papa Gregório XIII, sobre o projecto de Reforma do calendário. Morre em Coimbra, (a 11 de Agosto).

Bibliografia

- Albuquerque, Luis, *A Aula da Esfera no Colégio de Santo Antão*, Lisboa, Junta Invest. Ultramar, 1972.
- Attias, Jean Christophe, *Dicionário Temático Larrousse*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1997.
- Azguime, Miguel, "Conferência" in *Pedro Nunes e a Ciência do seu Tempo*, Coimbra, Soc. Nac. História Matemática, 2002.
- Bluteau, Pe. Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino*, Lisboa, Oficina Pascoal da Sylva, 1716.
- Brandão, Juanito de Sousa - *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega Petropolis*, Ed. Vozes, 1991.
- Bewer, E Cobham, *Dictionary of Phrase and Fable*, <http://www.bootlegbooks.com>.
- Carvalho, Rómulo, "Posição Histórica da Invenção

do Nónio de Pedro Nunes" Sep. do nº 9 da Revista *Palestra*, Lisboa.

- Carvalho e Silva, Jaime, *Nonius* Arquivo Electrónico de Matemática www.mat.uc.pt.
- Chevalier, Jean, *Dictionnaire des Symboles*, Paris, Ed. Robert Laffond, 1982.
- Costa, A Fontoura, *Pedro Nunes*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969.
- Crichon, Michael, *A Esfera*, Lisboa, Gradiva, 1989.
- Eliade, Mircea, *Tratado da História das Religiões*, Lisboa, Ed. Asa, 1994.
- *Enciclopédia (Grande) Portuguesa e Brasileira*, Lisboa e Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia.
- *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo Americana*, Madrid, Espasa Calpe, 1989.
- *Estudo Perspicaz das Escrituras*, São Paulo, Ed. Sociedade Torre de Vigia, 1992.
- Gribbin, John, *À Procura do Gato de Schrödinger*, Ed. Presença, Lisboa 1986.
- *À Procura da Dupla Hélice*, Lisboa, Ed. Presença, 1989.
- Hofstadter, Douglas, *Gödel, Escher, Bach Laços Eternos*, Lisboa, Gradiva, 2000.
- Kahn, C H, *Anaximander and the Origins of Greek Cosmology*, New York, Columbia Univ. Press, 1960.
- Leitão, Henrique et al., *Pedro Nunes 1502-1578*, Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional, 2002.
- Livro dos Salmos, in *Bíblia Sagrada*.
- Magueijo, João, *Mais Rápido que a Luz*, Lisboa, Gradiva, 2004.
- Machado, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993.
- Nicolesco, Basarab, *Nous, la Particule et le Monde*, Monaco, Ed. Rocher, 2002.
- Nunes, Pedro, "Tratado da Sphera" in *Obras*, Fund. Cal. Gulbenkian, Lisboa 2002;
- "De Crepusculis" Lisboa, 2004; id.
- Pagels, Heinz, *O Código Cósmico: a física quântica como linguagem da natureza*, Lisboa, Gradiva, 1986.
- Peinado, Frederico Lara, *Mitos Sumérios e Acádios*, Madrid, Ed. Nacional, 1984.
- Pereira, Maria Teresa, *Alcacer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri.
- Prigogine, Ilya - *A Nova Aliança*, Lisboa, Gradiva, 1988;
- *Entre o Tempo e a Eternidade*, Lisboa, Gradiva, 1992;
- *O Fim das Certezas*, Lisboa, Gradiva, 1996.
- Rasteiro, Alfredo, "Pedro Nunes e a Universidade Portuguesa no século XVI", Colóquio Pedro Nunes; Alcácer do Sal 2002.
- Rua, Fernando, "As Relações entre John Dee e Pedro Nunes: a carta de Dee a Mercator de 20 de Julho de 1558", in Rev. *CLIO*, Lisboa, 2004.
- Santander, Teresa, *Escolares Medicos de Salamanca*, Salamanca, 1984.

- Thyon, René et al., *A Cabala e a Tradição Judaica*, Lisboa, Ed. 70, 1979.

- Unterman, Alan, *Dicionário de Lendas e Tradições Judaicas*, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1994.



A TRANSUMÂNCIA DOS GADOS SERRANOS EM PORTUGAL: ESCORÇO HISTÓRICO E EPIDEMIOLÓGICO

J. A. David de Morais

“A característica social de maior relevo nas regiões do centro da Península Hispânica foi talvez a pastorícia transumante.”

António Sérgio, 1978, p. 45.



1 - Introdução

A transumância de gados assumiu, desde longa data, uma importância notória na Península Ibérica (como, aliás, em toda a bacia mediterrânica), sendo que, por exemplo, no século XVIII, em Espanha migravam cerca de 3 500 000 cabeças de ovinos entre as terras altas do Centro-Norte e as terras baixas do Sul.

Em Portugal, o fenómeno transumante era condicionado, obviamente, pela nossa dimensão territorial, tendo Orlando Ribeiro (1940-41, p. 293) afirmado: *“A nossa história pastoril é, nas suas linhas gerais, idêntica à de Espanha: mas em escala mais reduzida.”* Pessoalmente, não subscrevemos inteiramente tal

afirmação. É um facto que, em termos de gestão do espaço e do tempo, a prática transumante se processava em moldes idênticos - como, por exemplo, acontecia também em França e na Itália (Jacoupy, 1933; Gaudiani, 1981) -, com os rebanhos a beneficiarem, no Verão, dos óptimos pastos de montanha e a invernaem, no Outono/Inverno, nas terras baixas do Sul. Todavia, em termos de organização da transumância os factos seriam o seu tanto diversos: Castela, com a criação da Mesta, em 1273, por Afonso X, “o Sábio”, passou a ter uma política coerente da sua pastorícia, sendo que toda a actividade de manejo de gados e exploração e comercialização da lã foi, então, minuciosamente regulamentada: *“(...) el Consejo de la Mesta era un Estado sobre otro Estado,*

com atribuciones gubernativas y judiciales (...)”, Moreno, 1959, p. 189. Assim, o inesgotável manancial do arquivo do *Honrado Concejo de la Mesta* (com cerca de seis séculos), transferido em 1836 para a Asociación de *Ganaderos del Reino* e hoje integrado no *Archivo Histórico Nacional*, tem permitido - desde a incontornável tese de doutoramento de 1915, em Harvard, de Julius Klein (1990) - produzir numerosos trabalhos de grande valia para a compreensão do fenómeno transumante em Espanha. Ora, em Portugal nunca houve uma linha coerente da política da transumância: existem tão-só documentos dispersos, sendo que, o mais das vezes, os reis limitavam-se apenas a emitir decisões para gerir conflitos entre transumantes e estantes ou para cobrarem montas sobre o pastoreio (é verdade que, em 1699, foi promulgado o *Regimento dos Verdes de Campo de Ourique*, a nossa mais elaborada legislação sobre o assunto em apreço, mas aquele Regimento teve uma existência efémera - a este assunto retornaremos infra).

2 - Escorço Histórico

A importância dos gados na antiga Lusitânia é historicamente conhecida, se bem que, então, deveriam ter sido os caprinos a assumir maior relevância. Já Estrabão escrevia: “comem (os Lusitanos) principalmente carne de cabra”. Todavia, à mistura com a criação de rebanhos, as pilhagens e o latrocínio de gados constituíam uma característica comportamental dos lusitanos: “*Homo pastoralis et latro*”, assim era definido Viriato, por exemplo, por Orosio (sobre “*el bandolerismo lusitano*” vide Julio Caro Baroja, 1987, pp. 329-35).

Para o Reino de Portugal, em geral, poderemos ter como certo que a regulamentação consuetudinária sobre pastos e transumância de gados terá tido o seu primeiro esteio nas leis visigóticas, aliás à semelhança do que aconteceu, via de regra, em toda a Península Ibérica - “(...) *Esa preferéncia [dos visigodos] por los intereses ganaderos sobre los agricultores, que había de ser un rasgo tan destacado en la historia de España posterior, se manifestaba entonces ya con claridad (...)*”, King, 1981, pp. 226-7.

Um dos aspectos mais típicos da actividade transumante era o pagamento da monta, *montaticum*, montádigo ou montádego: “(...) *certa pensão ou tributo, que se paga por pastar os gados no monte de algum concelho ou senhorio. Desde os princípios do Reino até os nossos dias, se tomou sempre, neste significado, esta palavra (...)*”, Rosa de Viterbo, 1966, p. 420. Ora, curiosamente, logo desde o início da nossa nacionalidade foi contemplada esta problemática, *verbi gratia* no foral de Évora, de 1166, de D. Afonso Henriques, onde, aliás se grafa o vocábulo de vários modos: “(...) *Ganado de Elbora non sit montado in nulla terra (...). Et omnes Qui quesierint pausar cum*

suo ganado in terminos de Elbora prestand de illis montadigo de grege das oues lll.or carneiros. De busto de uacas l uaca. Isto montatico est de concillio (...)”, Gabriel Pereira, 1885, p. 8 (ênfases nossas).

Se bem que a transumância em Portugal tenha também interessado, por vezes, os bovinos (Rui Fernandes relatou, em “1531 para 1532”, os curiosos hábitos dessas migrações: “(...) *As quaes vacas tem esta maneira, que do mes de maio ate o mes de setembro pastam na dita serra de muro, e do mes de setembro ate maio pastam na guamdara jumto do mar antre aveiro e coimbra, que sam 16, 17 legoas da dita serra de monte muro; e sam já tam semtidas no tempo, que se o tempo he quemte, e seus donos as nom vam buscar, muitas se vem por sy, e se o tempo he frio, e as nom levam, per sy se vam; e tem lugares deputados no caminho, que chamam malhadas, omde dormem. E aimda que cheguem cêdo, ahi se aposentam (...). Omde estes touros amdam, nam ousa lobo cometer a manada (...)*”, Rui Fernandes, 1824, p. 571.) e caprinos (David de Morais, 1993, p. 271; 1998a, p. 33), o facto é que a sua maior relevância interessava particularmente os ovinos, exactamente pela sua função de produção de lã.

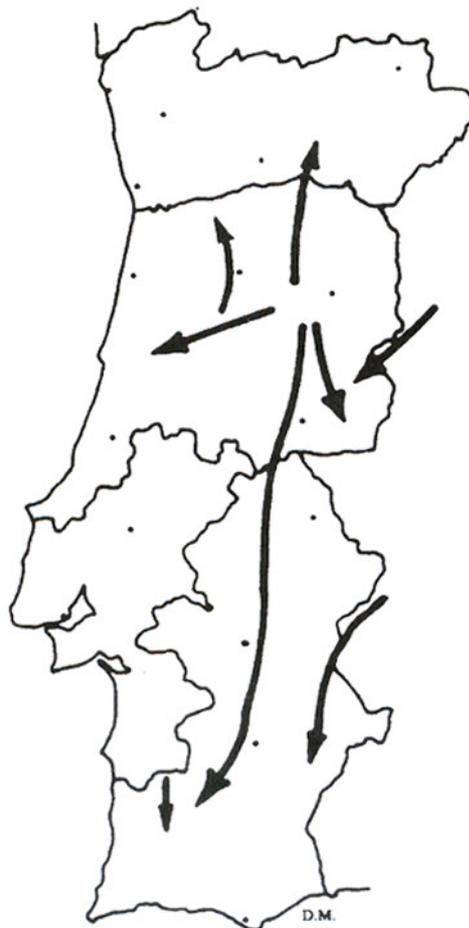


Fig. 1 - Principais rotas tradicionais de transumância em Portugal (reproduzido de David de Morais, 1998a, p. 18).

Os gados em transumância deslocavam-se em caminhos próprios, designados canadas: *calles pastorum*, da Roma clássica; *cañadas, cordeles e veredas*, dos castelhanos (Moreno, 1959; Martín *et al*, 1991); *tratturi*, da Toscana e reino de Nápoles, na península Itália - sobre os *tratturi*, vide o interessante capítulo “*Delli passi, tratturi e riposi delle pecore*”, da Regia Dogana: “(...) *li tratturi sono vie per dove caminano l'animali della Dogana, (...), il camino spazioso, spedito e commodo* (...), Gaudiani, 1981, p. 63.

Na Fig. 1 damos as principais rotas da transumância em Portugal (notaremos que em Gerbet, 2000, pp. 157 e 316 é incorrecta a representação da rota da transumância a Sul, uma vez que a canada passava a leste da cidade de Évora e não a oeste - c. f. David de Moraes, 1998a, pp. 18 e 44; 1998b, pp. 83 e 196). As canadas possuíam uma largura de 80 passos nos baldios e de 60 passos nas coutadas (alvará real de 3 de Junho de 1605, com que Filipe II procurou regulamentar a legislação dispersa existente até então) - em Espanha e na Itália as canadas tinham uma largura de 90 varas (75 metros) e 60 passos, respectivamente (Martín, 1991, p. 12; Gaudiani, 1981, p. 63). Aos gados em trânsito era reconhecido o direito de pastarem livremente nos baldios e maninhos, e o direito a três dias para atravessarem as coutadas.

A passagem do Tejo era feita em Vila Velha de Ródão, em barcas - “(...) *os rebanhos transumantes da Serra da Estrela, que se dirigiam para o Alentejo, estavam dois e três dias para passar, enchendo as margens dos seus clamorosos baldios* (...)”, Vários, 1944, p. 643 -, e aqui surgiam frequentemente conflitos, com os proprietários locais a procurarem encoimar os gados, por efectiva ou pretensamente invadirem as coutadas. Em 1230, no reinado de Sancho II, vários pastores serranos da Covilhã foram mesmo chacinados às mãos dos Templários de Castelo Branco, quando se preparavam para atravessar o Tejo com os seus gados, o que levou a que houvesse um julgamento, tendo os agressores sido condenados, por sentença real, a várias penas: recolha dos cadáveres e obrigatoriedade de construir no local uma capela para os enterrar; pagamento de indemnizações; obrigação de hastear a bandeira da Covilhã no topo do castelo de Castelo Branco; e “(...) em sinal de se ter posto termo aos muitos danos e agravos dos dois concelhos, nós ordenamos que o alcaide da Covilhã desse um ósculo de paz ao mestre do Templo, e que o mesmo fizessem os alcaides da dita vila aos alcaides de Castelo Branco. (...)”, Teófilo Braga, 1985, p. 89). Mas os conflitos persistiram: “(...) *porque não podem desembarcar em outra parte* (...), *lhe coutam a calçada e a sahida da barca* (...)”, reclamavam ao rei “os Pastores Serranos da Serra da Estrela” (alvará de 11 de Maio de 1581, de Filipe II de Espanha). E só com a construção da ponte metálica, em 1888, este grave problema ficou solucionado.

O percurso principal do gado ovelhum serrano - a “transumância a extremos”, desde a Serra da Estrela até aos campos de Ourique -, demorava cerca de 20 dias e cobria aproximadamente 400 km (em Castela, os gados percorriam 800 a 1000 km).

Não havendo estudos sobre a actividade transumante interessando o sul de Portugal (para a região do Centro, o fenómeno foi estudado, entre outros, por Amorim Girão, 1940; Orlando Ribeiro, 1940/41; Jorge Dias, 1965; Martinho, 1978), nós próprios investigámos esta problemática durante vários anos, e demos à estampa, em livro, os percursos detalhados no distrito de Évora e os locais de invernadoiro no reinado de D. João III (David de Moraes, 1998a, cap. II, pp. 41-54) - Fig. 2.

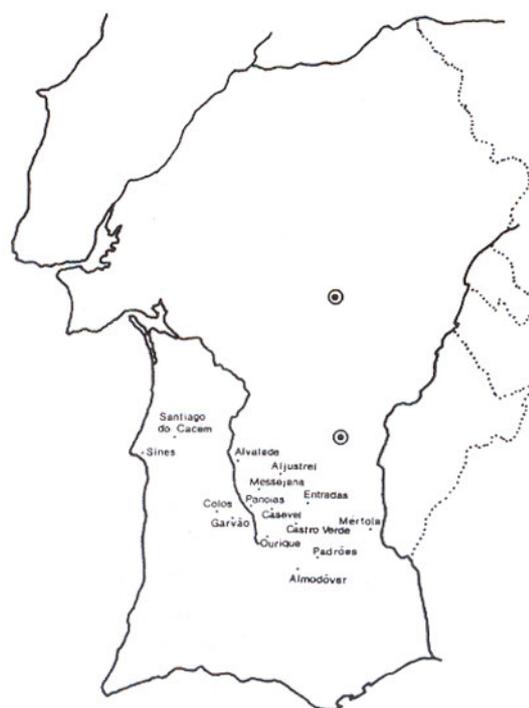


Fig. 2 - Invernadoiros meridionais dos gados transumantes no reinado de D. João III (reproduzido de David de Moraes, 1998a, p. 23).

Para defesa de lobos e ladrões, os rebanhos eram acompanhados por potentes cães Serra da Estrela. Outrossim, algumas cabras eram integradas na ovelhada, e destinavam-se a produzir leite para alimentar os pastores e os cães - lembre-se que, em Castela, “(...) *a los perros correspondía la misma ración de alimento que a los pastores* (...)”, Klein, 1990, p. 70. Demais, alguns burros transportavam os apetrechos dos pastores: “(...) *Leva os tarros e apeiros,/ E o çurrão co’ os chocalhos,/ Os çamarros dos vaqueiros,/ Dois sacos de pães inteiros,/ Porros, cebolas e alhos./ Leva as peas da boiada,/ As carrancas dos rafeiros* (...)” - mutatis mutandis, esta era a descrição que Gil Vicente (1965, p. 514) fazia, em 1534, da burra de um rebanho.

Os gados partiam da Serra, para Sul, em meados de Outubro e regressavam em Maio aos pastos de montanha, fazendo o pagamento da monta ou montado, pelo “verde” consumido, no “(...) *limite da Perdigoa, termo de Crasto-Verde, junto á Villa das Entradas*, aonde foi sempre uso, e costume fazerem-se (...)” - *Regimento dos Verdes, e Montados do Campo de Ourique*, cap. VI, parág. 1, 1699 (David de Morais, 1998a, pp. 71-83). Todavia, com a abolição do Regimento, em 1739, os pastos deixaram de ser pagos à fazenda real, passando a ser pagos aos proprietários dos terrenos.

Questão polémica foi sempre a entrada de gados de Castela em Portugal. Com efeito, os dois reinos haviam acordado entre si que a transumância se pudesse processar de Castela para Portugal e vice-versa (o que dificilmente ocorreria, dada a concorrência que os gados portugueses ali encontrariam): “(...) *na regência do Infante D. Pedro, na menoridade de D. Afonso V*(...), foram autorizados “*todos os visinhos e moradores dos reinos de Castela*” a vir à terra do Campo de Ourique seguramente “*com seus gados pascer as ervas & beber as aguas pagando eles seu montado & direito segundo é de costume*” (...)” - alvará de 8 de Novembro de 1444, confirmado por cartas de 2 de Dezembro de 1485 e de 19 de Outubro de 1496 (Ezequiel de Campos, 1943, pp. 61-2). Assim, reiteradamente surgiam queixas da concorrência que os gados de Castela representavam nos pastos portugueses, como por exemplo nos reinados de:

- D. João II: “(...) *os castelhanos da raia, protegidos pelos poderosos, introduziam seus rebanhos lanígeros e seus gados vaccuns, que por vezes sommavam quarenta e sessenta mil cabeças por anno, e occupando as melhores pastagens do Alemtejo e da Beira deixavam só as inferiores aos nossos* (...)”, Rebello da Silva, 1868, p. 177.

- D. João III: “(...) *Na provincia do Alemtejo* (...) a despeito das providencias mais severas abriam as herdades na maior parte incultas seus pastos aos gados de Castella, em detrimento dos nacionaes, que, zombando da vigilancia das alfândegas continuavam a ser passados pela fronteira. Na Beira succedia o mesmo (...)”, idem, pp. 236-7.

Esta problemática situação levou mesmo a que D. João III, pela lei 35 das cortes de 1538, interdittasse a entrada de gados estrangeiros no país: “(...) *Que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que fosse, mettesse gado de nenhuma sorte de fora destes regnos, para nelles pastar* (...). & fossem presas, assi os senhores dos gados, que neste regno fossem achados, como os pastores, ou pessoas que em guarda dos gados andassem, & fossem degradados [sic] por cinco annos para Africa (...)”, Duarte Nunez do Leão, 1569, quarta parte, tit. VI, Lei V, p. 124.

Obviamente que no período filipino a afluência a Portugal de gados castelhanos voltou a verificar-se,

com os seus habituais problemas: “(...) *no Alemtejo os grandes rebanhos tosavam nas herdades os peiores pastos, emquanto a herva dos almarjaes era arrendada no Campo de Ourique, em outros logares do sul, e nas encostas da serra da Estrella aos creadores de Castella, que a pagavam muito melhor, do que os naturaes pela grande necessidade d'ella para suas immensas manadas vaccuns e rebanhos lanígeros* (...)”, Rebello da Silva, 1868, p. 330. Teoricamente, com a Guerra da Restauração, a transumância vinda de Espanha teria cessado; mas, ainda em 1788, Gervásio Almeida Pais terá encontrado na Herdade Real do Roncão (Monsaraz) rebanhos segovianos, o que deixa prever que a passagem para Portugal se tenha feito ali bem perto, uma vez que aquela herdade tem extrema com Espanha, de que está separada apenas pelo rio Guadiana, aliás bem fácil de passar a vau em anos menos pluviosos (Silbert, 1978, p. 668).

Acresce que a questão dos gados estrangeiros era ainda agravada pelo contrabando que então os castelhanos faziam aquando da transumância: “(...) *Soião os moradores do campo de Ourique, & de outros lugares de alen Tejo, no inuerno, & os da serra da Estrella no verão arrendar partes de suas heruagões, que podião escusar aos Sorianos, & moradores outros de Castella que a este reino vinhão, pastar seus gados. A qual entrada se defendeo por os muitos enganos que os forasteiros nisso commetiam, que quando tornauam com cobertura de seus gados, leuauam muito que comprauam no reino misturado com os seus a que nunca se pode obuair com rigorosa leis que sobre isto ja de tempos antigos hauia de decepamento de pees, perdimento de fazendas, & grandes degrados* (...)”, Duarte Nunez do Leão, 1785, pp. 122-3. “O decepamento de pees” encontrava suporte legal, com efeito, pelo menos na provisão de 14 de Agosto de 1527, de D. João III: “(...) *Que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, tirasse nem mandasse tirar, per si nem per outrem, de seus regnos & senhorios, para fora delles, nenhum gado de qualquer sorte que fosse, & (...) se fosse pião, fosse publicamente açoutado com baraço & pregão, & fosse decepado ao pee do pelourinho hum pee, & fosse degradado para todo sempre para a ilha de sam Thome* (...)”, Duarte Nunez do Leão, 1569, quarta parte, tit. VI, Lei I, p. 123. Por alvará de 3 de Novembro de 1529, aquela lei tornou-se também extensiva aos “castelhanos passadores” - idem, quarta parte, tit. VI, Lei II, p. 123. Mas, então como agora, não eram as medidas draconianas que revolviam o problema. A questão não estava na lei, estava, sim, na sua aplicação: “(...) *por quanto os juizes e scripvães dos portos som já tam corruptos* (...)”, proclamava-se nas cortes de Évora de 1436 (Gabriel Pereira, 1887, p. 51).

À guisa de sùmula, podemos dizer que a situação de carência de gados em Portugal tinha começado

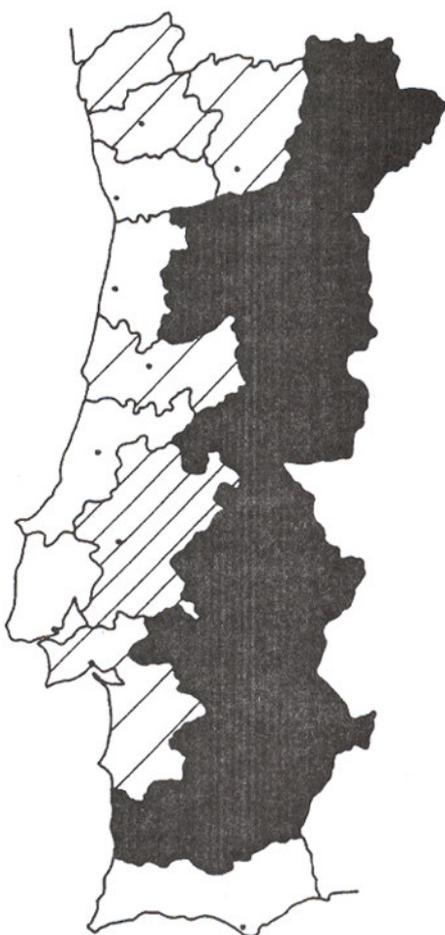


Fig. 3 - Arrolamento de ovinos em Portugal, em 1940, e sua importância por distritos. A cheio: distritos com mais de 300 000 cabeças; a tracejado cerrado: entre 200 000 e 300 000 cabeças; a tracejado espaçado: entre 100 000 e 200 000 cabeças; restantes distritos: menos de 100 000 cabeças (reproduzido de David de Moraes, 1998b, p. 85).

por ser bem gravosa - "(...) os gaados som em esta terra mui poucos, e tam poucos como nunca forem (...)", Cortes de Évora, 1436 - o que obrigara à adopção de medidas protectoras severas: "(...) Que nenhum nom corte ovelha nova nem velha, e o que o contrario fiser que as perca a metade pera quem os acusar e a outra metade pera o concelho. E nom tolhemos porem a seus donos de as matarem pera governança de suas casas aquelas que lhe forem compridoiras e mais nom (...)", idem, p. 52. Contudo, por via da carência de tecidos de lã, os gados serranos conheceram subsequentemente uma certa expansão, culminando na industrialização dos lanifícios, em especial na Guarda e Portalegre, daí que o fenómeno transumante careça de ser estudado em correlação com as indústrias da lã.

Mas a transumância "a extremos" viria a esgotar-se sensivelmente após a implantação da República (David de Moraes, 1998a, p. 32-3). Podemos, pois, balizar no dealbar da República o estertor derradeiro da



Fig. 4 - Arrolamento de ovinos em Portugal, em 1979, e sua importância por distritos. A cheio: distritos com mais de 300 000 cabeças; a tracejado cerrado: entre 200 000 e 300 000 cabeças; a tracejado espaçado: entre 100 000 e 200 000 cabeças; restantes distritos: menos de 100 000 cabeças (reproduzido de David de Moraes, 1998b, p. 86).

migração sazonal de ovinos da Serra da Estrela para as invernadas "a extremos", estertor esse advindo de motivos sociais, políticos, económicos e também pela sensação de insegurança que, então, se começou a viver no País, em especial em deslocações de longo curso.

Subsequentemente, foi a própria pastorícia serrana que foi minada nas suas bases (c. f. Fig.s 3 e 4), fundamentalmente no decurso da florestação desordenada do Centro do país: a génese deste declínio final é, aliás, facilmente discernível nos livros *Quando os Lobos Uivam*, de Aquilino Ribeiro e *A Lã a Neve*, de Ferreira de Castro - "(...) Em volta de Manteigas já não há um único pasto, como sabes. Todas as encostas estão cheias de florestas do Governo e não se vêem senão árvores (...)", Ferreira de Castro, 1979, pp. 78-9. E isto quando, ainda hoje, países como a Suíça continuam a alicerçar a sua economia na grande produtividade e riqueza dos pastos de montanha.

Morta que foi "a galinha dos ovos de ouro" (ou "as

ovelhas dos velos de ouro”), obviamente que toda a indústria de lanifícios serranos ruiu, depauperando a economia regional e agravando ainda mais a sangria de emigração das gentes.

3 - Escorço Epidemiológico

Quem se dedique ao estudo da transumância em geral apercebe-se, facilmente, que a grande maioria dos investigadores desta matéria referem apenas os aspectos positivos da mesma. Ora a transumância tem (tinha) quer aspectos ou impactos positivos, indeclináveis, mas também impactos negativos (David de Moraes, 1998a, cap. III, pp. 55-66).

3.1 Como principais impactos positivos, salientaremos:

a) Complementaridade dos ecossistemas de montanha e planície. Com efeito, apesar de separados por centenas de km, os riquíssimos pastos das Terras Altas (em especial os cervunais) e os almargeais e restolhos das Terras Baixas, com potencialidades diferentes, permitiam estabelecer entre si uma exploração, de experiência feita, com amplos benefícios mútuos. Os dois ecossistemas interagiam, pois, à distância, através de um verdadeiro tele-*feed-back*.

b) Regeneração dos pastos e coberto vegetal. É por demais manifesto que a ausência de rebanhos, por períodos de seis meses, em cada um dos dois ecossistemas propiciava a sua regeneração e subsequente utilização em moldes sustentáveis no tempo. Demais, a biodiversidade (agro-silvo-pastoril) conferia a esta forma tradicional de utilização do meio uma perenidade que os séculos, manifestamente, confirmaram.

c) Reposição da fertilidade dos solos. A conhecida estrumação a bardo ou “a rabo de ovelha” facultava, efectivamente, a possibilidade de fertilização dos campos de cultivo.

d) Selecção de ovinos resistentes. Indeclinavelmente, ao eliminar os animais mais fracos, a transumância constitui-se num notável factor de selecção genética, que produziu ovinos caminheiros de grande robustez, de raça merina (sobre a polémica da génese desta raça de gado ovelhum, vide David de Moraes, 1998a, pp. 12-4).

e) Manutenção da cadeia trófica. Em termos faunísticos, a complementaridade da exploração de nichos coincidentes no espaço também se revelou benéfica: era o caso, por exemplo, da presença de aves necrófagas (abutres e grifos, em particular) e carnívoros selvagens (lobos, lince e raposas) ao longo dos percursos e dos poisos transumantes, com o concomitante aproveitamento dos cadáveres das reses que morriam, e das quais o pastor só aproveitava a pele. Como é sabido, a irresponsabilidade dos caçadores nacionais levou, praticamente, à extinção daquelas espécies, tidas por verdadeiros “sanitaristas do ambiente”.

f) Fomento e repartição de riqueza. A criação e exploração dos gados constituía, de facto, uma fonte de proventos importante, quer para os proprietários dos rebanhos quer para a coroa real e populações locais que alugavam os seus pastos. Demais, a jusante, a fileira da lã propiciou o desenvolvimento de uma próspera indústria de lanifícios (sobre a importância da indústria de lanifícios em Portugal, visite-se o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior ou o seu *site* na *internet*), concomitantemente com a sua laboração artesanal, dispersa por várias localidades (Luzia et al, 1984; Guimarães, 2002, pp. 227 - 48).

g) Difusão e uniformização da cultura do país e contribuição, outrossim, para a constituição de um património histórico de valor incalculável. Atente-se que pelas canadas transumantes não circulavam apenas gados: circulavam também saberes, cultura, tradições, ideias e sentimentos. Na restante Península Ibérica, a transumância terá sido mesmo, quanto a nós, um dos cimentos aglutinadores, propiciadores da constituição do estado unitário espanhol, a partir dos vários reinos independentes de então - note-se que, por exemplo, os casamentos entre transumantes e estantes ocorriam com certa frequência (Gómez, 2001).

3.2 Como principais impactos negativos, enfatizaremos:

a) Degradação do coberto vegetal. É um facto conhecido que o dente da ovelha (mais ainda o da cabra) é um verdadeiro modelador de paisagens, quer pelos impactos que provoca nas herbáceas quer pela razia que pratica sobre as espécies arbóreas jovens, regeneradoras do montado; outrossim, aos pastores era reconhecido o direito de “(...) *cortarem a rama, e lenha que lhes for necessária (...), para o uso das suas malhadas, e reparação dos seus gados (...)*”

(*Regimento dos Verdes, e Montados do Campo de Ourique*, 1699, cap. I, parág. 6), o que sempre culminou em abusos. Demais, as queimadas eram uma prática gravosa, a que recorriam frequentemente os pastores, para terem pastos precoces: “(...) *a renovação das queimadas por gerações sucessivas, desde antes dos romanos, desarborizou enormes extensões do Alentejo e deu origem a grande erosão do terreno (...)*”, Ezequiel de Campos, 1943, p. 56. Assim, no sul do país, o montado tradicional paulatinamente acabaria por ceder lugar à “terra campá” (David de Moraes, 1985). Aliás, também a Espanha ainda hoje não se refez dos impactos gravosos do pastoreio excessivo dos gados transumantes: “(...) *Em Espanha, as florestas foram sacrificadas numa escala devastadora a um animal que proporcionava grande riqueza aos seus donos, o carneiro merino (...). Em meados do século XVI, a floresta que outrora cobria a maior parte da Espanha central quase desaparecera. Em grandes áreas, a terra encontrava-se completamente*

despida de árvores e a camada de solo da superfície fora arrastada pela água. Até hoje, a agricultura do país não se refez disso (...)", Attenborough, 1988, pp. 163-5.

b) Impactos faunísticos. A tentativa de eliminar animais considerados danosos para os rebanhos é um facto bem conhecido, estando, por exemplo, já documentada nas cortes de Lisboa, de 1410 (D. João I), com atribuição de prémios pelos lobos que se abatiam.

c) Conflituosidade entre estantes e transumantes. Esta era uma questão que surgia com certa frequência, em especial quando os rebanhos causavam danos nas culturas, e culminava, por vezes, em agressões e mesmo em mortes, como já referimos, supra, no conflito entre templários de Castelo Branco e pastores da Covilhã, ou em casos que nós próprios documentámos (David de Moraes, 1998a, p. 53, nota 89).

d) Impactos sobre a Saúde Pública. Esta é a problemática que aqui mais importa destacar. Compreende-se, facilmente, que a difusão de certas doenças transmissíveis guardava relação com os elementos integrantes do rebanho, que podiam actuar como difusores, reservatórios ou transportadores de vectores (David de Moraes, 1998a, cap. IV, pp. 61-7).

Assim, os próprios pastores poderão ter concorrido para a difusão de certas pestilências medievais, com impactos que, historicamente, são conhecidos: "(...) *A primeira epidemia de peste em Portugal, cujo diagnóstico é aceite por todos os autores, foi a de*

1348 (...), vitimando 9/10 da população (...)", Correia, 1938, pp. 459-60. A subsequente consequência para o sul do país foi que "(...) *O Alentejo era na maxima parte uma brenha selvatica (...)*", em que "(...) *a população aggre-miava-se em cidades, villas e aldeias, sendo rarissimas as habitações ou casaes, distantes d'estes centros. Um ambito cultivado circumdava as povoações, e fornecia a subsistência de seus moradores: toda a demais região intermedia era um deserto (...)*", Costa Lobo, 1903, pp. 78 e 96. Também, plausivelmente, a malária - a doença que mais pessoas deve ter atingido a população portuguesa durante os oito séculos da nossa existência como nação (recorde-se que, ainda em 1930, adoeciam em Portugal cerca de 100 000 indivíduos atingidos pelo paludismo (Cambounac, 1978/9) -, que tem o homem como reservatório, terá encontrado nos pastores que se deslocavam pelo território um difusor importante. Refira-se que, por exemplo, na freguesia de Santa Maria da Devesa, Castelo de Vide (região de passagem transumante), em 1803, 66,2% dos óbitos ocorreram por "febre malina" e "sezões" (Vieira, 1993, p. 32).

Quanto aos ovinos e caprinos, são conhecidos como reservatórios privilegiados de doenças como a brucelose, o carbúnculo e a febre Q, por exemplo.

Mas também os cães assumiriam, seguramente, um papel preponderante na disseminação de doenças como a leishmaniose, a raiva e a equinococose-hidatidose. A propósito desta última zoonose

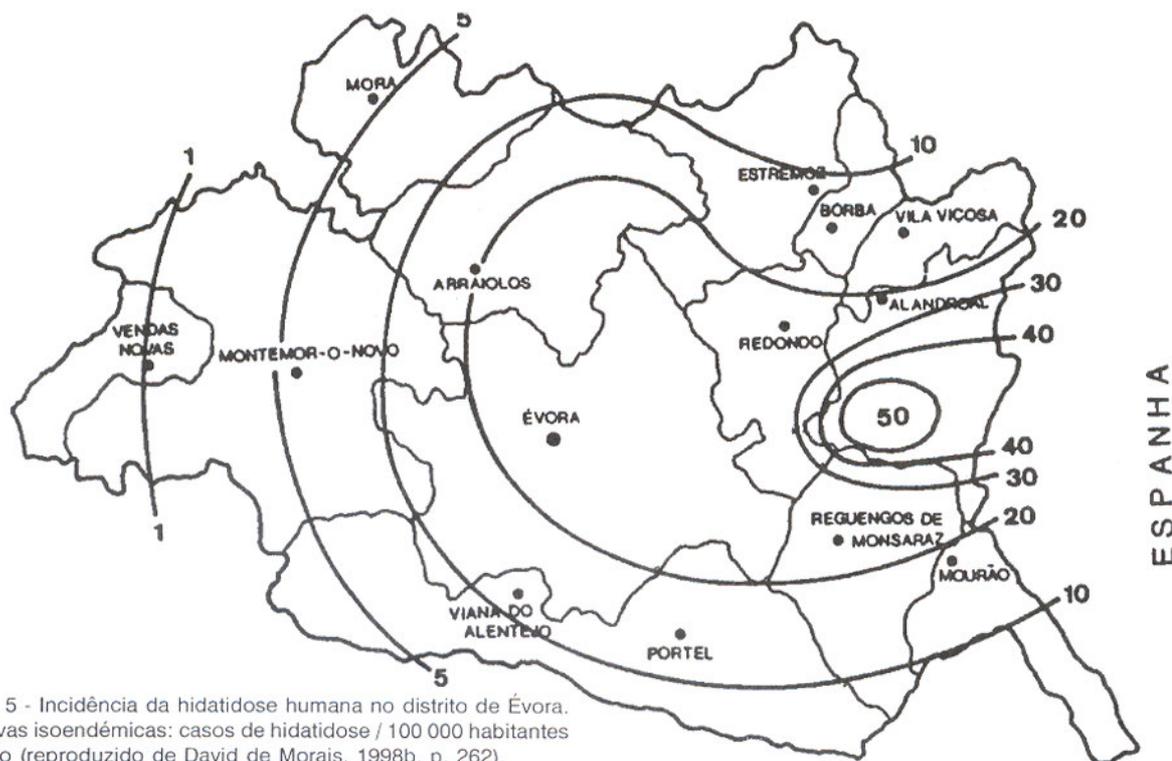


Fig. 5 - Incidência da hidatidose humana no distrito de Évora. Curvas isoendémicas: casos de hidatidose / 100 000 habitantes / ano (reproduzido de David de Moraes, 1998b, p. 262).

parasitária, referiremos que efectuámos estudos epidemiológicos aprofundados na região do Alentejo, tendo determinado na região leste do concelho de Évora um dos focos de maior incidência do mundo (David de Morais, 1997; 1998b, pp. 229-64) - Fig. 5; fizemos, então, uma análise detalhada dos vários factores possivelmente propiciadores desta situação e concluímos que, neste troço da margem esquerda do Guadiana, invernavam, durante séculos, numerosos gados castelhanos. Curiosamente, em Espanha a ocorrência hiperendémica da hidatidose ocupa uma faixa transversal do país, a chamada "paisaje amarillo" ou "cinturón o paso de oveja" (Berchi et al, 1985, p. 222; Queizan de la Fuente, 1985, p. 234), que apresenta perfeita coincidência com a zona hiperendémica do distrito de Évora.

É também sabido que a febre recorrente, provocada pela *Borrelia hispanica*, - e que grassou em Portugal em especial nas décadas de 30-40 (Cambournac et al, 1954; David de Morais, 1990; 1991) - terá sido introduzida no nosso país através de porcos vindos de Espanha (Silbert, 1978, p. 702).

Finalmente, quer os ovinos e caprinos quer os cães são grandes disseminadores de carraças, que transmitem várias doenças como arboviroses (Filipe et David de Morais, 1986; Filipe et Andrade, 1990), ehrlichiose / anaplasmoze (David de Morais et al, 1991; 1992), borreliose de Lyme (David de Morais et al, 1989; 1992; 1997; Nuncio-Soares, 2001), rickettsioses (Filipe et al, 1990, Figueira, 1996), etc. Especificamente em relação a uma das rickettsioses de grande endemicidade em Portugal, a febre escarionodular ou febre botonosa, transmitida pela carraça *Rhipicephalus sanguineus*, lembremos que, no seu célebre trabalho sobre esta rickettsiose, Ricardo Jorge (1930, p. 439-42) referiu, pela primeira vez, raros casos ocorridos no país (Lisboa: 3 casos; Alcobaca: 3 casos; Porto: 1 caso), mas noticiou a existência de um importante foco endémico em Gouveia: "(...) 54 cas au cours de trois annés (...)". Ora, da região de Gouveia partiam para o Sul importantes contingentes de ovinos e respectivos cães: com a difusão, inevitável, do *R. sanguineus* terá, muito plausivelmente, ocorrido também a disseminação da *Rickettsia conorii*. A mero título de exemplo, lembremos ainda que o *Ixodes ricinus* - vector, entre outras zoonoses, da borreliose de Lyme - é uma carraça típica da região norte, e que, entre nós, se deverá ter disseminado do Norte para o Sul do país (Leitão, 1968).

Bibliografia

- Attenborough, D. *O Primeiro Éden. O Mundo Mediterrânico e o Homem*. Lisboa: Gradiva/RTC, 1988.
- Baroja, Julio Caro. *Los Pueblos de España*, 5ª edição. Madrid: Ed. Istmo, 1987.
- Berchi, F.J.; Cano, I; Díaz, L; Cuadros, J; Gómez-Fraile, A. Hidatidosis en la infancia: nuestros planteamientos actuales. *Ponencias*. Madrid: XIII Congreso Internacional de Hidatidologia, 1985, pp. 222-6.
- Braga, Teófilo. *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.
- Cambournac, FJC; Roque, RA; Rés, JF. Relatório Sobre a Febre Recorrente no Continente Português. *Boletim dos Serviços de Saúde*, 1954; 1 (1-4): 1-99 (separata).
- Cambournac, FJC. Serious threat of reintroduction of endemic malaria in Portugal. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 1978/9; 1 (5): 387-400.
- Correia, Fernando da Silva. Portugal Sanitário (*Subsídios Para o Seu Estudo*). Lisboa: Direcção Geral de Saúde, 1938.
- David de Morais, JA. Antropo-Ecologia da região alentejana: sobre o comportamento humano enquanto determinante principal do processo de desertificação. *Antropologia Portuguesa* 1985; 3: 69-88.
- David de Morais, JA; Filipe, AR; Nuncio, MS. Doença de Lyme em Portugal. Caso clínico. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 1989; 12: 261-76.
- David de Morais, JA. As borreliososes no Sul do País: perspectiva da Saúde Ambiental. In: *Saúde e Ambiente. Problemática da Interação*. Lisboa: Associação Luso-Alemã para a Ciência e Cultura, 1990: 39-45. Idem: *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 1991; 14: 115-9.
- David de Morais, JA; Dawson, JE; Greene, C; Filipe, AR; Galhardas, LC; Bacellar, F. First European case of Ehrlichiosis. *Lancet* 1991; 338: 633-4.
- David de Morais, JA; Dawson, JE; Greene, C; Filipe, AR; Galhardas, LC; Bacelar, F. Ehrlichiose humana. Primeiro caso diagnosticado na Europa (Portugal). *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 1992; 15(1): 59-63.
- David de Morais, JA; Leitão, AL; Páscoa, BG; Filipe, AR; Nuncio, MS. Doença de Lyme. A nossa experiência clínica na região do Alentejo. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 1992; 15: 227-45.
- David de Morais, JA. *A Hidatidologia em Portugal: Contribuição para o seu Estudo Integrado*, vols. I e II. Lisboa: Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade Nova de Lisboa, 1993 (tese doutoral).
- David de Morais, JA. A Transumância de Gados em Portugal: Enquadramento Histórico e sua Possível

* Universidade de Évora. Departamento de Ecologia.

- Importância Epidemiológica na Difusão de Certas Antropozoonoses de/e para o Alentejo. *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora. Actas*. Évora: Hospital do Espírito Santo de Évora, 1996, 327-61.
- David de Moraes, JA; Filipe, AR; Núncio, MS. Subsídios para o conhecimento clínico-epidemiológico da doença de Lyme no distrito de Évora. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 1997, 20 (2): 7-14.
 - David de Moraes, JA. Estudo epidemiológico da Equinococose-Hidatidose no distrito de Évora: problemática metodológica. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 1997; 20 (3): 137-45.
 - David de Moraes, JA. *A Transumância de Gados Serranos e o Alentejo*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1998a.
 - David de Moraes, JA. *A Hidatidologia em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998b.
 - Dias, Jorge. Aspectos da vida pastoril em Portugal. *Revista de Etnografia* (Museu de Etnografia e História, Porto) 1965; 4 (2): 333-87.
 - Ezequiel de Campos. *O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa Através dos Séculos*, 2ª edição. Lisboa: Edição da Revista "Ocidente", 1943.
 - Fernandes, Rui. Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas (1531-1532). In: *Colecção de Inéditos de História Portuguesa*, vol. 5. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1824, pp. 546-613.
 - Ferreira de Castro. *A Lã e a Neve*, 13ª ed. Lisboa: Guimarães Ed., 1979.
 - Filipe, AR; David de Moraes, JA. Anticorpos contra Arbovírus e vírus de origem muróide (*Hantavirus*) na população do Vimieiro (Alto Alentejo). *Rev Portuguesa Doenç Infec* 1986; 9(2): 31-43.
 - Filipe, AR; Rebelo de Andrade, H. Arboviruses in the Iberian Peninsula. *Acta Virol* 1990; 34: 582-91.
 - Filipe, R; Bacellar, F; David de Moraes, JA. Anticorpos contra *Rickettsiae* na população do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas* 1990; 13: 85-9.
 - Gaudiani, Andrea. *Notizie per il Buon Governo della Regia Dogana della Mena delle Pecore di Puglia*. Foggia: Editrice Apulia, 1981.
 - Gerbet, Marie-Claude. *Un Élevage Original au Moyen Âge. La Péninsule Ibérique*. Biarritz: Atlântica, 2000.
 - Girão, Aristides de Amorim. *Montemuro. A Mais Desconhecida Serra de Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1940.
 - Gómez, Pedro G. Trashumancia y matrimonio en la Cordillera Cantábrica. España. (Estudio biodemográfico). *Revista de Demografía Histórica* 2001; XIX (I), Segunda época: 35-55.
 - Guimarães, Paulo. A Lã e os Destinos da Indústria Têxtil no Alentejo no Século XIX - Uma Interpretação. *Jornadas de Arqueologia Industrial*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira interior, 2002, pp. 227-48.
 - Jacoupy, Jacqueline. *La Transhumance*. Paris: Librairie Stock, 1933.
 - Jorge, Ricardo. La fièvre exanthématique (fièvre escharo-nodulaire) et son apparition au Portugal. *Lisboa Médica* 1930; 7 (8): 433-54.
 - Klein, Julius. *La Mesta. Estudio de la historia económica española, 1273-1836*, 3ª reimpressão. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
 - King, PD. *Derecho y Sociedad en el Reino Visigodo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
 - Leitão, J. Silva. Um exemplar macho de *Ixodes ricinus* (Linnaeus, 1758) encontrado no Alentejo. *An Esc Sup Med Veter* 1968; 10: 109-13.
 - Lobo, A. de Sousa Silva Costa. *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.
 - Luzia, Ângela; Magalhães, Isabel; Torres, Cláudio. *Mantas Tradicionais do Baixo Alentejo*. Mértola: Campo Arquelógico de Mértola, 1984.
 - Martín, Pedro García et al. *Cañadas, Cordeles y Veredas*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1991.
 - Martinho, Alberto Trindade. O pastoreio e o queijo da Serra. *Colecção Parques Naturais* 1978; (3): 1-125.
 - Moreno, Laureano Saiz. La trashumancia en España, como factor epidemiológico en relación con la Hidatidosis. *Archivos Internacionales Hidatidosis* 1959; 17 (Fas. I y 11): 187-92.
 - Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior: <http://www.ubi.pt/museu/rotala.html>
 - Núncio-Soares, MSCL. *Contribuição para o estudo de borrélias e borreliose de Lyme em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2001 (tese doutoral).
 - Nunez do Liam, Duarte. *Leis extravagantes*. Lisboa: Antonio Gonçalvez, 1569 (nota: existe edição recente, "fac-simile", da Fundação Calouste Gulbenkian, 1987).
 - Nunez do Leão, Duarte. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1785.
 - Pereira, Gabriel. *Documentos Históricos da Cidade de Évora, primeira parte*. Évora: Typographia Economica de Jose d'Oliveira, 1885.
 - Pereira, Gabriel. *Documentos Históricos da Cidade de Évora, segunda parte*. Évora: Typographia Economica de Jose d'Oliveira, 1887.
 - Queizan de la Fuente, A. Hidatidosis hepática en la infancia. *Ponencias*. Madrid: XIII Congreso Internacional de Hidatidologia, 1985, pp. 233-7.
 - Rebello da Silva, LA. *Memória Sobre a População e a Agricultura de Portugal Desde a Fundação da Monarchia até 1865*. Parte I (de 1097-1640). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.
 - Ribeiro, Aquilino. *Quando os Lobos Uivam*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1974.

- Ribeiro, Orlando. Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela. *Rev Faculdade Letras (Universidade de Lisboa)* 1940/41; 7: 213-303.

- Rosa de Viterbo, Fr. Joaquim de Santa. *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, vols. I e II. Porto: Livraria Civilização, 1966.

- Sérgio, António. *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

- Silbert, Albert. *Le Portugal Méditerranéen à la fin*

de l'Ancien Régime, 3 volumes. Lisboa: Instituto de Investigação Científica, 1978.

- Vários. *Guia de Portugal, vol. III*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1944.

- Vicente, Gil. Auto de *Mofina Mendes*. Porto: Lello & Irmão, 1965, pp. 501- 26.

- Vieira, Rui Rosado. *Castelo de Vide. Alguns Números Sobre uma Época de Guerra (1800-1812)*. Lisboa: Edições Colibri, 1993.



Rebanho transumante.

“A PROPÓSITO DE UMA INSCRIÇÃO ROMANA DO SOUTO DA CASA (CONCELHO DO FUNDÃO): EVERGETISMO E ÁGUAS TERMAIS”

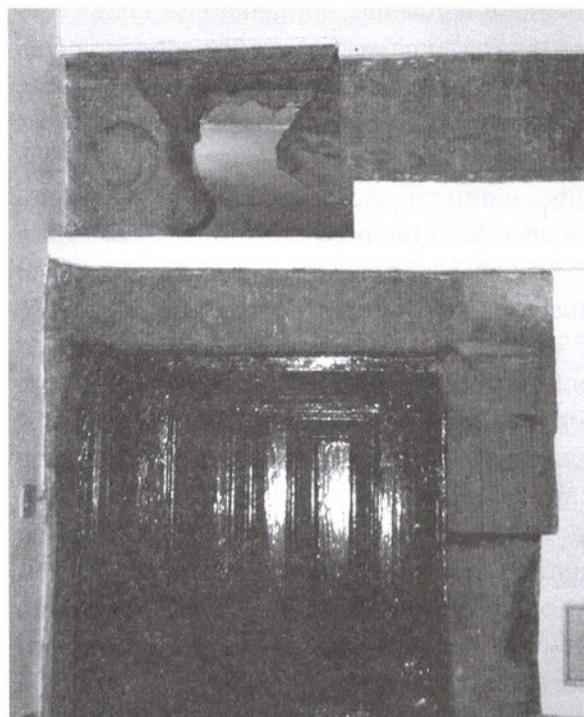
Pedro Miguel Neto Salvado*

Desprovida hoje do seu profundo carácter e sentido sagrado, a água, como os outros elementos naturais, devido à escassez progressiva e uso intensivo, tornou-se uma evocação fundamental da base de sustentação da sociedade e do seu projecto de futuro. Suporte da criação, símbolo da vida e da fecundidade, condensadora de significados, este elemento arquétipo possui um vasto poder de simbolização que acompanha os sentidos da vida e da morte, em todas as sociedades. E a escassez que caracteriza a sua circulação planetária contemporânea resultante da acção antrópica tem, em parte, provocado um reencontro com as “velhas” sacralizações e com as polissémicas potencialidades simbólicas deste elemento. Reafloresce, assim, uma cartografia de gestões equilibradas, de sentires e de ligações entre a sociedade e este recurso. Ligações essas esquecidas na voragem dos ritmos das sociedades contemporâneas.

Na Beira Interior, a história da hidroterapia possui raízes hidroláticas que urge redescobrir e cabalmente compreender. A água já foi sagrada e, historicamente, continua a sê-lo, em certos redutos de sacralidade regional. Com outras roupagens, é certo, o seu poder salutífero mantém-se e perdura na paisagem das práticas religiosas das comunidades. Ainda nos encontramos longe de abarcar uma visão de conjunto dos cultos às águas pré e romanos e das diferentes hagiolatrias médico-religiosas que se expressaram ao longo dos tempos neste território interior. É projecto pluri-disciplinar, mas fundamental, estamos em crer, para o estabelecimento das coordenadas profundas da nossa identidade cultural. Por exemplo, que advocações salutíferas se expandiram nas comunidades durante as várias fases do cristianismo? Que especializações religiosas é que continuaram responsáveis pela permanência desses elos imorredoiros entre as sociedades e a água?

A epígrafe que justifica a presente nota foi identificada em 1986 quando procedemos à revisão de uma placa funerária romana incrustada na parede exterior lateral

da igreja matriz do Souto da Casa, freguesia do concelho do Fundão.¹



Igreja Matriz do Souto da Casa - Localização da epígrafe.

Trata-se de uma peça de granito utilizada como elemento constitutivo do aparelho do muro voltado para a nave onde se abriu o vão de acesso à sacristia do templo². O fragmento era parte integrante de singular monumento, possivelmente a fachada de uma fonte que, em data que desconhecemos, terá sido fracturado em várias partes. O texto desenvolvia-se em dois registos separados por uma vincada linha reforçando-se, para quem lia, a mensagem epigráfica. Uma pequena moldura saliente, posteriormente picada, delimitava o campo epigráfico. Da inscrição conservou-se:

AVITVS T [...] [...] / FONTEM [...]
Avitus T (mandou construir) a fonte.

Medidas totais: 64x 35 x 45
 Campo epigráfico: 50 cm x 27
 Altura das letras: 10 cm.

Para além de estar associada ao “mundo” das águas e das fontes, a singularidade desta peça advém do desenvolvimento escultórico que o suporte apresenta: um género de cornucópia que termina numa vieira. A ser do período romano, encontramos-nos perante um raro exemplo, nesta região, da utilização de plástica em composições arquitectónicas³. Na igreja descortina-se ainda outro elemento moldurado em granito que, decerto, faria também parte dessa estrutura monumental que possui esculpido, em alto relevo, uma outra concha.

Ainda que com a monumentalização da fonte, que, por ventura, se encontraria em espaço público e talvez junto a um caminho, se possa ter querido materializar alguma mensagem votiva ou ressacralizadora do sítio, a inscrição (atente-se na altura do *ductus* utilizado) afirma, de uma maneira evidente, o patrocinador da obra. O texto faz ecoar um comportamento individual muito próximo de um “evergetismo caseiro” ou munificência em ambiente rural⁴.

O local onde poderá ter estado situada a fonte talvez fizesse parte da primitiva geografia cultural proto-histórica da região. Aí afloraria uma nascente de água cujas particularidades terapêuticas ou a sua centralidade locativa continuariam a provocar na população uma forte atracção e uso⁵. A ter sido assim, tal poderá ter justificado o investimento económico da obra por parte de *Avitus* e a certeza da reprodução mnemónica do seu gesto através da gravação da epígrafe. *Avitus*, estrategicamente, “domesticou” e utilizou a seu favor o elemento natural. Ainda que nesse momento já relevasse os seus *tria nomina*, este *Avitus*, e segundo Fernando Patrício Curado, trata-se da mesma personagem que fez um voto a Apolo gravado numa ara dos finais do século I, localizada no “Arraial dos Potes”, lugar próximo da ermida de Nossa Senhora do Mosteiro, na freguesia do Telhado⁶. Este autor interliga, em aliciante hipótese, um conjunto de inscrições oriundos desta zona. Nele ressalta a figura de *Avitus*, provavelmente um rico proprietário local de origem indígena romanizado.

Também pensamos ser possível que estes fragmentos monumentais, existentes na matriz do Souto da Casa, sejam originárias da área onde hoje se ergue a ermida de Nossa Senhora do Mosteiro, local onde Candeias da Silva identificou um arqueossítio datável do período romano. O templo ergue-se numa pequena elevação sobranceira à Cova da Beira, envolvido por

uma paisagem muito agricultada. À superfície são visíveis fragmentos de arqueofactos do fruir dos quotidianos do período romano. A presença hídrica da pequena elevação não passou despercebida ao pároco da zona que, na resposta ao “Inquérito pom-balino” escreveu em 1758: “este oiteiro tem muntos nascentes de agoa de huma parte”.⁷ A análise da micro-toponímia e de outras componentes da paisagem poderão, no futuro, conduzir à apreensão e compreensão dos comportamentos e marcas teológicas do lugar.

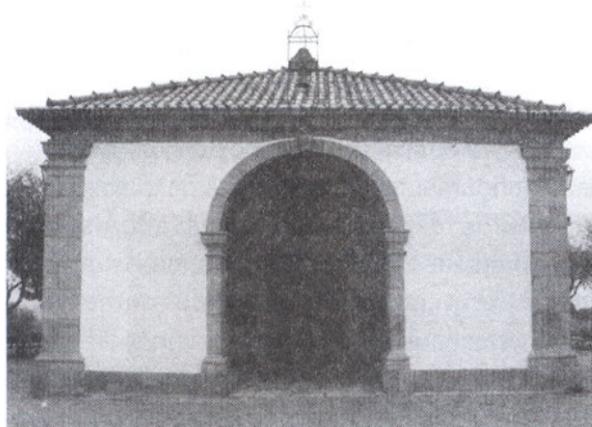
A inscrição dedicada a Apolo - que confirma a presença cultural do sítio - é susceptível, a nosso ver, de ser também relacionada com a presença da fonte. Apolo, figura divina no orfismo, reforça a excepção e a individualidade cultural de *Avitus*, cognome comum e bem distribuído por todo o território hispânico, ao mesmo tempo que faz ecoar o enquadramento e raridade familiar romana face ao todo populacional. Se é certo que foi a gestão de formas culturais exógenas uma das estratégias utilizadas pelos grupos sociais dominantes para sublinhar a pertença ou a aproximação às esferas do controlo político, a evocação a Apolo marcava singularidade face a um mundo cada vez mais homogéneo e regulado. Tratar-se-á do Apolo clássico, aqui utilizado como mero ‘tique cultural’? Ou este ocultará algum sincretismo? Não o sabemos. Na verdade, Apolo é, entre as divindades relacionadas com a medicina, a que figura em primeiro lugar. Apolo, inventor da “arte de curar” e médico dos deuses, entrou muito cedo no panteão romano numa função de tipo terapêutico que se resume no epíteto *medicus*. O carácter sanador do deus arreigou-se particularmente nas províncias ocidentais do império e provocou diversos sincretismos com divindades pré-romanas de funções salutíferas. Estamos perante dois registos epigráficos intimamente relacionados com a linearidade vital do indígena romanizado *Avitus*, aliás *Marcus Avitus Fronto* que poderão corresponder a dois momentos e a atitudes da sua vida: a afirmação da existência pela obra e o agradecimento à divindade pela cura.

Ainda que seja cedo para desenvolvermos quaisquer considerações conclusivas acerca do fenómeno religioso e respectiva corologia sagrada no actual concelho do Fundão no período romano, sabemos, porém que deuses indígenas conviveram no mesmo espaço geográfico e dimensão cronológica com divindades e conceitos latinizantes. Este território, marcado por contrastes orográficos e rico em recursos mineiros, assumiu-se, desde sempre, como uma zona de contacto e de grande fluidez entre as sociedades do norte e do sul peninsulares. Unificado durante a romanização pelas formas e pela língua, a expressão regional dos sentires religiosos foi plural: *Iovi Optimo Maximo*, *Diis Manibus Sacrum*, *Victoria*, com duas evocações, *Marte*⁸ conviveram na mesma envolvência

geográfica e cultural com o modificado estrato religioso de raiz indígena afirmado pelas evocações a *Aetio*, a *Arentius Cronisensis*, a *Arentio* e *Arentia Eburobricis*, a *Bandi Vorteece*, a *Quangeius* e a *Trebaruna*⁹. Estamos perante uma sociedade em mutação continuada que mantém algumas das características indígenas, mas que apresenta e visibiliza os resultados dos processos de aculturação em todas as suas dinâmicas, principalmente as religiosas. Aliás, e como salientam toda uma plêiade de investigadores, o respeito romano para com as divindades dos povos que submeteram detinha-se no limite que marcava a defesa da nova coesão totalizadora orgânica que Roma representava. Logo, todos os cultos de solidariedade ou de identificação indígenas que resultassem competitivos com o novo modelo cultural da potência vencedora não tiveram possibilidade de continuar activos. Os estratos teológicos anteriores foram fundidos e redesenhados numa progressiva alteração e diluição do significado primevo perdendo-se muitas vezes o sentido colectivo do culto esfera pública para a esfera privada. Nesta linha, escreveu Francisco Diez de Velasco: “La actuación romana, al transformar en meros dioses acuáticos y tópicos a estos complejos pobladores sobrenaturales célticos de las aguas termales, se nos muestra en su verdadera cualidad de labor de desestructuración de hondo calado. El simbolismo antropogénico, iniciático y escatológico del agua se convertía en mera funcionalidad salutífera. El dios que estructuraba la sociedad ofreciendo un modelo explicativo del papel fundamental de los grupos de guerreros (y su estatus característico, cuya adquisición propiciaba la ceremonia iniciática) quedaba enlazado y reducido al mero manantial, metamorfoseado en dioses de nombre diferente(...)”¹⁰.

Em 1964, Fernando de Almeida publicou uma ara dedicada a *Igaedus*, proveniente das proximidades da ermida de Nossa Senhora do Almortão, santuário que ainda hoje possui uma forte centralidade identitária devocional para as gentes das velhas terras das Idanhas¹¹. Observador atento, não deixou de estudar a epígrafe em relação a todo um conjunto de vestígios relacionados com um ambiente que nos remete para a existência de um culto aquático. Anos mais tarde, assim descreveu o que teve ocasião de observar: “Rebuscando na colina sagrada e suas adjacências encontramos, a cerca de 300 metros do cimo da colina onde está implantada a capela (...) duas nascentes de água medicinal. A água é recolhida em duas valetas de pedra, que depois se juntam em uma só, dela sai um rego para uma casa em ruínas que fora construída como balneário e onde vimos duas banheiras de lousa. (...) a valeta segue, depois, para um chafariz feito com silhares de granito, na parte mais alta do pequeno monumento, há pedras com restos de moldura clássica. Teriam, todos estes materiais sido reaproveitados extraindo-os de um

pequeno ninfeu, por exemplo, ali outrora existente? (...) A água é férrea, tem mau gosto; mas, segundo o amável informador, o ‘ermitão’, é boa para curar todas as doenças... Basta, aos enfermos, bebê-la e, melhor ainda, porem-se «de molho» no tanque: as melhoras não se farão esperar. A medicina talvez fosse um dos atributos de *Igaedus*.”¹². Hipóteses e considerações do arqueólogo egitano que não têm sido devidamente consideradas...



Capela de Nossa Senhora do Almortão (Idanha-a-Nova) de onde é proveniente uma ara dedicada a *Igaedus*, divindade com possíveis ligações aquáticas.

Atente-se igualmente, à evocação a *Marte Borus* que surge numa ara proveniente de Monsanto da Beira, epíteto que tantas dúvidas interpretativas suscitou a D. Fernando de Almeida¹³. Blanca Garcia Albalat, ao reestudar esta inscrição, comentaria anos mais tarde: “A través de los análisis de Françoise Le Roux podemos saber (...) que *Borvo* no es más que uno de los epítetos de Apolo céltico (...). Este epíteto responde a las cualidades medicinales del dios, que las ejerce mediante el encantamiento, ya que la medicina, en el mundo céltico, pertenece exclusivamente a los druidas. Sabiendo, pues, a donde nos lleva el epíteto *Borus*, que en Monsanto califica a Marte, podemos explicar perfectamente esta vinculación. En la Galia las razones de la asimilación de *Borvo* a *Apolo* se basan principalmente en que Apolo es un dios de connotaciones solares y con propiedades terapéuticas. (...)”¹⁴. *Borus* é neste contexto uma invocação indígena que convive funcionalmente com outra divindade. Saliente-se, nesta rápida visita à geografia teo-aquática antiga do sudeste da Beira, o ermitério de S. Pedro de Vir-a-Corça no sopé de Monsanto da Beira, cenário privilegiado de sincretismos continuados e onde a água terá desempenhado uma presença cultural determinante na construção secular da paisagem religiosa¹⁵. Durante umas obras realizadas no adro do santuário de Nossa Senhora de Mércules, situado nos arredores de Castelo Branco, identificámos elementos arquitectónicos pertencentes a uma estrutura monumental e uma ara “incompleta e

eventualmente votiva mas sem perduração do teónimo, ou até funerária, levantada por Palaro, Quadrado e outro (?), possivelmente filhos de Boutia, filha de Tangino, e pelo bem estar desta”, como ajudou a descodificar Patrício Curado¹⁶. Conjuntamente com silhares e aduelas de arco, apareceu uma peça de granito funcionalmente associada à circulação de águas. Também aqui, a tradição fala-nos da existência de umas “águas santas” que correm por debaixo do solo desta antiga capela templária do alfoz albicastrense¹⁷.

A difusão e progressiva aceitação do cristianismo provocaram uma profunda mutação e reapropriação dos locais de culto romano. Muitos desses sítios foram abandonados, esquecidos, dessacralizados. Outros, contudo, foram objecto de uma transformação, periodicamente reformados e revivificados, fazendo perdurar durante séculos a sua função. Símaco, autor latino, interrogava-se: “Tudo está cheio de Deus. Qualquer coisa que os homens adorem, pode chamar-se com justiça um e o mesmo. Todos erguemos o olhar para as mesmas estrelas, o céu é o mesmo sobre nós, o mesmo universo rodeia-nos. Que importará o sistema de conhecimento pelo meio do qual cada um de nós procure a verdade? Não é por uma única vereda que alcançamos tão grande segredo”¹⁸.

Hoje, estes locais, quase silenciosos de homens e apenas envolvidos pelos sons da natureza, passados que já foram os tempos das romagens, continuam a transmitir uma forte presença do sagrado. Um sagrado quase palpável na amenidade e doçura das fontes, das pedras e dos ventos. Elementos primordiais inscritos numa determinada geografia que há que continuar a investigar e a ter presente na construção da História da Medicina da contemporânea Beira Interior.

1 Pedro Salvado, «Um importante *cognomen* numa inscrição da aldeia do Souto da Casa (Fundão), *Trebaruna*, 2, Castelo Branco, 1986, p. 39-41; José d'Encarnação, «Libertos no termo da Egitânia romana» *Materiais*, IIª série, 0, Castelo Branco, 1996, p.16 e Ana Paula Ferreira, *Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior. Inovação ou continuidade?*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004, p. 70.

2 Estas peças epigráficas foram colocadas à vista durante uma empreitada de obras realizadas na Matriz na década de sessenta do século passado por indicação do pároco da freguesia.

3 Podemos estar perante um acrescento plástico do monumento realizado em data posterior à inscrição ou de um simples aproveitamento posterior do primitivo bloco granítico epigrafado.

4 Enrique Melchor Gil, «Consideraciones acerca del origen, motivación y evolución de las conductas evergeticas en Hispania Romana» *Historia Antigua*, 12, Salamanca, 1994, p. 72-73 e Javier Andreu Pintado, «Munificencia Pública en la Provincia Lusitania; Una síntesis de su desarrollo entre los siglos I y IV d.C.», *Conimbriga*, 38, 1999, p. 31-63.

5 Podendo-se tratar de águas com baixa termalidade e pouca utilização medicinal indique-se, contudo, a presença na zona de aquíferos com propriedades termiais. Na quinta do Olho do Boi propriedade situada entre o Telhado e o Souto da Casa há a Fonte das Virtudes com características sulfurosas. Utilizam-se no tratamento das doenças do estômago e na cura de feridas e da pele.

6 Fernando Patrício Curado, «Inscrições romanas do concelho do Fundão» *Jornal do Fundão* de 15 de Setembro de 2000, p. 36.

7 Joaquim Candeias da Silva, *O Concelho do Fundão através das Memórias Paroquiais de 1758*, Fundão, 1993.

8 O contexto onde se recolheu a ara de Alpedrinha dedicada a Marte é deveras peculiar. O monumento foi encontrado durante o derrube de um muro da estrutura de apoio ao imponente chafariz joanino. Marte associado à guerra. constata-se, contudo, a sua presença durante o império romano em vários locais aquáticos salutíferos. Sobre a epigrafia votiva romana do Fundão tenha-se presente entre outros: João Luís Vaz, «Inscrições romanas do Museu do Fundão» *Conimbriga*, 16, Coimbra, 1977, p. 5-31; José d' Encarnação, *Divindades Indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa, 1975; José Manuel Garcia, *Religiões Antigas de Portugal*, Imprensa Nacional, Lisboa; 1991.

9 «Soldats et cultes indigènes dans les provinces occidentales au Haut-Empire» in *Conimbriga*, 41, Coimbra, 2002, p. 118.

10 Francisco Diez de Velasco, *Proyecto Agua y Religión...*

11 D. Fernando de Almeida; «Igaedus Divindade Lusitana e a Senhora do Almortão», *Revista da Faculdade de Letras*, 8, Lisboa, 1964, p.65-74.

12 D. Fernando de Almeida, *As ruínas romanas e visigóticas de Idanha-a-Velha*. Sep. dos Anais. Academia

* Lic. em História. Mestre em Culturas Regionais. Investigador.

Portuguesa de História, II Série, Vol. 24, T. II, Lisboa, 1977, p.44.

13 D. Fernando de Almeida, «Aras inéditas, igeditanas, dedicadas a Marte. Um templo de Marte, em Idanha-a-Velha» in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 6, 1962. p. 74-75.

14 Blanca G. F - Albalat, «La religion prerromana de la Beira Baixa. Una cuestion de método (1)», *Comunicações das I Jornadas de História Regional do Distrito de Castelo Branco (13, 14 e 15 de Novembro de 1987)*, Castelo Branco, 1994, p. 17-18.

15 Maria Adelaide Neto Salvado, *O Espaço e o Sagrado em S. Pedro de Vir-a-Corça*, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 1993 e Maria Adelaide Neto Salvado, «O espaço e o sagrado em Monsanto da Beira (Algumas considerações)» in *Comunicações das I Jornadas de História*

Regional do Distrito de Castelo Branco (13, 14 e 15 de Novembro de 1987), Castelo Branco, 1994, p. 29-38.

16 Fernando Patrício Curado, «Epigrafia latina de Castelo Branco» in *Reconquista* de 24 de Abril de 2003 e F. Patrício Curado, Pedro Salvado, Sílvia Moreira e Manuel Leitão, «Ara da ermida de Nossa Senhora de Mércoles (Castelo Branco), *Ficheiro Epigráfico* (suplemento de «Conimbriga»), 75, Coimbra, 2004, 331.

17 Pedro Miguel Salvado, «Senhora de Mércoles: O Espaço e o Tempo» *Revista Raia*, 11, Castelo Branco, 1999, p. 48-50 e Pedro Miguel Salvado, «A propósito de uma ara romana do santuário de Nossa Senhora de Mércoles», *Arte & Média*, 2, Castelo Branco, 2002, pp. 29-31.

18 Citado por Robert M. Ogilvie, *Los romanos y sus dioses*, Akal, (Tradução do espanhol).

Exposição
“VARIÇÕES SOBRE O CORPO”
arte de Ribeiro Farinha



Nascido em 1933 em Sobreira Formosa, uma pequena aldeia do concelho de Proença-a-Nova, encravada entre pinhais verdejantes e montanhas arredondadas de xisto, cortadas por ribeiras de águas murmurantes e vales profundos, Ribeiro Farinha foi, na sua infância e juventude, marcado pela beleza desta paisagem, a um tempo, agreste e suave.

A sua fina sensibilidade de artista captou aromas, sons, cores, viveres de gentes, talhados em angústias e esperança.

É toda esta amálgama de elementos, marcas perdurantes, a que o próprio Ribeiro Farinha chama «odores eternos da memória», que, por uma subtil alquimia, o pintor faz transparecer na sua arte. Sejam corpos entrelaçados em abraços amorosos irrompendo da terra num hino vibrante à Vida, seja a «catedral de braços em tremor à luz erguidos», para usar uma expressão de António Salvado num poema dedicado a Ribeiro Farinha em 1987, as suas Variações sobre o corpo refletem a mesma força telúrica plena de lirismo, e testemunham, mais uma vez, o talento de um grande pintor na sua comunhão com a Vida e a Natureza.

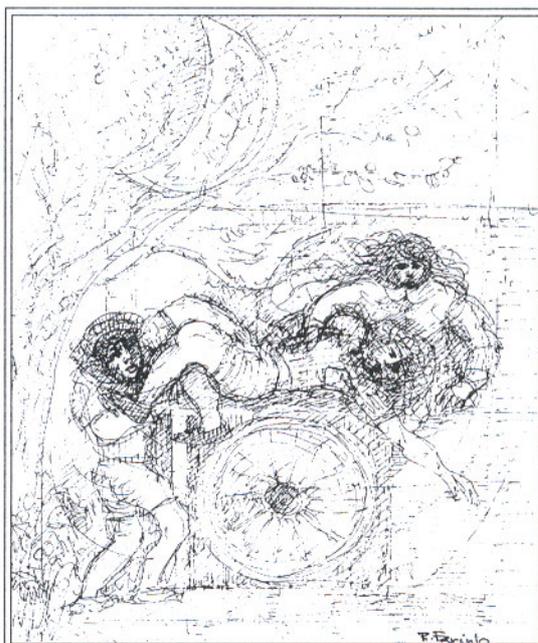
M. A. N. S.



Babel

Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata*

LIDO NO JANTAR DE ENCERRAMENTO DAS XVI JORNADAS DE MEDICINA NA BEIRA INTERIOR 13 de Novembro de 2004



O CORPO

Diz um provérbio sabido,
que no geral é sentido:
Corpo é vestido, alma é pessoa.
Mas nós queremos o vestido!
E, se possível, embelecido!
É de glória e coroa.

Isto do corpo é importante.
Defendê-lo deve ser constante!
Corpo achacoso não é cheiroso,
outro provérbio a lembrar.
Amato vem exemplificar
no seu estudo frutuoso:
(I Centúria, Cura 79, p.209)

Vinte dias uma ilustre condessa
usou remédio na cabeça,
porque lhe caía o cabelo!
E diz Amato com sagacidade:

«ficou livre de tal fealdade».
É só imaginá-la sem tal pêlo!

Mas há ainda outro conselho,
que fica a tornar-se velho,
para se ser uma beldade:
um remédio para aloirar cabelo
na **Cura LIX, Centúria 2** (com zelo),
porque a beleza é finalidade.

Corpo bem feito não há mister capa!
E **ganha corpo** ideia que se acorda...
Mas também aquele que engorda...
De nenhum lado se escapa...

Chega a roupa ao corpo
quem **chega a roupa ao pêlo!**
E **escapa por um cabelo**
quem **dá o corpo ao manifesto**
de corpo inteiro...
Mas às vezes é o primeiro

que **faz ofício de corpo presente...**

Injustiças desta vida,
que também faz partida
a quem não sabe **furtar o corpo...**

Mas vamos antes falar
De **corpo bem feito...** que é afirmar

Opinião que encorpo:

**Magro, de olhos azuis, carão moreno,
Bem servido de pés, meão na altura,
Triste de facha, o mesmo de figura,
Nariz alto no meio, e não pequeno.**

(Bocage)

E os olhos? Ah! Os olhos dos amantes
com seus olhares penetrantes
a perder-se numa **cantiga partindo-se...**

**Senhora, partem tão tristes
meus olhos por vós, meu bem,
que nunca tão tristes vistes
outros nenhuns por ninguém.**

**Tão tristes, tão saudosos,
tão doentes da partida,
tão cansados, tão chorosos,
da morte mais desejosos
cem mil vezes que da vida.
Partem tão tristes os tristes,
tão fora d'esperar bem,
que nunca tão tristes vistes
outros nenhuns por ninguém.**

(Joam Roiz de Castel' Branco)

E o **furtado colchão fofo e de pena**

Que o quer já ali, a mãe ordena!

(E todos os leitores rindo-se):

Eis senão quando (caso confirmado):

Sai-lhe o colchão de dentro do toucado!

(Nicolau Tolentino)

Mas é do corpo amado,
de dois corpos,
que fala António Salvado:

**No verso do reverso do teu corpo
existe o som jamais pronunciado
permanente sussurro junto ao meu.**

«Manter a flor», *Amada Vida*

E é este poeta que fala
Do **Corpo do Coração...**

**O coração mais os olhos
São dois amigos leais.
Quando o coração está triste,
Logo os olhos dão sinais.**

(Popular)

Há todo o corpo nos olhos
em que também há abrolhos
com seus vapores perigosos...
Alertou a Maria Adelaide, amiga...
Depois não digam que foi cantigã
E não se façam queixosos...

Vem sempre alguém que é torto
e anda **com o diabo no corpo**
para infernizar a gente...
Outros vêm **com pés de lâ...**
E nem sempre é coisa sã,
Pois vêm a **afiar o dente...**

E nesta linha corporal,
a língua é fenomenal:
faz o riso e faz o belo!
E há transfiguração
que sai do coração
e se torna um anelo!

Na palavra de poeta,
sempre coisa selecta,
sempre coisa de magia,
neste caso a de Torga
com a sua **Fantasia:**

**Canto ou não canto o limoeiro
Aqui ao lado?
Ele é tão delicado!
Tem um jeito tão puro
De se encostar ao muro
Onde vive encostado...**

**Canto ou não canto as tetas de donzela
Que daqui da janela
Vejo no limoeiro?
Elas são tão maduras...
E tão duras...
Têm uma cor e um cheiro...**

**Canto!
Nem serei o primeiro,
Nem eu sou nenhum santo!**
(Antologia Poética)

As **mentes sãs em corpos sãos**
não podem **atar-se de pés e mãos**
para haver identidade...

Claro! Defender o corpo
onde se expande a alma!
Aquele leva a palma
Do suporte.
Por ele há a expressão
(desculpem a rima,
que tem um pouco de ladrar de cão...)



de si próprio com o espírito,
para a fala comovida
do Homem e da Vida:

CANTIGADOS AIS

Os ais de todos os dias
os ais de todas as noites
ais do fado e do folclore
o ai do ó ai ó linda

Os ais que vêm do peito
ai pobre dele coitado
que tão cedo se finou

Os ais que vêm da alma
ais d'amor e de comédia
ai da pobre rapariga
que se deixou enganar
ai a dor daquela mãe

Os ais que vêm do sexo
os ais do prazer na cama
os ais da pobre senhora
agarrada ao travesseiro
ai que saudades saudades
os ais tão cheios de luto
da viúva inconsolável

Ai pobre daquele velhinho
ai que saudades menina
ai a velhice é tão triste

Os ais do rico e do pobre
ai o espinho da rosa
os ais de António Nobre
ais do peito e da poesia
e os ais d'outras coisas mais
ai a dor que tenho aqui
ai o gajo também é
ai a vida que tu levas
ai tu não faças asneiras
ai mulher és o demónio
ai que terrível tragédia
ai a culpa é do antónio
Ai os ais de tanta gente
ai que já é dia oito
ai o que vai ser de nós

E os ais dos liriquistas
a chorar compreensão

Ai que vontade de rir

E os ais de D. Dinis
ai Deus e u é

Triste de quem der um ai

sem achar eco em ninguém

Os ais da vida e da morte **ai os ais deste país**

(MENDES DE CARVALHO (1924),
Cantigas de Amor & Maldizer)

E um poema mais a acrescentar
a fala, para o corpo cantar
no corpo destas Jornadas
com temáticas **do corpo**
encorpadadas...

CORPO HABITADO

Corpo num horizonte de água,
corpo aberto
à lenta embriaguez dos dedos,
corpo defendido
pelo fulgor das maçãs,
rendido de colina em colina,
corpo amorosamente humedecido
pelo sol dócil da língua.

Corpo com gosto a erva rasa
de secrete jardim,
corpo onde entro em casa,
corpo onde me deito
para sugar o silêncio,
ouvir
o rumor das espigas,
respirar
a doçura escuríssima das silvas.



Corpo de mil bocas,
e todas fulvas de alegria,
todas para sorver,
todas para morder até que um
grito
irrompa das entranhas,
e suba às torres,
e suplique um punhal.
Corpo para entregar às lágrimas.
Corpo para morrer.

Corpo para beber até ao fim -
meu oceano breve
e branco,
minha secreta embarcação,
meu vento favorável,
minha vária, sempre incerta
navegação.

(EUGENIO DE ANDRADE, *Obscuro domínio*)

Claro! **Defender o corpo!**

Haver médicos que o defendam!
E cada um defendê-lo... que é seu!

Exuberante..
declina...
extenuado...

E DE REPENTE É NOITE

**Todos estão sós no coração da terra,
atravessados por um raio de sol:
e de repente é noite.**
(Salvatore Quasímodo)

Por isso,
com o CORPO e com a ALMA,

***Eu quero amar, amar perdidamente!
Amar só por amar. Aqui... além...***
(Florbela Espanca)

PRONTO!

Depois digam que

Amor é fogo que arde sem se ver...!
(Camões)

* Professora Coordenadora da Escola Superior de
Educação de Castelo Branco, Escritora, ensaísta.





A FACE OCULTA DA LUA



Nasci numa aldeia onde não havia luz eléctrica. Daí que fosse um privilegiado, em relação aos da cidade por conhecer, mais cedo, o intenso brilho das estrelas e os reflexos da Lua. Com o progresso e a chegada da electricidade, que passou a iluminar o burgo à noite, perdi esse luxo.

À medida que fui saindo da aldeia, fui conhecendo o mar e as cidades tradicionais do saber, Lisboa Coimbra e Porto. Mas o resto do país, para as bandas do nordeste e do nascente, continuavam e continuariam para mim tabu. Eram a face oculta da Lua!

Um dia, já militar, recebi “guia de marcha” para Chaves. Ao entrar no comboio, revi lágrimas antigas nos olhos do meu pai, que lhe conhecera na morte do seu. Ficou-me a dúvida se ele chorava por recordar os seus tempos de mancebo, se por medo de me não tornar a ver. Porém, decorridas “apenas” 23 horas de viagem, primeiro num recoveiro, até à Régua, depois no preguiçoso comboio do Vale do Corgo, cuja velocidade de ponta nos permitia sair para roubar uvas e retomar o nosso lugar chegámos, recobertos de fuligem e com os ouvidos a martelarem, já sem jeito, queixumes do esforço da máquina, que espartilhada por montes, subira os trilhos da “via reduzida”.

Curiosamente, nunca da cidade de Flávio, que ficava numa bacia rodeada de neve, reparei na Lua. Talvez que a sua outra face fosse apenas visível doutras terras que me ensinaram e que eram inacessíveis à maior parte dos meus conterrâneos ribeirinhos, por estarem deles “tão longe”. Refiro-me às cidades do interior, com seus povoados, que as cartilhas me garantiam serem portuguesas: Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Miranda, onde os homens se cumprimentam à paulada e usam saias, Évora e Beja, onde o pó cheiraria, ainda, a mourama, não falando nos Algarves que, para mim, eram de outros reinos tal como hoje, sobretudo por neles se bambolearem vagas de sol quente, espreado sobre areia fina.

Há tempos recebi uma carta intrigante. Vinha de Castelo Branco, donde me convidavam para, na qualidade de Presidente da Direcção da Sopeam, fazer parte da Comissão de Honra das “XVI Jornadas de Estudo “Medicina na Beira Interior - da Pré História ao séc. XXI”.

Então, nesse lado desconhecido da Lua, tão abandonado ao longo dos tempos e onde as universidades ficavam a centenas de quilómetros “de luz” das tradicionais e tão propaladas fontes do saber, havia preocupações deste jaez? Lá fui! Vi e ouvi falar em coisas de ciências várias e de medicina, apesar de nem sequer uma faculdade médica por ali existir. E, procurando debruçar-me melhor sobre o que se passa com esse Portugal “desconhecido”, constatei que, dispersos nele, como estrelas na abóbada celestial, há focos de saber, onde raras inteligências, trabalhando no limite do esforço, fazem cultura e mesmo descobertas que ultrapassam as nossas fronteiras e atingem os limites do Planeta.

...Afinal, do lado que durante mais de meio século me esteve oculto, a Lua resplandece e brilha, intensamente.

LUIS LOURENÇO

In: Boletim da Sopeam, N° 21 - Dezembro 2004